

# **O Jornalismo dos Anos 90**

**Luís Nassif**

## **Prefácio**

De minha mulher Renata, primeira leitora desse trabalho, recebi esse bilhete que sintetiza de forma clara, minhas intenções em relação ao livro:

“Penso que ficou no tom que você queria, sem amargura nem negativismo. É importante isso, muito importante, a crítica ter sido feita para que se repense o papel da mídia e como tem desempenhado – ou não – sua missão. Não ficou uma crítica de quem fala só pelo prazer de ser do contra, de contestar”.

“Sabe quando a gente ama muito uma pessoa e quer muito seu sucesso e bem estar, mas a pessoa vai temerariamente pelo caminho errado e perigoso; sabe quando a gente vê a pessoa amada se perdendo, daí senta e conversa francamente com ela? Com firmeza necessária, mas sem crueldade? Querendo o bem?”

“Ficou assim...”

## **Paulinho de Castro**

De uma coluna de dezembro de 1999:

“Outro dia fiquei sabendo da morte de Jorginho Cachorrada, companheiro de adolescência lá em Poços de Caldas. Jorginho era bom de briga. Perto dos 30 anos, adolescente tardio, cismou de ir de moto até uma boate no Bortolan, em plena noite. Topou com um automóvel e perdeu o movimento em um braço. No desastre, perdeu a vida o Paulinho de Castro, o Castrinho, que estava na garupa, e que foi minha primeira referência de caráter, fora da família.”

“Tinha 11 anos, estudando no primeiro ano ginásial dos Maristas. Fim de ano, nossa classe saiu mais cedo e a molecada começou a esvaziar pneus de bicicletas. Fui contra. Batemos boca quando apareceu um irmão, querendo saber o que estava acontecendo. A molecada fugiu. Ficamos eu e um colega, bom aluno, e que também estava esvaziando pneus. O colega entregou os demais.”

“Quando saí à rua, fui cercado por uma dúzia de colegas, julgando ter sido eu o autor da delação. Foi minha primeira experiência com o espírito do linchamento. Quanto mais fraco o colega, mais atrevido ficava, amparado pela maioria. Passaram-me a mão no rosto, deram-me coque, e eu sem poder me defender, porque significaria delatar o colega que delatara.”

“Nesse momento, apareceu o Castrinho, com quem mal trocara duas palavras naquele primeiro ano de ginásio. Pegou dois tijolos, passou-me um, segurou o outro, e desafiou o grupo: “Quem chegar perto, eu arrebento”. O grupo se desfez na hora, porque rompera-se a unanimidade.”

“Castrinho era neto de Pedro de Castro, dos primeiros jornalistas de Poços.”

“Não cheguei a virar seu amigo, mas levei essa lição para o resto de minha vida. Em todos os episódios em que me envolvi, enfrentando a maioria –Escola Base, bar Bodega, Precatórios etc.— vinha-me à memória o colega Castrinho. Foi elemento fundamental na minha formação, assim como (na ponta oposta) os colegas que se fortaleceram com o espírito do linchamento.”

“Desde então, sou tomado de desprezo profundo por todo mundo que adere a maiorias – mesmo que eventualmente (quase nunca) legítimas. E de uma admiração única por quem ousa enfrentar a unanimidade”.

<b>Prefácio</b> .....	<b>2</b>
<b>Paulinho de Castro</b> .....	<b>2</b>
<b>Abertura</b> .....	<b>12</b>
A evolução da imprensa no Brasil .....	13
O início da profissionalização .....	14
O padrão Veja .....	15
O padrão Globo .....	16
O padrão Jornal da Tarde.....	17
O padrão Folha.....	20
A campanha do impeachment .....	23
O marketing da notícia.....	26
O uso da catarse e as raízes do Brasil .....	26
O uso dos inqueritos.....	27
O esquentamento das manchetes .....	28
O uso dos grampos e dossiês .....	30
A pauta como matéria.....	31
Manual de Sobrevivência .....	33
O novo jornalismo.....	34
Os novos tempos e a qualidade total.....	35
O painel de controle.....	36
A cobertura de temas complexos .....	38
O jovem jornalista .....	38
Técnica do bom jornalismo .....	40
Na contra-mão.....	41
<b>O caso Escola Base</b> .....	<b>42</b>
8/04/1994 O japonês da Aclimação e o Mecenaz .....	45

Lei e ética .....	45
<b>O caso Collor .....</b>	<b>47</b>
17/06/1992 Coração satânico .....	51
CPI sem retorno.....	51
Teses mistificadoras .....	51
Hora do pagamento .....	51
10/09/1992 A esquizofrenia de um grande ator .....	53
JK, Jânio e Lacerda .....	53
Herança alagoana .....	53
As bananas de Silvestre .....	54
06/07/1994 O fenômeno Collor.....	55
Valores morais.....	56
26/08/92 É hora de esfriar a cabeça.....	57
Papel do porta-voz.....	57
Política e país .....	58
08/07/1992 Imprensa e advogados .....	59
Jogo de interesses.....	59
Brasil S/A.....	59
Barganhas .....	59
16/11/1994 O Estadista e o pusilânime .....	61
A pusilanimidade .....	61
Megalomaníacos .....	62
04/09/1995 Collor e a Escola de Base.....	63
Freddy Kruger.....	63
Campeonato .....	64
<b>Os juro do Real .....</b>	<b>65</b>

03/10/1994 O papel da imprensa .....	69
Sem folga .....	69
31/11/1994 As seqüelas do câmbio.....	70
28/04/95 O governo vai quebrar o país .....	71
Culpados .....	72
11/05/95 Uma Vale = 5 meses de juros.....	73
Curto prazo.....	73
13/05/95 A ideologia dos juros altos.....	74
Até na morte .....	74
15/05/95 Buraco à vista .....	76
Inconsistências .....	76
Toco, totó, calote .....	76
21/05/95 Os gurus e a retórica da meia-lógica .....	78
Sem futuro .....	78
Opções claras.....	79
23/05/95 A volta do messianismo .....	80
Sem futuro .....	80
25/05/95 D. Sebastião e a reunião de Carajás .....	82
Projeto de país .....	82
28/05/95 Cronistas e analistas .....	84
Ritmo do leitor .....	84
31/05/95 De rabo preso com o leitor.....	86
Balanço.....	86
11/06/95 A imprensa e a crise .....	88
Visão centralista .....	88
23/06/95 Política econômica e democracia .....	90

16/07/95 O oportuno mea-culpa de FHC.....	91
Equilíbrio de poderes.....	91
Outros xeques .....	92
26/07/95 A crise da macro-economia .....	93
Ciência manca.....	93
Galinhagem .....	94
31/07/1995 O retrovisor do IPEA.....	95
Eugenia .....	95
<b>O caso Proer .....</b>	<b>97</b>
14/11/1995 O caso Nacional .....	100
Liquidez? .....	100
30/02/96 Escândalo desfocado .....	102
O que fazer.....	102
Ponderando .....	103
04/03/1996 Lições do caso Nacional .....	104
Liquidações .....	104
Entulho .....	105
Malan.....	106
08/03/96 Podre não se vende.....	107
Engenharia financeira.....	107
17/03/96 Por fora do Nacional .....	109
Caro e barato.....	109
Decorrências .....	110
23/03/96 Confusões de adolescente .....	111
Rede de intrigas.....	111
27/03/96 Micos e lucros.....	113

Fundo de comércio .....	113
Concordância .....	114
<b>Eldorado dos Carajás .....</b>	<b>117</b>
08/03/1996 Território livre de Carajás.....	119
Ultra radicais.....	120
Virar mar .....	120
23/04/1996 O desafio da questão agrária.....	122
Trabalho múltiplo .....	122
25/04/1996 Quem organizou? .....	124
<b>Caso Bar Bodega .....</b>	<b>127</b>
96/10/27 Caso Bar Bodega .....	129
97/11/16 Mais um erro da imprensa .....	130
<b>Caso Agroceres.....</b>	<b>131</b>
14/10/1996 Pequenos assassinatos.....	134
Outros episódios recentes: .....	135
20/01/1997 Cláudia Liz e a Ética Médica.....	138
Tema médico .....	138
Opinião de especialistas.....	138
Ética médica .....	139
02/03/1997 Osmar Santos e o marketing da saúde.....	141
21/04/97 Crimes de imprensa.....	143
01/04/06 Os crimes do sensacionalismo .....	145
<b>A CPI dos Precatórios .....</b>	<b>146</b>
A 26/02/1997 CPI, alhos e bugalhos .....	153
28/02/97 A testemunha Nahoun .....	155
Constitucionalista.....	155



02/03/97 A indústria dos precatórios - 1 .....	158
03/03/97 Os precatórios e os governadores - 2.....	160
04/03/97 Os precatórios e o mercado - 3 .....	162
05/03/97 O mercado dos títulos estaduais .....	164
07/03/97 Tornar-se um imenso Paraguai .....	166
09/03/97 A CPI e os dentes do tigre .....	168
12/03/97 A estrutura da Cetip .....	170
13/03/97 Como se fabrica um escândalo .....	172
14/03/97 A palavra do filho .....	174
16/03/97 A pantomima da TV Senado.....	176
17/03/97 A CPI, o Latininho e a mídia .....	178
18/03/97 Roteiro para as investigações.....	180
19/03/97 A reprise das “Paulistinhas” .....	182
24/03/97 CPI, empreiteiras e meia pizza .....	185
30/03/97 As informações de Nahoum.....	189
31/03/97 Estilos de jornalismo .....	190
01/04/97 Os engodos de Maluf.....	192
02/04/97 O anexo 4 e o dinheiro do Vetor .....	194
04/04/97 O doleiro dos doleiros .....	196
06/04/97 A mais importante CPI da história .....	198
08/04/97 A conta da Split nos EUA.....	200
13/04/97 Os “Rambos” do jornalismo .....	202
13/07/97 Balanço da CPI dos Precatórios .....	204
<b>O caso Galdino – Parte 1.....</b>	<b>206</b>
97/08/15 A análise, o julgamento e o índio pataxó .....	208
97/08/18 A lógica do linchamento.....	210

97/08/21 O pluralismo na mídia .....	213
98/04/03 O caso Sérgio Naya.....	214
03/04/1998 O caso Naya e o pluralismo da mídia .....	215
04/04/1998 Caso Naya e as providências .....	217
04/07/1998 Naya e o sábado de Aleluia .....	219
20/05/1998 E agora? .....	221
<b>O caso Osasco Plaza Shopping.....</b>	<b>222</b>
99/08/01 Por que ter medo da imprensa? .....	224
<b>O Dossiê Cayman.....</b>	<b>227</b>
21/11/1998 O caso da conta secreta .....	229
01/12/1998 Tudo muito estranho. É tudo muito estranho...231	
21/02/2001 As denúncias e o Ed TV .....	234
<b>O caso Chico Lopes.....</b>	<b>235</b>
13/01/1999 O terceiro ataque apache .....	238
14/01/1999 O presidente sumiu.....	239
15/01/1999 A fórmula Chico Lopes.....	241
03/02/1999 Porque Lopes caiu .....	244
08/04/1999 Chico Lopes e o caso BM&F .....	246
13/04/1999 Marka e o mau “insider” .....	248
28/04/1999 O país da inquisição .....	250
21/04/1999 Os passos da CPI.....	252
27/04/1999 A Justiça na lata do lixo .....	254
30/04/1999 O papel de Chico Lopes .....	256
12/05/1999 O homem errado.....	258
06/05/1999 O BC e o banco Marka .....	260
22/05/2001 Anatomia de um escândalo .....	262

<b>O calouro da Medicina.....</b>	<b>264</b>
02/07/1999 O calouro da Medicina .....	266
08/10/2000 A mídia e a relevância .....	268
<b>O caso Galdino – Parte 2.....</b>	<b>270</b>
01/11/07 A volta do linchamento .....	273
97/11/08 Justificação e selvageria .....	275
01/11/09 O linchamento e a unanimidade perdida .....	277
01/11/10 O que pensam os “justiceiros” .....	279
<b>A CPI da Corrupção .....</b>	<b>281</b>
9/3/2001 O país da pizza requentada.....	284
9/4/2001 A mãe das batalhas políticas.....	286
16/4/2001 CPIs e interesses pessoais.....	288
23/4/2001 CPIs, catarse e técnica.....	290
1/5/2001 ACM e a manipulação das ênfases .....	292
14/5/2001 O país das quarteladas.....	294
16/5/2001 O país dos Pinocchios .....	296

## **Abertura**

## A evolução da imprensa no Brasil

Em fins dos anos 60, a imprensa descobriu o jornalismo econômico. No início dos anos 70, o jornalismo de negócios. No fim dos 70, o jornalismo crítico. Nos anos 80, o jornalismo de serviços. No anos 90, o jornalismo denunciatório. No ano 2000, falta à imprensa se descobrir.

Os anos 90 se constituíram em um período perigoso para o jornalismo. Abusou-se do chamado “esquentamento” da notícia, método que levou o jornalismo aos limites da ficção. Em nome do espetáculo atropelaram-se princípios básicos de direitos individuais, deixou-se de lado a objetividade e a isenção, abriu-se espaço para chantagistas, para dossiês falsos. Não raras vezes, levou-se o país à beira da desestabilização política.

Centenas de vítimas ficaram pelo caminho. Casos Escola Base, Bar Bodega, Clínica Santé, Chico Lopes, em todos havia o mesmo estilo de jornalismo ansioso, impaciente, definindo linhas erradas de apuração, não se preocupando com a verdade, atropelando a objetividade jornalística e os direitos individuais. Tudo em nome do show, da manchete de impacto, freqüentemente vendendo um produto que a matéria não entregava.

Dos anos 50 a meados dos anos 60 o jornalismo foi refém dos partidos políticos. De meados dos anos 60 ao final dos anos 70, refém da ditadura. Nos anos 80, refém dos movimentos organizados. Em final dos anos 80 descobriu sua verdadeira vocação em uma sociedade de mercado moderna: ser representante dos interesses difusos da sociedade, contra os interesses políticos, corporativos e setoriais.

O passo seguinte foi se ver como um produto, que tem que responder às expectativas do seu público. A mídia passou a recorrer a departamentos de pesquisa, a leituras imediatistas do que as pesquisas mostravam, a tentar atender as demandas de curto prazo do leitor. E aí se tornou refém do pior censor: a ditadura da opinião pública ou, melhor, atuar passivamente oferecendo ao leitor aquilo que se pensa que ele quer.

Este é o grande dilema da imprensa de opinião no século 21: atender às expectativas imediatas do seu leitor ou ser uma guardiã dos valores da civilização? Se o leitor pede linchamento, ele lhe será oferecido? Como definir as relações com o público, sabendo-se participante do jogo de mercado, dependendo da tiragem para se viabilizar economicamente? Como impedir que o jornalismo de opinião, instituição essencial para todo país, não se contamine definitivamente com o espetáculo tornando a jornalismo um “reality show” diário e, ao mesmo tempo, não se torne maçante, a ponto de ser apreciado só por meia dúzia de eleitos?

Este é o desafio. Como jornalista, aprendi a utilizar no limite uma força que o jornalismo tem como ninguém: a capacidade da meta-crítica, do ajuste rápido. Estruturas hierárquicas –como o Judiciário, a Universidade, o setor público como um todo— têm dificuldades para correções rápidas de rumo. A política se renova a cada quatro anos. Na mídia, não há campanha, por mais ampla e sistemática que seja, que resista a um bom argumento colocado individualmente por um jornal. Esta é a maior virtude da imprensa, essa capacidade e rapidez para o auto-ajuste, a auto-regulação.

Nos últimos anos essa capacidade foi embotada inicialmente por uma competição baseada na emulação por toda a mídia dos padrões vitoriosos. Depois, pela consolidação do market share dos principais jornais, e o receio de mudar o modelo e perder participação.

Criou-se uma estratificação daninha. Toda manhã, cada jornal tem seu jornalista lendo os concorrentes e comparando as notícias. Se o repórter utilizou o mesmo enfoque do concorrente, não será incomodado, ainda que esteja errado, porque estará errando com a maioria. Se buscar o enfoque original, será cobrado ainda que esteja certo. E se a verdade demorar a aparecer, provavelmente o repórter não terá espaço nem tempo de cobertura para fazer valer a sua verdade.

Criou-se um círculo vicioso. Ocorre o episódio. De cara, forma-se o juízo e apresenta-se a conclusão. Ainda sem ter acesso aos argumentos do acusado, o leitor passivamente aceita o que lhe foi apresentado. Depois, pesquisas de opinião, dando conta do que o leitor pensa –tendo tido acesso apenas à primeira versa—estratificam a cobertura em torno dela.

Repito: cabe à mídia, especialmente ao jornalismo de opinião, ser representante de tudo o que seu leitor deseja ou ser guardião dos valores maiores da civilização?

Penso ser perfeitamente possível conciliar os dois objetivos. É tudo questão de preparo, da implantação de modelos de gestão adequados à produção jornalística, e talento e coragem para defender o certo – e paciência para tourear os movimentos de massa e não sucumbir à pressão do curto prazo por resultados.

### **O início da profissionalização**

No início dos anos 50 o Brasil ainda era país pré-industrial. Industrializou-se e urbanizou-se em período extremamente rápido. Apenas nos anos 70 começa a se esboçar uma sociedade de consumo mais sofisticada. Até então, havia poucas redes de lojas no país, a maior parte de armarinhos, estruturas precárias de distribuição, poucos atacadistas. O mercado publicitário era acanhado, apenas começando a se abrir. Os classificados e a publicidade legal ainda se constituíam na maior fonte de receita dos grandes jornais.

Com o novo padrão de industrialização começam a tomar corpo dois movimentos simultâneos. Do lado das empresas, o planejamento técnico das vendas através do mercado publicitário. Desde os anos 40 já se recorria à medição de audiência em rádio pelo IBOPE. Com o advento de novas mídias acelera-se a profissionalização das campanhas publicitárias, com as pesquisas ajudando no encaminhamento das verbas publicitárias.

Do lado da mídia, tem início uma mudança importante de padrão. O conceito de entretenimento começa a ocupar espaço com a expansão da televisão e das editoras diversificadas.

Esse modelo não combinava com proselitismo político. A mídia partidária era evitada porque não interessava anunciar em um veículo de direita e suscitar reações contrárias do consumidor de esquerda; e vice-versa.

TV Globo e Editora Abril têm papel fundamental nesse processo, entendendo perfeitamente o novo papel da mídia e conquistando taxas fantásticas de crescimento.

## O padrão Veja

A Abril saiu na frente, investindo de forma ampla em quadrinhos e em segmentação de mercado para suas revistas, na importação de padrões editoriais dos grandes centros, dentro da visão correta da inevitabilidade da globalização dos padrões de consumo da classe média, público leitor por excelência.

Menos dependente do governo do que, por exemplo, a televisão, em meados dos anos 60 a Editora Abril começou a investir em veículos com peso editorial. Primeiro, lançou a “Realidade”, revista de grandes reportagens. E, em 1967 a “Veja”, revista semanal criada para disputar o mercado com a “Visão”, respeitada, mas de presença tímida e mais voltada para o público de negócios.

“Veja” foi a primeira publicação a praticar o marketing da notícia. Teve um período brilhante sob a direção de Mino Carta, com uma redação jovem e talentosa trabalhando em cima de alguns princípios básicos do novo jornalismo.

No nível, a linguagem tinha que ser compreendida pela dona de casa de Bauru, como se dizia na época. Como só a linguagem não basta, simplificaram-se também as análises. O público a ser perseguido não era o politizado, inibido pela repressão que se seguiu ao Ato Institucional número 5, mas a nova opinião pública urbana, recém-ingressada na era do “milagre”, com acesso a novos bens de consumo.

O modelo de notícia, importado do “Time”, consistia em um planejamento de pauta privilegiando o enfoque glamurizado. Na segunda-feira, antes mesmo de apurada, a matéria estava praticamente definida e embrulhada de acordo com o que o leitor pudesse considerar mais atraente. Os repórteres saíam com pautas indicando as declarações que deveriam extrair dos entrevistados. Prejudicou-se bastante o conceito de relevância, em nome da busca da atração.

Já nessa época havia o abuso das frases tiradas do contexto para poder se encaixar no raciocínio previamente definido. Pecava-se pela superficialidade, mas essa simplificação da opinião tinha efeito fulminante sobre o público. Lendo a revista, qualquer leitor estava apto a exercitar sua opinião nas discussões com amigos e colegas, de temas relevantes a irrelevantes.

Em pouco tempo, mesmo com as restrições impostas pela censura, a revista se consolidou como a maior formadora de opinião no país. A simplificação era realizada com enorme criatividade. Toda semana era um show de inovações, levantando-se temas inéditos com grande repercussão. Apostar qual seria a próxima capa de “Veja” tornou-se prática semanal na opinião pública da época.

A “glamorização” da notícia se dava na escolha dos temas, dos enfoques, no uso por vezes abusivo da adjetivação, nos lides rebuscados, mas que fazia o grosso dos leitores se sentir mais inteligente com a sua leitura. Havia também um estilo de valorizar informações em “off” ou sugerir “insights” que não poderiam ser ditos. Durante anos, todo jornalista era diariamente abordado por um leitor ou conhecido pedindo que contasse “aquilo que não pode publicar”.

O modelo foi tão bem sucedido que assegurou à revista a liderança incontestada das revistas semanais e da formação de opinião nacional até hoje.

## O padrão Globo

A TV Globo começou a se consolidar em meados dos anos 70, a partir de um projeto iniciado dez anos antes por Roberto Marinho, e que teve em José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o “Boni”, seu principal idealizador.

Definiu-se um padrão novo para a televisão, profissionalizando as relações com as agências, instituindo a grade de programação, trabalhando com planejamento de programação, com apuro técnico, senso de detalhe e preocupação com o consumidor únicos não apenas na mídia, mas na economia brasileira da época.

Durante algum tempo consolidou-se em parte da academia a visão de que o chamado "padrão Globo de qualidade", longe de representar opção mercadológica, teria sido algo imposto pela ditadura militar, a quem interessava uma televisão que refletisse um país “moderno”. Ao impedir a competição, o regime militar teria assegurado à Globo a tranquilidade necessária para investir no “padrão”, sem perder mercado. Agora, com a democracia de massas se consolidando e com a competição aumentando, não haveria espaço para um padrão de qualidade.

Não foi isso. No plano dos negócios, o padrão transformou a TV Globo na maior empresa de mídia do país e conferiu reputação mundial a seus produtos. O fato de o "padrão Globo" agradar aos militares não significa que foi criado para atender à lógica do regime.

Houve confusão entre a criação do moderno mercado de consumo, que começa no final dos anos 60, como decorrência inevitável do processo de industrialização do país, com o fato de esse processo ter se dado ocasionalmente sob o regime militar. O "padrão Globo" atendeu à lógica do novo mercado, não à dos militares.

Estudos de modernos industrialistas reforçam essa hipótese. Falta de competição e mercado fechado jamais foram motores de inovação. Pelo contrário, a tendência das empresas é a de se acomodar no espaço conquistado.

Se a TV Globo não tinha competidores, por que haveria de se esmerar em manter o "padrão Globo"? Para contentar os militares, bastariam programas como "Amaral Netto, o Repórter" e a cobertura das paradas de 7 de Setembro.

O "padrão Globo" não significou apenas apuro técnico, mas o aproveitamento e a organização do que a cultura popular carioca tinha de mais criativo -os humoristas da rádio Nacional, da Mayrink Veiga, da Atlântida, os músicos, os especialistas em shows, os autores de radionovelas, matéria-prima preciosa, mas que estava esparsa e perdida depois da decadência da rádio, e à disposição de qualquer emissora.

Não bastavam os artistas, tinha de haver o plano estratégico e a gestão. A TV Globo lançou a noção da grade de programação, as bases de uma política comercial profissionalizada, o uso intensivo das pesquisas de opinião, a análise cotidiana da concorrência, uma verdadeira indústria de novelas onde se desenvolviam de padrões de cenários a escolas de autores e atores, elementos que só agora começam a ser utilizados eficientemente pelas maiores empresas brasileiras.

E havia competição pesada sim. A Globo se impôs sobre uma TV Tupi bastante poderosa, sobre uma Record que durante bom período dominou a lista dos programas mais assistidos, embalada pelos festivais de música.



A conquista dos diversos horários foi trabalho de planejamento sem paralelo nas empresas brasileiras da época. Montou-se uma estratégia para cada horário. Revolucionou-se a informação matinal com o programa que lançou Marília Gabriela, investiu-se na programação infantil, tornou-se nobre o horário da tarde, restrito às donas-de-casa, e dominou-se amplamente o horário noturno, com os telejornais e as telenovelas -hoje o produto brasileiro mais conhecido no exterior.

Na era Boni, o planejamento de produção era feito com dois anos de antecedência. O lançamento de cada programação anual era acompanhado por toda a opinião pública.

A estratégia para tirar de Flávio Cavalcanti a liderança de domingo à noite, na TV Tupi, constitui-se em "case" clássico da TV brasileira. A Globo conquistou o horário ousando um novo modelo de programa, o "Fantástico", na época um show de criatividade, ousadia e qualidade técnica. O próprio "Jornal Nacional", apesar do seu oficialismo, inevitável em uma concessão pública, no regime militar, foi uma revolução técnica, com sua rede de correspondentes e um padrão internacional de edição e de reportagem.

Toda essa estratégia estava subordinada a uma clara lógica de mercado de consumo, na qual a ambição de todo órgão de comunicação é conquistar a fatia mais larga de público, ser popular com qualidade.

O "padrão Globo" conseguiu o extraordinário feito de conquistar todas as classes com níveis de audiência massacrantes. A TV Globo derrotava os concorrentes com facilidade sem apelar, porque podia. Por que não consegue hoje? Porque acabou o potencial criativo da era Boni.

Os militares garantiram parte das verbas publicitárias e impuseram limites ao uso da opinião no jornalismo. Não mais que isso. Mesmo porque, na prática, o regime acabou 15 anos antes do fim da era Boni.

### **O padrão Jornal da Tarde**

No plano comercial, até início dos anos 80 os jornais tinham como maiores fontes de receita as lojas de varejo, com suas promoções, os anúncios imobiliários e os classificados. A televisão já recebia o grosso das verbas, dos produtos de consumo de alcance nacional aos produtos locais. As revistas recebiam os anúncios segmentados. Quando "Veja" explodiu, passou a disputar as verbas nacionais com a televisão.

Nesse período, a chamada grande imprensa –os grandes jornais do Rio e São Paulo— praticava jornalismo mais convencional, com nuances editoriais. O "Estadão", mais ideológico, representava um público conservador, a "Folha" um público mais plural. No Rio, "O Globo" ainda mantinha uma linha de maior apelo popular, enquanto o "Jornal do Brasil" conquistava respeitabilidade nacional, de longe o mais influente jornal do país e, até hoje, um modelo inigualável de jornalismo de opinião, por sua influência, clareza, discernimento editorial e respeitabilidade.

Mas nenhum deles ainda tratava a notícia como produto.

No início dos anos 80 o regime militar começou a se esboroar. A segunda crise do petróleo de 1979, somada à elevação brutal das taxas de juros pelo governo Reagan, interrompeu o crescimento da economia brasileira e os sonhos de ascensão da classe média, acabando com o encanto do "milagre econômico".

Iniciou-se nova década com o regime fazendo água e o público mais exigente como consumidor e como cidadão. A essa altura, o MDB começava a crescer, articulando a oposição política, e surgia o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC organizando a oposição sindical. Mas não havia ainda canais para a expressão dos interesses difusos da sociedade.

Em fins de 1979, o “Jornal da Tarde” de São Paulo iniciou uma experiência em caráter local – posto que jornal local – mas com fortes desdobramentos futuros na imprensa nacional do período. Passou a investir pesadamente no chamado “jornalismo de serviço”, buscando aproximar-se das necessidades imediatas dos leitores.

Antes disso, em meados dos anos 60, sua criação havia sido uma revolução na mídia brasileira. Criado por Mino Carta trazia novos padrões de diagramação, pautas novas, com forte apelo no cotidiano, manchetes criativas. Com a saída de Mino, assumiu seu lugar o secretário de redação Murilo Felisberti que ajudou a consolidar e aprimorar o padrão inicial, com uma edição muito próxima dos padrões da publicidade.

Com a saída de Murilo, o jornal mergulhou em uma crise de identidade. Mantinha grande parte do quadro original de jornalistas, timaço de repórteres e editores, mas tinha perdido completamente o rumo editorial.

Em fins dos anos 70 ainda dispunha de uma seção de “Variedades” muito forte, um caderno cultural influente, que saía aos sábados, e um caderno de esportes de amplo prestígio, que saía às segundas. Em meados de 1979 fui convidado a ser chefe de reportagem e pauteiro da Economia.

Recebia uma editoria em crise, depois de ter contratado uma das mais conceituadas equipes de jornalistas econômicos da época. A equipe se desfizera. Antes de se desfazer, houve algumas tentativas de aproximar o noticiário do bolso do leitor. Mas ainda não se havia conseguido desenvolver a fórmula adequada. Até então, o jornalismo econômico se voltava exclusivamente para os iniciados: empresários, economistas e governo.

Quando assumi a chefia da reportagem de Economia do “Jornal da Tarde”, tendo como editor Kleber de Almeida, a orientação dada aos repórteres e à edição foi a de privilegiar os efeitos diretos das medidas econômicas sobre o bolso. Se houvesse matérias sobre tarifa de energia elétrica, por exemplo, invertia-se a ênfase: a matéria principal seria sobre a conta de luz e o boxe sobre a política tarifária. Completava-se o quadro com matérias analíticas pequenas, sob o olho de “Entenda a Economia”.

Outros temas se incorporaram à pauta de Economia, como questões ligadas a condomínio, seguro, financiamento habitacional, o conjunto de temas que compõem o orçamento doméstico.

Uma série sobre condomínios aumentou em 30% a tiragem do JT nos dias que foi publicada. Estava claro que a defesa dos chamados direitos difusos do cidadão era uma receita de ampla aceitação pelo público. Falava direto do que interessava e não era ideologicamente excludente, conquistava-se da direita à esquerda, em um período em que a polarização política significava enorme constrangimento ao exercício do jornalismo.

Nesse período, criei dois suplementos, um o “Seu Dinheiro”, tratando da questão das finanças pessoais em cima de um plano mais abrangente, de orçamento doméstico, e o “Seu Carro”.

No “Seu Dinheiro” entravam não apenas dicas de investimento, como orientação sobre financiamento habitacional, condomínio, capitalização etc. Já o “Jornal do Carro”, foi um suplemento semanal que tinha seu diferencial em uma tabela de preços de veículo e em forte componente de serviço. A tabela de imediato ganhou o mercado segurador e o mercado de veículos usados, visto que o único levantamento na época era da revista “Quatro Rodas”, em que um pesquisador levantava preços sem nenhuma metodologia e estimava a inflação dos dois meses seguintes – prazo entre o levantamento e a publicação da tabela.

A compra de um computador pessoal ajudou em muito no novo modelo de jornalismo. Minha idéia era a de que os grandes computadores auxiliavam no planejamento das grandes corporações. Os computadores pessoais permitiam fazer o mesmo em relação às pessoas físicas. Cabia a mídia ser o representante, o departamento técnico das pessoas físicas.

São desse período dois movimentos nacionais relevantes que ajudei a organizar, em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil, secção São Paulo: ações na justiça dos mutuários do BNH contra os reajustes das prestações; e dos aposentados contra um sub-reajuste das aposentadorias em dezembro de 1980.

Creio terem sido os primeiros movimentos em nível nacional da sociedade civil não organizada se mobilizando em defesa de seus direitos, pois aposentados e mutuários do BNH eram personagens de todos os segmentos sociais e profissionais. Houve ações oportunistas de associações mutuários tentando capitalizar o movimento, mas não de partidos políticos.

O movimento dos mutuários começou em 1982. Em janeiro fiz alguns cálculos sobre a evolução da correção monetária e constatei que em julho –mês em que se concentrava a maioria absoluta dos reajustes de prestação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)--explodiria um festival de inadimplência sem paralelo.

Fiz algumas simulações e procurei o presidente da OAB-SP, José Eduardo Loureiro. Com o Legislativo ainda manietado pela ditadura, fiz-lhe ver que a única saída para evitar o desastre seria a OAB ajudar em uma campanha nacional para questionar o reajuste na justiça.

Loureiro incumbiu o diretor do Conselho de Ética da Ordem, Rubens Approbato Machado, de representar a Ordem. De minha parte, fiz as contas mostrando o desequilíbrio que ocorreria a partir de julho. Da sua, Approbato preparou um modelo de petição judicial. Houve um seminário em São Paulo com representantes das OABs dos diversos estados. Os trabalhos foram distribuídos para advogados de todo o país, resultando no primeiro e maior movimento de ação jurídica em defesa dos direitos difusos dos mutuários.

Dois anos depois repetimos a dose com os aposentados. A esta altura eu já estava na “Folha”, com a seção “Dinheiro Vivo”. A partir de uma ilegalidade nos reajustes da aposentadoria em 1980, detectada por um advogado gaúcho, montamos um novo seminário dentro do mesmo modelo.

Para o aposentado entrar com a ação pedindo a revisão, havia a necessidade de um recálculo no valor da aposentadoria, uma conta algo complexa. Graças a um pequeno microcomputador, só na “Folha” calculamos mais de 40 mil aposentadorias.

O “Jornal da Tarde” consagrou um padrão de jornalismo didático, com temas do dia a dia do leitor. As manchetes majoritariamente se dirigiam diretamente ao leitor, tipo “entenda como se faz isso”, “defesa seus direitos” etc.

Poderia ter sido o veículo da família Mesquita a barrar o crescimento da “Folha”, que começava a se projetar. Avaliações internas concluíram, erradamente, que o crescimento do JT poderia canibalizar o “Estadão”. Impedir o seu crescimento foi um erro fatal de avaliação.

Mas o modelo implantado ajudou a abrir caminho para novas formas de aproximação com o leitor e novas fontes de receita, com a expansão, por toda a imprensa diária, de cadernos de serviços e cadernos segmentados. Saí do JT quando não consegui emplacar o “Jornal da Informática”. Ele teria saído alguns meses antes da “Folha” lançar o seu “Caderno de Informática”.

### **O padrão Folha**

Descrevi com mais detalhes a expansão do jornalismo de serviços por ter participado diretamente da sua elaboração. E pelo fato de o jornalismo de serviços ter sido a primeira tentativa contemporânea de vocalizar os direitos difusos dos leitores. Seu ponto alto foi no plano Cruzado, quando se tornou padrão utilizado por todos os grandes jornais, resultando em grandes aumentos de tiragem, além de ter aberto novas fontes de faturamento publicitário através dos cadernos de serviço.

Mas o movimento de afirmação propriamente política da imprensa em torno dos interesses difusos –o estágio mais nobre e influente da mídia–, começou em fins dos anos 70, com uma série clássica de reportagens do “Estadão” sobre a mordomia em Brasília. Coordenada por Clóvis Rossi e Ricardo Kotscho, a série permitiu pela primeira vez abrir a caixa preta das benesses dos altos funcionários públicos.

Por volta de 1983, outra série de grande repercussão foi a do “Jornal da Tarde” sobre “A República Soviética do Brasil”. Ambas eram relevantes para chamar a atenção para os direitos dos contribuintes. O forte viés ideológico reduzia a sua abrangência.

A série sobre a “mordomia” e a luta do “Estadão” contra a censura foi um episódio tão marcante na vida da imprensa nacional que, quando a censura caiu, em fins dos anos 70, o jornal emergiu como o grande formador de opinião da imprensa brasileira. Parecia não haver espaço para nenhum outro mais. Não fosse uma prolongada crise financeira, provocada por investimentos realizados na construção de sua sede, certamente o “Estadão” se firmaria como líder da imprensa nacional dos anos seguintes.

A crise impediu a concretização desse plano e abriu espaço para a entrada da “Folha” no mercado. Até meados dos anos 80, a “Folha” era uma espécie de segundo jornal de São Paulo, com posição mais liberal e plural que a do “Estado”, uma maior preponderância de colonistas, um texto e diagramação mais leves e forte penetração no interior do estado, devido a um sistema de distribuição mais eficiente.

Em 1983, consolidada financeiramente, a “Folha” passou a disputar jornalistas no mercado. Em seguida, abraçou a campanha das “diretas já”. Foi um marco na história da imprensa brasileira. A posição conferiu prestígio nacional ao jornal.

A redemocratização do país lançava na cena política um novo personagem: a chamada sociedade civil organizada. Vários grupos que engrossaram a campanha das diretas se sentiram no direito de receber a sua parte no botim do poder. Foi um período de largos abusos políticos, com uma disputa insaciável de grupos de interesse por privilégios. O poder dos sindicatos, das associações, dos políticos eram enormes. O governo especialmente fraco, de José Sarney, facilitou toda forma de demandas corporativistas, levando a economia a uma superinflação.

Foi nesse clima de amplo desequilíbrio fiscal, que foi desenvolvido o “Projeto Folha”, a primeira incursão do jornalismo brasileiro no campo do marketing da notícia e na defesa programática clara dos interesses difusos do cidadão.

O slogan do projeto era “de rabo preso com o leitor”. A idéia central, a de que o jornal não poderia se submeter a nenhuma forma de interesse, fosse financeiro, político ou corporativista. Seu compromisso único era com os direitos difusos do cidadão.

Todo leitor tem três pontos em comum: é cidadão, contribuinte e consumidor. Esses os direitos a serem defendidos. Qualquer outro tipo de interesse seria descartado, por ilegítimo. Caberia ao jornal ficar sempre ao lado do contribuinte contra as demandas corporativistas; do cliente contra o fornecedor; do consumidor contra o vendedor.

Desenvolveu-se um modelo jornalístico prático e de fácil aplicação, baseado em um conjunto de estereótipos e simplificações, reforçado por um jornalismo cultural especialmente instigante.

Pelos critérios de seleção e julgamento das notícias, toda demanda setorial ou corporativa era, por princípio, ilegítima. Havia grande dose de resistência a todos os interesses corporativistas, de funcionários públicos a banqueiros, de políticos a sindicalistas. As manchetes passaram a ter apelo forte, mais diretas e de impacto, sem a sutileza elegante do “Jornal da Tarde” em sua fase áurea, porém mais eficientes, refletindo a agressividade da sociedade civil livrando-se dos grilhões da ditadura.

Além disso, havia um estilo editorial provocativo, com matérias não-convencionais, um apelo jovem e desafiador que, em pouco tempo, conferiu à “Folha” a liderança do mercado de opinião no país.

Antes de terminar a década a “Folha” havia superado o “Estadão” em circulação e se convertido no maior e mais influente jornal brasileiro. As manchetes de impacto, a simplificação das análises, as cores fortes das manchetes, sem matização, sem tons cinzas, em pouco tempo se tornaram padrão da imprensa brasileira.

Do ponto de vista prático, definida a receita era fácil replicar o modelo. Todo ele se baseava em opiniões de tintas fortes, pouco matizadas. Todo funcionário público era displicente, todo usineiros caloteiro, todo banqueiros gananciosos, todo sindicalista corporativista. Qualquer demanda individual ou setorial era condenada à priori.

No final dos anos 80 o “Estadão” procedia à sua reforma editorial, e “O Globo” saía da toca para disputar o mercado do jornalismo de opinião. Todos buscavam seguir os

princípios consagrados pela “Folha”, como um time mais diversificado de colunistas e um apelo às manchetes fortes, o “Estadão” menos, o “Globo” mais, embora sem a quantidade e a abrangência da “Folha”.

## A campanha do impeachment

Os anos 90 começaram com a “Folha” consolidada na posição de mais influente veículo brasileiro, mas com o “Estadão” e “O Globo” começando a entrar no jogo. Entre as semanais, “Veja” continuava na liderança, com a “Isto é” em segundo, mas sem ameaçá-la. Nas TVs, a Globo era absoluta, mas ainda não descobrira o marketing do jornalismo de opinião.

No início de 1990 assumiu a presidência Fernando Collor de Mello e, em seguida, houve o episódio do bloqueio de Cruzados. Um conflito na interpretação das regras do bloqueio levou um delegado truculento a invadir a “Folha”.

Começava um período de intenso conflito entre Collor e o jornal no qual, pela primeira vez no pós-democratização a imprensa ousou questionar de frente o poder imperial do presidente. E do mais imperial dos presidentes eleitos.

A disputa entre Collor e a “Folha” atingiu seu ápice com um editorial de Otávio Frias Filho na primeira página do jornal em franco desafio a Collor – então, no auge de seu poder. O efeito foi fulminante. Foi como se caísse a ficha do país de que presidentes da República não dispunham mais de poder imperial e que o novo poder que se levantava era a mídia.

No dia seguinte, a opinião pública passou a olhar Collor de modo diferente, não mais com o temor reverencial dos primeiros tempos. O novo dono do poder chamava-se opinião pública, algo muito mais fluido e indeterminado que os jornais que passaram a tentar representá-la.

A campanha do impeachment foi um marco na história da imprensa no país. **E ousaria dizer que não foi para o bem.** Ainda adolescente, a mídia ganhara força sem ter maturidade.

Os ecos de Watergate estavam vivos na cabeça de cada jovem jornalista brasileiro, com o escândalo sendo manipulado politicamente. Agora, se tinha o quadro completo: um presidente arrogante, cercado de amigos e ações suspeitas e a certeza –após o editorial da “Folha” —de que o presidencialismo brasileiro era um tigre desdentado.

Durante algum tempo a imprensa escarafunchou os esquemas que co-habitavam o governo Collor. Quando o assunto começou a ficar repetitivo, passou a fustigar o próprio Collor. À medida em que notícias iam se repetindo, passou-se a acusar frontalmente o presidente de desonesto. Não havia gradação maior, mas também não se podia ficar na repetição.

Até então, a campanha pecara por uma falta de rigor técnico absoluto, embora não faltassem evidências a serem perseguidas sobre a atuação nefasta dos grupos que cercavam Collor, de Paulo César Farias, que atuava diretamente com ele, aos periféricos, como Leopoldo Collor e Pedro Paulo Leoni Ramos.

Em vez da apuração técnica, a cobertura misturava acusações consistentes com rumores. Os parlamentares que compunham a CPI do Impeachment divulgavam dados sem análise mais aprofundada, e sem conhecimento técnico. Qualquer rumor era aceito, desde que criasse escândalo e fosse contra Collor. Erros, impropriedades, rumores não confirmados, tudo servia para alimentar a campanha. E a reação da opinião pública era de apoio, com os jornais e revistas batendo recordes de tiragem e de prestígio.

Quando se bateu no ápice das acusações públicas –taxando-se Collor de desonesto–, e a campanha começou a correr o risco de se tornar novamente repetitiva, ingressou-se em uma era de ficção inédita na moderna história da mídia brasileira.

A entrevista de Pedro Collor de Mello à revista “Veja” deflagrou a segunda etapa da campanha. Sob o critério de objetividade jornalística, a entrevista era questionável. No plano jornalístico tinha pouco valor, a não ser o de expor um caso exemplar de ódio fratricida. Pedro Collor estava fora do centro dos acontecimentos, tinha ódio doentio pelo irmão, não apresentava provas, muitas de suas denúncias sequer eram verossímeis, não passavam no teste básico do bom senso.

O que se viu dali em diante foi uma catarse diária, um vomitório sem fim. Matérias afirmando que Collor injetava cocaína por supositório, que fazia sessões de umbanda nos salões do Palácio do Alvorada, que a primeira dama era sapatão, que Collor ficava catatônico e, para sair da crise, tinha que ser penetrado por seu chefe de gabinete. Não se sabia mais de que lado havia mais falta de escrúpulos: se do lado de Collor ou da mídia, e de suas fontes, todos aspirando aos seus quinze segundos de glória. Conferir

A campanha terminou com a renúncia de Collor e se criou um vazio na cobertura diária. Todos, jornais, revistas, televisão e seus respectivos públicos tinham se viciado no escabroso, no repugnante, no obsceno, no escatológico. E a imprensa tinha se dado conta de que podia derrubar presidentes. O tigre provara de carne fresca.

Os controles de qualidade foram relaxados, paradoxalmente no mesmo momento em que as redações adotavam mecanismos de controles formais de conteúdo. foram para o espaço. Os repórteres eram estimulados a voltar diariamente com escândalos, de que natureza fosse. A única exigência é que fosse escândalo, se real ou não era de menos.

Além do emporcalhamento da cobertura jornalística, um subproduto importante da campanha do impeachment foi ter despertado o jornalismo da TV Globo para esse modelo de esquentamento da notícia– provavelmente para evitar o desgaste que a emissora teve ao não abraçar a campanha das “diretas-já”.

Até então o jornalismo da TV Globo primara pela moderação, mesmo depois do final do regime militar. Sabia-se ter um canhão na mão e se usava com cautela. Na campanha, mudou-se o estilo, especialmente devido ao forte crescimento da influência da “Folha” e à manutenção da influência da “Veja”. A Globo tinha tamanho e abrangência, mas não formava opinião, este foi o pensamento a nortear a mudança da sua linha editorial. Anos depois, o lançamento da revista “Época”, da Editora Globo, desbalanceou o mercado de revistas semanais, buscando espaço entre a “Veja” e a “IstoÉ”.

Esses dois episódios ajudaram a elevar a temperatura das manchetes da mídia, a busca do escatológico, o linchamento, a níveis jamais presenciados na moderna história da imprensa brasileira.

Sufocando critérios técnicos mínimos de checagem, essa sede por escândalos abriu espaço para uma das mais espúrias alianças do jornalismo moderno: repórteres especializados em escândalos com escritórios lobistas de Brasília, cuja influência remonta ao início do governo Collor.

Na época, o estilo Collor permitiu o crescimento desses grupos de lobistas e suas primeiras relações, ainda que conflituosas, com a chamada grande imprensa.



Uma de suas grandes armas nas lutas comerciais ou políticas passou a ser a fabricação de dossiês ou de denúncias vagas ou simplesmente falsas, como insinuações sobre homossexualidade ou desonestidade de figuras públicas. Mas seu raio de ação se limitava a uma certa imprensa marrom que vicejava em pequenas publicações patrocinadas por grupos de interesse. Jornalistas da grande imprensa que se aliassem a esses grupos terminavam profissionalmente queimados. Tanto que esse papel de “imprensa marrom” era exercido por jornalistas que já tinham perdido espaço na grande mídia.

O fato inédito foi os lobistas terem conseguido furar esse esquema de clandestinidade e se infiltrado na grande imprensa, após a campanha do impeachment ter desmontado os sistemas de controle de qualidade editorial.

Definiram-se pactos de sangue complicados. Em geral, esses grupos recorrem a operações criminosas, como grampos e fabricação de dossiês. Quando a imprensa passou a acolher esse material, sem questionar a veracidade, muitas vezes sequer a verossimilhança, permitiu duas espécies de dossiês: os que saíam publicados na imprensa e aqueles que se constituíam em instrumentos bem sucedidos de chantagem.

Alguns desses escândalos acabaram recebendo prêmios nacionais, alguns chegaram a ameaçar a estabilidade política, mesmo não passando em nenhum teste de consistência. No fundo, foi a premiação que consagrou esse jornalismo de dossiês, impedindo que o jornalismo de opinião entendesse a tempo o desgaste que significaria para sua credibilidade.

**Casos bem sucedidos: caso TRT, compra dos votos, saldo positivo, caixa 2 da campanha do FHC**

## O marketing da notícia

Ao longo dos anos 90, o desvirtuamento da objetividade jornalística se deu em cima de um padrão recorrente, que só começou a se desmoralizar no ano passado, depois de um profundo desgaste do estilo junto aos leitores. Listo alguns desses instrumentos.

### O uso da catarse e as raízes do Brasil

Em pleno início de milênio, que papel a mídia tem desempenhado para o desenvolvimento brasileiro? Há um sem-número de críticas ao nosso desempenho. Praticamente inexistente o conceito de relevância na matéria jornalística. Em qualquer cobertura de fato relevante, a tendência é de se realçar o imprevisto, a frase que pode gerar conflito, deflagrar a catarse em lugar de relatar a essência do assunto.

Existe dificuldade enorme de se conferir tratamento analítico aos temas, de analisar ponto por ponto os diversos ângulos da questão, apresentar as versões conflitantes, inseri-lo em um contexto mais amplo, em suma, pensar de maneira moderna. Em geral as análises são substituídas por opiniões quase sempre taxativas, quase nunca analíticas, que espelham muito mais as preferências do autor do que análises acuradas.

Finalmente, a não ser nos seus aspectos mais pitorescos, as teses mais modernas encontram pouco espaço na mídia. A grande mídia, hoje em dia, representa apenas o chamado público comum, mas de maneira passiva, divulgando o que acha que esse público deseja ouvir, com poucas pretensões de agregar informações novas ou mesmo de relatar objetivamente os fatos, quando acha que poderá desagradar o leitor.

Nos setores mais dinâmicos da economia, há um trabalho de foco nos consumidores, mas também um esforço enorme na inovação, da capacidade de desenvolver produtos originais, cuja necessidade jamais seria captada em pesquisas de opinião com consumidores –pelo fato de ainda não existirem.

No quadro atual da mídia, isso não ocorre. Ao proceder dessa maneira –de buscar a reação imediata, os aspectos que mais chamam à emoção—o que se conseguiu foi ressuscitar valores culturais que, na década de 40, na segunda edição do clássico “Raízes do Brasil” Sérgio Buarque de Hollanda considerava anacrônicos. Apesar do avanço das cidades sobre o modelo rural, dizia ele, apesar dos novos valores que se disseminavam, das mudanças que ocorriam no país, o modo de pensar brasileiro continuava o mesmo do século anterior.

Buarque de Hollanda observava que o brasileiro é mais receptivo à declaração peremptória, definitiva, ainda que vazia de conteúdo, mas que não obrigue a pensar. O brasileiro prefere mais a conclusão que a demonstração, “o que fazer” ao “como fazer”, valoriza mais quem critica do que quem faz.

Anotava o mestre que outro aspecto amplamente valorizado é o negativismo, calcado em afirmações peremptórias que jamais apontam rumos, mas sempre sugerem a salvação. Até nossos positivistas –dizia Buarque de Hollanda—eram “negativistas”, misturando o discurso moral ao da negação de tudo, como se, negando tudo, se chegasse por milagre à solução. As declarações não costumam guardar lógica entre si, constatava ele. O crítico é capaz de usar conceitos de uma escola de pensamento, no momento seguinte utilizar outro conceito diametralmente oposto, com a mesma ênfase.

Buarque de Hollanda não chegou a analisar outra característica cultural brasileira: a de achar que todo sujeito taciturno é profundo, que todo mal humorado é sério, que todo indignado é sincero.

Hoje em dia, no Brasil, a indignação virou valor ideológico em si, seja contra o governo, a oposição, seja contra o estacionamento de supermercado. Pouco importa se há razão ou não nela, se venha acompanhada ou não de sugestões de solução (invariavelmente não vem). A indignação virou um valor em si.

É uma mixórdia ideológica tão excepcional que alguns dos mais ardentes defensores do carlismo –símbolo máximo da direita brasileira--, até o início da crise foram enaltecidos, por anos, como símbolos das esquerdas. Algumas publicações alternativas –editorialmente muito bem feitas, aliás— juntam críticos literários de direita, sociólogos de esquerda radical, humoristas de esquerda light, e forma-se um todo editorialmente consistente –são todos “indignados”--, embora ideologicamente componham a orquestra do crioulo doido.

Não é à toa que a catarse – o oposto da razão – tenha se convertido em padrão jornalístico nesse novo e tão velho modo de pensar.

### **O uso dos inquéritos**

Uma das mais nocivas parcerias nesse período foi entre o Ministério Público Federal e jornalistas da mídia. Ambos os poderes se firmaram nos anos 90, o MP por conta da Constituição de 1988 que conferiu poderes quase absolutos a cada procurador individualmente, não o submetendo a nenhuma forma de controle externo ou da própria corporação.

Na época a medida se justificava. Os abusos contra o patrimônio público, praticados no regime militar, com a imprensa manietada, ganharam dimensões gigantescas no grande assalto ao botim perpetrado pelos novos vitoriosos – grupos políticos, sindicais, corporações profissionais e empresariais.

Os poderes conferidos pela Constituição ao Ministério Público foram capítulo fundamental na afirmação dos novos valores da cidadania. Mas, como todo poder nascente, saindo da casca, alguns dos novos procuradores passaram a apelar a toda sorte de abusos, o chamado porre de poder que acometeu sindicalistas e políticos de oposição nos anos 80 e a própria imprensa nos anos 90.

Trata-se de um processo que, em regimes democráticos, acaba sendo contido pela própria reação da opinião pública e da banda conseqüente do Ministério Público. Com a campanha do impeachment, porém, procuradores e jornalistas foram alçados à condição de guardiões exclusivos da honra nacional. E o poder subiu à cabeça de todos.

Nos anos 90 aceitou-se o resultado de qualquer inquérito como verdade absoluta. Todo processo investigativo passa pelos seguintes passos. Se alguém suspeita da atividade irregular em determinada área, faz a denúncia, que pode ser encaminhada à polícia ou ao Ministério Público.

Em geral, o inquérito deveria ser uma peça neutra, ouvindo todas as partes. Na prática, não costuma ser. Por sua própria formação, o acusador comporta-se, muitas vezes, como o repórter que dispõe de uma boa denúncia: qualquer informação que possa minimizar a denúncia é deixada de lado, para não atrapalhar o furo.

Depois do inquérito, abre-se um processo. Cabe ao Ministério Público essa incumbência. É função do promotor avaliar a consistência do inquérito e oferecer ou não a acusação.

Por sua própria formação, e pela pressão da opinião pública para que se encontrem culpados, muitas vezes o promotor deixa a avaliação da consistência do inquérito para o juiz. Poucos têm a grandeza do promotor que recusou o inquérito sobre o bar Bodega e pediu sua anulação e a libertação dos acusados, alegando inconsistência e depoimentos obtidos sob tortura.

Muitas vezes são abertos processos que, mais à frente, se revelam inconsistentes e são arquivados. O promotor pode apelar e a sentença será avaliada em outras instâncias. Se o juiz aceita a ação, dá-se, então, total possibilidade de defesa aos acusados. Estabelece-se o contraditório que permitirá, mais à frente, definir culpas. Só aí se terá a notícia completa.

O que ocorreu com notável repetição na mídia dos anos 90 foi atropelar esse processo. Dava-se publicidade a cada processo como se fosse a sentença definitiva, antes mesmo que a outra parte fosse ouvida. Abolia-se o contraditório, o procurador assumia o papel do juiz, e as acusações não precisavam passar pelo teste da consistência: depois que saem publicadas, o acusado está liminarmente condenado, mesmo que a acusação posteriormente se mostre infundada.

No âmbito da Receita Federal, por exemplo, era comum (hoje em dia menos) a divulgação de nomes de empresas que recorriam de autuações, como se fossem sonegadas – independentemente de terem ou não argumentos legais para questionarem a autuação.

De repente, com o espaço aberto por um repórter, um assessor de terceiro escalão, ou um procurador açambarcava a função do juiz, dando sentença definitiva de vida ou de morte sobre a reputação do investigado.

### **O esquentamento das manchetes**

Uma das ferramentas mais pesada de “esquentamento” da notícia passou a ser o novo modo de fazer as manchetes. Deixou-se de lado o ponto relevante para privilegiar o conflito, a pequena intriga, e, principalmente, manipular as ênfases.

Toda notícia tem diversos ângulos. O leitor bem informado é capaz de captar mais de um ângulo, de ir buscar no texto as informações que permitam compor o todo ou, então, apontar as ausências que tornam a reportagem incompleta.

Não conheço pesquisas científicas sobre o tema, mas presumo que maioria absoluta dos leitores não consegue captar mais do que um ângulo da notícia. Daí a importância da manchete ou do lide. O editor terá condição de direcionar a informação, mesmo sem suprimir nenhum dado, unicamente definindo qual o ângulo que interessa salientar.

No auge da competição por escândalos, no episódio Eduardo Jorge, o jogo ficou mais pesado. Na ocasião escrevi uma coluna mostrando essas distorções, que representa bem o que foi o uso das manchetes em todo esse período.

Francisco Lopes informa que almoçou com FHC no dia da crise cambial, que o informou sobre o risco sistêmico do mercado, mas nada disse sobre a operação de salvação dos bancos Marka e FonteCindam.

Manchete: ‘FHC sabia da crise na BM&F, afirma Lopes’.

O empresário Pedro Paulo, da Encol, conta que teve contato com FHC, que se sensibilizou com o pleito da empresa, devido ao fato de ter 22 mil funcionários e 42 mil clientes. FHC incumbiu-o de conversar com Eduardo Jorge. Indignado, Pedro Paulo informa que não conseguiu nenhuma ajuda nem conseguiu viabilizar um único empréstimo.

Manchete de um jornal: ‘FHC pediu por Encol, diz ex-dono’.

Manchete do outro: ‘Ex-presidente da Encol disse que teve promessa de ajuda’.

Outro jornal: ‘Encol: MP vê indícios de tráfico de influência de Eduardo Jorge’.

O jornal da TV fala em suspeitas de vazamento de informações do BC. Ouve o procurador, que diz que vai abrir inquérito. O repórter pergunta: ‘Quais as evidências que o senhor possui?’. O procurador: ‘Nenhuma, mas o inquérito vai levantar’. Isso para 40 milhões de telespectadores.

O ex-diretor de Fiscalização do Banco Central Gustavo Mauch vai prestar depoimento na Justiça sobre operação de salvamento do Marka. O juiz pede que ele explique o tal ‘risco sistêmico’, possibilidade que estava nas manchetes de todos os jornais que cobriram a crise cambial na época. Mauch explica e utiliza termos técnicos que o juiz não entende.

Manchete: ‘Procurador afirma que Mauch se comprometeu porque não conseguiu explicar risco sistêmico’.

José Maria Monteiro, presidente da Brasil Saúde, convoca a imprensa para explicar que jamais teve envolvimento com Eduardo Jorge e que recorreu a ele apenas uma vez, por sugestão de FHC, na condição de presidente da Cosesp -seguradora do governo do Estado de São Paulo-, ameaçada de liquidação pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Manchete: ‘Monteiro confirma ação de EJ na Cosesp’.

Grampo mostra conversa de um diretor de fundo contando como foi buscar ajuda de Eduardo Jorge para enfrentar um conluio de deputados do PPB, liderados pelo notório Eduardo Cunha.

Manchete: ‘Fitas expõem ação de EJ nos fundos’.

Reportagem com Eduardo Cunha em que ele atribui a Eduardo Jorge a indicação do diretor do fundo que, segundo o grampo, resistia ao assédio dele e de sua turma.

Manchete: ‘EJ é acusado de infiltrar amigo em fundo’.

O ministro Pedro Malan presta depoimento, diz que não foi informado do socorro ao Marka e ao FonteCindam e afirma que essa ausência de comunicação ‘não pode fundamentar nenhuma ilação sobre a natureza das operações realizadas’.

Manchete: ‘Procurador diz que suspeita aumentou’.

Hoje em dia, há um contingente maior de leitores críticos não entrando mais no jogo das manchetes. É importante que se anote que esse estilo de manchete não faz parte de um modelo de jornalismo moderno. Assim como os programas populares, apelam-se a elas na falta de criatividade para compor manchetes vistosas e consistentes.

## O uso dos grampos e dossiês

Um dos piores recursos utilizados para esquentamento de notícias foi o uso indiscriminado dos dossiês. Dessa facilidade se aproveitaram alguns dos piores chantagistas da República, tanto para jogadas políticas quanto comerciais.

Partia-se de um ato criminoso, o grampo, e –pior— conferia-se ao dossiê do chantagista mais valor do que a um processo jurídico. Passava-se ao leitor a impressão de que, por ter sido obtido de modo clandestino, tudo o que o grampo revelava era verdadeiro.

Os principais estratégias para “esquentar” grampos eram os seguintes:

Frases fora do contexto – A conversa telefônica informal é basicamente coloquial. Experimente analisar uma conversa sua, ao telefone, e, depois, levantar a quantidade de declarações que, tiradas do contexto, podem dar margem a interpretações dúbias. O que se fazia era mencionar trechos da conversa e, depois, o chantagista, através do repórter, tirar suas próprias conclusões e tentar induzir o leitor.

O ápice dessa manipulação foi o “grampo” em cima de um dos irmãos Bragança – tido como homem do ex-presidente do Banco Central Chico Lopes – em que ele dizia que “a reunião foi desmarcada”. E o repórter concluía – sem uma prova sequer – que a “reunião” só poderia ser a do Banco Central, onde se deliberaria sobre eventuais mudanças no câmbio.

Outro caso clássico foi o das centenas de horas de gravação da Polícia Federal em cima de suspeitos de escândalos da Sudene. A reportagem era rica em adjetivos que descreviam as transcrições – “chocante”, “inacreditável”. Mas a transcrição das principais passagens mostrava declarações pífiás. Os esquemas existiam, eram pesados. Mas nada justificava os atentados que se cometeram contra a objetividade jornalística.

Estratégia semelhante – de manipulação de frases em conversas “grampeadas” -- foi tentado na disputa Ambev x Keiser, em cima de um grampo sobre o advogado Airton Soares. O episódio foi desmascarado a tempo.

A fonte secundária -- Outra jogada usual era o “grampo” em cima de uma pessoa, em geral suspeita, onde ela mencionava relações com pessoas do governo. Não se ia conferir se a pessoa tinha acesso à fonte mencionada, ou se simplesmente se se valorizava perante o interlocutor. Um bandido conversava com outro bandido sobre um terceiro personagem ao qual ele sequer tinha acesso. Era suficiente para se considerar a conversa como definitiva

O caso da compra de votos para a reeleição foi típico. Houve o grampo em cima de um político secundário, que dizia ter sido convencido pelo governador Amazonino Mendes a votar pela reeleição. Ele supunha que a razão do interesse do governador fosse o “dinheiro do Sérgio Motta”. Era evidente que a forma de cooptação política não era a mala preta levada na calada da noite para Manaus, mas verbas liberadas legalmente através do orçamento nas mãos dos aliados políticos – uma prática fisiológica condenável, mas que nada tinha a ver com a maneira com que se embrulhou a denúncia. A denúncia foi importante para combater as práticas fisiológicas, mas sua premiação foi um dos principais estímulos ao uso indiscriminado pela mídia de práticas criminosas, como grampos e dossiês.

A verdade parcial – Recurso bastante utilizado no dossiê Cayman, ou na cobertura do caso Chico Lopes, era juntar um conjunto de fatos, alguns não apenas inverídicos como inverossímeis, e outros reais, porém secundários. A partir destes, concluir que o conjunto era real.

Nesse episódio tinha-se um caso real – a conta aberta no banco de Cayman. Não se sabia de quem era, quem movimentava os recursos e quanto recurso era movimentado. Podia simplesmente ser uma conta aberta pelo chantagista para armar a jogada, podia ser uma conta real. Pouco importava. Em torno de um fato verdadeiro e não conclusivo – a existência da conta – se armou toda a ficção.

O caso Chico Lopes foi um clássico de ficção também. Tinham-se duas informações: o número da conta do banco Pactual em Nova York e três números de celulares que pertenceriam a Bragança, o amigo de Lopes. Em cima dessas informações criou-se a história de que a conta do Pactual era utilizada para pagar Chico Lopes; e os três celulares eram utilizados por Bragança para poder trocar informações com Chico sem ser grampeado.

Na verdade, o número da conta era apenas o número de registro do banco em Nova York. E os números dos três celulares constavam da declaração de renda de Bragança. Essa informação jamais foi divulgada, depois que a denúncia saiu.

### **A pauta como matéria**

A pressa em perseguir os furos, o receio de que a concorrência se antecipasse estimulou o estilo de “atire primeiro, pergunte depois”.

No processo jornalístico técnico, a pauta é o ponto de partida, o rumor, a suspeita, o indício, o documento que serve de base para a investigação jornalística. Dizia o jornalista Ricardo Boechat que jornalistas e cabeleireiros temos algo em comum: o acesso a fofocas. A diferença é que, antes de divulgar as fofocas, os jornalistas conferem sua veracidade.

Nos tempos da ditadura, com a imprensa e o Judiciário manietados, havia um amplo vazamento de rumores, muitos dos quais infundados, mas que era a maneira de driblar a censura. Posteriormente, com a redemocratização e, principalmente, depois dos amplos poderes dos quais a mídia se viu revestida, a disseminação de rumores, longe de ser uma resistência contra a censura passou a ser mau jornalismo. Antes, era também, mas pelo menos tinha alguma legitimação política.

Watergate, o grande episódio que deflagrou o moderno estilo investigativo da mídia, só virou notícia objetiva após meses e meses de investigações. Não se tinham documentos, inicialmente, mas se juntavam evidências, testemunhos, checava-se a consistência das acusações, para só então transformar o rumor nesse prato de qualidade inigualável: a informação jornalística. Evidentemente a existência de leis severas contra abusos de mídia em muito contribuiu para o rigor nas apurações.

A pressa pelo furo fácil, no entanto, fez com que, por aqui, se abrisse mão dos cuidados mínimos requeridos para uma boa apuração. Um dos paradoxos desses tempos de denúncia, é que só se divulgam notícias esquentadas, porém que não demandam grandes apurações. Os grandes golpes, por si só complexos, praticamente passaram incólumes

perante os jornalistas mais ostensivamente vinculados ao escândalo. Mesmo porque parte deles era de autoria de suas próprias fontes.

Houve exceções, é claro, nenhuma premiada. Anos atrás, na série de matérias que fez sobre o DNER, a jornalista Mônica Bérghamo passou uma aula importante sobre como juntar evidências e testemunhos e dar consistência às denúncias. Outro colega, Frederico Vasconcellos, também se especializou em temas complexos, apurados com rigor e isenção. Só que exige tempo e competência.

Tome-se, no entanto, o caso ACM, a série de entrevistas que o senador concedeu a jornais e revistas assim que se sentiu preterido pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Foi-se até o senador, ressentido pelo afastamento do governo, ligou-se um gravador na sua frente e permitiu-se que ele falasse o que lhe desse à telha.

A partir daí tinha-se uma pauta, um roteiro para ser investigado. Em vez disso, a pauta foi transformada em matéria jornalística, sem que o senador fosse questionado uma única vez, para solicitar provas ou, ao menos, para conferir se suas declarações tinham lógica.

Em uma dessas entrevistas, que se tornou capa de uma revista semanal, na tentativa do auto-elogio o “abre” comparava as declarações à de Pedro Collor de Mello, que levou ao “impeachment” de seu irmão.

Se as informações tivessem essa relevância, se pudessem provocar a desestabilização política, o cuidado no seu tratamento deveria ser redobrado. Não tendo relevância –por ausência de provas--, se desmoralizaram por si, mas expuseram o risco a que o país corre com esse tipo de jornalismo.

O rigor jornalístico não é apenas uma questão de oferecer um produto de qualidade aos leitores, mas um ato que tem implicações institucionais relevantes. Existe um amplo mercado de boatos, em círculos específicos, que passa por fontes políticas e pelo mercado financeiro. Há um enorme caldeirão, uma feijoada imensa, de onde se pode tirar a mistura que bem entender. Alguns boatos são possíveis, outros são prováveis, alguns são verossímeis, outros são sem nexos.

Quem quisesse atacar ACM teria matéria farta nesse caldeirão, assim como quem quisesse atacar qualquer outro político desse país, se valendo apenas de boatos. Daí os cuidados que cercam matérias desse tipo.

Mesmo em um país de larga tradição democrática, com instituições sólidas, como os EUA, possibilidades de “impeachment” de presidentes são tratados com todo cuidado. Por algum tempo, até o início da campanha eleitoral de 2002, não se cuidou dessa responsabilidade básica do jornalismo de opinião para com a estabilidade do país.



## Manual de Sobrevivência

Há cerca de dois anos preparei um Manual de Sobrevivência na Selva, com algumas indicações simples e óbvias sobre como se precaver contra as falsas matérias.

Dossiê Cayman, reportagens sobre Chico Lopes, armação em torno do depoimento da conselheira do Cade (Conselho Administrativo de Direito Econômico) Hebe Tolosa na Polícia Federal, o sujeito que se dizia lobista do diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (que, depois, descobriu-se que era meio desequilibrado), todos esses fatos comprovam que não há mais o menor controle de qualidade na produção jornalística como um todo.

**Conhecimento.** Parte dos leitores tende a considerar que tudo sai em letra impressa é, por princípio, verdadeiro. Um pouco de ceticismo não faria mal. Tipo, toda denúncia é por princípio falsa, a menos que apresentem provas de que é verdadeira. Trata-se de princípio básico de direito, que reza que o acusador tem o ônus da prova.

**Verossimilhança.** É o critério inicial básico para se avaliar uma matéria: conferir se tem lógica. Se a denúncia diz que o sujeito que quebrou recebia do presidente do BC informações privilegiadas sobre o câmbio, a denúncia não tem lógica: se recebesse, teria enriquecido e não quebrado. Da mesma maneira, supor que quatro políticos, sem afinidades pessoais entre si, pudessem abrir uma conta conjunta, e batizá-la com suas iniciais é algo tão extravagante que deveria desqualificar a denúncia no seu nascedouro.

**Evidências.** Há denúncias que vêm acompanhadas de provas, outras que apresentam meras conclusões. O repórter que chegou à determinada conclusão, mesmo que não revele a fonte ou não disponha de provas, tem por obrigação revelar todos os elementos que lhe permitiram concluir. Quem tem elementos, apresenta. Quem não apresenta, é porque não tem. Se não pode apresentar testemunhas, o repórter tem, no mínimo, que apresentar fatos, circunstâncias, detalhes que lhe foram contados, para que o leitor possa avaliar se a suposição tem base ou se é chute. Se não apresentar, é chute.

**Fitas.** Não acredite no jornalista que, ao mencionar determinadas gravações, use adjetivos tonitruantes para qualificá-las (“explosivas”, “impactantes”), mas não mostre nem a cobra nem o pau. Só acredite nos trechos entre aspas, e só acredite naquilo que você está lendo. Se o trecho mencionado não significar nada para você, é porque não tem significado algum mesmo. Qualquer conclusão que a matéria apresente, que não for aquela que você pode tirar objetivamente da frase entre aspas, é cascata. Se os trechos do “grampo” que foram publicados não tiverem importância, é porque o que não foi publicado tem menos importância ainda.

## O novo jornalismo

Nos anos 80 a imprensa cumpriu o papel de combater a ditadura e se colocar na defesa dos direitos civis. Para tanto, apelou a um maniqueísmo extremado, que poupava todos os componentes do chamado arco democrático e desqualificava todas as ações do período militar. No plano do marketing, o modelo foi eficiente enquanto durou o combate à ditadura. Superado o período histórico, o modelo se esgotou.

Da redemocratização aos anos 90, o papel do jornalismo foi o de submeter o Estado ao controle da opinião pública, defendê-lo contra toda sorte de demandas corporativistas. Com todos os exageros, já relatados, com os linchamentos, manipulações e esquentamentos, também cumpriu seu papel. Durante certo período adquiriu prestígio e influência incomparáveis. Depois, também se esgotou, levando no ano 2000 à queda generalizada da circulação das publicações dedicadas ao jornalismo de opinião.

Os abusos contra direitos individuais, a superficialidade, as falsas promessas contidas nas manchetes provocaram reações em diversos círculos, dos leitores mais críticos ao poder judiciário – que passou a tratar severamente, até com exagero, as ações contra a imprensa.

O desafio, agora, é montar o novo modelo, que permita o fortalecimento do jornalismo de opinião através de sua legitimação. E esse modelo precisa necessariamente estar sintonizado com os novos tempos.

Recentemente foi publicado um estudo sobre o peso da Justiça no chamado "custo Brasil". Quanto custam as sentenças imprevisíveis, a demora dos processos, as desconfiças sobre os contratos?

Estudo semelhante sobre o "custo imprensa" traria subsídios importantes para que começássemos a reavaliar nosso papel.

Dentro de uma economia de mercado, à imprensa cabe o papel mais relevante. Deve atuar como elemento de identificação de problemas, porta-voz da opinião pública, fórum de apresentação das reivindicações dos setores sem representação política, divulgador de notícias sobre economia, mercado e empresas.

É com base nas informações da imprensa que investidores tomam suas decisões de investimento, que governantes buscam corrigir rumos, que a sociedade é alertada para a correção de problemas e que as boas experiências são disseminadas com maior rapidez. É na mídia que se deve dar o grande debate sobre a reorganização do Estado, os mecanismos de controle do mercado, as formas de implementar os novos valores, os rumos dos investimentos públicos e privados.

Será através do trabalho competente da imprensa que a opinião pública passará a julgar empresas e governantes de acordo com critérios de responsabilidade social.

Notícias falsas sobre a economia induzem investidores a erros. Além do prejuízo individual, reduzem a eficiência geral da economia pela dispersão dos recursos em movimentos especulativos.

Notícias falsas sobre empresas podem liquidar reputações e ativos que, mais do que dos acionistas, se constituem em fator de riqueza do país.

Demora em identificar problemas no país provoca sacrifício inicial inútil; depois, um gasto dobrado para compensar o estrago.

Portanto, à imprensa cabe papel central na definição do novo país que se quer. E essa responsabilidade social para com a nação ainda não foi percebida por muitos setores.

Nos últimos anos, muito por influência da televisão, houve o predomínio arrasador do chamado "jornalismo de marketing". A ambição profissional máxima do jovem repórter era exercitar o senso comum nas matérias, fuzilar reputações para se sentir poderoso ou exprimir indignação contra tudo e contra nada.

Aprofundar temas, ganhar consistência analítica, perseguir o rigor técnico, confirmar os boatos antes de sua divulgação, buscar ângulos complexos da questão, nada disso. As redações passaram a atuar com excessiva benevolência para com os erros cometidos pelos jornalistas. O engenheiro que comete um erro de cálculo passa imediatamente a ser mal visto pelos colegas. No jornalismo, ainda não existe esse círculo de censura interna, inibindo a ação do amador ou do leviano.

Um repórter que comete uma barriga e um editor que a aceita comprometem a profissão como um todo, e o veículo em particular. Precisam no mínimo ser mal vistos pelos colegas. No entanto, em geral o sistema de avaliações peca por excessiva complacência, próprio das corporações fechadas.

Nos próximos anos, o comando nas redações estará nas mãos dos estudantes de hoje que conseguirem casar profissionalismo, rigor na apuração dos fatos e capacidade de correr riscos na busca de novos ângulos das matérias.

O jornalista "fast food" será apenas uma curiosidade, um chamariz para pegar o que restar de leitores menos exigentes.

### **Os novos tempos e a qualidade total**

O desenho do novo jornalismo passa, obrigatoriamente pelo diagnóstico claro dos momentos político, econômico e sociais atuais; e pela análise objetiva das vulnerabilidades da cobertura jornalística.

No plano nacional, o desafio atual é a reconstrução institucional do país, tarefa deixada pela metade pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

A década de 90 foi dominada pelos temas únicos da questão cambial e da privatização. A mística do Plano Cruzado, e a herança sebastianista lusitana introjetaram no imaginário nacional a fantasia da idéia salvadora, do personagem salvador, do Cid Campeador capaz de, em um passe de mágica, resolver os problemas nacionais.

O mesmo ocorria no âmbito das empresas, durante anos mais empenhadas em construir redes de relacionamentos políticos do que em aprimorar seus processos.

Com a liberalização dos mercados no governo Collor, e com a consolidação dos princípios de impessoalidade nas ações públicas, os anos 90 conseguiram extirpar esses paradigmas da cabeça do empresário nacional. A dura luta com juros altos e câmbio desfavorável, um ambiente interno absolutamente inóspito, somado à concorrência externa liquidaram com inúmeras empresas. Mas consolidaram no empresariado a consciência de que só sobreviveriam através da busca incessante da qualidade e da competitividade.

Quebrou-se o ciclo de fantasia e se passou a acreditar na construção diária.

Para isso foram fundamentais as ferramentas e os novos paradigmas trazidos pelos programas de qualidade total – a principal bandeira conceitual desenvolvida nos anos 90, e praticamente ignorada como bandeira de cobertura pelo jornalismo de opinião.

Novos paradigmas mudaram a vida das empresas. O primeiro deles foi a relevância do trabalho cotidiano de melhoria, da redefinição e reavaliação permanente de processos, do crescimento diário do conhecimento, em substituição à visão mágica dos planos econômicos.

O segundo, a importância de se ter um objetivo de longo prazo, uma meta a ser perseguida para evitar a dispersão e a perda de rumo. Para tanto, passaram a ser utilizados indicadores de acompanhamento, para permitir saber o estágio do desenvolvimento das metas a serem alcançadas. Esses indicadores e metas garantiram a visão de longo prazo e a caminhada diária para se alcançar o objetivo proposto.

O terceiro, a importância das ações interdisciplinares e da visão sistêmica, parar de se analisar cada problema individualmente e pensá-lo de forma abrangente, definindo as ações a partir do chamado “foco no cliente”. Ou seja, toda ação de empresa tem que visar o resultado final na ponta, jamais perdendo de vista o cliente.

Em todo esse planejamento, ponto central é o da geração e acompanhamento dos indicadores. Saber definir os indicadores é essencial. É por isso que as modernas técnicas da Tecnologia da Informação consagraram recursos como o Cockpit ou painel de controle, permitindo visualizar todos os indicadores em um único painel.

### **O painel de controle**

O jornalismo dos anos 90 se caracterizou por atacar topicamente problemas isolados. Fazia-se escândalo em cima do episódio que, no dia seguinte, era substituído por um novo escândalo.

O jornalismo do ano 2000 exigirá uma postura mais continuada e profissionalizada de acompanhamento. Não havia nada mais frustrante no imediatismo dos anos 90 do que a denúncia que se perdia no ar, sem que o leitor recebesse, junto com ela, a sugestão de solução do problema, ou mesmo o acompanhamento posterior para garantir as providências a serem tomadas.

Por exemplo, se determinado episódio – tipo CPI dos Precatórios – demanda diversas ações para corrigir os erros identificados, há que se sistematizar o acompanhamento dessas ações e cobrar providências periodicamente, para acabar com a sensação de descontinuidade que marcou todas as grandes coberturas da década.

Com a proliferação da Internet e a criação dos indicadores – modelo adotado pelas agências regulatórias – o trabalho da imprensa passa, necessariamente, pela montagem de painéis de controle sobre temas variados, que permitam não só ao jornalista, como ao leitor, ter noção de conjunto do processo de construção dos temas e do país.

A busca única do “furo” ou da notícia quente banalizou-se com a entrada de uma infinidade de novos meios de comunicação, da Internet à TV a cabo. A notícia, pura e

simples, virou “commodity”. A esse produto precisa ser agregado valor, a análise, a contextualização, o acompanhamento metódico.

Há que se ter o show, a notícia atraente. Mas há que se ter o trabalho legitimador da imprensa, de passar a acompanhar o desenvolvimento do país de maneira consistente e continuada e se empenhar em construir o futuro tijolo a tijolo.

Na empresa Brasil S/A, o papel de ser o analista dos indicadores é da imprensa – esta será a grande função legitimadora do jornalismo de opinião nos anos 2000.

O primeiro passo do novo jornalismo é exorcizar de vez o sebastianismo. De certo modo, a frustração com o modelo econômico do Real, com a mistificação de economistas que defendiam o câmbio valorizado ajudaram nesse processo de libertação das fórmulas mágicas.

O segundo passo é ter a noção correta sobre os temas relevantes para o desenvolvimento nacional. Tem que se fugir dessa discussão bifásica sobre reforma da Previdência e reforma Fiscal. A remontagem institucional do país passa por um amplo conjunto de medidas e reformas, quase nenhuma no campo constitucional.

A relação de temas relevantes é enorme:

- ☞ saneamento;
- ☞ políticas de desenvolvimento;
- ☞ política científico-tecnológica;
- ☞ saúde;
- ☞ educação;
- ☞ logística;
- ☞ exportação;
- ☞ cultura.

Não basta a cobertura factual dos temas envolvendo essas áreas. É necessário discutir o modelo institucional mais eficaz.

O terceiro passo é pensar em indicadores que permitam acompanhar o desenvolvimento das políticas de cada área. A educação tem indicadores de alfabetização, de produção acadêmica, tem o provão etc. A saúde tem seus próprios indicadores de doença. A exportação tem os resultados e a composição da balança comercial. A manutenção das estradas tem as estatísticas de acidentes. E assim por diante.

Não se pode mais trabalhar com “achismo” na cobertura de temas técnicos e, especialmente, de políticas públicas.

As redações precisarão se organizar para que todo tema recorrente – de uma política pública e um episódio de destaque – receba o acompanhamento adequado e o follow-up periódico.

## **A cobertura de temas complexos**

Com a notícia, em si, virando “commodity”, a qualidade do jornalismo dependerá, mais do que nunca, do bom planejamento da cobertura.

A CPI dos Precatórios revelou, em toda sua extensão, os resultados da cobertura não planejada. Os jornalistas saíram a campo com uma incumbência apenas: a de paparicar algum senador, que lhes passaria em primeira mão informações que obtivessem do inquérito.

O resultado foi uma zorra total, uma enxurrada de informações que não servia para nada.

Os grandes temas continuados exigem, acima de tudo, a capacidade de visualizar o contexto, de formular uma hipótese para a investigação. Se é hipótese, não pode ser tratada como notícia, mas como orientação de cobertura. E não deve ser dogmática, é um plano de vôo que pode ser alterado à luz de novas informações que surjam no decorrer da cobertura.

Não se pode pretender disparar tiros a torto e a direito com o objetivo duvidoso de que um tiro acerte o alvo, mesmo que os demais errem feio. Há que se ter uma área de inteligência na redação, alguém fora do dia a dia, exclusivamente dedicado a montar as peças do quebra-cabeça.

Principalmente em coberturas continuadas, e de impacto, a cautela acaba sendo sempre a melhor estratégia, até se ter certeza da posição a ser adotada. Havendo solidez na análise, o segundo tempo do jogo exige o atrevimento de investir contra a unanimidade anteriormente formada.

Não é fácil para o jornalista conter sua ansiedade. Nos primeiros dias, haverá a sensação de desconforto do jornal que não avança conclusões, em relação ao rival que já define a questão de cara. Em todas as coberturas continuadas que tenho presenciado (da CPI dos Precatórios à dos Bancos, da Escola Base ao Bar Bodega), a sofreguidão acabou, quase sempre, por desmoralizar os mais afoitos. Os jornais que foram mais técnicos, que apresentaram todos os ângulos, à medida em que a cobertura foi avançando foram se sobrepondo aos concorrentes mais escandalosos

## **O jovem jornalista**

O jornalista marqueteiro, que se preocupa apenas em exprimir o lugar comum, cada vez mais será peça de um passado suburbano - pelo menos no âmbito do jornalismo de opinião.

Se, de um lado, a imprensa exige conhecimento geral, o domínio das generalidades, de outro lado serão cada maiores as exigências por qualidade, capacidade analítica e conhecimento especializado. O jovem jornalista que entender mais cedo esse panorama, terá muito mais condições avançar na direção de uma carreira sólida e sustentada.

Desse profissional vai se exigir:

- 1) Capacidade de análise sofisticada e não maniqueísta na análise de fatos e de personagens.

O jornalista que não conseguir avançar além de um ângulo da matéria está fadado a jamais passar de setorista. Toda matéria tem vários ângulos. Cada personagem, em geral, dispõe de argumentos consistentes em defesa dos seus interesses. Jornalista competente é aquele capaz de pesar todos os argumentos, expô-los de maneira isenta ao leitor e, depois, tirar suas conclusões, que –importante-- poderão ser checadas pelos próprios leitores, a partir das premissas expostas.

## 2) Capacidade de entender o novo país.

É importante que se estude o papel dos diversos setores da vida nacional no ambiente de uma economia de mercado. Como funciona um banco em ambiente de mercado? E um sindicato? E o funcionário público? E o agricultor? Esse conhecimento é básico para avaliar quem está procedendo ou não de acordo com o seu papel na sociedade, e criticá-lo tecnicamente, sem o maniqueísmo estereotipado do jornalismo dos anos 90.

## 3) Capacidade de impedir que preferências políticas se imiscuam na cobertura jornalística.

É vício recorrente moldar a cobertura à visão do repórter. Se é de oposição, destaca apenas os fatos negativos; se governista, supervaloriza aspectos positivos.

Nos dois casos, age-se contra a objetividade jornalística e contra o país. O primeiro, por não reconhecer avanços. O segundo, por aceitar passivamente argumentos de governo e não atuar como elemento de pressão para aprimorar os atos públicos.

## 4) Capacidade de entender os novos valores que deverão pautar a vida nacional daqui por diante.

Alguns dos novos valores já se tornaram hegemônicos na vida nacional. Por exemplo:

O primado dos direitos individuais sobre os corporativos e os econômicos; dos direitos do consumidor sobre os do fabricante; dos direitos dos cidadãos sobre os do Estado. E assim por diante.

A busca da eficiência e da qualidade. Até algum tempo atrás era comum ouvir críticas acerbas à modernização, por desempregar pessoas. Hoje, há consenso de que as políticas de emprego têm que estar acopladas à modernização e ao ganho de produtividade das empresas. E que é papel do governo e das empresas socialmente responsáveis cuidar para que a transição seja a menos traumática possível.

A idéia do processo em permanente construção. A construção nacional é obra, que depende diuturnamente, de todos os setores nacionais. Essa convicção acabou com a ansiedade que marcava todos os atos nacionais, em que cada capítulo na briga pela reconstrução nacional era colocado como questão de vida e morte para o país.

A cobrança da responsabilidade social não só do governo, mas das empresas e de todos os setores organizados da sociedade.

## 5) Não ter medo da fonte.

Uma das maiores distorções do niilismo dos anos 90 foi o jornalista se vangloriar de não ter contato com empresários ou partes interessadas na cobertura, para não se contaminar. Foi a contrapartida exagerada à atuação de outros, que passaram a ser intermediários de chantagistas.

Como captador e filtro das informações, o jornalista tem que transitar por todos os ambientes legais, em todos os setores da sociedade, do empresário ao sindicato, do governo à ONG, ouvir todas as reivindicações e ter critério para avaliá-las.

Ao contrário do que preconizava o jornalismo dos anos 90, todo setor tem o direito de defender seus interesses. Cabe ao jornalista levantar as reivindicações, transmiti-las corretamente ao seu público e ter discernimento para separar as legítimas das ilegítimas.

6) Não ter medo do elogio.

Pelo padrão dos anos 90, macho que é macho não chora e jornalista que é jornalista não elogia. Trata-se de um anacronismo que reflete a insegurança do jornalista em sua própria capacidade de avaliar situações. O jornalismo exige julgamento permanente. Cada matéria implica um julgamento que leva o jornalista a privilegiar o lide, o enfoque, as posições das partes. Condenar sempre, assim como elogiar sempre, é sinal de incapacidade de avaliar situações.

Em uma sociedade aberta, o grande papel da mídia é identificar as boas práticas – e disseminá-las – do mesmo modo que apurar os escândalos – e denunciá-los. Por isso, o elogio com discernimento tem papel social dos mais relevantes, por estimular o que está dando certo.

7) Saber remar contra a maré.

Um jornalista se diferencia dos demais produzindo enfoques originais. Por isso mesmo, remar contra a maré é a maneira de se destacar o trabalho jornalístico. Há diversas maneiras de assim proceder. Pode-se ser do contra por ser do contra, prática que acomete especialmente certo tipo de jornalismo cultural. O difícil é ir contra a maré tecnicamente, especialmente em momentos de catarse, e poder sustentar seus argumentos. Para tanto, jamais despreze os detalhes, a informação que passou despercebida por ir contra a maré. É através dela que se formará a noção de conjunto e se terão os elementos para combater as unanimidades de forma consistente.

### **Técnica do bom jornalismo**

Dentre todas as formas de organização do conhecimento, a mais adequada à investigação jornalística é o processo jurídico.

Entender e utilizar os procedimentos judiciais na apuração de notícias, além de minimizar injustiças, ajudaria a mídia a pensar melhor e a oferecer ao público um produto de mais qualidade.

Em geral, a apuração de matérias continua prisioneira da primeira versão, ou da versão de maior impacto -mesmo que não seja a correta. A formação prática do jornalista, as lições básicas nas quais ele se baseia, na maioria das vezes, consiste em tirar o maior impacto possível da matéria que tem nas mãos.

É considerado jornalista competente aquele que sabe tirar mais fumaça de um fogo qualquer. E nesse exercício, acaba prevalecendo a ênfase incorreta (valorização de aspecto secundários da notícia), a insinuação, a conclusão apressada, que acaba desmentida posteriormente pelos fatos.



Esse estilo acaba conferindo ao jornalismo brasileiro o duvidoso mérito de ser uma forma de conhecimento precária, infinitamente inferior ao tipo de conhecimento que é produzido em ambiente acadêmico, em escritórios de advocacia e em consultorias em geral. Com as exceções de praxe, é difícil a um jornalista aprofundar-se em qualquer tipo de tema, ou encarar uma polêmica séria com qualquer outro tipo de especialista.

O ponto central do processo jurídico é o princípio do “contraditório” -ou seja” a capacidade de contrapor cada argumento de uma parte à outra, até chegar-se à conclusão final sobre o caso em questão. Não se trata meramente de “ouvir” o outro lado, e colocar uma citação qualquer apenas para dar o trabalho por cumprido.

### **Na contra-mão**

Com todos os órgãos atuando da mesma maneira, é evidente que a próxima etapa do jornalismo será dominada por quem conseguir definir um novo paradigma.

O modelo niilista está esgotado. A nova etapa exigirá um jornalismo mais sofisticado e plural, capaz de julgar situações, não personagens, de ser contra ou a favor de atos de governo - não contra ou a favor de governos -, de aceitar e compreender que interesses setoriais podem ser legítimos.

Mas quem se arrisca nessa travessia? Como levar essa sofisticação às manchetes de jornais, que exigem julgamentos simples e taxativos? Manter-se da maneira como se está não traz risco algum. Se os gdes jornais utilizam o mesmo enfoque nas manchetes, todos estão certos - mesmo que todos estejam errados. Se um deles produz um enfoque diferenciado, há riscos em qualquer hipótese. Se o enfoque estiver errado, o autor será crucificado. Se estiver certo, terá que explicar por que foi o único a andar na mão. Para se sair bem, necessita de muita segurança no que diz.

No fundo, a imprensa está atrás do seu novo reformador.

Quem descobrir a pedra filosofal ditará as regras nos próximos anos.

## **O caso Escola Base**

O caso “Escola Base” foi herdeira direta da campanha do impeachment contra o ex-presidente Fernando Collor. Depois que a campanha se esgotou, criou-se um vácuo nos leitores. Estavam todos viciados em notícias catárticas, no escatológico, do mesmo modo que viciados em morfina. A cada dia a mídia se obrigava a buscar manchetes e temas que substituíssem o lixo da campanha do impeachment.

Foi nesse contexto que surgiu o episódio da Escola Base.

Como todo brasileiro, particularmente como pai, interessei-me vivamente pelo tema, assim que a imprensa passou a divulgá-lo. No primeiro dia, havia declarações do delegado responsável pelo inquérito sobre supostas orgias com crianças de quatro anos. A imprensa ecoou em coro as acusações. Pouco espaço era dado aos acusados.

Eram eles Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada, donos da Escola Base; Maria Cristina Franca, professora da escola, acusada de abusar sexualmente de uma criança de 4 anos, coleguinha de seu filho na escola; Saulo e Mara da Costa Nunes, perueiros da escola, acusado de abusar das crianças dentro da Kombi; e Maurício Alvarenga e sua mulher Paula Milhin, sócia e professora, acusados de participarem do esquema todo.

Uma das poucas experiências que eu tive com cobertura policial foi no início dos anos 80, no rumoroso episódio da corretora Tieppo. Na época era proibido investir fora do país, especialmente devido à crise cambial brasileira. A corretora montou um esquema de captação de recursos para aplicar nos novos mercados de derivativos que surgiam. Apostou mal, perdeu dinheiro e explodiu o escândalo.

Todos os jornais cercaram os delegados incumbidos da investigação, entre eles Romeu Tuma. Havia ampla disputa na cobertura, todos os jornais tratando de incensar os delegados, para obter informações. Todos bebendo da mesma fonte.

Como chefe de reportagem de Economia do “Jornal da Tarde”, orientei os repórteres a buscarem outras fontes. Em pouco tempo descobrimos uma versão totalmente diferente daquela apregoada pela mídia. O caso era tocado por dois delegados do DOPS, um deles o futuro senador Romeu Tuma.

A imprensa inteira estava atrás do caixa dois da corretora, que revelaria o nome dos investidores que aplicaram no exterior. Um dia Tuma convocou os jornalistas para informar que o caixa dois havia sido descoberto em um pequeno sobrado do bairro do Ipiranga.

Corremos por fora. O repórter Celso Horta foi incumbido de conversar com as telefonistas da corretora. Com elas levantou a informação de que as ligações para clientes especiais tinha umas frases em código, para evitar grampos. E nenhum dos nomes apurados constava da lista do Tuma.

Outro repórter foi despachado para o sobrado do Ipiranga com fotos de Tieppo e Tuma. Localizou testemunhas que afirmaram que ambos se encontraram várias vezes por ano, uma semana antes do anúncio oficial da descoberta do caixa dois.

Com essas informações convidamos o advogado de Tieppo para uma entrevista no “JT”, onde, apertado por todos os lados, confirmou o acordo entre Tieppo e Tuma para jogar planos quentes na investigação.

O episódio me deu a certeza de que, a exemplo dos repórteres, delegados e promotores tendem a supervalorizar os casos dos quais se incumbem, obrigando a um cuidado redobrado na análise de suas informações.

No caso Escola Base, o delegado aparecia falando muito, expondo vastas certezas, e não apresentava fatos objetivos. Limitava-se a mencionar testemunho de meninos de quatro anos. Nas poucas vezes em que foi ouvido, o proprietário da escola revelava genuína indignação.

No terceiro ou quarto dia de cobertura, sugeri à chefia de reportagem da TV Bandeirantes que ousasse o caminho oposto: apostar na inocência dos proprietários da escola. Mas o clima, por demais candente, desestimulava qualquer movimento na direção contrária.

No dia seguinte foi anunciada a prisão de três casais da Escola Base. Naquele dia, decidi entrar no assunto. Fazia um comentário diário no “Jornal da Noite”, e avisei o editor que falaria sobre o caso.

Para minha surpresa, o editor me informou que o advogado dos acusados tinha entrado em contato com a repórter da Bandeirantes —a emissora menos radical na cobertura— e informado que dispunha de um laudo sobre o caso, segundo o qual havia dilatamento de um por um no ânus do menino. Significava que, se houve penetração, não foi de adulto; mas o mais provável é que tivesse sido uma assadura. Em vão o advogado tentava convencer os jornalistas a divulgar o laudo.

Naquela noite fiz um comentário no Jornal da Noite, posteriormente transcrito pelo jornalista Alex Ribeiro no livro “Escola Base – Os Abusos da Imprensa”:

“Bom, hoje eu não vou falar de economia, vou falar de um assunto que me deixa doente. Toda a imprensa está há uma semana denunciando donos de escola que presumivelmente teriam cometido abuso sexual contra crianças de quatro anos. Toda a cobertura se funda em opinião da polícia. Está havendo um massacre. Mais que isso, está havendo um linchamento. Se eles foram culpados, não é mais que merecido. E se não forem? Uma leitura exaustiva de todos os jornais mostra o seguinte: não há até agora nenhuma prova conclusiva de que a criança foi violentada por adulto. Não há nenhuma prova conclusiva contra as pessoas que estão sendo acusadas. Tem-se apenas a opinião de policiais que ganharam notoriedade com denúncias e, se eventualmente de descobrir que as denúncias são falsas, vão ter muita dificuldade de admitir. Por isso, a melhor fonte não é a polícia, neste momento. A imprensa deve às pessoas que estão sendo massacradas, no mínimo, um direito de defesa, de procurar versões fora da polícia. Repito: é possível que as pessoas sejam culpadas. Mas é possível que sejam inocentes. E se forem inocentes?”

Na manhã seguinte, aumentei o tom das críticas no programa da rádio Bandeirantes, no qual participava ao lado de Salmoão Esper e José Paulo de Andrade. Naquele dia, escrevi a coluna na “Folha” sobre o episódio, que saiu publicada no dia posterior. Foi a primeira manifestação denunciando os erros de cobertura.

O massacre do japonês da Aclimação se dava no mesmo momento em que um banqueiro de atividade polêmica se firmava na mídia, particularmente nas colunas sociais, como o novo grande mecenas da cidade. Sua incensação serviu de contraponto ao massacre da Escola Base.

## 8/04/1994 O japonês da Aclimação e o Mecenaz

O japonês da Aclimação vai ajudar a brava sociedade brasileira a purgar seus erros e permissividades. Desconfiou-se que em sua escolinha donos, professores e pais de aluno praticavam abusos sexuais contra pequenos alunos de 4 anos de idade. Um roteiro para Marques de Sade nenhum botar defeito.

Não há nenhuma prova conclusiva para as acusações. Não há sequer laudos que comprovem definitivamente a prática de abusos sexuais. Um exame comprovou dilatamento de um por um no ânus de uma das crianças. Pode ser vestígio de penetração, seguramente não por parte de um adulto. Pode ser fruto de uma assadura. Depois disso, há apenas informações arrancadas de crianças de 4 anos por pais desesperados.

Há o quadro já conhecido de policiais que se deslumbram com episódios que podem lhe render popularidade, e de cobertura jornalística burocrática que se vale exclusivamente da versão oficial.

Mas pode haver algo de maior impacto, para policiais e jornalistas, do que a suposição de crianças de 4 anos—que poderiam ser filhos dos próprios leitores—sendo utilizadas em sessões de filmes pornográficos?

Não há nenhuma foto, nenhum filme que comprove a versão, mas o que importa? Como tem-se 50% de possibilidade do japonês da Aclimação ser culpado, está-se cometendo apenas 50% de injustiça.

E toca-se a linchar o japonês e os pais de outros alunos de 4 anos, valendo-se dessa grande prerrogativa de sentir-se fortalecido na companhia da unanimidade, para melhor poder exercer o supremo gozo de participar de um linchamento, sem riscos e sem remorsos—uma espécie de realidade virtual da Disneyworld com vidas alheias, em que se vive a sensação de perigo, sem correr riscos.

Pouco importa se o resultado final dessa investigação vier eventualmente a comprovar a inocência dos acusados. Se errar, terão o álibi de estar errando em ampla companhia.

## Lei e ética

O combate à corrupção não se faz em cima de leis, mas de princípios éticos desenvolvidos pela sociedade como um todo. O primeiro círculo a coibir práticas erradas é a família. O segundo, o círculo social. Se houver conivência com desvios, não há aparato legal que resolva.

Em São Paulo, um banqueiro foi acusado de integrar o esquema PC Farias junto a fundos de pensão e ao sistema Telebrás. Um grande empresário carioca, homem de vida pública conhecida, e de boa reputação, acusou-o frontalmente de ter exigido propinas para liberar uma licitação. Outro empresário, do setor de telecomunicações, acusou-o de tê-lo procurado em nome do próprio PC Farias.

Nenhuma medida foi tomada pelo Ministério Público Federal para apurar os fatos. Fosse apenas um empresário paulista, o banqueiro provavelmente teria sua vida investigada. Mas é também genro de um senador da República.

A brava elite paulista transformou-o em seu mecenas particular, sem se preocupar sequer em cobrar-lhe explicações cabais para as acusações. Ele é personagem ativo das colunas sociais, sua casa é freqüentada por personalidades conhecidas da vida intelectual e empresarial, suas festas elogiadíssimas, assim como suas virtudes de enólogo. Tem dinheiro e é grande amante das artes. Um grande praça, sem dúvida.

Não se assuma a presunção da culpa. Pode ser que seja inocente. Pode ser que seja culpado. O fato é que em nenhum momento as suspeitas provocaram sequer o constrangimento, que é o sinal mais tênue de existência de princípios éticos regendo relações sociais.

Mas pouco importa. O poderoso japonês da Aclimação está aí mesmo, para mostrar que com a sociedade brasileira não se brinca.

## O caso Collor

Um dos episódios pessoalmente mais penosos em que entrei foi a revisão do governo Collor, em junho de 1994. Fui crítico de Collor desde a campanha eleitoral. Na época, estava fora da grande mídia, tinha um programa de economia na TV Gazeta de São Paulo, o “Dinheiro Vivo”, retransmitido pela TV Nacional e pela TV Educativa. O programa conseguiu bom espaço junto aos formadores de opinião, pela cobertura do mercado acionário e pelas críticas insistentes contra o governo Sarney.

Durante a campanha eleitoral fui procurado por Leopoldo Collor, irmão de Fernando, e diretor da TV Manchete. Queria me apresentar o irmão – que ele garantia ser o próximo presidente do país – e me convidou a me engajar em sua campanha. Indaguei de outros aliados. Quando mencionou o apresentador Ferreira Netto julguei melhor manter distância prudente.

Na campanha eleitoral, investi contra Collor, especialmente no episódio que envolveu a filha de Lula.

Depois, ele eleito, mantive postura crítica desde o primeiro momento. Collor demonstrava acompanhar o programa porque, em pelo menos duas festas, bebeu bastante e me xingou violentamente. Um desses episódios foi relatado pelo jornalista José Nêumane no “Estadão”. Collor me chamara de terrorista, por dizer que a aguda elevação das taxas de juros, na gestão Ibrahim Éris no Banco Central, levaria a uma recessão da economia – previsão posteriormente confirmada.

Depois disso, o programa foi tirado do ar na TV Nacional e na Educativa, por ordem do jornalista Marcelo Netto, então presidente da Radiobrás. Mais tarde, sofri pelo menos dois processos de pessoas ligadas a Collor. Finalmente, conseguiram me tirar da própria TV Gazeta.

Em dificuldades financeiras, a emissora havia feito um acordo com a rede CNT, dos irmãos Martinez, um dos grupos apoiados financeiramente pelo esquema Collor. Martinez prometeu um pacote de filmes classe A, com a condição de que meu programa saísse do ar.

Entendi a vulnerabilidade financeira da Gazeta, não perdi o apreço pelo pessoal que a dirigia, mesmo tendo sido obrigado a deixar a emissora.

Nesse ínterim, coincidiu minha volta para a “Folha de São Paulo” como colunista, convidado por Otávio Frias Filho para substituir a coluna de Joelson Betting.

Tracei esse histórico para ilustrar o desafio psicológico que foi superar todas essas broncas contra Collor, a implicância com a supina arrogância que cercava ele e todos seus colaboradores, na hora de avaliar com isenção seu governo, depois que ele já havia caído.

Quando pipocaram as primeiras denúncias contra Collor, e a CPI começou a ganhar corpo, me dei conta, de cara, que Collor não escaparia do impeachment. Provavelmente fui o primeiro jornalista a alertar para a inevitabilidade do impeachment, na minha carta semanal e, depois, no serviço em tempo real da Agência Dinheiro Vivo – que inaugurara esse tipo de informação no país. O artigo mereceu uma página de críticas do “Jornal do Brasil” feitas pelo meu colega e amigo Otávio Costa, que considerou precipitadas e especulativas as conclusões. Minha intenção era a de chamar a atenção das partes envolvidas para a inevitabilidade do impeachment, e para a necessidade de que a transição fosse conduzida com bom senso.



Cheguei a elogiar Itamar Franco e avaliar que seu temperamento não era o de uma pessoa irracional. Depois, converti-me em crítico ferrenho de sua governo, devido aos impulsos irracionais que o caracterizaram.

Quando a campanha contra Collor ganhou velocidade, continuei batendo, mas aí com moderação, defendendo o impeachment, mas denunciando os exageros da apuração. Collor já era cachorro morto. Chutá-lo não era mais sinal de coragem. Praticamente todos chutavam – especialmente aqueles que se comportaram com maior subserviência durante seu apogeu.

O que me fez pular fora do linchamento foi uma observação do embaixador Walther Moreira Salles – cuja biografia eu estava escrevendo. Crítico de Collor, o embaixador estava escandalizado com a campanha, não apenas por sua inconstitucionalidade como por sua virulência. Uma observação me calou fundo: “Essas fases de paroxismo trazem à tona o que de pior existe na natureza humana”. Disse-me isso justamente no dia em que falava do macartismo que testemunhou em seu período de embaixador brasileiro em Washington.

No livro de Cláudio Humberto, o ex-porta-voz de Collor relata que o ex-presidente se surpreendeu quando, em meio à campanha, escrevi que o deputado Aloisio Mercadante estava equivocado quando avaliou o saldo da conta corrente de Collor. Segundo Cláudio Humberto, a surpresa de Collor decorria do fato de eu ser um dos jornalistas que ele mais detestava.

Porém, com todos seus defeitos, Collor comandara uma revolução no Brasil, com a abertura, a desregulamentação, a busca de competitividade e a mudança de paradigmas importantes. Até então, o álibi ao qual apelávamos, para não reconhecer seus méritos, era o de que o país estava pronto, e Collor apenas dera sorte de se tornar presidente no momento correto.

A ascensão de Itamar provou que nada estava pronto. A possibilidade de retrocesso era nítida.

Ainda no governo Itamar, escrevi série de colunas sobre o programa de abertura da economia de Collor. Fora conceitualmente elaborado ainda no governo Sarney por um grupo brilhante de economistas do BNDES, liderados por Júlio Mourão, mas que nunca havia conseguido colocar os conceitos em prática. Era o modelo da “integração competitiva”. Foi Collor quem abriu esse espaço para mudanças. Algum mérito ele haveria de ter.

A idéia básica do programa era a de que o Brasil completara o ciclo industrial em 1985, quando obteve enorme superávit comercial. O desafio, agora, consistia em abrir a economia gradativamente, para permitir à empresa nacional se internacionalizar e acostumar com a competição. Definiu-se um período de quatro anos para a queda gradativa das tarifas de importação e, ao mesmo tempo, criaram-se programas de qualidade total, através da Fundação Prêmio Nacional da Qualidade, para preparar as empresas brasileiras para os novos tempos, enquanto as reformas caminham no Congresso.

Conversei com pessoas sérias que haviam participado do governo Collor –como o Secretário da Fazenda Geraldo Gardenalli e o futuro presidente da Ford, Antonio Maciel Neto – e seu depoimento me foi surpreendente. No exercício estrito do poder, Collor não

era apenas um fantástico visionário, nem um mero bandoleiro, mas um executivo exigentíssimo, e um governante permanentemente ligado em um projeto de país. Jamais havia sugerido qualquer favor à parte técnica de sua equipe, e a apoiou em momentos decisivos.

Viam-se dois Collor distintos: um, que comandava um dos piores esquemas de caixinha já vistos na política brasileira; e outro, que se conduzia com total rigor no exercício do poder. Como conciliar essas duas figuras?

Andei tateando algumas colunas, tentando entender esse paradoxo. Aos poucos, duramente, foi caindo a ficha. Havia componentes nítidos de estadista em sua ação pública.

Em junho de 1994, em pleno período eleitoral, fui a Las Vegas cobrir uma feira de informática. No aeroporto de Atlanta, enquanto esperava o voo de conexão, resolvi escrever a coluna admitindo o lado estadista de Collor. Mandei pelo computador e, depois, me arrependi. Sabia que iria dar enorme rebuliço e achei imprudência publicar sem estar pessoalmente no Brasil, para acompanhar e rebater as críticas que certamente suscitaria.

Retornei ao Brasil dias depois. Chegando, soube que a “Folha” havia repercutido a coluna com presidenciável Fernando Henrique Cardoso, em plena campanha eleitoral, e ele havia concordado com a avaliação. Foi um gesto de coragem intelectual surpreendente, para um político escaldado. Não houve questionamentos rançosos. Apenas um artigo de bom nível de Chico de Oliveira.

Tempos depois, soube que um filósofo da USP, de nome Paulo Arantes, questionou violentamente a análise, mas em um livro fechado, de pouca divulgação – embora tivesse acesso aos jornais, particularmente à “Folha”, para expor suas ressalvas e encarar uma polêmica.

Meses depois, o deputado José Serra me presenteou com um livro de Ortega y Gasset, “Mirabeau e outros ensaios”. O livro trazia um ensaio do filósofo espanhol sobre os estadistas, um clássico. Ali, estavam retratados Collor, no papel do estadista inescrupuloso, Itamar, no papel do pusilânime e Fernando Henrique Cardoso, no papel do intelectual pouco chegado à ação.

Foi o que me convenceu – e, acredito, convenceu parte relevante dos meus leitores – de que esse paradoxo de Collor podia ser entendido à luz de outros estadistas que o precederam, e do estudo de Ortega y Gasset..

## 17/06/1992 Coração satânico

Está na hora do país começar a discutir serenamente, sem prejulgamentos nem oportunismo, a questão do impeachment do presidente da República. É uma possibilidade que dia-a-dia torna-se mais presente, e não deve ser ignorada—sob pena de, em não se pensando em alternativas de transição, criar-se um vcuo institucional.

O primeiro passo da discussão consiste na justa compreensão desse processo de catarse social que est tomando conta do país. Inútil tentar relacion-la a manobras golpistas. O que se passa hoje é fen“meno típico do que se poderia definir genericamente como crise da modernidade, que tem como ponto central o rompimento com prticas políticas e culturais ancestrais—entre as quais a corrupção institucionalizada é a face mais execrada.

Passou-se o mesmo na Argentina no período que antecedeu a ascensão do ministro Domingos Cavallo. Uma imensa lavagem de roupa suja, no interior de processo psicanalítico violento, uma purgação ampla e irrestrita dos pecados não apenas de Menen, mas da própria sociedade argentina.

### CPI sem retorno

Chegou a vez do Brasil. A falta de limites do esquema alagoano, associada às agruras da crise econ“mica, aumentou enormemente o grau de indignação popular. Mas não se deve perder a perspectiva de que o que est em julgamento são também os pecados de governos passados, vícios de uma legislação partid rria corruptora, processos de licitação pública, a sensação de impunidade que se alastrou por todos os escalões da República. Processos dessa natureza não permitem contemporizações. Mas impeachment sem a solução definitiva das raízes da corrupção é empulhação.

### Teses mistificadoras

Não é necessário muita acuidade para perceber que o impeachment desencadear um processo de caça às bruxas capaz de deixar muitos mortos pelo caminho, principalmente políticos de fichas sujas e ambições altas. O alerta vale para aqueles que sempre tentam tirar vantagens de momentos de indefinição de poder.

Também deve-se descartar, por mistificadora, a tese de que o vice-presidente da República Itamar Franco significaria um retrocesso definitivo no processo de modernização do país. O sr. Itamar é pessoa honrada, de vida limpa, com suficiente realismo político para perceber que, ainda mais hoje em dia, não se governa sem uma percepção clara dos sinais emitidos pela opinião pública.

### Hora do pagamento

O que torna delicada a questão é a crise econômica. Qualquer dos processos de impeachment—passando pelo Senado ou pelo Supremo--, sendo o Presidente absolvido ou condenado, cria um vácuo na política econômica em momento particularmente delicado. É possível que o país j esteja suficientemente maduro para se virar sozinho? É uma possibilidade, não uma certeza.

A dúvida relevante, no entanto, é se, mesmo saindo formalmente isento do processo, o presidente ainda conseguiria recuperar condições de governabilidade. Sejam l quais forem

suas razões, há indícios veementes de que mudou a natureza do presidente da República após a grande depressão pessoal na qual se atolou em setembro passado.

Mesmo assim, mesmo sendo o perdão peça permanente da cultura da conciliação que marca o país, a cada dia que passa mais aumenta a sensação de que o país parece não estar disposto a conceder sua última chance a Collor. É pena para o presidente e para o país, mas aparentemente Mefistófeles veio cobrar o pagamento de uma velha dívida.

## 10/09/1992 A esquizofrenia de um grande ator

Se é que o atual processo de impeachment marca o final de uma era política, não deixa de ser curioso que, por artifícios de marketing ou por processos psicológicos mais complexos, o cidadão Fernando Collor acabou compondo um personagem que é um amálgama das características mais marcantes de alguns dos mais controvertidos políticos brasileiros da segunda metade do século. O homem público Fernando Collor é um pout-pourri de personalidades tão díspares que só poderia resultar num personagem esquizofrênico—tão bem interpretado que, suspeita-se, o autor conferiu-lhe bem mais do que seu talento histriônico.

Logo no início da campanha Collor tomou emprestado do ex-Ministro Dílson Funaro Collor o tom messiânico. Basta conferir as gravações das primeiras manifestações de campanha para identificar-se tiques de linguagem, o tom solene, o discurso salvador característico de Funaro. A tentativa de incorporar seu carisma era tão obsessiva que Collor acabou compondo sua equipe basicamente com ex-assessores de Funaro, escolhidos sem muito critério.

### JK, Jânio e Lacerda

Também são identificadas em Collor, com uma clareza assustadora, as mesmas características temerárias de JK, ignorante em matéria econômica até o limite da irresponsabilidade, mas dotado do feeling do novo e da ousadia própria de quem não consegue avaliar as consequências dos próprios atos. A tentativa de Collor em emular JK ficou patente no discurso da modernidade, na ousadia irresponsável do plano Collor, e na cooptação da viúva e da filha do ex-presidente.

Junto com a leveza irresponsável de JK, Collor tentou assimilar também a loucura solene de Jânio, reproduzindo sua preocupação exacerbada com a autoridade, o formalismo e o discurso moralista em relação às contas públicas. De Carlos Lacerda e Brizolla, Collor apropriou-se do discurso carbonífero de campanha e da característica de investir contra todos os moinhos sem a menor preocupação em avaliar correlação de forças.

### Herança alagoana

Mas é do pai Arnon de Mello, e da tradição política alagoana, que provavelmente Collor incorporou as características mais profundas de sua personalidade pública. Arnon era um jovem e promissor alagoano que valeu-se de seu trabalho na imprensa para aproximar-se da elite brasileira da época e obter um cargo de governador de estado. A partir daí lançou as bases para a montagem de seu grupo empresarial que acabou dominando as comunicações locais. Alguns anos depois o grupo já era suficientemente forte para ousar grandes empreendimentos no Rio de Janeiro, como a compra do Parque Lage.

A tentativa obsessiva do presidente de apresentar-se como o macho nordestino, e suas explosões públicas (um sentimento primo-irmão do pânico) aliás, tem muito a ver com as críticas sofridas pelo pai ao longo de sua carreira, e que devem ter marcado bastante a vida familiar. Alagoano, mas dotado do cosmopolitismo do Rio de Janeiro, o ex-governador Arnon de Mello sempre cultivou uma forte preocupação com a segurança pessoal—absolutamente justificável, participante que era do mais violento jogo político do país, o alagoano. Afastou-se do estado durante os sangrentos episódios políticos de 1957 (que

levaram ao impeachment do então governador local e a tiroteios em plena Assembléia Legislativa) e compreensivelmente afobou-se no Senado quando viu levantar-se da cadeira seu inimigo político Silvestre Péricles, que presumia armado, no episódio que resultou na morte do senador José Keirallah—atingido por uma bala tão perdida que, antes de acertá-lo quebrou o copo do senador José Ermírio de Moraes, obrigando-o a proteger-se embaixo da mesa.

Dotado de uma cautela pânica em relação a seqüestros, quando governador do Alagoas, Arnon pagava o irmão (pai do atual deputado federal Euclides Mello e quase seu sócio) para dormir em seu quarto, fazendo-se passar por ele. Uma iniciativa prudente, vista da ótica do centro-sul, mas que os anacrônicos conceitos de “machismo” do estado incluíam na relação de atos tíbios.

Essa colcha de retalhos de personagens políticos acaba conferindo um significado especial ao momento político. Há grandes chances de que, com o impeachment, sejam definitivamente enterrados os tempos de subdesenvolvimento político em que, à falta de instituições, o país limitava-se a produzir personagens.

### **As bananas de Silvestre**

Quando Arnon de Mello foi indicado governador de Alagoas, uma multidão aglomerou-se embaixo da sacada do palácio do governo, vaiando o ainda governador Silvestre Péricles. Este veio com sua mulher à sacada e passou a responder às vaias com gestos de bananas. Ficou até a hora do almoço. Antes de se retirar convocou dois criados para substituí-los no nobre mister de distribuir bananas.

## 06/07/1994 O fenômeno Collor

Ainda há pouco distanciamento histórico para analisar em toda sua dimensão o fenômeno Collor. O tempo conspira a seu favor e nisso reside o nó na cabeça dos especialistas: a enorme dificuldade em admitir que uma pessoa com o passado violento e imoderado de Fernando Collor, proveniente de um dos estados politicamente mais atrasados do país, chefiando um exército de pigmeus inescrupulosos, tivesse a clarividência de definir um novo país—que gradativamente começa a se materializar.

Como alguns outros analistas, criei cá para mim alguns álibis para não ter que encarar a questão de frente. O máximo que admitia era que Collor foi um fenômeno eleitoral—algo muito menor do que um fenômeno político—, e que todos seus atos obedeceram exclusivamente a uma impulsividade irracional que, por vias tortas, conduziram o país às mudanças que agora começam a aflorar em toda sua intensidade.

Visto assim, Collor representava apenas o fim de um modelo político que havia ficado tão irracional, a ponto de tornar-se autofágico, nas mãos de um louco varrido.

Ou então, que o país estava pronto para a grande reforma, e que Collor foi apenas o intuitivo que se antecipou um pouco ao que era inevitável.

Mas era uma explicação muito simplista para o fenômeno. Os passos iniciais do governo—até que fosse destruído a partir do episódio Canhedo-Petrobrás—obedeciam a uma fria determinação, prejudicada, é verdade, por auxiliares medíocres a quem se confiaram tarefas claramente acima de suas possibilidades. Sem contar a enorme rapinagem conduzida por seu pessoal.

Mas era tão clara e lógica que bastaram alguns meses de governo Collor para uma realidade política e econômica que se arrastava há anos ficar irremediavelmente velha da noite para o dia, obrigando a uma reformulação em todo pensamento nacional, inclusive do PT.

Vicentinho, o maior fenômeno gerado pelo movimento sindical nos últimos dez anos, não teria aparecido como um cometa luminoso se, antes, as estruturas mentais e econômicas do país não tivessem sido explodidas pelo furacão colorido, abrindo espaço para as câmaras setoriais e para uma nova postura sindical.

Repito: é muito difícil avaliar o fenômeno, quando se tem tão viva a imagem dos pequenos ratos que o cercavam, a suprema humilhação que causaram ao país com sua falta de limites, jogando o amor-próprio nacional no fundo do poço.

Goste-se ou não (o colunista não gosta), mais que um mero fenômeno eleitoral, o personagem Fernando Collor foi um homem de Estado de fôlego. Não se consegue produzir uma obra dessa envergadura, simplesmente dando murros ao vento ou com mera intuição.

A coluna está apenas antecipando, com todos os riscos inerentes a apresentar tais conclusões com as brasas da fogueira ainda vivas, o que vai ser reconhecido mais à frente.

## **Valores morais**

Que a conclusão não provoque comentários tipo: se ele era tudo isto, significa que está-se defendendo PC, ou dizendo-se que todas as acusações contra ele eram falsas?

Não é nada disso. Tinha todos os grandes defeitos apontados, e o episódio político do impeachment foi tão relevante e pedagógico quanto seus discursos de modernização. Não se está fazendo o julgamento moral de Collor (o que o condenaria irremediavelmente), mas seu papel como homem de Estado.



## 26/08/92 É hora de esfriar a cabeça

Manifestações populares têm duas facetas opostas, muitas vezes separadas por um fio de navalha. Podem conviver amigavelmente a face boa, da celebração, do conagraçamento e da solidariedade, com a face perversa do ressentimento e do oportunismo.

Enquanto temia-se que a verdade pudesse ser ocultada pela CPI PC Farias, e mantém-se o temor de que as instituições possam ser amordaçadas por lacunas legais e pela chantagem de um terço de congressistas, as manifestações assumem cores cívicas e espelham esperanças.

A partir do momento em que as instituições comecem a se mover, que se robusteça a convicção de que o Supremo Tribunal Federal (STF) vai agir, que no Congresso prevaleça gradativamente a ampla maioria dos homens de bem, mais do que nunca ser conveniente que se comecem a desarmar os espíritos. E se forneça aos acusados a possibilidade de uma defesa ampla, sem utilizar o emocionalismo das manifestações de rua para influir nos julgadores. Caso contrário, a festa dar lugar ao predomínio de sentimentos baixos.

Não enobrece o país, por exemplo, ex-ministros do governo exprimirem seu contentamento em público, pelo fato de terem abandonado o barco antes do naufrágio. Ou candidatos derrotados externarem seus ressentimentos. Ou a malta de personalidades minúsculas, que até bem pouco tempo bajulava o governo, atirar pedra no Judas.

A maior prova de confiança nas instituições ser daqui para frente aguardar com serenidade o encaminhamento das questões legais, evitando influir na isenção com que o STF dever examinar as provas levantadas pela CPI e pelo Ministério Público.

### Papel do porta-voz

De um porta-voz do governo, espera-se que defenda o governo. Por isso mesmo, sejam quais forem as suspeitas que parem sobre o governo, o assessor de imprensa Etevaldo Dias não fere princípios éticos ao assumir sua defesa. Feriria se o defendesse trabalhando na imprensa, ao mesmo tempo em que obtivesse vantagens financeiras para si ou para pessoas próximas.

Mas o assessor atropela normas profissionais elementares quando converte-se em instrumento de divulgação de falsas informações. Após a revelação de que a secretária do presidente Ana Acioly sacou dinheiro na véspera do bloqueio de cruzados, Dias convocou a imprensa e apresentou como verdadeira a informação de que o dinheiro havia sido sacado inadvertidamente, para bancar despesas com a posse do presidente.

Membros da sub-comissão do sistema bancário garantem dispor de documentos que comprovam que o dinheiro foi sacado através de cheque administrativo que, no final do mês, apareceu na conta de empresas ligadas a Wagner Canhedo. A revelação levanta muitas dúvidas e uma certeza: a de que o assessor imprensa incorreu numa mentira. A dúvida é se foi espontaneamente ou induzido.

Se induzido, o assessor tem a obrigação, para consigo e para com a profissão que um dia abraçou, de no mínimo retificar a informação e desculpar-se pelo engano cometido.

## **Política e país**

Uma nação é constituída por um conjunto de procedimentos e padrões de conduta que se passam através das gerações. Na base da reação que o país empreende contra a impunidade, estão lições morais transmitidas de pai para filho. Cada cidadão que foi à rua, do mais novo ao mais idoso, no fundo está homenageando a figura paterna, recebendo simbolicamente o bastão dos princípios éticos, que mais à frente será passado para seus filhos e netos, ajudando a moldar e a perpetuar esta entidade abstrata e tão concreta denominada Brasil.

Seria bom que, quando estiverem com esposas, filhos e pais, parlamentares e governadores que querem impedir o julgamento justo do presidente da República pensem um pouco nessas questões.

## 08/07/1992 Imprensa e advogados

O processo de recuperação das liberdades democráticas tem levado a exageros típicos da adolescência democrática. Desse exagero em um momento ou outro não escaparam sindicatos deflagrando greves injustificadas, o Ministério Público através de prejulgamentos, juízes através da concessão indiscriminada de liminares e a imprensa, através de denúncias mal apuradas. Todos têm seus pequenos e grandes pecados, e também seus méritos pelo aprimoramento democrático.

No caso da imprensa, o mérito principal foi ter contribuído de maneira decisiva para a elucidação dos esquemas de assalto ao poder. O pecado maior tem sido incorrer em exageros, devido à óbvia dificuldade de se apurar casos de corrupção no governo, somada muitas vezes à pressa ou à falta de preparo profissional. Mas a soma dos benefícios proporcionados é incomparavelmente maior.

Há cerca de dois anos coube à imprensa alertar o país para as quadrilhas que se formavam em torno do poder, fazer as primeiras denúncias de corrupção na Central de Medicamentos. Depois, cumpriu seu papel de dar ressonância às denúncias de Pedro Collor, Renan e Motta Veiga, localizar o motorista Eriberto, desvendar a compra de terrenos vizinhos à casa da Dinda, levantar a propriedade dos carros que serviam aos filhos do presidente.

### Jogo de interesses

Não se pense em desprendimento. A imprensa age movida exclusivamente por interesses, assim como muitos advogados que escolhem os clientes de acordo com seus fundos bancários. O que os diferencia é o objeto de interesse. A imprensa interessa conquistar a opinião pública; a esses advogados, clientes de carteira farta. Quanto maior o crime cometido, maior o lucro da imprensa denunciando o suspeito, maior o honorário do advogado, defendendo-o. E não há sofisma capaz de modificar essas regras, mesmo para quem julga que decreto lei é capaz de converter pro-rata em média e Lupicínio Rodrigues em Herivelto Martins.

### Brasil S/A

A intenção do governo de tentar caracterizar a manifestação empresarial “Brasil S/A” de apoio ao Ministro da Economia Marcílio Marques Moreira como de apoio ao presidente, contra eventuais transtornos causados pela CPI PC Farias, é tão falsa quanto a afirmação do presidente de que partiu dele a convocação do Congresso em julho. Seus organizadores deixaram bem claro que o objetivo é chamar a atenção para o fato de que a economia pode conviver normalmente com apurações de corrupção no governo, de maneira a permitir a CPI a completa apuração dos fatos. Como ocorre aliás em qualquer país moderno.

### Barganhas

O processo de barganha com a imprensa, adotado por alguns membros da CPI, beira a irresponsabilidade. Fornecem uma prova exclusiva em troca de espaço nos jornais. Colocam em risco a seriedade dos trabalhos e praticam concorrência desleal com seus colegas de CPI, que tem colocado os trabalhos acima da disputa de egos.



## 16/11/1994 O Estadista e o pusilânime

Derrubada a monarquia pela Revolução Francesa, a Assembléia Nacional Constituinte, dominada por jacobinos sem noção de país, ameaçava naufragar.

Neste momento, surge Mirabeau. Com uma retórica explosiva, um jogo cênico excepcional, e idéias claras e precisas sobre o futuro, em apenas dois dias ele define o novo regime político. Não apenas isso, como também prevê, naqueles dois dias mágicos, os desdobramentos futuros que acabariam liquidando o regime séculos mais tarde.

Morreu poucos anos depois e foi enterrado no Panteão dos Grandes Homens da França.

Século e meio à frente, descobriu-se que o grande herói francês era um estróina, um sujeito que brigara com o pai na adolescência, fora preso por inadimplência, sequestrara donzelas indefesas.

Imediatamente teve início uma campanha na França—liderada por um intelectual cujo nome o tempo apagou--, visando tirar as cinzas de Mirabeau do túmulo dos Grandes Homens. O lema da campanha era: “todo grande homem é um virtuoso”.

Quem garantiu a Mirabeau o descanso eterno foi um filósofo espanhol, Ortega y Gasset, que produziu um monumento do pensamento político—“Mirabeau e outros temas”--, relançado recentemente pela Editora Universidade Nacional de Brasília.

### A pusilanimidade

As lembranças vêm a propósito da capa de uma revista semanal, enaltecendo os “Anos Itamar”. Sem negar as trapalhadas do presidente, a conclusão final é que virou virtude de Estado o fato do medo de Itamar (felizmente) ter sido maior do que sua ignorância.

Seu governo paralisou o processo de ajuste do Estado. Permitiu a quebra da Previdência e da Saúde. Estourou novamente os limites de gastos correntes do Estado. Perdeu completamente o controle dos salários das estatais. Interrompeu o processo de ajuste dos bancos estaduais. Permitiu a volta do endividamento circular do setor elétrico.

Mas o presidente é um grande homem, porque sua timidez foi maior que seu desequilíbrio.

Em seu ensaio, Ortega y Gasset desanca sem dó essa elegia das pequenas virtudes do homem comum—que ele denomina de as virtudes da “pusilanimidade”.

Em contraposição aos “pusilânimes”, o espanhol traça o perfil definitivo dos Estadistas. Não se espere que o Estadista seja um homem virtuoso, diz ele. Os Estadistas são homens de ação, basicamente inescrupulosos—no sentido de jamais permitirem que uma dúvida escrupulosa interrompa a ação.

Escrúpulos é coisa de intelectual, é um álibi para a não-ação, diz ele. A única coisa que se pode exigir de um Estadista é que se arrependa, mas só depois de ter completado a ação.

Obviamente não basta apenas a falta de escrúpulos. O Estadista é um intuitivo genial, que define um modelo de país na cabeça, e centra todas suas energias para concretizar seu objetivo. Ele trapaceia, mente, engana, alia-se ao diabo.

Só é absolutamente íntegro quando entra em jogo o Estado.

## Megalomaniacos

A grande acusação que se fazia a Napoleão é que ele era megalomaniaco. Claro que era -- diz Gasset. O sonho de Napoleão era ser Napoleão. Não há nenhuma pessoa que, dispondo-se a mudar um Estado, não seja megalomaniaco.

Vai além. Em geral os Estadistas têm uma adolescência extremamente conturbada e polêmica. Todo Estadista tem um fogo interno, um vulcão que só se materializa na maturidade, quando ele logra conquistar o poder.

A visão elegíaca sobre o papel de Itamar é interpretado de maneira magistral por Ortega y Gasset.

O Estadista está distante, é grandioso, seu papel não é acessível a ninguém que não seja Estadista. Já o homem comum... é comum. É fácil aceitar que um homem comum deu certo. O diferencial em relação ao demais foi a sorte, não o mérito. E isso conforta o crítico, permite-lhe tornar-se generoso, tratar seu objeto de crítica com a condescendência apenas possível em quem se considera maior que o criticado.

Já o Estadista incomoda. É dotado de grandes virtudes—e de enormes defeitos. Tudo nele é enorme, exagerado, ameaçador. Incomoda a diferença de estatura. Incomoda a perspectiva de sucesso—já que sua ânsia de poder sempre é ameaçadora. Incomoda a arrogância, a falta de limites.

Só que Estadistas forjam Nações. E os pequenos virtuosos apenas pontificam com data marcada.

É duro aceitar. Mais ainda pelo colunista, que foi alvo de perseguições pessoais por parte do esquema Collor. Mas o fato é que esse Brasil memorável, traçado pela revista, foi desenhado por Fernando Collor. O mesmo Collor megalomaniaco, arrogante, inescrupuloso, pouco criterioso, que o país conheceu. Mas dotado de uma visão de futuro bendita porque—ao lado do processo de impeachment, fruto de seus enormes defeitos—permitiu mudar irreversivelmente o país.

O mérito do pequenino Itamar foi apenas ter atrapalhado pouco a colheita—muito mais por conta dos pequenos defeitos da pusilanimidade (o medo da crítica) do que por convicções formadas.

Apenas isso.

## 04/09/1995 Collor e a Escola de Base

O colunista pretendia adiar um pouco mais a discussão inevitável sobre o papel da imprensa no caso Collor. Mas já que se punçou o tumor, vamos em frente.

Hoje em dia, o caso da “Escola de Base” é reconhecido como um dos mais vergonhosos episódios da história da imprensa brasileira. Durante semanas, donos de uma pequena escola paulista foram alvos de intensa campanha, na qual eram acusados de abusar sexualmente de crianças de 4 anos. Mais tarde, constatou-se que as acusações eram falsas. Não a tempo de evitar o massacre dos acusados.

Aparentemente, ao defender a atuação da imprensa no episódio Collor contra críticas desferidas pela coluna, o ombudsman da “Folha” Marcelo Leite não se deu conta de que o episódio Escola de Base é filho direto do episódio Collor.

Obviamente as críticas da coluna não eram contra a apuração da rede de propinas montada pelos diversos esquemas que cercavam Collor—que o colunista ajudou a denunciar. Mas contra o clima de linchamento, que desarmou os critérios de avaliação jornalística, permitindo que qualquer exibicionista se habilitasse ao campeonato nacional de escândalos. Bastava para tanto usar a imaginação e atribuir a invencionice a uma fonte qualquer.

A imprensa dizia na época que Collor usava supositórios de cocaína, era amante de seu ordenança, vivia em estado catatônico e matava galinhas pretas em rituais de macumba. Rosana Collor era homossexual e tinha caso com meia Brasília.

### Freddy Kruger

O ombudsman considera que as informações eram verossímeis por que:

- a) presidentes não têm direito à privacidade e sua conduta sexual tem importância para os leitores menos esclarecidos;
- b) as principais baixarias foram divulgadas pelo próprio irmão de Collor;

Collor era um exibicionista, com seus coopers e quetais;

- d) havia uma atmosfera de “dissolução moral” na Casa da Dinda, fruta do esquema de achaques montado.

É a síndrome de Freddy Kruger na análise jornalística. Não basta ser acusado de desonestidade e falta de escrúpulos. Todo desonesto é automaticamente tarado sexual, assassino em potencial e estuprador de crianças. E se não for, merecia ser!

Pois utilizar supositório de cocaína é informação verossímil porque partiu de um irmão que dedicava a Collor (e vice-versa) um ódio homicida. E porque Collor era um exibicionista, ainda que seu exibicionismo se manifestasse em práticas esportivas.

Mas havia uma atmosfera de “dissolução moral” na Casa da Dinda. Como assim? A Máfia é conhecida mundialmente por sua cultura de crimes, e por rigorosos princípios familiares. Althusser tinha vida pessoal desregrada, e uma rigorosa idoneidade intelectual. Onde, a relação causal?

## Campeonato

Valeria a pena o ombudsman investigar as relações entre o caso Collor e o episódio da Escola de Base.

Na campanha contra Collor, a imprensa perdeu o referencial de escândalo. Montar esquemas de propinas virou carne de vaca. Tinha que se ter mais. Tarados sexuais, macumbeiros, viciados alucinados. Não bastava sequer ser viciado convencional, com pó e seringa. Tinha que ser com supositório.

Quando o episódio foi se esmaecendo, a imprensa continuou presa a um novo padrão de escândalos como um viciado em morfina. Um padrão que jamais poderia ser atendido no dia-a-dia. Desarmaram-se todas as defesas e avaliações de objetividade da notícia jornalística e cessou o compromisso com os fatos.

Foi esse clima que levou à tragédia da Escola de Base. E só após a auto-crítica sobre o episódio, com tantas vítimas inocentes pelo caminho, é que a imprensa gradativamente voltou a um padrão menos exacerbado de escândalo.

Repito: é necessário exorcizar o episódio Collor, colocar os pingos nos is na cobertura jornalística da época, para valorizar os furos jornalísticos efetivos, e não mais repetir os exageros cometidos.



## Os juros do Real

No início do governo FHC era tão difícil criticá-lo quanto foi difícil defendê-lo no final do segundo governo. Criara-se uma unanimidade irracional em torno do Real, semelhante à que cercou o Cruzado. Achava-se que, tendo fé, se venceria a inflação.

Eu tinha sido crítico do plano. Não entrava no mérito da sua concepção, mas julgava que em 1994 FHC tinha atrasado todo o processo de reformas pensando exclusivamente no plano para alavancar sua candidatura à presidência – especialmente quando se decidiu valorizar o Real em 15%, trazendo uma sensação ilusória de bem estar para a população, mas criando as bases para o desastre posterior na economia.

Em fins de novembro de 1994 escrevi uma coluna prevendo o desastre que a política cambial acarretaria, caso não fosse alterada.

Depois, em abril de 1995 o Banco Central comandou enorme elevação nas taxas de juros, para abortar uma fuga de dólares que esvaziou as reservas cambiais em US\$ 8 bilhões.

Estancada a fuga, o correto seria retornar com os juros aos patamares anteriores. Isso não foi feito. Em seguida, o presidente do BC, Pêrsio Arida, pediu demissão e os sucessores não quiseram correr o risco de mudar a política cambial. O argumento inicial era o de que os juros não produziram recessão, mas apenas um pequeno ajuste na taxa de crescimento da economia.

Em fins de abril de 1995 pressenti que a economia iria explodir. Concentrados nas regiões metropolitanas, os indicadores não captavam o maremoto que se avizinhava. Mas em toda viagem que fazia para o interior, para palestras, pessoas da platéia vinham manifestar a preocupação com a economia. “Será que só eu estou mal?”, era a frase mais comum, já que a imprensa não retratava os problemas das empresas. Em todos os lugares por onde passava procurava conversar com gerentes de bancos. E todos confirmavam que a situação era complicadíssima.

Alertei, então, que a política monetária produziria uma quebradeira recorde. Houve enorme reação contrária.

Minha tese era a de que o BC cometera erro grave de análise. No segundo semestre de 1994 houve enorme expansão do crédito, por conta do aumento de consumo provocado pela apreciação do Real. No final do ano essa expansão cedera. Pelas inúmeras conversas que tive com gerentes de banco, todos os clientes estavam reduzindo estoques e o nível de endividamento.

Se tivesse feito o diagnóstico correto, o BC aumentaria levemente os juros induzindo as empresas a queimar mais rapidamente os estoques, porque o movimento de redução de estoques já estava em marcha.

Em vez disso, promoveu uma brutal elevação dos juros, que na prática impediu as empresas – especialmente as pequenas – de retornar gradativamente ao ritmo de vendas e de estoques anterior. Viram-se prisioneiras de uma armadilha mortal, com as dívidas crescendo em um ritmo tão rápido que era impossível que a queima de estoques quitasse os passivos. A violência da política de juros acabou por endividar toda a economia, setor público e privado.

Em uma reunião do Conselho Editorial da “Folha”, no início de maio, expus minha preocupação. Otávio Frias, proprietário do jornal, considerou exagerada. A crise ainda não

havia chegado aos grandes centros, e o próprio jornal não sentia seus efeitos. Sugeriu que pedisse a um repórter para telefonar para diversas prefeituras escolhidas aleatoriamente, perguntando sobre a situação do município. À noite, estava no estado do Rio para uma palestra, quando recebi telefonema do seu Frias, confirmando minhas suspeitas: o interior estava quebrado. Os próximos a quebrar seriam as capitais.

Mesmo assim, a batalha da mídia, em torno do tema, levou pelo menos dois meses.

Um artigo meu, mostrando que cinco meses com aquelas taxas de juros equivaliam ao que o governo iria receber pela privatização da Vale do Rio Doce, provocou enorme reação no Congresso. O Ministério do Planejamento incumbiu o economista Fábio Giambiagi de rebater o cálculo. Posteriormente, revi as contas e conclui que, em vez de cinco meses, o valor da Vale seria comido em apenas três meses com aquelas taxas de juros. Pouco tempo depois, Giambiagi, economista muito competente e intelectualmente honesto, mudava de opinião.

No meio do caminho, me envolvi em uma polêmica com o economista André Lara Rezende, colunista da “Folha” e participante da equipe que concebeu o Real. Ele escreveu um artigo agressivo sobre a diferença entre especialistas e “palpiteiros”. Rebati com um artigo mostrando a supervalorização que se fazia do conhecimento técnicos dos “pacoteiros” –os especialistas em inflação inercial que dominaram o pensamento econômico brasileiro desde o Cruzado.

Ele me convidou para um almoço de reconciliação. Sabia de cor crítica por crítica que eu havia feito a ele. Em uma das colunas, eu havia listado uma relação grande de medidas estruturais que haviam mudado a economia brasileira e mostrando que em nenhuma delas havia a participação dos “cruzados”. Nada tinha de pessoal contra eles, a maioria eram economistas meus amigos. Tinha contra a mística em torno de “pacote”, que inviabilizava qualquer visão mais estruturante da economia.

Durante o almoço, sua resposta foi honesta. Disse que entendia de inflação inercial, não dos outros pontos que eu havia apontado. Indaguei qual a importância efetiva de um programa de estabilização no contexto da formação de um país. Sua resposta foi franca: “Vocês, da imprensa, é que nos supervalorizaram”.

Do lado do governo, a reação foi mais virulenta. Especialmente a área da Fazenda passou a se valer de um colega de jornal, na época colunista político, para rebater meus argumentos.

Foi uma discussão fácil e penosa. Fácil porque os argumentos contrários se sustentavam em indicadores correntes. Eu conhecia a realidade. Sabia que, dada a violenta inflexão da economia, era questão de tempo para que os indicadores refletissem a crise, resolvendo definitivamente a discussão. É evidente que às vezes batia uma insegurança.

Até que os indicadores refletissem adequadamente a situação, e houvesse uma resposta para a discussão, eu teria que conviver com indicadores defasados, utilizados para me desmentir, sem ter os indicadores novos, que convalidariam minhas teses, e tendo de suportar com uma campanha de desqualificação pesada, diária, insinuando que quem afirmava que os juros estavam quebrando o país era “lobista da Fiesp”.

O deputado Delfim Netto me telefonou um dia, sugerindo que eu devolvesse a insinuação diariamente, passando a chamar de “chapa branca” quem não enxergasse a crise. Bati

pouco nessa tecla porque nessas polêmicas mais acesas, se você considera seus argumentos superiores, ao ceder ao jogo de desqualificação entra-se em um terreno onde tudo se iguala na ofensa. Você perde a superioridade que teria, ficando apenas no campo das idéias.

Em fins de maio o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen deu entrevista à “Folha” defendendo a política de juros. Critiquei-o em uma coluna que tinha por título “Os Gurus e a Retórica da Meia Lógica”. Ele respondeu em seu artigo mensal na revista Exame.

O difícil, na discussão econômica, pela defasagem entre as medidas e as conseqüências, é que só anos depois se comprova quem tem razão.

Ainda assim, em fins de junho de 1995, em uma demonstração de honestidade intelectual, o Secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, me telefonou admitindo que minha análise inicial estava correta.

Em meados de julho foi a vez do próprio FHC jogar a toalha e admitir que a crise era brava. No rastro dele, seguiram os jornalistas que me atacaram no período, incluindo o colega.

Durante todo o período, a mais comovente manifestação de apoio que recebi foi a do Ministro das Comunicações Sérgio Motta, que, ainda no mês de maio, saiu publicamente em minha defesa contra os analistas do BC.

## 03/10/1994 O papel da imprensa

Terminadas as eleições, a imprensa passará a enfrentar o maior desafio de sua história. Está em suas mãos romper o secular pacto das elites, e implantar definitivamente a modernidade no país.

Até alguns anos atrás, a própria imprensa era parte e beneficiária dessa cumplicidade ampla e irrestrita.

À medida em que o mercado de consumo <:f>amadurecia, e prevalecia sobre a economia estatal, a imprensa foi a primeira instituição a romper com esse pacto e se constituir em fator decisivo de modernização do país. <:f>Mesmo assim, há muito a caminhar. Houve pânico desnecessário no período da URV, e uma apologia incompreensível nos primeiros meses do Real. Não se vá voltar ao pânico nas próximas semanas, com as pressões de preços e de contas públicas que advirão.

Nem o país estava salvo em julho, nem estará perdido até o final do ano.

Caberá à imprensa comportar-se com senso de responsabilidade e objetividade, para não espalhar o pânico e convencer definitivamente a opinião pública de que mudanças de moeda, sem as reformas, são manipulações irresponsáveis. Com determinação e com reformas, salva-se o plano e melhora-se o país.

### Sem folga

Fernando Henrique Cardoso não pode ter um instante de folga, sob pena de não se encaminhar nenhuma dessas reformas.

Não se aceite o estratagema que certamente adotará --porque faz parte de sua personalidade--, de transferir responsabilidades, de não tomar decisões porque a modernização é um "processo" que não pode ser contaminado pela interferência individual de quem quer que seja.

É conversa mole. Ele foi eleito para encaminhar soluções, não explicações. E daqui para diante não mais terá Itamar como álibi para sua abulia. O país mudou fantasticamente nos últimos anos. Houve a reconquista do amor próprio, o fim do acomodamento, a busca da inovação, um entusiasmo que perpassa todos os cantos do Brasil real. Tudo isto foi conquistado pela ação individual de cada brasileiro, de cada empresa, de cada trabalhador e de cada cidadão quando a abertura e a crise política reduziram a tutela do Estado sobre o país.

Caberá a esta nova opinião pública, expressa pela imprensa, incutir nos políticos o senso de responsabilidade para com o país, permitindo enterrar o defunto insepulto desse modelo político.

### 31/11/1994 As seqüelas do câmbio

Há uma aposta perigosa nessa história de que o país precisa ser deficitário em transações correntes, para poder se habilitar a investimento estrangeiro maciço.

A presunção é de que é impossível conviver simultaneamente com grandes superávits comerciais (dólares entrando via balança comercial) e com investimentos estrangeiros (dólares entrando via mercado financeiro) sem uma valorização do real. O que é correto.

Mas já que a valorização é inevitável—dizem esses especialistas—a política cambial atual É é correta, ao empurrar o dólar ladeira abaixo. E aí se exagera.

Tenta-se copiar os processos de estabilização da Argentina e do México, julgando que, emulando as seqüelas, haverá eficácia no tratamento. A sobrevalorização das moedas de ambos os países constituem-se, hoje em dia, no calcanhar de Aquiles de seus programas.

Argentina e México produziram monumentais déficits comerciais, devido à valorização excessiva de sua moeda. Nos primeiros anos, esse déficit foi coberto pela venda de estatais e pelo grande afluxo de recursos externos que marca todo início de processo de estabilização.

Ocorre que, em todo processo de estabilização, o pico de recursos externos é nos primeiros anos, quando os ativos locais estão depreciados por anos de crise, permitindo ganhos maiores a quem os compra.

Depois que os preços atingem níveis internacionais—devido tanto à valorização interna quanto à valorização da moeda local—tornam-se menos interessantes para o capital de risco. Há o refluxo inicial na entrada de recursos financeiros, sem que a balança comercial compense—porque ficou-se preso à armadilha da ancoragem do câmbio.

Cria-se o pior dos mundos. Quanto mais aumenta o déficit em transações correntes, mais aumenta o risco do país. Quanto mais aumenta o risco, mais reduz-se o ingresso de capitais externos.

Se a ancoragem é essencial, não se poderia ter deixado o câmbio cair tanto.

## 28/04/95 O governo vai quebrar o país

O catastrofismo só se justifica em uma circunstância: quando se está prestes a produzir uma catástrofe. Se não acordar a tempo, o governo Fernando Henrique Cardoso vai produzir uma recessão cavalgar, um festival de inadimplência semelhante ao ocorrido com o Cruzado 2.

Repete-se a mesma leviandade da política cambial do ano passado. Desvalorizou-se o dólar em 15%, abriram-se as portas das importações, tendo em mente reduzir o superávit comercial para US\$ 5 bilhões. Como se fosse possível ter esse grau de controle sobre os agregados econômicos. O país está há meses produzindo déficits mensais da ordem de US\$ 1 bilhão. Como aprendizes de feiticeiros, apertaram um botão e produziram um terremoto.

Agora, repete-se a irresponsabilidade, arrochando-se o crédito de maneira drástica. Da mesma maneira que no desastre cambial, a equipe não dispõe de indicadores confiáveis de tendência de consumo, nem de convivência adequada com o mundo real, para conduzir-se com segurança pelo processo. Comporta-se como o médico que vai operar o paciente, sem dispor de radiografias prévias.

Em geral, os indicadores de consumo refletem uma situação estática. Há várias semanas há duas enormes vagas sendo formadas na economia, que se acentuaram agudamente na semana passada, e que ainda não entraram nas estatísticas.

A primeira, a onda da inadimplência das pessoas físicas. Um dos bancos grandes bancos de varejo do país, bastante conservador, detectou que 80% dos clientes que possuem cheque especial estão no vermelho.

A segunda vaga é a inadimplência nas empresas. Os índices de inadimplência já vinham crescendo de maneira acentuada desde janeiro. Grande parte da economia estava rolando suas dívidas no curto prazo. Ao estancar completamente o crédito, impedindo esse pessoal de rolar suas dívidas, e de financiar as suas vendas, o governo produziu um coquetel mortal. Tão mortal que não vai ser mantido.

A questão é que a equipe econômica só vai se dar conta do desastre depois que estiver consumado um estrago considerável na economia. E qual o objetivo dessa violência? Varrer por mais alguns meses para debaixo do tapete os erros cometidos na política cambial. O problema do excesso de consumo é exclusivamente em relação a seus efeitos sobre as importações.

O pior da história é que essa recessão não vai resolver, por si, a questão do desajuste cambial. Vai ter que se fazer o ajuste mais à frente, e em cima de uma economia desorganizada.

O presidente precisa ter comportamento de estadista. Desde que resolveu falar francamente, e encarar a verdade, ganhou confiabilidade para conduzir as reformas. Está na hora de admitir os erros da política cambial, anunciar o ajuste do câmbio, encarar uma certa volta da inflação, se for o caso, e reiterar o apoio às reformas. Não é justo que se sacrifique todo o país, apenas para impedir que o governo sofra o desgaste de consertar o câmbio.

## **Culpados**

Solicito que, quando começar a quebraadeira das empresas, e voltar o desemprego em doses violentas, que os senhores Ciro Gomes, Winston Frisch, Edmar Bacha e Gustavo Franco, ocupem uma rede nacional de televisão para apresentarem suas explicações para as loucuras que cometeram na política cambial.

Que tentem justificar seu experimentalismo, a politização do tema cambial, o jantar de comemoração pela volta dos déficits comerciais, as razões que os levaram a privilegiar o capital externo especulativo, em detrimento da segurança dos superávits comerciais.

De preferência, que as explicações sejam apresentadas no Maracanã, ou em local que consiga abrigar as centenas de milhares de desempregados, e de empresas quebradas por sua irresponsabilidade.



## 11/05/95 Uma Vale = 5 meses de juros

Cinco meses com as atuais taxas praticadas pelo Banco Central custam uma Vale do Rio Doce. Todas as participações no setor petroquímico equivalem a 15 dias de juros.

Esses números são eloqüentes para demonstrar a loucura que se está cometendo contra o país com a atual política de taxas de juros.

Durante anos essas políticas absurdas de juros concentraram estupidamente a renda, impediram o deslanche da economia e inviabilizaram a dívida pública. Cada vez que o governo se via em corner, bloqueava os cruzados, e jogava a conta nas costas de todos os correntistas. Foi assim do calote na correção monetária de 1980 até o bloqueio de cruzados do plano Collor.

De lá para cá, repete-se indefinidamente o mesmo enredo. Inventam-se verdades definitivas—e jamais comprovadas—sobre as excelsas virtudes das taxas de juros absurdas no combate à inflação. E para quê? Para perpetuar a ciranda, inviabilizar novamente a dívida pública, e mais uma vez jogar a conta para o conjunto da sociedade.

A política econômica está, neste momento, na mesma situação que antecedeu o Cruzado 2, o Plano Verão e o Collor 2. O medo de tomar decisões faz com que se jogue toda a estabilidade no país na perna manca de juros irracionalmente elevados.

O primeiro efeito é a volta dos dólares e uma certa contenção dos preços. Voltam apenas os dólares espertos—de investidores nacionais, para especular no curto prazo ou substituir o crédito bancário, que desapareceu. Nenhum investidor estável vai se aventurar numa economia que remunera aplicações em dólar a 3,5% ao mês.

### Curto prazo

A estabilidade é de curto prazo, porque basta os agentes econômicos analisarem as curvas de progressão da dívida pública para constatarem que essa maluquice não se mantém. Basta o especulador aguardar o governo perder o fôlego, para voltar matando.

Mantida essa política, permanecerá a inevitabilidade do ajuste cambial. Só que o ajuste terá que ser feito com uma ampla desorganização do setor real da economia, riscos de crise financeira, inviabilização da rolagem das dívidas estaduais e federais.

O país está pagando hoje as irresponsabilidades que foram cometidas contra o futuro, no episódio da política cambial. Seria oportuno que o presidente da República abrisse os olhos para o inventário que está sendo transferido para o segundo semestre, com a atual política monetária.

O México quebrou não porque produziu reformas. Mas porque o governo julgou que as reformas o livrariam dessa chatice de administrar a política econômica no dia-a-dia.

## 13/05/95 A ideologia dos juros altos

Historicamente, o Estado brasileiro sempre foi utilizado como elemento de dominação do centro (os grupos politicamente organizados) sobre a periferia.

Em todos esses momentos, a chave de dominação do centro foi o controle de um dos principais insumos da economia: a moeda. Foi assim no Império, quando os traficantes de escravos eram os grandes acumuladores de capital da economia. Prosseguiu na República, quando os cafeicultores vitoriosos impedem que novos empreendedores tenham acesso ao crédito do Banco do Brasil.

Há toda uma lógica de dominação no modelo de financiamento brasileiro, que fica clara a partir de três pontos centrais: a) desinteresse em criar um mercado de capitais forte, que democratize o acesso a investimentos; b) manutenção do modelo de financiamento do BNDES e dos fundos sociais compulsórios; c) a manutenção de taxas de juros extremamente elevadas.

Dois pesos

É só conferir o que ocorreu nos últimos vinte anos. Nesse período consolidam-se dois tipos de setores hegemônicos na economia. Numa ponta, setores industriais do eixo São Paulo-Rio. Na outra, grupos de jovens operadores que enriquecem à sombra do open market e da intimidade com os condutores da política monetária.

Para compatibilizar esse jogo de interesses, tanto na ditadura como na Nova República os governos criaram dois mercados de juros. Numa ponta, o chamado livre mercado, com suas taxas incrivelmente elevadas, enriquecendo os aplicadores (os novos super-grupos) e arruinando os tomadores (as empresas sem apadrinhamento político). Na outra, o mercado dos fundos compulsórios com suas taxas subsidiadas beneficiando os tomadores (os grupos empresariais com cacife político) e empobrecendo os aplicadores (titulares de contas do FGTS).

### Até na morte

Sem o concurso de um mercado de capitais forte, que democratize o acesso a recursos, as empresas politicamente órfãs são submetidas a juros de mercado, que as espoliam quando nascem, quando crescem e até na hora da morte.

Em geral, o valor das empresas é calculado em função de sua capacidade de gerar lucros futuros, descontada a valor presente pela taxa de juros básica da economia.

Nos Estados Unidos, a uma taxa de 8% ao ano, determinada empresa pode alcançar um valor de mercado da ordem de US\$ 6,7 milhões.

No Brasil, basta o Banco Central aumentar a taxa de juros para 25% ao ano, para o preço da mesma companhia cair imediatamente para US\$ 3,6 milhões. Se os juros subirem para 45% ao ano, o preço da companhia cai para US\$ 2,2 milhões.

No plano das relações com o Estado, o processo é semelhante. A dívida interna em poder do público está em US\$ 65 bilhões. O governo informa que, dentro de um ano, a privatização a reduzirá para US\$ 35 bilhões. Só que, em apenas um ano as taxas de juros

atuais implicarão em US\$ 32 bilhões de recursos transferidos do Tesouro para os grandes investidores.

Falsos profetas

Há anos esse modelo concentra renda, condena a produção e impede a modernização e a renovação empresarial. Abortou sucessivos movimentos desenvolvimentistas, quebrou várias vezes o Estado, inspirou sucessivos calotes nos poupadores comuns, desviou recursos sem fim dos gastos sociais e da infra-estrutura, sacrificou milhares de empreendedores, em nome de uma falsa ciência.

Os arautos da nova ideologia venderam a idéia de que, se os juros baixassem, a inflação estouraria. Os juros mantiveram-se estupidamente elevados, e a inflação nunca cedeu.

Nos anos 70 já se premiava com juros reais as aplicações de curtíssimo prazo, sob a alegação de que, se os juros baixassem, haveria fuga de recursos do sistema.

Quinze anos depois, o economista Ibrahim Éris criou os fundões, a taxa de juros negativa, e não houve um tostão de fuga de recursos do sistema.

Está na hora de erradicar essa hipocrisia da vida nacional e expor algumas verdades cruas: Papai Noel não existe, cegonha não traz recém-nascidos, e não existe isenção na política econômica, nem os economistas públicos são figuras tutelares.

## 15/05/95 Buraco à vista

- 1) Do dia 5 de maio até ontem --10 dias, portanto—as taxas de juros pagas pelo Banco Central comeram todos os recursos que o governo vai apurar com a venda de suas participações minoritárias no setor petroquímico.
- 2) No mês de maio, o custo da dívida equivalerá a tudo o que foi repassado para a saúde nos primeiros quatro meses do ano.
- 3) Na semana passada, a coluna estimou que a participação do governo na Vale equivaleria a 5 meses de juros. Enganou-se. Como o volume de dívida interna em poder do público é de US\$ 65 bilhões, e com juros de 4% ao mês (em dólar, já que a idéia do BC é manter a paridade atual), o valor da Vale corresponde a 2,7 meses de juros.
- 4) De hoje a 6 de agosto os juros terão devorado tudo o que vai se arrecadar com a Vale. Se sua privatização demorar um ano, o mero aumento da dívida interna, com esses juros malucos, corresponderá a 6 Vales do Rio Doce.
- 5) A participação do governo em todo setor de telefonia corresponde a 4 meses de juros atuais.

### Inconsistências

Basta levantar esses números para constatar como são inconsistentes os argumentos do presidente do BC, Pêrsio Arida, em favor dessa política monetária irracional.

Diz ele que o governo foi obrigado a adotar uma política monetária drástica para conter a demanda, pela falta de condições de implementar uma política fiscal restritiva (Arida se recusa a aceitar que o objetivo final da contenção da demanda é o equilíbrio da balança comercial, e o receio de se mexer na política cambial, após as trombadas de março).

Para que sua lógica fosse consistente, a seguinte equação teria que ser correta: aumento do passivo público + câmbio congelado - privatizações - receita fiscal futura = 0. E não é.

O preço das estatais é cotado em dólares—não em reais. Se 7 meses com esses juros—e sem ajuste cambial--, correspondem a uma Vale + toda a telefonia + petroquímica, onde se fecha a conta?

Também é inconsistente sua alegação de que o governo aumentou o compulsório dos bancos para permitir que parte da dívida pública fosse financiada com esses recursos. Os compulsórios bancários estão sendo remunerados por 100% da taxa do over, porque a regra anterior—de remuneração de 90% do over para parte do compulsório—estava derrubando as taxas dos CDBs.

### Toco, totó, calote

O que esse compulsório conseguiu foi interromper completamente o crédito bancário na economia, criando uma crise de liquidez e inadimplência de graves conseqüências—que em breve vai aparecer nas estatísticas. E para quê? Se o preço dessa política será inviabilizar toda política fiscal futura, como se argumenta que ela é uma alternativa a uma política fiscal restritiva?

Como não haverá reforma fiscal e aumento de impostos que dêem conta desse aumento do passivo, não se terá sequer o consolo de que o sacrifício de hoje implicará na redenção de amanhã.

Portanto, a única maneira de fechar a conta, mais à frente, será dar o que os operadores de mercado chamam de mais um toco, ou totó na dívida—calote, em português claro—, transformar tudo em títulos de privatização e, pelo aumento da oferta, derrubar seu valor de mercado.

É bom que o presidente da República acorde enquanto é tempo, já que o anúncio retumbante será dele.

## 21/05/95 Os gurus e a retórica da meia-lógica

Em entrevista à edição de domingo da “Folha de S.Paulo”, conhecido guru econômico fez a defesa da atual política de juros altos. Acredita ele que seja pré-condição de todo plano de estabilização obter equilíbrio fiscal e equilíbrio da balança comercial.

A partir daí, parte para a defesa da atual política de juros, como se fosse o instrumento adequado para atingir esses objetivos. Diz ele:

- 1) Não se podem baixar as taxas de juros antes de um ajuste fiscal maior e mais profundo e da privatização.
- 2) Quebras de empresas são decorrências naturais de processos de estabilização. As classes produtoras reclamam porque gostam de economia aquecida.
- 3) Pode-se manter a atual banda cambial se o governo criar incentivos às exportações ou restrições às importações.

Releve-se, por vício de ofício, essa postura de *deus ex machina*, a arrogância de banalizar como choradeira a reação desesperada de milhares de pessoas que estão perdendo bens, empregos e vidas inteiras de trabalho por conta dessa irracionalidade.

A entrevista do guru é relevante por demonstrar a faceta menos percebida desse jogo antinacional: o aval técnico dado pelos gurus econômicos a aventuras inseqüentes, a partir de uma retórica sutilíssima, onde jamais mentem, mas jamais contam a verdade por inteiro, para preservar para si o poder de definir decisões que deveriam ser compartilhadas com o conjunto da opinião pública.

### Sem futuro

Em pouco tempo a manutenção dessa taxa de juros inviabilizará definitivamente o ajuste fiscal do Estado. Rapidamente tornará o passivo público superior ao conjunto de estatais a serem privatizadas. E começará a se refletir rapidamente na arrecadação fiscal. É só conferir como será a arrecadação de maio e junho.

A médio prazo, essa política não só não resolve, como aprofunda e inviabiliza qualquer ajuste fiscal futuro.

No plano da balança comercial, a manutenção desses juros dizimará o que restou de exportações de manufaturados. Essas exportações vêm caindo a olhos vistos. Em abril talvez se consiga a redução do déficit comercial para US\$ 450 milhões exclusivamente por conta das exportações de soja—que acabam daqui a dois meses.

As exportações de manufaturados foram afetadas por dois movimentos de defasagem cambial: a redução do dólar em 15% e a inflação residual pós-real.

Até agora não desabaram completamente porque muitas empresas resolveram bancar o prejuízo por algum tempo, para não perderem mercado lá fora, enquanto aguardavam a reversão dessa loucura.

Com o acréscimo adicional de custos, provocado por essas taxas malucas, e perdendo a esperança de uma reviravolta a curto prazo no cenário, a queda das exportações de manufaturados passará a ser geométrica, com todo o componente de quebraadeira e

desemprego. Em outros tempos, tinha-se recessão interna, mas mantinha-se aberta a porta externa, minimizando seus efeitos. Agora, não. É veneno na veia, direto.

### **Opções claras**

Na entrevista, faltou ao guru apenas explicar o que tem em mente, quando diz que sem privatização e sem política fiscal não se pode baixar os juros. Tem em mente apenas o quadro inflacionário no curtíssimo prazo. É por isso que, em sua longa entrevista, ele jamais se preocupou em descrever o dia seguinte dessa política, pois significaria comprometer seu raciocínio em defesa dessa maluquice.

Se se mantém a atual política monetária e a atual banda cambial, ganham-se alguns meses a mais de inflação baixa. E só. Em contrapartida, joga-se o país em recessão profunda, aborta-se o movimento de modernização registrado pela economia nos últimos anos, destrói-se a estrutura de exportações de manufaturados e inviabiliza-se qualquer tentativa futura de ajuste fiscal. Saque direto contra o futuro.

Como sub-produto, dizima-se a estrutura produtiva, abrindo espaço para que esses bancos de negócios, montados em dinheiro externo, e com suas engenharias financeiras, entrem adquirindo companhias industriais grandes a preço de banana, financiando-se nas taxas pagas pelos títulos públicos. Pequenas e médias vão direto para a lata de lixo.

O caminho alternativo é reduzir essas taxas de juros para níveis altos, porém dentro da racionalidade, e proceder ao ajuste do câmbio. Enfrenta-se no curto prazo um refluxo da inflação. Mas preserva-se o país e o Estado para o plano de estabilização definitivo, que virá após as reformas constitucionais.

É bom que o presidente da República se dê conta que persistir nessa política não é suicídio a prazo. A fatura lhe será cobrada daqui a poucos meses, destruindo qualquer veleidade de cacife político para conduzir as reformas.

## 23/05/95 A volta do messianismo

A falta de serenidade da equipe econômica para enfrentar a crise está produzindo dois fenômenos—um cômico, outro trágico.

O cômico é a volta da manjadíssima retórica da transferência de culpas. Monte um plano econômico inconsistente, desmonte o equilíbrio externo do país e assista passivamente o aumento da demanda. Depois, quando a situação ficar crítica, diga que a culpa é do consumidor que exagerou nas suas compras, ou do empresário que cismou em crescer.

Depois de oito planos econômicos, esse “joga-prá-ver-se-pegar” já devia ter sido erradicado da retórica oficial.

Foi a equipe do real que destruiu os superávits comerciais, exclusivamente para abrir espaço para o dinheiro especulativo. Depois, demorou no combate ao aumento da demanda. No novo governo, errou bisonhamente na mudança do câmbio, derrubando o teto do dólar de um real para 92 centavos.

Para não assumir seus erros, consumado o desastre na balança comercial, em vez de parar, analisar serenamente a situação, e preparar a próxima etapa do jogo, o Banco Central toma as rédeas nos dentes e resolve partir para o tudo ou nada. Este é o dado trágico.

É puro escapismo. É a mesma reação do magricela que foi enfrentar Mike Tyson, quebrou duas costelas no primeiro assalto e decidiu ir para o tudo ou nada no segundo assalto. Não há nenhuma chance de se fazer essa aposta neste momento.

### Sem futuro

Politicamente, é inviável. A Argentina conseguiu segurar quatro anos o câmbio e impor sacrifícios pesados à população porque saíra de uma hiperinflação. Qualquer coisa que viesse depois, seria refresco.

As pesquisas de opinião sobre o plano real revelam que, no auge do consumismo, uma parcela menor da população considerava que o real tinha melhorado bastante sua vida. Para a maior parte, embora torcendo pelo êxito do plano, a situação não se alterara significativamente. Se não chegaram a ver a cara do diabo, como os argentinos, como pretender que recebam passivamente o inferno?

Mesmo que a histórica passividade brasileira aceitasse esse jogo, tecnicamente não tem chance de ele dar certo.

Está-se em processo acelerado de redução das exportações de manufaturados. Antes da crise do México, a insistência do Banco Central em manter o câmbio nesses níveis poderia ser tratada por despreparo.

Depois de consumado o desastre, em diversas oportunidades o sr. Gustavo Franco reconheceu o erro, ainda que de forma defensiva—“a política cambial estava certa, a monetária é que estava errada”. Como se entende que se mantenha a mesma situação, e que se aprofundem os desajustes comerciais, mesmo depois da realidade ter demonstrado o erro da política de forma cabal?

Creme de leite



Dentro desse quadro, a aposta do tudo ou nada, tendo como creme de leite as taxas de juros é suicida.

Os gênios do BC pensam o seguinte:

- 1) Taxas de juros estratosféricas jogam o país numa recessão.
- 2) A recessão desestimula as altas de preços e quebra as resistências de empresários e trabalhadores.
- 3) Instituída a paz do cemitério, o governo consolida o plano.

E param por aí. O que significa consolidar o plano? Como vai ser o dia seguinte? Expliquem-se. Apresentem claramente seus objetivos. Desenhem com honestidade o cenário que estão perseguindo, para que a opinião pública possa avaliar se as medidas estão no caminho correto ou não. Como vão fazer para o ajuste fiscal, se com esses juros o mero crescimento da dívida interna consumirá tudo o que vier a ser apurado com a privatização? Como pretendem partir para a desindexação final, antes de resolver os desajustes da balança comercial?

Depois do desastre do Cruzado, o país não merecia de volta o messianismo na economia.

## 25/05/95 D. Sebastião e a reunião de Carajás

A famosa reunião de Carajás, em junho de 1986, foi sem nunca ter sido. Poucos sabem do que se tratou na reunião. Mas firmou-se no imaginário popular a crença de que a reunião poderia ter salvo o Cruzado.

Hoje há uma multidão de neo-sebastianistas—basicamente lotados na imprensa—que acredita piamente que dia desses um economista yuppie descerá diretamente de Carajás, em seu Porsche de corrida, para preparar a revanche do Cruzado.

A grande maldição dos anos 80 não foi Sarney, nem a classe política. Foi a superficialidade dos pacotes econômicos e a mística que envolveu os pacoteiros.

É enorme bobagem enquadrar todos os planos de estabilização na categoria de neoliberais—como pretende parte da esquerda. Ou supor que tudo o que dói, cura—como acreditam alguns basbaques da mídia, que fariam melhor em entregar suas operações de safena nas mãos de um estripador de frangos.

Há planos que, mesmo não sendo de estabilização, fazem países avançar. Há planos de estabilização que consolidam avanços. E planos que perpetuam a desorganização na economia. Todos fazem doer.

Com todas as imprudências cometidas na área cambial, o segundo governo Vargas doeu, mas ajudou a lançar as obras de infra-estrutura que prepararam o grande salto de industrialização dos anos 50. Mesmo com sua crônica irresponsabilidade orçamentária, o governo JK mudou a agenda do país. E doeu depois.

Com todo componente autoritário, o período 64-66 permitiu à dupla Campos-Bulhões fazer doer, mas também lançar o mais bem sucedido programa de estabilização da história. Apesar do sacrifício inicial imposto aos mais pobres, as reformas chilenas ajudaram a viabilizar um país.

### Projeto de país

Em todos esses casos, havia como pano de fundo um projeto claro de país, e a busca de saídas para pontos que realmente contam na construção da economia: a criação de mecanismos de financiamento, a consolidação do mercado de capitais, a reorganização da política de comércio exterior, a viabilização de investimentos em infra-estrutura, a racionalização dos tributos etc.

Mas o quê a tecnologia dos pacotes e seus profetas agregaram ao país e ao estudo da economia em quinze anos de experimentalismo? Nada.

Quando se preparou a troca de moedas do real, todas as avaliações indicavam que tinha-se o melhor conjunto de circunstâncias favoráveis na economia para um plano de estabilização. Confira:

- 1) Maior nível de reservas cambiais da história—possível apenas depois que o economista Ibrahim Éris reformulou a política cambial brasileira.
- 2) Uma economia aberta e superavitária—a partir da reestruturação do comércio exterior, e de um programa de abertura planejada da economia.

- 3) Uma economia desregulamentada—depois do fim da reserva de mercados e de um sem-número de restrições à livre competição.
- 4) Empresas brasileiras reestruturadas e ingressando firmemente em projetos de modernização—processo iniciado com o Plano Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) e com as Câmaras Setoriais.
- 5) Programas de investimento em quase todos os setores—assegurados pela manutenção das regras do jogo por quatro anos.
- 6) Relativo consenso sobre reformas fundamentais.
- 7) Equacionamento da dívida interna, ainda que às custas da violência do bloqueio dos cruzados.

Com toda essa enorme agenda, em vinte anos tudo o que nossos gurus lograram produzir foram estudos recorrentes sobre troca de moedas—a parte mais espetaculosa e superficial de um plano.

Com apenas 18 meses com a economia de volta às mãos dos pacoteiros, e apenas com sua capacidade de brincar de fliperama com as políticas monetária e cambial, tem-se: 1) O país em nova crise cambial; 2) a volta de alíquotas super-protetoras em muitos setores; 3) crescimento exponencial da dívida interna, comprometendo o futuro ajuste fiscal; 4) e uma multidão de empreendedores arrependidos até a medula dos ossos por terem apostado no país e programado investimentos.

Mesmo assim, recebem olhares embevecidos de analistas rasos, que conclamam, com um frêmito nelsonrodriguiano: o plano é bom, porque faz doer.

Todo o ouro de Carajás não vai pagar o que o país ainda vai sofrer por causa da reunião de 1986.

## 28/05/95 Cronistas e analistas

Uma das características mais interessantes na imprensa é o paradoxo entre o chamado jornalismo de fundo e o jornalismo de marketing—os analistas e os cronistas. Os primeiros influenciam processos; os segundos conquistam leitores. Ambos têm papel relevante na mídia.

O grande impasse do moderno jornalismo é como dosar a sisudez dos primeiros e o populismo dos segundos, sem perder leitores, mas sem banalizar excessivamente o ofício.

Em países politicamente imaturos, mas com uma sociedade razoavelmente complexa como a brasileira, privilégios de grupos se constroem em cima da macumba cibernética. Juntam-se meia dúzia de conceitos pretensamente técnicos com credices patrulheiras.

Nos últimos anos, em cima desse quadro, a revolução da informação acabou acentuando o paradoxo entre analistas e cronistas.

De um lado, jogou no circuito um volume incomparável de novas informações, tornando cada vez mais complexa a análise, muitas vezes confundindo o leitor, tal a quantidade de análises taxativas contraditórias. Mas, de qualquer modo, ajudando a reduzir a margem de manobra da ditadura tecnicista.

Por outro lado, a era da televisão acabou revalorizando o jornalismo impressionista, onde o objetivo do articulista, menos do que esclarecer, é refletir o pensamento majoritário do seu leitor.

Não lhe peça raciocínios, mas impressões. Nem o desbravamento de novas idéias, a sofisticação da análise, o compromisso com mudanças ou o risco de bancar hoje o conceito que só vai ser aceito amanhã.

### Ritmo do leitor

No fundo, o jornalista de marketing encara o jornalismo de fundo com o mesmo espírito do leitor comum, tendo como parâmetro básico de julgamento o senso comum. Escandaliza-se, quando a tese ainda não se consagrou. Depois, vai absorvendo a tese lenta ou rapidamente—sempre no ritmo do leitor comum. Após a tese consagrada, torna-se seu mais intimorato defensor. Mas sempre agora, e em compasso com seu público.

Cumprir seu papel de ajudar a consolidar teses já vitoriosas e a promover uma espécie de descanso do leitor, expondo ao seu julgamento teses simples e fáceis de serem avaliadas.

O problema que muitas vezes o atinge é que, pelo hábito de tratar a vida em cima de flashes instantâneos, jamais se apercebe das grandes tendências da economia, da política e do movimento social. Enquanto o analista, mesmo equivocado, sempre ajuda a estabelecer limites à ação de governo, por ser um questionador de verdades estabelecidas.

Lágrimas depois

O que ocorre hoje com a questão dos juros é típico desse processo. Com esses níveis de juros, tem-se as seguintes consequências óbvias:

- 1) Empresas pequenas e médias, menos capitalizadas, rodarão, jogando no mercado um exército de desempregados—donos de pequenos negócios e funcionários.

- 2) Grandes empresas reduzirão sua produção, aumentando o número de desempregados. Mas preservarão lucros porque, sendo líquidas, compensarão seu prejuízo operacional com aplicações financeiras.
- 3) Pelo simples exercício de trazer dinheiro lá de fora e aplicar nesses inexplicáveis 4,5% ao mês, os bancos de negócios repetirão os extraordinários lucros do ano passado.
- 4) Todo o lucro do setor capitalizado da economia será bancado pelo Estado, às custas do aumento exponencial da dívida interna. Tudo o que se arrecadar com a venda de estatais não será suficiente para bancar o mero crescimento da dívida interna, em função desses juros.
- 5) Com a queda da atividade econômica, em pouco tempo as receitas tributárias vão despencar. Vai faltar dinheiro para a área social.

Quem consegue vislumbrar as conseqüências do processo, apavora-se. Não o jornalista de marketing. Sua Pentax fotografa só o momento. E como seu público quer acreditar, mesmo os mais talentosos são facilmente engabelados por meia dúzia de sofismas primários.

Se o governo diz que juros altos são para impedir a alta da inflação e inflação penaliza os mais pobres, logo, qualquer que seja o nível dos juros, quem for contra juros altos estará fazendo o lobby dos mais ricos. Não é assim?

Daqui a poucos meses, quando a recessão se abater impiedosa sobre a economia, aumentando o nível da miséria, também não haverá problemas. O jornalista de marketing fotografará as criancinhas pobres do Brasil com sua Pentax, e dirá em tom piedoso: “Precisamos fazer algo para combater a miséria”. E não lhe pergunte o quê, porque ele veio para sentir, não para explicar.

### 31/05/95 De rabo preso com o leitor

Desde o início de maio a coluna meteu-se na tarefa ingrata de tentar alertar as autoridades para o desastre que poderiam provocar com o arrocho monetário e creditício implantado pelo Banco Central.

Tentou alertar que os indicadores econômicos não eram suficientemente ágeis para captar a violência com que a nova política de juros se refletia sobre a economia.

Tentou explicar que o corte do crédito, de uma violência muito acima do razoável, provocaria mudança tão drástica no regime da atividade econômica que os indicadores anteriores perderiam o significado como instrumentos de análise do comportamento futuro da economia.

Tentou alertar que, nesse quadro inédito, o conhecimento do mundo real, da estrutura de capital de giro das empresas, a busca de informações fora do ambiente das empresas capitalizadas, eram instrumentos fundamentais para que o Banco Central pudesse monitorar melhor os seus passos.

Tentou explicar que taxas de juros dessa ordem quebrariam definitivamente o Estado, inviabilizando qualquer tentativa futura de ajuste fiscal sem calote.

Fez os alertas com estardalhaço, com agressividade até, porque julgava que, quanto mais demorasse para as autoridades econômicas se darem conta da situação, maior seria o estrago causado à economia.

Houve setores de boa vontade, que não estão presos a interesses financeiros e a preconceitos ideológicos, que levaram em conta os alertas. Houve setores que preferiram minimizá-los, sob a alegação que pretendia-se substituir o conhecimento científico pelo senso comum.

#### Balanço

Limito-me a transcrever análises e notícias divulgadas ontem pela imprensa:

“A apreensão quanto ao estado da economia, que ganhou força nas últimas semanas, talvez tenha soado estranha para algumas pessoas, na medida em que parecia contrastar com os dados que vinham sendo divulgados, como do impressionante crescimento anual de 10,5% do PIB no primeiro trimestre (...) Mais do que apenas inquietante, este é um cenário bastante diferente do que se imaginava há pouco. E alerta para a necessidade de que o país se acostume com o dinamismo e a volatilidade estonteante que, cada vez mais, caracteriza a atividade econômica contemporânea” (Editorial da “Folha”).

“Surge o primeiro sinal de que o governo talvez tenha aplicado uma dose excessiva de anti-consumo. Os estoques de automóveis aumentaram 50% de abril para os primeiros vinte dias de maio” (Clóvis Rossi, na “Folha”).

“Os insistentes protestos de muitos setores contra as taxas de juros têm sua razão de ser. O Banco Central vem praticando juros extravagantes que ameaçam causar danos difíceis de reparar a muitas empresas, às finanças federais e a diversos governos estaduais (...) Como negar que haja algo fundamentalmente errado com uma política econômica que só se

viabiliza com juros dessa magnitude” (Paulo Nogueira Baptista Jr., economista do PT, na “Folha”).

“O governo está preocupado com a crise de liquidez provocada pela puxada das taxas de juros e pelas medidas de política monetária (...) O CMN fará um novo ajuste na política monetária para evitar o estrangulamento da produção” (Beatriz Abreu, no “Estadão”).

Encerro com a lição de Clóvis Rossi: “Há duas maneiras de se reagir ante os números esgrimidos pela Anfavea: desprezá-los como “choradeira” típica de empresário ou parar para pensar um pouco. Pensar é sempre melhor, ainda que seja para concluir depois que é “choradeira” mesmo”.

## 11/06/95 A imprensa e a crise

Em qualquer economia democrática de mercado, a imprensa tem papel relevante no monitoramento de políticas econômicas, que é o de se constituir em caixa de ressonância dos diversos setores da economia afetados por medidas de governo.

Trata-se de função tão essencial para a política econômica quanto os instrumentos de que se valem os médicos para monitorar o estado do paciente.

No Brasil, a diversificação da economia, a má qualidade das estatísticas e o poder absurdo de que se revestiram as autoridades econômicas, faz com que medidas de política monetária sejam implementadas na base da tentativa e erro.

O próprio Pêrsio Arida reconheceu dia desses que, com a atual política monetária, a decisão do Banco Central foi errar por excesso. Mas qual o nível de excesso cometido contra a economia? Como saber em que momento se está virando o fio e produzindo overdose de sacrifício inútil?

Assim como a febre, o elemento fundamental de monitoramento do organismo econômico é a choradeira dos setores prejudicados, analisada, triada de maneira crítica, porém honesta pela mídia—como forma de manter informado não apenas o leitor, mas as próprias autoridades econômicas.

### Visão centralista

Dois pontos impedem que esse papel de caixa de ressonância seja desempenhada competentemente pela mídia.

O primeiro, a falta de uma estrutura de apuração regional da parte dos órgãos nacionais, que lhes permita conhecimento mais estreito e rápido do que ocorre na periferia—regiões e setores fora do centro do poder.

Mais cedo ou mais tarde, todo órgão que aspirar a ser nacional terá que assentar seus radares para o interior. No momento, isto não ocorre. A mídia reflete apenas o que acontece ou no governo ou nos setores economicamente influentes.

O segundo ponto é esse recurso de caracterizar monocordicamente todo protesto como “lobby” ou “choradeira”.

A agricultura está completamente quebrada pelos juros. Basta generalizar meia dúzia de malandros que enriqueceram com o crédito rural, e uma bancada de deputados de baixo nível, para extirpar-se o problema da lista de preocupações nacionais.

Os índices de inadimplência das empresas, medidos pelo Serasa, bateram recordes do Cruzado 2. Basta caracterizar as reclamações como “choradeira da FIESP” para ter-se um problema a menos com que se preocupar.

A inadimplência das pessoas físicas atingiu níveis alarmantes. É problema dos consumidores que gastaram além da conta, por não estarem preparados para o exercício da cidadania (cáspite!).

A economia nordestina está completamente parada. Mas todo empresário nordestino só pensa em crédito subsidiado, dizem eles.



As agências bancárias que têm contas de petroleiros informam que os índices de inadimplência entre eles chegam a 20%. Basta taxá-los de marajás para liquidar a discussão.

Os juros estão quebrando estados, fazendo com que até governadores aliados do governo—como Antônio Britto, do Rio Grande do Sul, e Mário Covas, de São Paulo—acendam a luz vermelha. Em vez de reclamar, deveriam racionalizar as despesas de seus estados—mesmo sabendo-se que não há racionalização capaz de compensar o aumento do custo da dívida e a queda da receita, provocados por essas taxas de juros.

Respeito pelos fatos

Será que a função social da imprensa é reproduzir acriticamente essa visão preconceituosa, reduzindo toda discussão a um slogan?

Quando uma pessoa ou empresa está inadimplente, é problema dela. Quando dois estão inadimplente, problema deles. Quando metade do país está quebrado, os problemas econômicos vão muito além das meras decisões individuais.

Reconhecer o que ocorre não é postura de esquerda ou direita, neoliberal ou progressista. É apenas questão de respeito pelos fatos—base do ofício jornalístico.

## 23/06/95 Política econômica e democracia

No debate de sexta-feira, na “Folha”, sobre o Plano Real, as autoridades presentes repetiram algo que vêm martelando há tempos: é difícil fazer planos de estabilização em ambiente democrático. São todos grandes democratas, que apenas exprimiam dificuldade intrínseca às democracias.

A economia é um organismo vivo, que tem gente, empresas, setores, relações inter-empresas, relações inter-setoriais. Quando mexem abruptamente com variáveis econômicas, os gestores econômicos arbitram perdas e ganhos na economia. Numa ditadura, não há problema. Escolhe-se quem ganha e manda-se para a cadeia quem chia. Se estiverem errados, ninguém vai alertá-los.

Em ambiente democrático não é assim. A chiadeira é um direito de cada cidadão afetado. Cabe à autoridade econômica balizar sua ação, de maneira a não se exceder na dose de sacrifício imposta aos diversos setores, e fazer opções que sejam legítimas aos olhos da maioria. E opção legítima é opção competente.

Quando não consegue fazer política econômica eficiente em ambiente democrático, a culpa não é da democracia. É de falta de competência do gestor, que não soube administrar uma quantidade maior de variáveis.

Ocorre que nesse clima de “ame-o ou deixe-o” que caracteriza inícios de planos econômicos, o economista passa a dispor de um poder absurdo, ditatorial. Com isso, torna-se descuidado, porque não há resistência aos seus atos, nem ele teme as conseqüências de seus erros.

Hoje em dia, o país inteiro paga pelo erro do câmbio. Os juros foram para as alturas, extirpou-se o crédito da economia, jogaram-se centenas de milhares de pessoas na inadimplência, quebraram-se milhares de empresas, voltou-se ao protecionismo na economia, colocou-se em risco o próprio destino das reformas econômicas.

Tudo porque, por alguns meses o país perdeu os instrumentos de auto-defesa que são intrínsecos ao ambiente democrático. Foi a democracia que até agora impediu que a política econômica levasse o país para a breca.

Tudo isto é possível porque o jornalismo, de certa maneira, virou um enorme fast food, que praticamente perdeu a preocupação com qualquer análise mais substancial. O sujeito fala A hoje, amanhã fala B, confiando na perecibilidade do veículo.

Em vez disso, o que se viu foi o aparecimento de grandes “especialistas” em indicadores. Nem me refiro aos papagaios monofásicos que ainda ontem achavam que banda cambial é orquestra de travesti, balança comercial é instrumento de pesar carne em açougue, e commodities é um novo modelo de cadeira do papai.

Refiro-me aos que, tendo mais conhecimento da matéria, só fazem por repetir indefinidamente posições de fontes oficiais, sem o menor senso crítico, e sem a menor preocupação com a análise dos fatos e com a coerência.

## 16/07/95 O oportuno mea-culpa de FHC

Nos últimos dias o presidente da República passou a se queixar amargamente das tempestades que começa a colher agora, e que poderiam ter sido evitadas se combatidas a tempo—caso da balança comercial e da crise da agricultura.

Registre-se, em seu favor, que a tomada de consciência deu-se em tempo relativamente curto. Contra, saliente-se que até agora o presidente só se deu conta dos erros que já resultaram em xeque contra seu governo.

FHC foi vítima do isolamento do poder, e da alienação da realidade. Trata-se de típico fenômeno de grandes organizações burocráticas que não dispõem nem de plano estratégico nem de sistemas eficientes de informação alimentando seu “board”.

Nesses cenários, a tendência de cada diretoria é agir isoladamente, preocupando-se em ocupar espaço na organização e em não levar problemas para o chefe.

É nesses ambientes que floresce o típico funcionário “deixa comigo”, ou “está tudo sob controle”—que têm o mesmo biótipo em qualquer organização burocrática, pública ou privada.

Quando, por excesso de problemas para administrar, o presidente da companhia dá carta branca a esses funcionários em estratégias fundamentais, é fria na certa. Se o departamento comercial der as cartas, baterá todos os recordes de vendas—e quebrará a companhia por excesso de custos. Se quem der as cartas for o “controller”, cortará todos os custos—e quebrará a companhia por excesso de cortes.

### Equilíbrio de poderes

Foi o que ocorreu no caso agrícola. A grande crise agrícola estava desenhada desde o ano passado. Para resolver a crise, a equipe econômica comprometeria suas metas de política monetária. E eu lá sou besta de estragar minhas metas monetárias para quebrar o galho de outro Ministério?

Se fosse o contrário—todo o poder à agricultura, com o enfraquecimento da área econômica—ter-se-ia produzido desastre nas contas públicas, tão letal quanto.

A mediação desses conflitos, subordinando todas as decisões à estratégia global de governo, é responsabilidade intransferível do presidente.

Daqui para frente, o sonho acabou. É ótimo que tenha acabado, para que a atuação política do presidente e da opinião pública, em favor das reformas, se dê em cima de uma discussão racional, sem disfarçar a realidade. E para que o presidente se liberte definitivamente do tecnicismo econômico—para quem pessoas, estruturas sociais e econômicas são dispositivos tão inúteis quanto dente do siso e apêndices, que servem apenas para conspirar o grande equilíbrio do universo, presente em suas formulações econômicas.

## Outros xeques

Para não ser apanhado novamente no contrapé, seria conveniente que o presidente se valesse das lições aprendidas com a crise agrícola para prevenir desastres ainda maiores no futuro, principalmente em relação aos seguintes pontos:

- 1) Recessão: há sacrifícios decorrentes de ajustes inevitáveis, e sacrifícios provocados por inabilidade na condução da economia. A opção de “errar por excesso” é um escapismo. Erra por excesso apenas quem não tem competência para encontrar o nível adequado de sacrifício a ser imposto ao país.
- 2) Dívida pública: a manutenção das altas taxas de juros está lançando as sementes de uma crise fiscal que ainda vai estourar no próprio governo FHC. 20% de juros reais ao ano são mais que suficiente para atrair capitais externos. Não há nenhuma justificativa técnica para esses 45% ao ano, que apenas reforçam os receios de um calote mais à frente.
- 3) Câmbio e balança comercial: já se sabe que o problema existe. A maneira de enfrentá-lo, através da criação desordenada e pouco seletiva de mecanismos de proteção setorial, ainda vai respingar sobre o governo FHC.
- 4) Saúde: a próxima marcha sobre Brasília vai ser dos mortos-vivos condenados à morte pela falta de recursos oficiais.
- 5) Custo Brasil: a contrapartida oficial a essa política recessiva seriam as reformas extra-constitucionais, englobadas no tal projeto “Custo Brasil”. Delas, ninguém sabe, ninguém viu.

## 26/07/95 A crise da macro-economia

Há uma flagrante distorção na maneira como a equipe econômica está tratando dos problemas internos. Em abril teve início o aperto do torniquete sobre o crédito.

Para desaquecer a atividade econômica, optou-se pelo caminho socialmente mais distorcido. Aumentaram-se os juros desmedidamente e cortou-se o crédito. O Brasil foi dividido em dois. O Brasil líquido voltou a beber na ciranda financeira, ganhando como nunca ganhou nos últimos anos. O Brasil descapitalizado quebrou.

Enquanto o interior se esboroava, as autoridades—e parte chapa-branca da imprensa—limitava-se a fechar os olhos à crise, ou a selecionar vergonhosamente os indicadores existentes, a fim de esconder a realidade.

Com a arrocho, as grandes companhias—como a indústria automobilística—trouxeram capital de fora. A queda nos agregados monetários recaiu exclusivamente sobre os ombros dos órfãos do poder.

Tinha-se de um lado o Brasil líquido enriquecendo e mantendo níveis de consumo; do outro, o Brasil descapitalizado quebrando. Como o Brasil quebrado é maioria, o que deixou de consumir compensou com folga o aumento de consumo do Brasil rico. E a queda de vendas na periferia passa a atingir o centro.

Quando chega ao centro, as autoridades tomam essa decisão inacreditável de abrir portas de saída exclusivamente para as montadoras—com a ampliação dos prazos de consórcios--, alegando que não pretendem ampliar a recessão.

Não se deve ignorar o poder multiplicador do setor automobilístico. Crise no setor automobilístico é crise na indústria como um todo. Mas é inacreditável a falta de sensibilidade dos economistas oficiais para entender o país como um todo, e só se sensibilizar com a pressão dos grandes.

### Ciência manca

A macro-economia, no país, virou ciência manca, administrada por especialistas sem nenhuma visão de conjunto, sem um plano estratégico. Em seu tabuleiro, não existem a pequena e a média empresa, o interior, a agricultura, a não ser quando seus problemas afetam o centro.

Cada crise que estoura, embora perfeitamente perceptível, apanha-os a todos—e sempre—de calças curtas, porque a análise econômica brasileira não conseguiu avançar além da observação dos setores tradicionais. Assim como com os gurus americanos, não se percebeu que a revolução gerencial e tecnológica desenhavam uma nova economia, que não podia ser englobada nas formas tradicionais de análise.

A evolução das modernas técnicas gerenciais—com a ampliação dos conceitos de terceirização—e a explosão das novas tecnologias, acabaram com a noção do grande conglomerado, que se bastava a si próprio. Cada vez mais é estratégica a montagem de um cinturão de pequenas e médias empresas especializadas, provendo as maiores de serviços e produtos.

Mas eles continuam ligados apenas a visão convencional e aos agregados monetários. Se Bill Gates tivesse nascido brasileiro, teria terminado sua vida como consultor de informática de uma repartição qualquer.

### **Galinagem**

Finalmente, o jornalista carioca que instituiu o galinhômetro (o consumo de galinha nas praias de Recife) como índice de prosperidade nacional admitiu que a crise existe. Admitiu, sim, mas citando palavras do próprio Presidente da República.

Só depois que o Príncipe dá a senha, os puxa sacos se sentem liberados para mudar de opinião.

### 31/07/1995 O retrovisor do IPEA

O Boletim Conjuntural do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) relativos ao mês de julho, é bastante significativa da miopia daqueles economistas que não conseguem ver nas estatísticas mais do que seu significado literal—e sempre de maneira estática.

Virou lugar comum entre ministros, economistas e jornalistas oficiais valer-se de previsões de crescimento do PIB como argumento contra a presumível existência de crise na economia. Como pode-se falar em crise se o PIB vai crescer de 4% a 6% este ano?

De acordo com o IPEA, a agricultura deve crescer 4,1% este ano. E, no entanto, é de conhecimento geral que a agricultura atravessa a maior crise dos últimos anos. O que está errado: as estatísticas ou a realidade?

Nem a realidade nem as estatísticas estão incorretas. Incorreta é a maneira de ler os dados.

Essa mesma distorção ocorre nos dados relativos à indústria. Com a estúpida política de crédito em vigor, desde maio há um sem-número de empresas tecnicamente quebradas, mas que continuaram produzindo, e vão produzir até que a morte as leve. E morrerão porque, dependendo de seu passivo bancário, em um quadro de absoluta escassez de crédito, não haverá produção capaz de pagar as dívidas.

No entanto, as estatísticas de produto registraram sua produção, sem poder prognosticar sua morte.

Ciência se faz com conhecimento dos princípios científicos e observação da realidade. Quando se deixa de lado a observação da realidade, e sobressai a preocupação em agradar o chefe, o resultado é o que se vê.

#### Eugenia

No início de julho, nem um mês atrás, por exemplo, o diretor do IPEA, Cláudio Considera—numa afirmação ofensiva a centenas de milhares de empresas e pessoas físicas inadimplentes—declarou que “as empresas que estão quebrando com os juros foram as que se endividaram, apostando no fracasso do Plano Real”.

Ou seja, empresas e pessoas físicas estão quebrando apenas para boicotar o Real.

Em qualquer lugar do mundo, cortar completamente o crédito em uma economia em expansão significara decretar à morte certa milhares de empresas.

No entanto, o sr. Considera recorreu a um julgamento moral—e tecnicamente incorreto—para defender a política econômica, deixando de lado compromissos com a análise. Com base nesse julgamento, sustentava que “o desemprego não vai necessariamente se elevar”.

Esse tom pretensamente científico é que servia de base para basbaques da mídia transformarem uma discussão técnica sobre economia numa cruzada eucarística.

Terminado o mês, o que diz o Boletim do IPEA? Que os dados relativos a emprego—revelados tanto pela pesquisa do IPEA quanto do SEADE—“podem estar refletindo uma mudança importante na base produtiva”. Segundo o órgão, “os setores mais afetados pelo

novo regime de inflação baixa e de abertura comercial estariam demitindo mais rapidamente do que os setores que se encontram em expansão”.

Ora, as estatísticas divulgadas no fim de julho mediam uma realidade que já estava em vigor no início do mês—quando o sr. Considera empenhava-se em agradar seus superiores..

A especialidade desse pessoal é formular cenários ou constatar as mudanças no mundo real apenas depois que refletidas nas estatísticas?

Pior, demonstrando o deplorável puxa-saquismo que acomete o órgão, para o Boletim a crise afeta apenas as empresas que não conseguem se adaptar ao regime de inflação baixa e de abertura comercial.

Não estão sendo afetadas pela absoluta restrição de crédito, nem pelos mais altos juros do universo. Estão morrendo porque, doentes, não conseguem se adaptar a uma economia sem inflação.

É a eugenia, que purifica a raça.

É uma pena que a tradição do IPEA tenha sido reduzida a isto. Quanto não consegue ser cooptado pelo governo, desenha cenários catastrofistas. Quando consegue, trata de dourar a pílula.



## O caso Proer

Um dos temas mais complexos de todo o governo Fernando Henrique Cardoso foi o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), visando impedir uma crise bancária em 1995.

Desde o final dos anos 80 sabia-se das dificuldades existentes em três grandes bancos brasileiros: Bamerindus, Nacional e Econômico. Durante os anos 90 supôs-se que os problemas estavam resolvidos. Não estavam.

Em geral, problemas de liquidez de bancos de agravam em períodos de estabilização, quando os bancos deixam de obter os chamados ganhos inflacionários – a diferença entre o custo de captação, especialmente nos depósitos à vista, e os ganhos de aplicação, especialmente em títulos públicos. Quando a soma dos passivos (o dinheiro dos depositantes) supera a dos ativos (os empréstimos efetuados), o banco precisa ser liquidado extrajudicialmente.

Para evitar perdas aos depositantes, já que o dinheiro que evaporou é seu, em vez da liquidação judicial, nos anos 70 o Banco Central criou um regime de intervenção, pelo qual um funcionário assumia a direção do banco, e passava a vender seus ativos – vendendo bens e cobrando os créditos– e, com esses recursos, tentava tapar os passivos (dinheiro dos depositantes e dinheiro de fundos públicos injetados no banco).

Eu conhecia bem o tema. Um das grandes batalhas jornalísticas em que me envolvi foi no governo Sarney contra o ex-consultor geral da República, José Saulo Ramos, quando este alterou o decreto-lei do plano Cruzado, permitindo a volta da indústria das liquidações extrajudiciais.

Saulo fizera fortuna nos anos 80 ao descobrir brechas na legislação que permitiam que bancos quebrassem, mas os banqueiros saíssem ricos. Em geral o Banco Central cobria os rombos com recursos do Fundo Garantidor de Liquidez do sistema financeiro. No processo de liquidação, o banco ficava devendo a esses fundos, mas a dívida não era corrigida pela inflação, ao contrário dos ativos dos bancos – imóveis ou títulos públicos e privados.

No final do processo, com a dívida congelada e os ativos se valorizando, o banqueiro entrava com uma ação contra o BC e obtinha indenizações bilionárias. Foi assim com o Comind, primeiro caso complexo que acompanhei em minha carreira de jornalista financeiro.

O Proer acabava com essa farra, ao determinar, primeiro, a expropriação das ações dos controladores; depois, a execução dos bens pessoais de todos eles. Finalmente, separava o banco em duas partes: o “banco bom” e o “banco ruim”. O banco bom –limpo de todas as dívidas—era vendido no mercado para, com o dinheiro, o BC cobrir as dívidas do “banco ruim”. Tratava-se de método consagrado internacionalmente para a venda de ativos. Se se vende a massa falida integralmente, dificilmente haverá compradores, já que o buraco é maior do que os ativos. Se houver compradores, a tendência será a de reduzir substancialmente o valor pago, para prevenir eventuais esqueletos ocultos. Separando a parte boa, se consegue melhor preço para, com o recurso da venda cobrir as dívidas.

Os bancos liquidados tinham rombos enormes. O que a opinião pública não percebia é que, se não houvesse o Proer, a conta iria para os correntistas do banco, já que os bens dos acionistas não seriam suficientes para cobrir o buraco. O Proer foi a única maneira de

impedir que esse prejuízo caísse na cabeça dos pequenos, já que os grandes, com mais acesso às informações, há muito tinham abandonado os bancos em dificuldades.

No entanto, criou-se o mito de que o Proer foi um programa feito para salvar banqueiros falidos. – o que era literalmente mentira. Sempre que a discussão esquentava, e se provava que nenhum banqueiro falido foi salvo pelo Proer, os críticos suspendiam o slogan. Bastavam algumas semanas para se voltar à repetição do slogan.

Houve uma confusão notável quando o Banco Nacional foi liquidado e vendido. O banco pertencia à família Magalhães Pinto, que tinha uma herdeira casada com um filho do presidente da República. A posição de Fernando Henrique Cardoso no episódio foi de total isenção, sabendo estar afetando a futura herança dos seus netos. Conseguiu uma encrenca familiar dolorida para o resto da vida.

No início da cobertura, recebi informações incorretas de diretores do banco Nacional, que indicavam que ele teria enfrentado meros problemas de liquidez – o que expus em uma coluna. . Nos últimos anos, o Nacional tinha promovido uma ofensiva extraordinária no mercado, com uma imaginação fantástica para a venda de produtos.

Depois, ficou claro que a quebra decorreria de uma conspiração fatal de esqueletos herdados dos anos 80, mais uma política perdulária de remuneração sobre resultados que não levava em conta os resultados financeiros das operações.

A venda da parte boa do Nacional ao Unibanco acabou gerando enorme debate na “Folha” entre eu e outro jornalista econômico, e amigo. Foi uma polêmica desgastante que, em certo momento, perdeu o fio da racionalidade. O que parecia um princípio óbvio de venda de ativos – o de se separar e vender a parte boa, para, com o resultado, cobrir a parte podre – transformou-se em motivo para teorias conspiratórias.

## 14/11/1995 O caso Nacional

Há certa confusão no ar a respeito do funcionamento do sistema bancário.

O banco capta dinheiro junto a investidores e empresta para os tomadores. Há descasamento entre as duas operações, porque parte do dinheiro captado consiste em depósitos à vista—que podem ser sacados a qualquer momento—e o dinheiro emprestado obedece a prazos maiores.

Há dois tipos de desequilíbrio nessa relação entre ativos e passivos. O primeiro, quando uma corrida bancária provoca fuga de depósitos à vista do banco. Se pudesse liquidar imediatamente o mesmo valor em créditos, o banco zeraria sua situação. Como os créditos estão amarrados a prazos, até que sejam liquidados ocorre um desequilíbrio e o banco terá que ir buscar dinheiro no mercado, a fim de zerar sua conta diária.

Se os créditos forem bons, mesmo que o rombo seja considerável, é apenas questão de tempo para que os créditos sejam realizados e zere-se a posição.

Para essas situações, o Banco Central dispõe de linha de empréstimos concedida através do redesconto. O problema é que, dependendo do grau de fuga de recursos do banco, pendurar-se no redesconto significará, numa ponta, custos punitivos; na outra, desconfiança do mercado.

Por isso mesmo, o BC tem recorrido ao Banco do Brasil para amparar bancos em situação de iliquidez, sem provocar rebuliço inútil.

O problema ocorre quando é muito alto o volume de créditos podres—em liquidação ou de difícil recebimento. Nesse caso, o banco tem que se desfazer de seus ativos próprios para cobrir o rombo. Se a diferença persistir, ou encontra-se solução de mercado ou liquida-se a instituição.

### Liquidez?

Aparentemente não é o caso do Banco Nacional—em vias de ser adquirido pelo Unibanco. Diretores do banco, sem acesso ao processo atual de negociações, mas com participação efetiva na condução da instituição, sustentam que o Nacional atravessa apenas problemas temporários de liquidez.

Antes do caso Econômico, o banco era credor em R\$ 1 bilhão no interbancário (o mercado de troca de reservas entre bancos). Com a histeria que se seguiu, ficou a descoberto em US\$ 2 bilhões—cobertos diariamente no Gerof (a Gerência de Operações Financeiras do Banco do Brasil).

Atualmente o banco dispõe de R\$ 2,5 bilhões em depósitos de pessoas físicas, mais R\$ 1,5 bilhão em outros tipos de depósitos. A fuga de recursos ocorreu basicamente na Tesouraria do interbancário e com multinacionais. Por isso mesmo—sustenta esse executivo—resolvida a questão, em poucos dias esse dinheiro seria recuperado.

O diretor nega que o banco tenha se metido em concordatas pesadas. No ano passado, entrou em R\$ 25 milhões com a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), devido a um erro do gerente do posto bancário. Mas foi só e os recursos já foram provisionados.

Este ano, entrou em R\$ 9 milhões com a Casa Centro e em apenas R\$ 800 mil com a Mesbla (créditos sem garantias reais).

Em 30 de junho, o banco já havia provisionado R\$ 1,95 para cada R\$ 1,00 em atraso—no total, R\$ 366 milhões provisionados.

O diretor não descarta a possibilidade de haver algum caroço grande, que ele desconheça. Mas considera bastante improvável. Os créditos maiores são apreciados por um comitê de crédito do banco. E—segundo jura ele—em nenhuma reunião do comitê se apreciou qualquer caso mais extravagante.

Nesse sentido—na avaliação desse executivo--, a utilização do Proer só se justificaria pela necessidade de financiamento da desmobilização do banco. Havendo a fusão entre as duas instituições, muitas agências serão fechadas, e suspeita-se que pelo menos 5 mil bancários perderão o emprego.

## 30/02/96 Escândalo desfocado

Nos últimos quarenta anos, dois presidentes da República foram derrubados, dois ameaçados de não tomar posse, um renunciou, outro foi enfrentado por seu próprio Ministro do Exército, o Congresso foi fechado duas vezes, estados e capitais não puderam eleger seus governantes, estourou o Independência-Decred, explodiu o Comind.

Mesmo assim, o senador Pedro Simon foi retumbante: o caso Nacional gerou a maior crise política dos últimos 40 anos.

Porque este exagero de um senador tão comedido quanto Simon? Por que nos últimos tempos a figura pública de Fernando Henrique Cardoso exala arrogância tão acentuada, que estimula em parte da opinião pública o desejo explícito de vê-lo baixar o topete, seja qual for o motivo.

O Brasil inteiro quis destroçar Romário quando ele colocou as manguinhas de fora. Conseguiu quando ele deixou de marcar gols. Mas não há um só inimigo que ouse dizer que ele é perna de pau.

Da mesma maneira, o Nacional é o pênalti que FHC chutou fora. Mas por mais que se queira dar um trança-pé no ego presidencial, não há nenhuma evidência de que ele protegeu os acionistas do Nacional.

### O que fazer

O mote que deflagrou esse paroxismo é a informação de que em outubro o presidente sabia das manipulações nos balanços do Nacional.

Sugerem-se dois tipos de análises sobre o fato: primeiro, o que o presidente fez, depois de obter a informação; segundo, o que ele deixou de fazer. A partir daí, ficará mais claro se houve escândalo ou não na sua conduta (discussão que não elimina o fato, este sim escandaloso, de um banco ter conseguido esconder créditos podres do Banco Central por dez anos).

O que o presidente fez foi editar medida provisória que preservou o Nacional, mas não preservou controladores e executivos. Pelo contrário, a MP do Proer estendeu o bloqueio de bens para os membros do grupo controlador que não participam da gestão da instituição—o que incluiu no bolo uma nora do presidente, que ficaria de fora pela legislação anterior.

Ao desapropriar as ações dos controladores, e obrigá-los a oferecer bens como garantia, o presidente impediu-os de se beneficiarem da indústria das liquidações que nesses 40 anos citados por Pedro Simon enriqueceu grandes mandriões, com o beneplácito do Executivo, sem que o Congresso esboçasse a menor reação.

As medidas tomadas permitirão à Justiça, se quiser, tirar até o último bem da família que controlava o banco—incluindo a herança dos netos do presidente. E ainda punir criminalmente os autores da maracutaia.

Prendo e arrebento

Em relação aos controladores e executivos, fez-se tudo o que deveria ter sido feito. O que mais? Ter mandado estourar o banco?

Haveria as seguintes conseqüências:

- 1) Todos os funcionários do Nacional perderiam o emprego.
- 2) Os correntistas perderiam seu dinheiro.
- 3) O BC jogaria pela janela um bilhão de dólares—que foi o preço pago pelo Unibanco pela estrutura remanescente do Nacional.
- 4) A quebra provocaria uma corrida ao sistema financeiro, de resultados imprevisíveis (imprevisível no sentido de saber se, depois do vendaval, restariam de pé de um a cinco, ou de cinco a dez bancos).
- 5) Daqui a dez anos a família Magalhães Pinto conseguiria recuperar parte de sua grana, graças aos procedimentos judiciais consagrados pela indústria da liquidação extrajudicial.

Há quem possa considerar esta a solução mais barata. Embora, compadecidos da situação dos funcionários e correntistas, o mais provável é que os bravos parlamentares pressionassem o Executivo para conferir o mesmo tratamento que ao Econômico.

Mesmo assim, a discussão passa ao largo do tom escandaloso que se pretende conferir ao procedimento pessoal do presidente.

### **Ponderando**

O episódio Nacional é relevante, mas por expor vícios de outra espécie, como a precariedade do sistema de fiscalização do BC, a falta de transparência dos balanços, a falta de vontade de mudar dos sucessivos presidentes do banco e Ministros da Fazenda (incluindo o próprio FHC), os vícios das estruturas familiares, a desatualização da Lei das Sociedades Anônimas.

## 04/03/1996 Lições do caso Nacional

No pé de uma coluna, fonte ligada ao ex-presidente José Sarney declara que se o caso Nacional tivesse ocorrido no reinado do chefe, o mundo desabaria sobre suas costas inocentes.

Seria conveniente entender melhor esse processo espúrio, que permitiu a dois dos maiores bancos do país atravessarem vinte anos ludibriando a fiscalização do Banco Central—até mesmo para ficarem claras as responsabilidades.

No governo Médici, o poder absoluto conferido pelo Ato Institucional 5 deixou os condutores da política econômica descuidados. Ocorreu um amplo e arbitrário processo de fusões e incorporações onde, em nenhum momento, informava-se a nação sobre custos e critérios.

Criaram-se mecanismos de redesconto do BC, a política de open market, definiram-se regras de recolhimento do compulsório. Cada mexida na taxa de juros, no câmbio, nos critérios de recolhimento do compulsório, implicava em transferências expressivas de recursos. E tudo era feito ao largo do controle da opinião pública.

A caixa preta do BC começou a ser montada naquele período, com o poder absoluto sendo exercido pelo Ministro da Fazenda e pelo presidente do BC. E nenhum dos governos posteriores tratou de abri-la.

### Liquidações

A indústria da liquidação extrajudicial propriamente dita teve início no governo Geisel, ao se permitir que o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) bancasse os rombos do sistema financeiro, e o FGDLI (criado antes) bancasse os estouros do sistema financeiro da habitação. Não pelo mecanismo em si, mas pelo que sucedeu logo depois, com a volta da inflação. A instituição quebrava e o IOF bancava parte do rombo. Seguia-se prolongado processo de liquidação extrajudicial, ao longo do qual os créditos do IOF eram congelados. Passado certo período, a inflação destruía as dívidas, e os antigos controladores recuperavam grande parte de seu patrimônio. Tudo fundado em um parecer do então consultor geral da República Clóvis Ramalhete.

Bastaria um mero decreto para sanar esse rombo. Mas não me lembro de nenhuma manifestação dos Ministros da Fazenda da época, muito menos do ex-presidente José Sarney (cujo governo abrigou a mais controvertida das liquidações, que foi a do Comind) no sentido de estancar a hemorragia.

Cruzado

O ex-ministro Dílson Funaro tentou acabar com essa indústria, determinando que o decreto do Cruzado estipulasse claramente a correção monetária dos passivos.

O decreto foi republicado pouco depois, eliminando-se a referência expressa à correção monetária nas liquidações. Apesar do Cruzado ter sido conduzido de maneira colegiada, a decisão foi tomada individualmente pelo presidente da República José Sarney, que assinou o decreto, e pela pessoa que o redigiu. Nunca é demais lembrar que o principal consultor jurídico de Sarney era o advogado Saulo Ramos, um dos primeiros a descobrir as brechas legais que permitiram a indústria das liquidações extrajudiciais.



Tanto sabiam que o decreto não cheirava bem, que dias depois acabaram publicando uma portaria tentando consertar o mal feito.

## Entulho

Por tudo isso, o caso Nacional é um escândalo histórico, fruto de três décadas de passividade das autoridades monetárias, e da inadequação institucional do BC.

Em relação às autoridades atuais, o episódio é útil por expor o ridículo de ver o Ministro da Fazenda e o presidente da República dispararem lições de moral para centenas de milhares de brasileiros que sofrem com essa política de crédito amalucada—quando foram incapazes de fazer minimamente a lição de casa, de ao menos tentar entender os vícios históricos do órgão que comandam.

Mas pelas informações disponíveis até o momento nenhum dos dois pode ser acusado de conivência com as tramóias. Não há nenhum dado concreto, até o momento, que permita afirmar que os ex-controladores do Nacional foram beneficiados por decisões do presidente.

Vai-se evitar a repetição de episódios semelhantes com mudanças bastante objetivas, que tem que ser encaradas por ambos, se não for cansar demais sua beleza:

- 1) Reestruturação total do processo de fiscalização do BC, privilegiando a análise de crédito.
- 2) Escolha de auditor é prerrogativa dos acionistas minoritários. No Brasil, quem escolhe a auditoria é o controlador. Como a maior parte dos bancos é constituída de empresas familiares, a prerrogativa deveria ser da própria Comissão de Valores Mobiliários.

### 05/03/96 Confusões do Nacional

Por desconhecimento ou malícia, há enorme confusão envolvendo a atuação do Banco Central no caso Nacional.

Uma pequena mostra das impropriedades cometidas ao longo desse período.

- 1) O senador Antônio Carlos Magalhães diz que desde março passado sabia do rombo do Nacional.

O senador confunde os rombos. Há duas espécies de rombo em um banco. O primeiro, é o rombo de liquidez. O segundo é o rombo patrimonial.

Bancos captam depósitos que são aplicados em empréstimos. Quando ocorre uma corrida, os depositantes sacam o dinheiro, mas o banco não consegue receber dos devedores na mesma velocidade. Ocorre um problema de caixa, que costuma ser resolvido pelo redesconto—uma linha constituída por parte dos depósitos dos próprios bancos, junto ao BC, justamente para atender a essas emergências.

Se o banco estiver com as contas em dia, passado algum tempo os empréstimos vão vencendo, o banco vai recuperando o dinheiro e pagando o redesconto.

Até outubro julgava-se que o Nacional padecia desse tipo de problema. Tanto que não há uma só matéria na imprensa, e nenhuma declaração do senador ACM, em sentido contrário.

O segundo problema é a questão patrimonial. É quando parte dos empréstimos ou são de difícil recebimento ou são fruto de uma fraude (como foi o caso do Nacional). Esse tipo de informação só apareceu em outubro e pegou inclusive o mercado de surpresa.

2) O BC desviou R\$ 25 bilhões dos programas sociais para instituições financeiras.

Mais uma vez confunde-se empréstimo de liquidez com rombo patrimonial. Dinheiro do redesconto não é receita fiscal que é desviada das obras sociais da CNBB. É dinheiro do sistema utilizado justamente para resolver crises de liquidez de instituições. A perda efetiva é aquela que serve para cobrir os rombos patrimoniais (que são elevados, mas muito longe dos R\$ 25 bilhões).

3) O BC deveria ter dado voz de prisão aos Magalhães Pinto assim que foi informado das fraudes.

Quem diz isso não tem noção mínima do funcionamento de um estado democrático. O BC não é polícia. E esse tipo de fraude não comporta prisão em flagrante. Comporta processo e condenação judicial. As medidas tomadas pelo governo, depois de descoberta a fraude, não livrarão nenhum fraudador das penas da lei. Dependendo da Justiça eles poderão perder todos seus bens e serem condenados. O que se quer mais? A pena de morte? Linchamento?

4) O BC doou R\$ 2 bilhões aos Magalhães Pinto.

Confunde-se o controlador com a instituição. Empréstimo de liquidez serve para a instituição pagar o depositante que quer sacar o dinheiro. Esses R\$ 2 bilhões foram para a conta dos correntistas e transferidos por estes para instituições mais seguras.

Culpa no cartório

O BC, Malan, o inacreditável Ciro Gomes, Pécio Arida e o próprio presidente têm outro tipo de culpa no cartório: a incompetência de não se darem conta de que o final da inflação traria à tona as distorções acumuladas no setor financeiro. E a falta de vontade política de procederem à reestruturação do BC e do próprio sistema financeiro privado, como condição prévia para o bom encaminhamento do Real.

Daí a envolvê-los como cúmplices de fraude vai uma distância que nem os gritos do senador ACM conseguirão vencer.

## Malan

A reconstituição do caso Nacional, feito por Marcos Sá Correa, da Veja, suscita uma questão intrigante: onde estava Malan em todo esse processo? O Ministro da Fazenda aparece apenas uma vez, quando Gustavo Loyolla apresenta a ele o problema. Depois some de cena, deixando todo o desgaste para o presidente da República.

## 08/03/96 Podre não se vende

Ilustre colunista rebate afirmação da coluna, de que foi bom negócio para o BC vender a parte boa do banco Nacional para com o dinheiro apurado sanear a parte podre.

Diz ele que “agindo a toque de caixa o governo FHC convidou o Unibanco a escolher tudo o que lhe interessava no grupo Nacional: agências, clientes, empréstimos, empresas coligadas. Tudo o que pudesse dar lucro ficou com o Unibanco. Nas mãos do Banco Central, do Tesouro ficaram só os créditos impossíveis. Não sobrou nada para sanear a parte má”.

Tem sido uma constante nos últimos tempos esta lógica de que quem vende a parte boa e fica com a parte ruim termina no prejuízo. Termina no prejuízo se entregar a parte boa de graça. Mas se vender—como foi o caso—tudo vai depender do preço que foi pago.

O BC não ficou com a parte boa, mas ficou com R\$ 1 bilhão, que foi o preço pago por ela. Pode-se discutir se o preço foi caro ou barato. Mas não ignorar que, afinal, foi pago um preço pela parte boa.

Também não se entende o que o colega quis dizer com a frase “não sobrou nada para sanear a parte má”. Para quê deveria sobrar?

Se sobrassem partes boas, o que o BC faria com elas? Venderia, é claro. Ou se presume que as utilizaria para remontar o banco Nacional, com um pedacinho bom aqui, um podre acolá, um crédito bom ali, uma lista de fantasmas mais além?

Parte má é, por definição, parte inaproveitável, prejuízo realizado. “Sanear a parte má” significa vender da melhor maneira a parte boa, para se ressarcir dos prejuízos já realizados.

### Engenharia financeira

O que a coluna afirmou—e que foi contestado pelo analista—é que, vendendo a parte boa, e ficando com a parte podre, o BC apurou mais do que apuraria vendendo o conjunto.

Para comprar porteira fechada, o comprador exigiria um abatimento do preço, proporcional não só ao prejuízo conhecido, como ao prejuízo potencial, os macaquinhos que ainda poderiam aparecer no sótão do Nacional.

Vendendo apenas a parte boa o BC lucrou duas vezes (está se falando obviamente da operação em si, não das perdas decorrentes do episódio como um todo).

- 1) Ao reduzir a margem de risco, fez com que o comprador pagasse pela parte boa o que se considerou valor de mercado, sem os deságios que prevenissem riscos.
- 2) Vendeu bens intangíveis (como a carteira de clientes do Nacional), que teriam virado pó se ficassem nas mãos do BC.

O comprador pagou R\$ 700 milhões por empresas adquiridas do Nacional. O valor foi calculado com base no patrimônio líquido.

Depois, incorporou clientes que tinham o equivalente a R\$ 6,4 bilhões em depósitos no Nacional. Mas não recebeu os depósitos correspondentes. Em outras palavras, adquiriu uma dívida.

Em contrapartida, recebeu o equivalente a R\$ 6,4 bilhões em créditos—empréstimos feitos a outros clientes e títulos públicos do Nacional. Na soma final, deu conta zero. Por essa conta zero ele pagou R\$ 300 milhões.

Porque se dispôs a pagar por uma conta zero? Porque depois de zerada as contas, terá a oportunidade de conquistar parte substancial dos correntistas. Este é o produto que o banco comprou e pagou: a carteira de clientes do Nacional.

Se o BC tivesse ficado com a parte boa e a parte má do banco—como pretende o ilustre colunista--, qual seria a equação? A carteira teria virado pó porque os clientes teriam se bandeado para outros bancos, e o BC não teria recebido os R\$ 300 milhões de ágio.

A coluna não pretende ensinar os mestres, apenas colocar um pouco de racionalidade nessa discussão.

## 17/03/96 Por fora do Nacional

Na semana passada, respeitado colunista—que recentemente questionou a coluna, por ter defendido que a venda das partes boas do Nacional era o método mais correto—voltou a insistir no caráter lesivo da operação de venda do banco Nacional, e levantou dúvidas sobre a probidade das partes envolvidas.

Deixou de questionar a metodologia de venda—aparentemente aceitando-a. Acabou centrando fogo em dois pontos efetivamente relevantes: o custo da operação para o Banco Central; e o preço de compra pelo Unibanco.

Em relação ao custo para o BC—lembra ele--, o banco emprestou recursos para que o Nacional adquirisse no mercado Títulos da Dívida Agrária (TDAs), por menos de 40% de seu valor—e os oferecesse como garantia de 100% do valor da dívida. Logo o devedor foi beneficiado com redução de 60% no valor de sua dívida. Não é óbvio? Não.

Suponha que os devedores dispusessem de bens no valor de apenas 10 para garantir a dívida (que deveria ser a proporção entre os bens pessoais dos Magalhães Pinto e o rombo do Nacional). Se o valor final da dívida for de 100 ou de 40, tanto faz. Como eles têm apenas 10 de garantia, vão entregar tudo o que têm, e, conseqüentemente, jamais irão conseguir pagar a dívida remanescente --30 ou 90, pouco importa.

Contabilidade

Então porque o BC permitiu essa operação? Simplesmente para fazer uma jogada contábil, e transferir para o Tesouro parte dos seus (do BC) prejuízos.

No vencimento da operação, o Tesouro será obrigado a aceitar por 100 (o valor de face dos TDAs) títulos que foram comprados por 40 no mercado. Com isso, o prejuízo a ser bancado pelo BC reduz-se para 40 (o que ele emprestou para os ex-controladores adquirirem os TDAs), com os 60 restantes sendo bancados pelo Tesouro.

Pode-se questionar administrativamente se o BC agiu corretamente ou não. Mas, á luz dos dados apresentados, será muito difícil concluir que os Magalhães Pinto foram beneficiados pela operação, simplesmente porque, se a Justiça quiser, seu patrimônio será reduzido a zero.

### Caro e barato

O segundo ponto de questionamento é quanto ao preço pago pelo Unibanco pela parte boa do Nacional. O colunista lança dúvidas sobre a operação, baseado no seguinte raciocínio:

- 1) O mercado (quem do mercado?) considerou que o preço pago pelo Unibanco foi barato.
- 2) Se foi barato—conclui ele--, nada impede que tenha havido um acerto por fora entre os compradores (Unibanco) e os ex-controladores do Nacional.

Aí a discussão fica complicada. Nada impede que o Unibanco tenha pago por fora, como também nada impede que o Unibanco não tenha pago por fora.

É mais racional trabalhar evidências.

Em qualquer negócio que se faça, preço é função da pressa—principalmente em negócios com pouca liquidez. E um preço é caro ou barato em relação a outra proposta, que sirva de parâmetro. Quando explodiu o caso, quantos bancos estavam dispostos a adquirir o espólio do Nacional, na pressa exigida pela operação? Pelas informações disponíveis, apenas o Unibanco.

Se não apareceu nenhum outro candidato a comprador, como considerar que o negócio em si foi caro?

Uma forma de saber se foi caro ou não consistiria em pegar o patrimônio líquido das empresas adquiridas e descontar a parcela de papéis podres que elas carregavam. Mas essa conta ainda não foi feita.

Por fora

Decidida a venda da parte boa do Nacional, o procedimento adotado foi, primeiro, os Magalhães Pinto assinarem documento transferindo para o BC a totalidade das ações no banco e na seguradora. O Unibanco negociou diretamente com o proprietário provisório do Nacional—o BC--, não com os Magalhães Pinto.

Então porque a necessidade do por fora para o Nacional, sugerida pelo colunista? Só se fosse por solidariedade dos banqueiros do Unibanco pelos do Nacional—aí sim, conferindo um caráter extraordinariamente inédito à operação.

### **Decorências**

Não se trata apenas de gosto pela polêmica. Corrupção ou incompetência (e a coluna cansou de denunciar a incompetência do BC no episódio), o prejuízo foi de bom tamanho para o país. Mas há diferença fundamental entre os dois enfoques. Corrupção é caso de CPI. Incompetência, não. Ambos exigem, no entanto, medidas urgentes das autoridades, para reformulações estruturais no BC e nas suas relações com o sistema financeiro.

## 23/03/96 Confusões de adolescente

O mais importante personagem político da história do país nasceu há pouco mais de 15 anos e vive profunda crise de adolescência. Chama-se moderna opinião pública—um objeto não de todo identificado, que tem na mídia sua forma de expressão oficial (mas não única).

A criança começou a ser parida em fins dos anos 70, reagindo ao regime de arbítrio. Deu os primeiros passos na campanha das diretas, o primeiro berro (e o primeiro choro) com o Cruzado e, aos poucos sedimentou série de conceitos éticos importantes—que ajudaram, inclusive na derrubada de um presidente da República.

Com a façanha, ganhou maioria sem ter completado o amadurecimento. Tem participação cada vez mais relevante nos rumos do país, mas a cabeça continua instável como a de um jovem.

Quer a modernidade, mas não tem certeza, na verdade não sabe direito que história é essa, mas é a favor, genericamente, sendo contra no particular, porque a modernidade é o neoliberalismo, que é anti-social, embora o paternalismo seja condenável... Sacou, bicho?

Encanta-se com uma paixão hoje, com outra amanhã—sendo absolutamente fiel às duas. É capaz de crucificar o funcionário público por supostas regalias, e, logo em seguida, crucificar o governo por tentar suprimir as regalias do funcionário público.

Como todo adolescente, têm momentos de indignação, mas não tem a menor idéia sobre que fazer com isso, pois a inexperiência impede-o de estabelecer claramente relações de causa e efeito, ou de identificar saídas objetivas para os problemas.

É extremamente suscetível ao patulhamento. Se a “rapeize” acha de bom tom criticar, critica-se. Se não é de bom tom criticar, não se critica. Ir contra a “tchurma”, jamais.

### Rede de intrigas

A catarse em torno do caso Nacional foi o exemplo mais acabado dessa postura adolescente, à la “mancha verde”.

No geral, a reação da mídia foi uma paródia ao comportamento do ator Peter Finch no filme “Rede de Intrigas”—aquele anchorman enlouquecido, que vai para a frente do vídeo e coloca o país inteiro a gritar das janelas das casas “estou morrendo de raiva, estou morrendo de raiva!”.

Está bem, cara pálida, mas pense em algo de útil para fazer com sua raiva.

Nesses momentos, sempre assoma fatal herança luso-brasileira-cucaracha, o palavrorio infundável, a disputa por adjetivos, a milonga, sem nenhuma preocupação com resultados concretos.

Reformas, segurança dos correntistas, estabilidade, mudanças estruturais no sistema financeiro, na Lei das Sociedades Anônimas, na legislação penal, nada disso importava. A palavra de ordem era a CPI, como se sua instauração pudesse ser objetivo final do que quer que fosse.

O que se esperava dela? Que contribuísse para mudanças institucionais? Que tornasse o BC mais eficiente, o Ministério Público mais ativo e a Justiça menos morosa? Que permitisse mudanças institucionais que prevenissem o aparecimento de novos problemas?

Nada disso. Discutir tecnicamente a questão não dá IBOPE, não demonstra para o leitor nossa ardente solidariedade com sua indignação. O que se queria era combustível para o paroxismo, entranhas reviradas, escândalos sendo revelados ou fabricados, o perigoso Clarimundo numa cela comum, procuradores federais exibindo a presa e se comportando como valentões de bar, chutando um leão reumático. Emoção pela emoção, como convém a um vibrante adolescente.

### Resultados

A CPI não saiu e também não resultou em nenhuma mudança estrutural concreta, porque em nenhum momento se teve o senso prático de canalizar a raiva para algo de minimamente útil.

De objetivo, a indignação que explodiu com o caso Nacional serviu unicamente para o seguinte:

- 1) Atrasar as reformas.
- 2) Tornar mais caro o passe de políticos fisiológicos.
- 3) Obrigar o governo a recorrer a práticas fisiológicas (quem condena as práticas queria o quê? Que se pagasse para ver o país pegando fogo?).
- 4) No início do processo tinha-se um presidente arrogante, que precisava baixar o topete. Agora, tem-se um presidente com sua autoridade arranhada, porque deixou-se na opinião pública a falsa impressão—porque não fundada nem em fatos nem na lógica—de que beneficiou parentes.

Sugere-se que no próximo acesso de raiva coletiva haja maturidade mínima para uma indagação fundamental: como transformar essa raiva em algo de útil para o país.



## 27/03/96 Micos e lucros

Em seu artigo de ontem—”O Nacional foi doado”—um colega volta a tratar o tema da venda do Nacional do ângulo técnico. Mas ainda falta caminhar mais em direção à racionalidade.

1) Ele insiste em “denunciar” o fato do BC ter vendido apenas a parte boa do Nacional, ficando com o rombo.

Porque o Nacional quebrou? Porque já tinha um rombo. “Rombo” quer dizer: os ativos do banco eram menores que os passivos. Se é assim, como pretender que a venda dos ativos pudesse cobrir os passivos? Se os ativos fossem maiores, não haveria rombo, nem o Nacional teria sido liquidado, nem a gente estaria aqui alugando o leitor.

2) O colega continua conferindo tom de denúncia ao fato do Unibanco ter selecionado os créditos bons do Nacional, deixando os podres com o BC.

Como procederá um feirante, se comprar uma partida de limões e perceber que metade está podre? Vai vender os limões bons, e depois irá brigar com quem lhe empurrou os podres. É assim em Caconde e em Poços de Caldas.

O colega quer inverter a lógica. Para o freguês comprar limão bom, tem que se comprometer a ficar com os podres. O BC chegaria para o Unibanco e proporia: você só leva os créditos bons se comprar junto uma lista de contas fantasmas. Mas se conta fantasma não existe, como é que pode ser vendida?

### Fundo de comércio

Na discussão do preço propriamente dito—que é o que interessa—há reparos a fazer ao raciocínio de do colega.

1) Ele insiste que o ágio que o Unibanco pagou pelas contas do Nacional (R\$ 300 milhões) é ridículo perto do valor do negócio—estimado por ele em R\$ 13 bilhões (R\$ 6,5 bilhões de ativos, mais R\$ 6,5 bilhões de passivos).

Que valor? O passivo, como o nome indica, é obrigação a pagar; ativo é a receber: 6,5 a pagar menos 6,5 a receber, é igual a zero, não a 13.

2) Ele considera absurdo o Unibanco ter pago pela clientela do Nacional, e levado de lambuja as agências do finado.

Surpresa seria se o Unibanco comprasse clientes, e não os “pontos”. Cliente não é jogador de futebol—que pode ter o “passe” negociado. Compram-se “pontos” que os clientes freqüentam, na esperança de conservar os clientes—a isso se chama fundo de comércio. A propósito, os imóveis das agências não entraram na compra. Vão ser alugados pelo comprador.

3) Ele considera grossa maracutaia o fato do Unibanco ter pago pelas empresas do Nacional com ações de sua própria emissão.

Se ele próprio vive criticando os altos lucros dos bancos, porque de repente ações de bancos sadios viraram mau negócio? Apenas para reforçar os argumentos do mestre, é óbvio.

4) A venda da seguradora foi prejudicial ao BC, diz ele, porque pagou-se apenas o equivalente ao seu patrimônio líquido—de R\$ 335 milhões—sem considerar o chamado “goodwill” da clientela.

Se se der ao trabalho de conferir o primeiro balanço da seguradora, após a venda, constatará que desses R\$ 335 milhões de patrimônio líquido, R\$ 175 milhões eram constituídos de ações do Nacional—que viraram pó. R\$ 175 milhões em R\$ 335 milhões é um bom ágio? Numa discussão sem posições preconcebidas, seria.

5) Finalmente, diz que—ao contrário do que a coluna afirmou—o Unibanco adquiriu “investimentos permanentes” do Nacional, e não o preço calculado de acordo com o patrimônio líquido.

Confundi conceitos contábeis. Ativos permanentes são bens que a companhia tem. Patrimônio líquido é uma conta que inclui todos os ativos da empresa (bens, investimentos, capital aplicado em terceiros etc.) menos os passivos.

Como a seguradora era controlada pelo banco comercial, suas ações entravam como “ativo permanente” na contabilidade do banco comercial. Mas seu valor era contabilizado pelo patrimônio líquido da seguradora. E foi esse valor que foi levado em conta para fixar o preço de venda.

### **Concordância**

Preço é função da pressa. Na pressa em que o negócio foi realizado (porque havia profundo processo de saques que poderia deparar o Nacional, aumentando o rombo), é óbvio que o preço obtido foi inferior ao que seria apurado em um processo normal de vendas. Mas foi o melhor que foi obtido nas circunstâncias.

A questão central da polêmica era avaliar se a demora em vender o banco deveu-se a incompetência interna do BC (como pretendeu a coluna) ou a grossa maracutaia (como pretende ele).

Essa longa discussão técnica fala por si. Se fosse maracutaia, porque ele e eu estaríamos nos esgoelando a quatro artigos, discutindo critérios objetivos de aferição de valor? E se a maracutaia era tão grande assim, porque só apareceu um candidato a comprador?

A coluna vai encerrando sua participação na polêmica por aqui, já que os argumentos começam a se tornar repetitivos—e há uma infinidade de outros assuntos aguardando as suas opiniões de e as minhas.

04/04/96 A polêmica Sílvio Caldas

A coluna já havia desistido de voltar ao caso Nacional, em respeito ao leitor. A manifestação extemporânea de Aloysio de um colega no último domingo obriga a uma última despedida—de acordo com o Manual da Folha.

O jornalista Aloysio formou sua opinião no início do caso, muito antes de deter as informações completas sobre o episódio. E fez questão de mantê-la, independentemente dos fatos.

Vamos a uma demonstração prática desse estilo de polêmica:

Exemplo 1 -- No início do debate, ele sustentava que a prova da bandalheira fora a autorização para que os Magalhães Pinto aportassem como garantia de empréstimos do Proer moedas podres adquiridas por 65% do valor de face.

A coluna demonstrou que, mesmo com a utilização das moedas podres, os Magalhães Pinto saíam sem nada da venda. Sendo assim, como poderiam ter sido beneficiados?

A Sua resposta de foi uma lição de extraordinária objetividade: o Unibanco recebeu a parte boa do Nacional de graça; logo, nada impediria que fizesse um acerto por fora com os Magalhães.

Banda podre

Exemplo 2 -- O Nacional fora entregue de graça porque o comprador pode escolher todas as partes rentáveis, deixando o lixo para o BC—independentemente do preço que foi pago pela parte boa.

Se o Nacional fosse mantido inteiro, dizia ele, depois de algum tempo a rentabilidade da parte boa cobriria o prejuízo da parte má.

Vamos a alguns pequenos exercícios numéricos sobre a sua proposta mágica de .

O Nacional tinha US\$ 15 bilhões em ativos, dos quais a parte boa era de apenas US\$ 9,5 bilhões. No mercado, a rentabilidade média dos ativos de bancos é da ordem de 1% ao ano. Logo, se bem administrados, os US\$ 9,5 bilhões renderiam US\$ 95 milhões ao ano.

Seriam necessários, portanto, 58 anos para que essa prática fórmula proposta por ele permitisse à parte boa se rentabilizar para bancar o rombo da parte má.

Daí o BC iria à praça (já que é impraticável imaginar que o Nacional ficaria com os antigos controladores) e proporia: quem quer comprar um negócio que levará 58 anos para se pagar? E se formariam filas de banqueiros sequiosos em participar desse negócio da China.

Seguradoras

Exemplo 3 -- Depois de uma longa batalha, o colega admitiu que o Unibanco havia pago em duas parcelas: Parte A) US\$ 300 milhões em dinheiro pelo “goodwill” do Nacional (clientela, marcas etc.); Parte B) mais US\$ 700 milhões em ações pelo patrimônio líquido das demais empresas. No total, US\$ 1 bi.

Ele considerou uma bandalheira, visto que na Parte B (os US\$ 700 milhões) o pagamento levou em conta apenas o patrimônio líquido das empresas adquiridas, e não o “goodwill”.

Aí a coluna lhe informou que, daquele valor da Parte B (700), deveriam ser descontados US\$ 175 milhões, que correspondiam a ações do Nacional em poder da seguradora, que haviam virado pó.

Portanto o ágio total recebido pelo BC correspondia a US\$ 300 milhões da Parte A mais US\$ 175 milhões da Parte B -- $300+175=475$ , não é assim?

Para ele não. Analise-se seu estranho raciocínio:

- 1) O Unibanco pagou US\$ 300 milhões de ágio (correspondente à Parte A).

2) Sem os micos do Nacional, o PL da seguradora caiu para US\$ 103 mi (não sei como chegou a esses números já que  $330-175=165$ ).

300 de ágio (da parte A) menos 103 mi do PL da seguradora é igual a US\$ 200 milhões. Logo o ágio foi de apenas US\$ 200 milhões.

Em vez de considerar que o Unibanco havia pago US\$ 330 milhões por uma seguradora que valia US\$ 104 milhões (de acordo com suas contas), ele simplesmente ignorou tudo o que foi pago na Parte B, e abateu esses US\$ 103 milhões diretamente do que havia sido pago na Parte A.

Com essa providência simples—e absolutamente incompreensível—o ágio da venda caiu de US\$ 475 milhões para US\$ 200 milhões.

Assim, sem mais nem menos, simplesmente trocando o sinal de mais pelo sinal de menos.

Porque, o que importa não é a lógica, mas a tese.

## **Eldorado dos Carajás**

O episódio do Eldorado dos Carajás, do massacre dos Sem Terra, foi o momento maior de um processo de tolerância com o MST, a partir da romantização do movimento por uma telenovela da rede Globo. De repente, criou corpo na mídia a idéia de que todo movimento de contestação às leis estabelecidas eram legítimo, em um retorno extemporâneo aos anos 70, período de ditadura, quando a contestação visava substituir as leis da ditadura por leis democráticas.

A partir da redemocratização do país, o jogo passou a ser outro. Havia leis, imperfeitas mas em funcionamento. Todo o trabalho, agora, trata de questionar as imperfeitas e procurar aperfeiçoá-las dentro do sistema democrático e do respeito às regras do jogo. Não se podia confundir princípios democráticos com desordem.

Antes de explodir o caso de Carajás, um leitor, funcionário da Companhia Vale do Rio Doce, havia me enviado um e-mail contando os abusos cometidos pelos garimpeiros em Eldorado – em um movimento político de ocupação muito semelhante ao do MST. Já tinha, portanto, idéia da truculência que permeava essas ações, tanto do lado da política quanto dos invasores.

Na tragédia de Eldorados, a cinegrafista da rede Globo de Belém filmou o início do confronto, mostrando os sem-terra avançando sobre os policiais. No entanto, o patrulhamento era tanto que se criou uma estranha conspiração do silêncio e da imagem. A Rede Globo passava exaustivamente as cenas dos sem-terra atacando a polícia militar, mas sem locução.

Resolvi investir contra essa conspiração do silêncio. Foi muito oportuna uma entrevista com Xico Graziano, o ex-responsável pela reforma agrária no governo, que pela primeira vez apresentou, de forma clara, a natureza do MST, seu caráter revolucionário, a forma como se organizava.

As colunas antecederam o período seguinte, de desgaste do MST com os exageros nas invasões seguintes.

## 08/03/1996 Território livre de Carajás

Do leitor Romildo Guerrante, funcionário da Vale do Rio Doce:

“Estou em Carajás há uma semana, a serviço da Vale do Rio Doce. E cada vez entendo menos meu país”.

“Há seis meses, a Vale está tentando uma parceria internacional para tocar um projeto mineral perto da Serra Leste. Já contactou 12 grandes investidores internacionais. Ninguém que nada com o sul do Pará. Os estrangeiros não acreditam no governo”.

“Há dois meses, 13 sondas da Vale estão bloqueadas pela ação dos garimpeiros (e também de não garimpeiros ligados ao MST). Elas representam 20% de toda a capacidade de prospeção mineral do país. Uma delas alcança 1.500 metros (recorde no país) e seria a primeira vez que se prospectaria ouro com sonda a essa profundidade”.

“Com as sondas paradas, a Vale já acumula quase US\$ 5 milhões em prejuízos”.

“A Justiça já reconheceu que o direito de lavra é da Vale. Mas os garimpeiros não reconhecem. Achrom que o garimpo é deles porque Figueiredo lhes concedeu provisoriamente a posse durante três anos, no início dos anos 80. Querem que a autorização provisória se perpetue”.

“A Vale foi à Justiça do Pará e ganhou todas. Mas não levou. Já foi decretada a prisão preventiva de 14 líderes garimpeiros, até mesmo por seqüestro de dois funcionários da Vale, no sábado à noite”.

“Mas quem vai prendê-los? A PM do Pará está aquartelada desde o episódio de Eldorado dos Carajás (que fica a 60 km daqui) e não se mexe. A Polícia Civil alega não ter potencial de fogo para envolver-se no povoado de Serra Pelada, onde 300 líderes do antigo garimpo submetem uma população de 6.800 pessoas sob terror”.

“Agem igualzinhos aos traficantes do Rio. Aquilo lá é território deles, e ninguém entra. Seus funcionários não podem entrar nem mesmo nas terras que a estatal comprou nas redondezas, para construir acampamentos do projeto de extração de ouro, porque os garimpeiros cavaram valas nas estradas e bloqueiam a passagem com violência. Dão até crachá para as pessoas considerada insuspeitas circularem pelo povoado”.

“Sequer permitem que os moradores interessados em mudar-se para Curionópolis, aceitando ofertas de casa da Vale, embarquem nos ônibus colocados à sua disposição. São arrogantes e impunes. Nada têm de coitadinhos, como às vezes nos parece do asfalto”.

“Enquanto isto, o Exército não se mexe. Tem medo? A Polícia Federal tem seis homens em Serra Pelada e foi ridícula no episódio do seqüestro, pois serviu apenas de intermediária para liberar os reféns e garantir que as sondas permanecessem bloqueadas ilegalmente”.

“O governador Almir Gabriel parece que tem medo. O DNPM está calado. Garante que o direito de lavra é da Vale, mas não avança além disso. O Ministério das Minas e Energia também está calado. E a Vale quer investir US\$ 250 milhões em 3 anos para começar a extrair as 150 toneladas de ouro já cubadas. E não pode”.

“Tem que se ter muita paciência para suportar a ausência de autoridade no país”.

13/04/1996 O sertão vai virar mar

O massacre dos sem-terra, no Pará, traz dois alertas, um óbvio, outro pouco percebido.

O óbvio é o absurdo de se enviar para o local de confronto policiais armados de metralhadoras. Os episódios do Carandiru e do Paraná já deveriam ter servido de lição para a não repetição dessa imprudência.

Por mais que confrontos açulem os ânimos, a selvageria do episódio não encontra atenuantes nem em ambientes de guerra. O mínimo que se espera agora é que esses selvagens—especialmente os oficiais que comandavam a operação—sejam submetidos a julgamentos em tribunais civis.

### **Ultra radicais**

O dado pouco percebido é a maneira preocupante com que o movimento dos sem-terra vai gradativamente se excluindo do jogo político, e fugindo ao controle de suas lideranças mais sensatas.

A partir de 1968, a exclusão política da oposição levou ao aparecimento da luta armada. À medida em que a ditadura foi se esboroando, grupos de oposição passaram a galgar espaços cada vez mais amplos dentro dos mecanismos oferecidos pela democracia formal.

A classe mais intelectualizada juntou-se em torno de entidades da chamada sociedade civil. O movimento sindical ressurgiu agressivo, conquistando por méritos próprios seu espaço político.

Derrotados pela repressão, os grupos ultra-radicaís foram se abrigar em diversas entidades, tentando conquistar seu controle político.

Foi emblemática a tentativa recente de tomada do controle do PT por uma aliança de grupos ultra-radicaís. A estratégia falha porque, à medida em que os novos atores passam a ocupar espaços políticos, principalmente a partir do momento em que conquistaram os primeiros cargos executivos relevantes, e que Lula tornou-se possibilidade concreta para a presidência, houve natural esvaziamento das lideranças mais radicaís—as viúvas da luta armada.

Reduziram-se as desconfianças em relação à democracia, a alternância no poder tornou-se possibilidade concreta, antigos líderes radicaís amadureceram e se integraram ao jogo institucional. E os ultra-radicaís não encontraram mais espaço para seu jogo dúbio.

Com o amadurecimento político e econômico do país, aliás, cada vez mais estruturas orgânicas—como centrais sindicais e partidos políticos—vão ocupar o espaço institucional das chamadas entidades representativas da sociedade civil—OAB, ABI e Igreja--, que cresceram no vácuo político dos últimos 15 anos.

### **Virar mar**

Hoje a CUT e a Força Sindical, o PT e demais partidos de esquerda, são personagens atuantes no jogo político. Quanto mais aprofundar-se a democracia, mais importância terão e menos espaço haverá para os grupos ultra-radicaís.



É por aí que entra o movimento dos sem-terra. Há o risco concreto de que se torne o palanque ideal para a aglutinação dos ultra-radicais expulsos das instituições políticas urbanas.

Não há nada que justifique a selvageria da polícia. Mas as excepcionais imagens da repórter da Globo foram claras, mostrando os sem-terra partindo para o confronto, armados de paus, foices e, alguns deles, de revólveres.

Os gatilhos das metralhadoras foram acionados por comandantes irresponsáveis, mas também por lideranças que não se incomodaram em colocar velhos, mulheres e crianças na linha de fogo.

Não se trata de transformar vítimas em algozes. Mas de chamar a atenção para uma situação política complexa.

Se não houver responsabilidade de lado a lado—do Executivo, do poder judiciário e de instituições como a Igreja (que tem na reforma agrária trunfo político relevante)-- o sertão vai virar mar. E lideranças de aparente bom senso—como Rainho—vão acabar engolfadas pelos radicais.

## 23/04/1996 O desafio da questão agrária

O “Fantástico” repetiu quatro vezes a cena dos sem-terra avançando sobre a tropa da polícia, e a fuzilaria que se seguiu. O texto do locutor evitava confirmar o que as imagens mostravam.

A revista “Veja” fez um pequeno boxe sobre a organização Movimento dos Sem-Terra (MST). O texto apenas tangenciava o que a ilustração mostrava: uma foto com os sem-terras da fazenda Macaxeira, armados e com os rostos encobertos por capuzes.

Faz sentido. Foi tão exacerbada a violência do Estado—praticado por soldados quase tão miseráveis quanto suas vítimas—que qualquer menção à radicalização do MST poderia ser entendida como atenuante para o massacre.

E nada, de fato, pode reduzir a dimensão do episódio, de uma das páginas mais vergonhosas da história recente do país—ao lado dos massacres de Carandiru e Corumbiara.

No entanto, passada a comoção, e entrando-se na discussão objetiva sobre a questão da terra no país, aceitar que essa radicalização existe é elemento fundamental para pautar qualquer ação política do governo.

Não para orientar posturas repressivas, mas para apressar a criação de mecanismos institucionais, que canalizem as demandas políticas dos sem-terra para fóruns apropriados, com resultados objetivos, valorizando os negociadores e esvaziando a influência dos radicais sobre a base.

### Trabalho múltiplo

É trabalho portentoso, que depende de todos—não apenas do Executivo.

Da parte do Legislativo, rompendo com o lobby dos donos de terra e votando rapidamente leis que permitam a expropriação de terras improdutivas ou instituindo mecanismos fiscais que desestimulem o entesouramento de terras.

Da parte do Poder Judiciário, criando mecanismos que reduzam o poder dos latifundiários sobre a justiça local. Nesse sentido, a Justiça Federal tem ótima oportunidade para demonstrar a que veio.

Da parte da imprensa, esclarecendo de maneira objetiva todos os ângulos da questão. O que ocorreu com os assentamentos até hoje? Quais os que deram certo, e porque? Quais os que falharam, e porque? Qual a verdadeira natureza do MST? Qual o comprometimento da Justiça com os interesses de latifundiários?

Da parte do governo, definindo formas modernas de administrar a reforma agrária. Pelas informações disponíveis, o INCRA é uma estrutura viciada. Transferir a reforma agrária para os estados—como pretende o governador pernambucano Miguel Arraes—significaria permitir a exploração política de tema de tal relevância.

### Desassentamento

O ideal seria constituição de um órgão com presença ativa da chamada sociedade civil, mas com uma estrutura que garanta a gestão técnica da questão e a administração eficiente

do componente financeiro da reforma agrária—criando modelos que permitam captar recursos internacionais para financiar os assentados.

E, principalmente, não se perder de vista que o assentamento de colonos é apenas uma peça de uma política agrária mais ampla.

Daqui há alguns anos, quando o eficiente sistema de estatísticas nacional completar suas medições sobre o ano de 1995, vai-se descobrir que, no momento em que mais se falou de assentamento de sem-terras, deve ter ocorrido um dos maiores desassentamentos rurais em muitas décadas, por conta de uma política de juros absurda, desacompanhada de qualquer política para o campo.

Se os que já estavam assentados perderam tudo, como pretender que a mera distribuição de terras, para uma agricultura de subsistência, seja a saída?

## 25/04/1996 Quem organizou?

De uma entrevista do governador Almir Gabriel (PA) ao repórter Ricardo Miranda, de “O Globo”, a propósito do massacre de Eldorado

“Durante 15 meses tentamos evitar o confronto. A Polícia Militar e o Instituto de Terras chegaram a distribuir alimentos e a mandar médicos para a área. Mas aí houve em Marabá reunião da direção nacional do Movimento dos Sem-Terra, na qual repreenderam severamente os líderes no estado pelo fato de estarem negociando”.

“Desde este dia, as negociações ficaram mais difíceis. E foi nesse momento que os sem-terra decidiram ocupar a estrada 275, que passa em Curionópolis. Saquearam carros e roubaram alimentos. Depois foram para Eldorado, onde a barbárie aconteceu(...)”.

“Dos 1.200 sem-terra em Curionópolis, apenas 350 são lavradores. Os 850 restantes são servidores públicos municipais, muitos de outros estados. O contingente paraense não chega a 5%. Foram convocadas pessoas até do sul do Maranhão. Um dos feridos que visitei no hospital em Belém disse que tinha chegado ao Pará há apenas cinco meses a partir da divulgação de que os sem-terra estavam recebendo lotes do Estado”.

Não há nada que justifique o massacre—nem o governador parece disposto a tal. Sabe-se quem deu a ordem para os tiros dos policiais. Mas não se sabe quem colocou mulheres, velhos e crianças na linha de frente enfrentando a polícia.

Registro as declarações não apenas pelo fato de Almir Gabriel ser um homem de passado respeitável, mas para fugir à redundância da cobertura. O fato de ser uma pessoa íntegra não o absolve das responsabilidades de mando.

Mas se não se analisar mais criticamente o episódio, corre-se o risco de tragédias desse porte servirem apenas de instrumentação política para líderes populares, tão descompromissados com a sorte de seus liderados quanto os soldados que apertaram os gatilhos.

01/05/1997 (revista Imprensa) Caso Eldorado e o país da hipocrisia

O medo do patrulhamento impediu o bom exercício da profissão

A cobertura da imprensa sobre o massacre de Eldorado repetiu o velho vício da simplificação e do maniqueísmo.

Foi uma guerra entre dois exércitos de miseráveis: sem-terra e soldados da Polícia Militar, ambos manobrados por gente maior. Os soldados, pelo governo do Estado e pelos fazendeiros; os miseráveis, pelas lideranças dos sem-terra e por entidades políticas, como a Igreja.

As cenas mostradas pelas excepcionais imagens obtidas pela repórter da TV Liberal mostram o momento em que os sem-terra avançam sobre a polícia, botando os soldados para correr. E o momento seguinte, em que os soldados reagem, atirando de metralhadora. Não mostram os episódios mais selvagens, dos fuzilamentos dos sem-terra, depois de rendidos.

A chacina foi tão chocante que , durante dias, praticamente toda a imprensa procurou ignorar o que as cenas de televisão já haviam mostrado à exaustão para milhões de brasileiros: o conflito fora iniciado pelos sem-terra.

O velho medo do patrulhamento impediu o bom exercício do jornalismo. O correto era admitir o ataque dos sem-terra e continuar condenando da mesma forma, com toda a energia possível, o massacre imposto pela PM.

Mas seria sofisticação demais para a tradição maniqueísta da nossa imprensa. O mundo só pode ser composto de anjos e demônios.

Para reconstituir a verdade foi necessário garimpar entrelinhas envergonhadas nos diversos artigos e reportagens publicados. Juntando cacos da realidade constrói-se um cenário um tanto diverso do divulgado.

Primeiro, apenas 350 das 1.300 famílias eram de sem-terras – isto é, de pessoas oriundas do meio rural. O restante era composto de funcionários públicos e desempregados em geral de cidades, iludidos pela informação (de líderes do Movimento do Sem-Terra) de que o governo do Pará estava distribuindo terras.

Pela não familiaridades com o meio rural, julgavam que simplesmente ganhariam o lote, passariam nos cobres e voltariam para suas cidades com seu pé-de-meia.

A versão do governador

Durante toda a cobertura, apenas uma vez o governador do Estado, Almir Gabriel, pôde apresentar sua versão – numa entrevista ao repórter Ricardo Miranda, de O GLOBO.

Explicou que negociou durante 15 meses. Nesse período, teria providenciado inclusive médicos e alimentos para os sem-terra. As negociações foram interrompidas quando lideranças nacionais dos sem-terra reuniram-se em Marabá e repreenderam severamente os líderes locais do movimento, pelo fato de estarem negociando.

As negociações cessaram e, já impacientes com a demora anterior, os miseráveis resolveram partir para o confronto, ocupando a estrada local e saqueando caminhões de alimentos que abasteciam o comércio das cidades vizinhas.

As informações sobre os saques, aliás, vieram escondidas no pé de uma matéria, como reforço à tese do repórter de que os comerciantes locais seriam os culpados pelo massacre, por terem supostamente providenciado transporte para a polícia – de vítimas de assaltos, tornaram-se suspeitos do massacre, por terem sido vítimas de assalto, se é que me compreendem.

Na linha de frente do confronto estavam crianças, mulheres e velhos. E esse ato heróico das lideranças dos sem-terra foi saudado pelo economista (urbano) Paulo Nogueira Baptista como prova do heroísmo atávico do brasileiro.

O bravo Paulo deveria manifestar sua manifestação in loco. Seria muito mais emocionante.

Exibicionismo fúnebre

Consumado o massacre, observou-se o grande festival de hipocrisia de um país intrinsecamente hipócrita.

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, mostrou-se chocado, muito mais pelo abalo que o episódio produziria em sua imagem internacional, do que pela sorte dos assassinados.

No calor da refrega, novamente a reiteração de velhas promessas, de que episódios como aquele não mais se repetiriam, que a reforma agrária seria prioridade – numa paródia do velho quadro “Heróis da Noite” de Carlos Estevão, em O Cruzeiro dos anos 50 (na hora de dormir, mil promessas de mudar de vida; na manhã seguinte, pernas pro ar, que ninguém é de ferro).

A Igreja, sempre astuta e manipuladora, tratou logo de se colocar ao lado dos pobres e oprimidos. Até Dom Lucas Moreira Neves, presidente da CNBB, conhecido pelo episódio no início dos anos 70, em que se recusou a admitir que os hematomas que os dominicanos exibiam, nas celas em que estavam encarcerados no DOI-CODI, fossem consequência de torturas, pois até Dom Lucas ficou a favor das invasões – porque, na longa disputa mercadológica que trava com os evangélicos, os Sem-Terra se constituem em espaço político da Igreja.

Padres da Pastoral da Terra, que estimularam as invasões – mas prudentemente colocando sua própria vida em local seguro, para melhor servir a Deus – continuaram ateando fogo na gasolina.

Aproveitando o clima favorável, a profusão de holofotes no local rumaram para lá comissões de direitos humanos – que em um dia apenas constataram que o crime fora premeditado (nem um pio sobre as articulações das lideranças que manipularam os miseráveis) -, líderes petistas (que não têm nenhuma ascendência sobre o MST), deputados de vários partidos, numa demonstração ampla de exibicionismo fúnebre, às custas das dezenas de corpos miseráveis que jaziam no local do conflito.

Nos jornais e televisões, profusão de depoimentos passionais, com parte dos colegas bradando que “todos somos culpados”, parte insistindo que apenas o governo era culpado, naquelas explosões inúteis de indignação, que servem para demonstrar aos leitores e telespectadores como somos todos humanos e solidários. Depois da primeira noite de sono, vamos mudar de assunto, que este já cansou.

A rigor a única palavra lúcida sobre o tema partiu do jornalista José Nêumane Pinto que, em artigo para a página 2 do Estadão dissecou de maneira brilhante este jogo hipócrita, de um país basicamente hipócrita.

## **Caso Bar Bodega**

Em geral, há dois grupos ideologicamente diferentes beneficiários da catarse popular. Um, mais à esquerda, explorando qualquer evento que envolva a chamada “classe dominante” –incluídos nessa generalização qualquer membro de classe média remediada para cima. Outro, mais à direita, explorando qualquer episódio de violência urbana da marginalidade, e mais restrito às emissoras de rádio.

O caso “bar Bodega” fez a festa do segundo grupo. No dia 10 de agosto de 1996 bandidos entraram em um bar freqüentado por jovens de classe média, atiraram e mataram o dentista José Renato Tahan e a estudante Adriana Ciola. O episódio provocou comoção popular e abriu espaço para explorações de toda natureza.

Uma rádio paulistana deu início a uma campanha contra a violência, exortando empresas e famílias a colocarem faixas brancas nas fachadas. Até a Federação das Indústrias de São Paulo aderiu ao movimento. Através de seu repórter policial, Valmir Salaro, a TV Globo mais uma vez foi a que mais repercutiu o episódio, graças à sua notável audiência.

Pressionado pela campanha, em quinze dias o delegado responsável pelo inquérito prendeu nove suspeitos do crime, rapazes e meninos moradores de uma favela das imediações. Os rapazes permaneceram detidos por 60 dias. Três deles “confessaram o crime”. Dois meses depois, o promotor Eduardo Araújo da Silva divulgou a suspeita de que os meninos haviam sido torturados, confessado sob tortura, e pediu sua libertação. Imediatamente foi alvo de campanha maciça de protestos, especialmente por parte das rádios e televisões.

Meu primeiro artigo foi escrito aí, em pleno tiroteio, defendendo a posição do promotor.

Em novembro, a Divisão de Homicídios prendeu seis acusados, e a Justiça condenou cinco, como os verdadeiros culpados pelo crime do Bar Bodega. Mais: descobriu-se que os meninos haviam sido torturados na delegacia. Pior: com o conhecimento dos repórteres que cobriam o caso. A campanha conseguira isso, não apenas o de cegar a opinião pública em relação aos argumentos da defesa, como tornar jornalistas cúmplices de tortura.

Anos depois, um homem de aspecto jovem, acompanhado de esposa e filho, me aborda no Pátio Higienópolis, e se apresenta. Era o promotor Eduardo Araújo da Silva. Lá, me relatou as pressões que sofreu. Quanto às de fora, não se importava. A pressão maior foi da própria corporação, preocupada com a própria imagem em função da campanha encetada pelos meios de comunicação.

O primeiro artigo saiu em 26 de outubro de 1996. O segundo no início de novembro, quando o erro geral da mídia estava suficientemente comprovado e –pior que isso— estavam confirmadas as acusações de tortura, testemunhadas e não denunciadas pelos jornalistas que cobriram o episódio.

Aparentemente, a coluna conseguiu sensibilizar consciências jornalísticas. No dia seguinte o “Jornal Nacional” publicou uma reportagem candente sobre os erros da imprensa, curiosamente preparada por seu repórter policial Valmir Salaro, jornalista que cobriu os escândalos mais clamorosamente errados da mídia.



## 96/10/27 Caso Bar Bodega

A atitude do promotor Eduardo Araújo da Silva –de pedir a revogação, por falta de provas, da prisão preventiva dos sete acusados pelas mortes no bar Bodega, em São Paulo—, engrandece o Ministério Público paulista.

Ao obter acusações sob tortura, e eventualmente incriminar inocentes, a polícia fere direitos humanos dos acusados e os direitos de quem necessita de segurança –já que se livra da pressão pública, sem ter cumprido seu dever, deixando soltos os verdadeiros culpados.

O promotor e o juiz não correriam risco perante a opinião pública, se cedessem ao “clamor das ruas” e mantivessem presos os acusados, mesmo sem o amparo de provas. Mas correm risco efetivo de incompreensão, se no futuro surgirem evidências da culpa dos acusados.

Conhece-se um grande homem justamente por essa capacidade de correr riscos, em nome de suas convicções. Principalmente quando estão em jogo os direitos de humildes cidadãos anônimos.

## 97/11/16 Mais um erro da imprensa

No meio da semana, nós, da imprensa, abrimos chamadas burocráticas em rádios, televisões e jornais: “Mais um erro da polícia”. Referíamos-nos ao caso Bodega: dois rapazes de classe média assassinados em um assalto; sete suspeitos presos, quase todos pretos, todos pobres.

Algumas semanas atrás, um promotor corajoso opinou por sua libertação, denunciando que tinham sido vítimas de tortura. E foi alvo de críticas candentes.

Soltos os suspeitos, o caso muda de delegacia e chegam-se a novos suspeitos. E as chamadas burocráticas na imprensa repetem mais uma cerimônia de lava-mãos: mais um erro da polícia.

Só isso? E as reportagens que condenaram a todos antecipadamente? Como ficamos nós, com fica nossa responsabilidade social?

Os sete jovens confessaram o crime sob tortura. Durante dias, jornalistas se tornaram íntimos do delegado. Receberam as informações que ele quis passar, freqüentaram a delegacia, tiveram acesso aos suspeitos. E não saiu uma linha sequer informando a opinião pública de que tinham sido torturados!

O que está acontecendo com a gente? Anos de resistência contra a ditadura, luta contra a censura, pelos direitos humanos, tudo reduzido a uma busca sôfrega de sensacionalismo, a um vale-tudo onde tudo é permitido, desde que se tenha a matéria de impacto. Processos reiterados de linchamentos, com jornalistas comportando-se como policiais ou como linchadores vulgares.

Criamos essa oitava maravilha da impunidade que é o jornalismo sem riscos

Mas será que é isso que queremos? É cômoda essa posição de, em vez de respeito, infundir temor? É agradável estar numa roda e sentir que todos se calam quando descobrem que há um jornalista no meio?

Ou se recuperam rapidamente os valores éticos fundamentais da profissão, ou corremos o risco de até continuarmos poderosos. Mas sem nenhuma condição de permanecermos respeitados.

## **Caso Agroceres**

Conhecia e me dava bem com Ney Bittencourt, presidente da Agrocerec. Era uma liderança moderna do agribusiness, sempre muito preocupado com a política macro do setor.

Cruzei com ele duas vezes, antes de sua morte. Em uma delas, na saída do Hotel Maksoud, conversamos dois minutos, e comentei com minha mulher que ele iria se matar. Ela se assustou: “Porque diz isso?”. Porque seu grau de ansiedade impressionava. Estava um pouco “alto” e eufórico, falava muito, gesticulava. Conversamos rapidamente e nos despedimos.

Semanas depois soube da sua morte. No começo, se falava de assalto. Depois, que teria sido morto pelo filho Frederico. Exames detectaram resíduos de pólvora em sua mão.

A prisão do filho foi mais um show do Jornal Nacional. Ele foi preso em Pato Branco de onde, segundo o delegado, se preparava para fugir do país. Mas as notícias diziam que sua mulher era de lá, e que tinha ido dar à luz na cidade. Como é que se ficava? Depois de preso, uma promotora entrou na cela onde ele estava, apresentou-se como sua defensora e gravou conversas sigilosamente.

Havia um brutal desrespeito a direitos individuais. Mas qual a motivação do crime? Uma reportagem em uma revista semanal, tendo como fonte o delegado responsável pelo inquérito, apresentou um Ney de bem com a vida. Eram várias as supostas motivações para o crime. O filho não seria um aluno brilhante, e isso o convertera em um revoltado. Havia receio de que o pai fosse afastá-lo da empresa. Havia disputas pela herança, já que o pai tinha um segundo casamento.

A versão do rapaz é que chegou no apartamento do pai e o viu com uma arma apontada para a cabeça. Tentou tirar a arma do pai, e ela disparou.

Por aqueles dias, fiz uma viagem qualquer de avião e sentei ao lado de um funcionário da Agrocerec. Indaguei-lhe acerca do filho de Ney. Disse que era um rapaz exemplar, apaixonado pelo pai, prestativo, amigo de todos. Perguntei se a ligação com o pai tinha algum componente doentio visível. Garantiu que não, era de perfeita normalidade.

Manifestei minha estranheza em relação ao inquérito policial, primeiro em um comentário no Jornal da Band, onde contava desse meu último contato com Ney. O delegado telefonou para o diretor de jornalismo, Fernando Mitre, reclamando de mim. Mitre sugeriu que conversasse direto comigo.

O delegado era bom de conversa. Apresentou-se como amigo da casa, e questionou meu comentário acerca do estado psicológico de Ney. Disse-lhe que não tinha o que mudar no comentário, porque eu era testemunha ocular dessa tensão que ele revelava.

O delegado reagiu de forma violenta. Terminamos a conversa aos gritos. Perguntei-lhe que se explodia assim, ao telefone e com um jornalista, como é que se comportava na delegacia com os presos comuns? Publiquei uma pequena nota na revista “Imprensa”, reiterando minha estranheza.

Aí fui procurado por um tio do rapaz, que soubera de minhas declarações. Garantiu que o rapaz era filho exemplar, que no inquérito havia até manifestações da viúva (segundo casamento de Ney) a seu favor. No início, a secretária de Ney apresentara-o de bem com a vida com receio de que sua imagem fosse afetada pela suspeita de suicídio.

Posteriormente retificou o depoimento, contando episódios que afetaram profundamente seu equilíbrio, e de indícios de que ele poderia ter intenções suicidas.

Era tão grande o contraste com o que a imprensa vinha divulgando, que disse ao tio do rapaz que só entraria no caso se pudesse ler as peças do inquérito. Ele me providenciou e li em um final de semana.

Estavam lá todos os elementos de defesa do rapaz. Nenhum deles divulgado pela mídia.

## 14/10/1996 Pequenos assassinatos

Em janeiro, o empresário Ney Bittencourt, presidente da Agrocere e da Associação Brasileira de Agrobusiness (Abege), apareceu morto em seu apartamento.

No momento da morte, estavam no local apenas ele e Frederico, o filho mais velho.

O filho sustentou que o pai estava limpando a arma e esta disparou acidentalmente. O laudo revelou vestígios de pólvora em suas mãos.

Pressionado, o rapaz confessou que encontrou o pai com a arma apontada contra o peito. Ao tentar arrancá-la de suas mãos, a arma teria disparado.

Com medo que a memória do pai pudesse ser manchada pela divulgação do suicídio, decidiu bancar a versão inicial do acidente.

É versão factível, que pode ser falsa mas também pode ser verdadeira. Justamente por isso, exigia investigações isentas.

O que se viu nas semanas seguintes, no entanto, foi um massacre, conduzido por uma combinação letal de delegados que se comportam como estrelas da mídia e jornalistas que se comportam como policiais, criando o clima de linchamento moral que acaba tornando o Judiciário refém do chamado “clamor das ruas”.

### Evidências

Havia motivos para Ney se suicidar? As versões divulgadas pela polícia e pela promotora incumbida do caso, apresentavam Ney como sujeito vitorioso, de bem com a vida.

Não era verdade. Ney era refém da bebida e de calmantes e, nos últimos tempos passara por dois problemas que o jogaram em depressão profunda: um desfalque na Abege, que ele presidia, e um atropelamento.

Em vários depoimentos de familiares, aparecem evidências de que pensava em se matar.

Havia motivos para o filho matar? As únicas “evidências” mostradas pela acusação –e divulgadas acriticamente pela mídia— eram o fato de Frederico “não ter sido bom aluno” (foi, e nem que não tivesse sido, qual a relação?), de ter uma carreira apagada na Agrocere (tinha acabado de ser promovido) e de ter se indisposto com o pai por questões de sucessão (que não havia sido aberta ainda) e herança (foi o único prejudicado pela morte do pai, porque interrompeu-se processo de compra de um apartamento, com o qual o pai pretendia presenteá-lo).

O depoimento de todos os familiares –inclusive da madrasta—apontavam Frederico como filho carinhoso, ligado ao pai, e não indicava nenhuma razão que permitisse desconfiar dele.

Todos esses elementos estão contidos no inquérito.

### Massacre

Foi em vão. Policiais repórteres e repórteres policiais produziram uma mixórdia na mídia, que culminou com a prisão em flagrante de Frederico em Pato Branco –onde ele tinha ido visitar a própria mulher, que acabara de dar à luz— em um show de truculência e

exibicionismo, para a qual foram devidamente convidadas redes de televisão. E os mesmos repórteres que produziram o caso Escola Base.

Nos dias seguintes, preso e insone, em plena cela policial, Frederico foi procurado pela promotora e pelo delegado—que gravou clandestinamente a conversa com ele e distribuiu a fita para rádios.

Com a fita, seguia a versão de que era réu confesso, quando, mesmo sob pressão, Frederico insistia na tese do acidente.

O rapaz passou seis meses jogado em uma cela policial, com prisão preventiva decretada, sob o argumento de que pretendia fugir do país —mesmo sabendo-se que tinha ido a Pato Branco rever o filho recém-nascido, e que trazia no bolso a passagem de volta a São Paulo, devidamente marcada.

Quem paga

Frederico tanto pode ser culpado, como pode ser inocente. Um júri decidirá.

Repito o mesmo que escrevi na época sobre o episódio da Escola Base. Se for culpado, tudo bem. E se for declarado inocente, quem pagará o que ele passou, a expiação de culpas não formalizadas, a pena sem julgamento? Quem se responsabilizará por esses pequenos assassinatos, que são cometidos com frequência cada vez maior?

Outros casos

### **Outros episódios recentes:**

O ex-Ministro Alexis Stepanenko foi acusado de assédio sexual por uma funcionária dos Correios, que explorava um serviço de disque-sexo e que havia sido demitida por ele. Para condená-lo, bastou uma queixa à Delegacia de Mulheres, sem provas.

No final do governo Collor, uma das mais respeitadas figuras do mercado financeiro — Natan Blanche—foi acusado de operar ilicitamente no mercado. Apresentou-se como uma das evidências do “crime” o fato de Natan estar prestes a se casar com funcionária do BC que administrava as reservas cambiais brasileiras. A funcionária perdeu o emprego. Dias atrás, Natan foi inocentado.

A mesma Pato Branco onde Frederico foi preso, acaba de consagrar o ex-Ministro da Saúde Alcení Guerra como prefeito. Alcení foi massacrado no episódio da compra de bicicletas. Nada foi apurado contra ele. O trabalho desenvolvido por ele no Ministério recebeu prêmios internacionais.

Casos médicos

Jamais passou por minha cabeça entrar em discussão sobre casos médicos, por dispor de pouquíssima noção sobre o tema. Por isso mesmo, quando meu amigo Gouvêa, advogado e jornalista, me propôs ir contra a onda que se formou no caso Cláudia Liz, procurei tirar o corpo fora.

A modelo, então no auge do sucesso, se internara na clínica Santé para uma lipoaspiração. No meio da cirurgia houve um choque anafilático. A clínica deu o primeiro atendimento e a encaminhou ao hospital Albert Einstein. Lá, foi entregue ao neurocirurgião José Roberto Pagura. Dispondo de um amplo esquema de assessoria de imprensa, Pagura convocou os

jornalistas para informar que, na melhor das hipóteses, a modelo sobreviveria, mas com seqüelas graves.

Em vão, a dona da clínica Santé, Ana Helena Patruz, tentava informar os colegas que a modelo saíra da clínica em estado de coma leve induzida – medida de precaução, em caso de choque anafilático. A modelo chegara ao hospital respondendo a beliscões.

Durante alguns dias o país acompanhou em suspense a história da modelo. Seu marido, o publicitário Celso Loducca encarregava-se de jogar mais lenha na fogueira, não acusando diretamente a clínica, mas insinuando falta de cuidado no atendimento. Dias depois acordou, bela e fagueira, e Pagura foi aclamado como o médico que milagrosamente salvara a paciente.

A médica Ana Helena foi crucificada. Respondeu com uma coluna na revista Exame, se defendendo do massacre, mas que pouco adiantou. Era esse o caso que Gouvêa me propunha entrar. Quando insisti que era caso muito técnico para mim, Gouvêa me disse o seguinte: “Vou te passar duas informações, que resolvem o caso e você poderá conferir com qualquer neurologista”.

Primeira informação: em qualquer acidente que resulte em falta de oxigenação no cérebro, como era o caso de Cláudia Liz, o que contava eram os primeiros seis minutos de atendimento. Se ela não apresentou seqüelas, significava que foi adequadamente tratada na clínica Santé.

Segunda informação: quando o paciente está em coma profundo, a saída é traumática. A pessoa acorda toda atrapalhada e leva tempos para se situar de novo. Cláudia Liz saiu do coma incólume, sinal de que estava mesmo em coma superficial, como a clínica Santé informara.

Junto com a informação, Gouvêa me passou nome e telefone de dois grandes neurocirurgiões que poderiam confirmar as informações. E, ainda, suspeitas que circulavam nos meios médicos, sobre a falta de cuidados da modelo no dia anterior à cirurgia.

No dia seguinte precisava ir a Brasília. Do hotel, liguei para dois neurocirurgiões. Ambos confirmaram as informações do Gouvêa. Depois, liguei para Ana Helena. Expus as informações que tinha colhido e, depois as suspeitas sobre a falta de cuidados prévios de Cláudia Liz.

A mulher reagiu como uma leoa. Disse que tinha ética, que não falava sobre situação de pacientes e que já perdera os dois sócios da clínica, estava à beira de fechá-la, por se recusar a entrar nesse jogo. Pensei comigo: estou tratando com gente séria.

No domingo saiu a coluna sobre o tema na seção Cotidiano da Folha. Recebi cerca de quarenta e-mails de médicos, dizendo-se aliviados pelo fato de, pela primeira vez, detalhes tão óbvios do episódio terem sido revelados.

Pouco depois escrevi nova coluna para a revista Imprensa. Loducca me telefonou irritado, me acusando de estar expondo sua esposa. Retruquei que em pior situação ficou a clínica Santé, crucificada por ele em entrevistas à imprensa. Respondeu que jamais havia acusado a clínica de desleixo, mas apenas de ter demorado para comunicar o acidente à família da atriz.



De sua parte, Pagura não respondeu à coluna. Alguns meses antes, ele havia sido lançado à glória por uma matéria de capa da revista *Veja*, relatando supostos milagres no tratamento de Osmar Santos, o radialista que sofreu acidente de carro perdendo parte da massa encefálica.

Semanas depois, fui proferir uma palestra na Escola Paulista de Medicina. Lá, alguns médicos me cercaram sugerindo que analisasse da mesma maneira o caso Osmar Santos. Ele foi tratado em uma Santa Casa do interior e, depois, transportado para o Albert Einstein. Lá, foi tratado por Pagura que também recorreu ao mesmo expediente: desqualificou o trabalho de seus colegas do interior e apresentou-se como o milagreiro que conseguiu certa recuperação de Osmar Santos.

## 20/01/1997 Cláudia Liz e a Ética Médica

Quando a modelo Cláudia Liz acordou intacta, depois de alguns dias de coma, a mídia tinha apresentado o show bizz com mais um conto de fadas completo com final feliz.

No elenco, como vilão, o anestesista Francisco Minan Neto, humilde, formado na distante Universidade da Paraíba; como castelo da bruxa, a Clínica Santé; e, como príncipe encantando, o neurocirurgião José Roberto Pagura, falante, formação internacional.

Foram dias de um show inesquecível. A bela chega quase morta ao hospital. Lá, o neurocirurgião Pagura diagnostica coma profundo e despeja prognósticos assustadores: não poderia assegurar sequer que saísse com vida.

Se sobrevivesse, haveria seqüelas, de cegueira até uma vida vegetativa. Alguns dias depois, dá-se o milagre.

Contrariando todos os prognósticos (do Dr. Pagura), a bela acorda provisoriamente um pouco menos bela, posto que levemente inchada por medicamentos, mas feliz e de volta ao convívio da família, do marido apaixonado e de sua legião de fãs.

### Tema médico

Baixada a espuma, a maior parte dos especialistas concorda:

- 1) O comportamento do anestesista foi irrepreensível. Acudiu a paciente em tempo, tomou todas as providências necessárias. Depois, saiu de cena, tão discretamente quanto permaneceu, apesar de ter sido massacrado impiedosamente pela mídia.
- 2) A clínica é bem equipada, forneceu toda a infra-estrutura que permitiu a recuperação da modelo e comportou-se de maneira ética não dando curso a suposições sobre as causas do choque, que, para livrar sua imagem, pudessem de alguma maneira comprometer os princípios de sigilo médico.
- 3) Pagura não resistiu aos holofotes e permitiu que se passasse à opinião pública um quadro falsamente dramático sobre a situação da modelo, criando clima propício ao linchamento de seus colegas da Santé.
- 4) O comportamento da maior parte da mídia foi superficial e sensacionalista, aceitando acriticamente as avaliações de Pagura.

### Opinião de especialistas

Se, na ocasião, tivessem sido consultados outros especialistas do setor, saber-se-ia que na isquemia cerebral o que define o prognóstico é o que é feito nos primeiros minutos. Passado esse período inicial, não há nada mais a fazer.

Se não houve seqüelas, é porque o atendimento inicial foi perfeito.

Além disso - dizem eles -, não havia nenhuma evidência de que Liz estava em coma profundo ao chegar ao Einstein. Tanto que reagiu ao beliscão que lhe foi aplicado no braço por Pagura.

Os exames de tomografia e ressonância magnética realizados não apontaram nenhuma lesão no cérebro. O único exame que apresentou dúvidas foi um eletroencefalograma. Mas seu valor era questionável devido ao fato da moça estar pesadamente sedada.

Um especialista consultado pela coluna foi taxativo: “Nunca vi na vida alguém estar num coma preocupante e levantar três dias depois. Na saída do coma, há uma seqüência de etapas que a pessoa atravessa. Se estivesse entrado em coma profundo, não podia ter despertado de uma hora para outra. A notícia foi motivo de riso em todos os meios neurológicos”.

### **Ética médica**

O episódio certamente se constituirá em divisor de águas na definição da ética médica. E seria profundamente saudável se permitisse à imprensa reavaliar suas relações com as fontes e a maneira de abordar temas técnicos.

Nos últimos anos, está acontecendo com a medicina e com a odontologia processo semelhante ao que ocorreu com advogados e economistas: por meio de esquemas de assessoria de imprensa, médicos valem-se do pouco conhecimento técnico da mídia para se “venderem” ao público leigo.

Cria-se mistura explosiva de interesses da mídia por sensacionalismo, e desses profissionais por notoriedade.

“Tenho 54 médicos”, diz um diretor de hospital conceituado de São Paulo. “Tive residentes que, antes de ter consultório, tinham assessoria de imprensa.”

Desvirtua-se o conceito de reputação médica, e ludibria-se a boa fé dos consumidores. Antes as reputações médicas eram forjadas junto aos demais médicos. Para angariar respeito da comunidade médica, médico não deveria se expor à mídia, em shows inconseqüentes. Assim, as reputações eram construídas lentamente, porém com segurança.

Poucos conhecem o professor Sérgio Oliveira. Há mais de 15 anos é o mais renomado especialista em operações de ponte de safena. O renome foi testado junto aos próprios colegas, porque provavelmente jamais deu uma entrevista na vida.

Hoje um repórter, sem conhecimento técnico, que avalia informações médicas apenas dentro do conceito jornalístico o que é ou não é notícia pode ser manipulado, e se transformar em instrumento de consagração ou de liquidação de reputações.

#### **Corporativismo médico**

Segundo notícias da Folha, responsável pela investigação do caso pelo Conselho Regional de Medicina (CRM), o neurologista Célio Levyman, considerou normal o comportamento de Pagura.

“O melhor é ser uma espécie de ‘pessimista dialético’: se o paciente piora, você já tem uma estrutura clínica e o espírito preparado. Se melhora, o estado do paciente, você fica duas vezes mais feliz.”

O pessimismo dialético de Pagura ludibriou a opinião pública, certamente ampliou sua carteira de clientes e liquidou com a reputação de uma clínica tida como séria.

Sugere-se que o CRM submeta seu analista de ética a um conselho de ética, para ver se salva sua própria reputação das acusações de corporativismo inconseqüente.

## 02/03/1997 Osmar Santos e o marketing da saúde

No dia 22 de dezembro de 1995, o radialista Osmar Santos arrebentou o crânio em um acidente automobilístico na rodovia Transbrasiliana.

Chegou à Santa Casa de Lins em coma, em estado de choque e com a pressão a zero, com ferimento aberto no crânio, dilaceramento cerebral e ruptura das artérias cerebrais.

Imediatamente foi levado para o Centro Cirúrgico. Sua vida ficou nas mãos dos neurocirurgiões Ivan Tadeu, Maorílio Aparecido Calil e Lauro Bairral Dias. Apesar de depauperada pela crise do Sistema Único de Saúde (SUS), a Santa Casa de Lins é instituição decente, hospital de referência para dez cidades da região, com boa UTI e um bom centro cirúrgico.

A cirurgia durou quatro horas. Primeiro, foi feita a limpeza cirúrgica, que retirou o material necrosado e aspirado o sangue do cérebro. Depois, o hemostasia, para parar o sangramento.

Não havia condições de se fazer a anastomose arterial (procedimento visando restabelecer a circulação na parte do cérebro afetada) devido ao tempo que decorreu entre o acidente e o sangramento e ao fato de a artéria ter sido seccionada de modo irreparável.

Terminada a primeira fase, Osmar Santos foi submetido a uma tomografia, que revelou pequenas lesões ainda a serem extirpadas. Mas os três neurocirurgiões optaram por não mexer porque, em seguida, foram informados da vinda de um jatinho UTI, incumbido de remover o radialista para São Paulo.

Osmar Santos chegou ao Alberto Einstein sedado, da mesma maneira que a modelo Cláudia Liz. E, como Liz, foi atendido pelo neurocirurgião José Roberto Pagura. Os procedimentos foram idênticos em ambos os casos.

Primeiro, a dramatização da situação dos pacientes. À imprensa, Pagura informou que entre um estágio de coma de 3 (o mais grave) a 15, Osmar Santos estava em 5. As avaliações eram acompanhadas de críticas pesadas aos procedimentos adotados anteriormente. A partir desses dados, perseguir a mera sobrevivência do radialista era um desafio ciclópico. Por isso, um mês depois, quando o radialista saiu vivo do hospital, o fato foi tratado como feito médico. Um ano e meio depois, quando conseguiu andar e balbuciar algumas palavras, muitas publicações saudaram como “milagre médico”.

Em Lins, os três neurocirurgiões não entendiam nada. Havia salvo a vida do radialista, operado em circunstâncias difíceis. Receberam Santos com pressão a zero e o entregaram ao Einstein vivo e agitado \_a ponto de precisar ser sedado.

Os testes para a medição do coma são de ordem motora e verbal. Medem reações do paciente a estímulos externos. Se o paciente está sedado, é evidente que os reflexos são menores. Por isso mesmo, quando se divulga o coma de pacientes sedados, informa-se essa circunstância para que se dêem os devidos descontos. Mas não se informou. Também não havia “milagre” na recuperação do radialista. Dadas as circunstâncias do acidente, ele estava alcançando a recuperação possível, como andar tropeçadamente e balbuciar algumas palavras. E não sairá muito mais disso.

A avaliação dos médicos de Lins é a mesma de neurocirurgiões da capital consultados pela coluna.

Mas como tirar da mídia essa oportunidade esplendorosa de poder relatar a seus leitores um milagre médico?

“Nunca nos deram chance de rebater”, queixa-se o neurocirurgião Ivan Tadeu, o primeiro a atender Osmar Santos. “Pagura disse que tinha tirado cabelo de dentro do crânio, sujeira. Não era nada disso. Comentou também que a gente deveria ter feito anastomose das artérias. Escrevi carta para Veja discordando, mas nada foi publicado”.

Medicina e mídia

Qual o resultado final dessa mistura incestuosa entre vaidades médicas e sensacionalismo da mídia? Primeiro, a falsa impressão de que apenas os grandes centros médicos estão aparelhados a salvar vidas humanas.

Santos foi salvo em uma Santa Casa de Misericórdia, conveniada do SUS. Mas, antes e depois do acidente, a mídia persistiu em mitificar os grandes hospitais sofisticados e em desancar o SUS.

Depois, o engodo do “milagre” médico, uma banalização perigosa da ciência médica, que permite a hospitais fixarem preços absurdos, a seus médicos cobrarem honorários estratosféricos e aos pacientes pagarem conformados porque milagre não tem preço.

Finalmente, a competição desleal entre médicos. O maior ou menor sucesso passa a depender não apenas da competência técnica, mas do menor ou maior escrúpulo do médico em fazer a sua própria mídia, e em crucificar colegas.

## 21/04/97 Crimes de imprensa

A coluna recebe a seguinte correspondência do doutor Ricardo Pasquini, professor-titular do Departamento de Clínica Médica da Universidade Federal do Paraná e chefe do Serviço de Hematologia e Oncologia do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

“Lendo sua coluna de domingo, 13 de abril, intitulada ‘Rambos do jornalismo’, estimulei-me a enviar-lhe este e-mail sobre outro caso no qual a matéria jornalística foi de tal forma deturpada pela mídia que culminou em prejuízo da vida de seres humanos.”

Sua carta conta que, em 27 de outubro de 1996, o programa “Fantástico”, da Rede Globo, apresentou reportagem em que denunciava supostas cobranças ilegais para a realização de transplantes entre não-aparentados, por parte do STMO (Serviço de Transplante de Medula Óssea) e da Associação Alirio Pfiffer, de Curitiba.

“A matéria teve como era de esperar enorme repercussão, resultando na instauração de auditoria por parte das autoridades do Ministério Público Federal”, conta ele.

As supostas cobranças ilegais destinavam-se ao pagamento para a busca de medula óssea em registros internacionais. Tudo foi interrompido, com consequências funestas para diversos candidatos ao transplante.

A Associação Alirio Pfiffer é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada a apoiar as atividades do STMO do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O STMO/HC/UFPR foi o pioneiro, em 1979, na introdução na América Latina das técnicas de transplante de medula óssea. É também o responsável por mais de 60% dos transplantes que se realizam no país.

“Por preencher todos os requisitos exigidos pelo National Marrow Donor Program (NMDP), instituição que acumula, em nível internacional, um banco de medula óssea com mais de 2 milhões de doadores voluntários, em 1995 o STMO foi reconhecido e afiliado pelo NMDP como o primeiro e único centro de transplantes apto a utilizar medula óssea de doadores não-aparentados na América Latina”, diz a correspondência.

A auditoria do Ministério Público Federal do Paraná nada constatou de irregular nos procedimentos.

Reconheceu que, em transplantes de não-aparentados, há a necessidade de exames e pesquisas internacionais, contratados de terceiros, que exigem pagamento à vista.

Nem o HC possui dotação orçamentária nem o SUS prevê o pagamento desses procedimentos. A única maneira de viabilizar os transplantes era cobrando das famílias, exclusivamente, os recursos destinados ao pagamento de terceiros.

Conclusão

Qual o final desse falso escândalo? O doutor Pasquini responde:

“Durante a preparação da matéria, fornecemos amplos e irrestritos esclarecimentos à repórter do programa, os quais, infelizmente, não a sensibilizaram.

“Essa omissão é especialmente lamentável pelo fato de que a equivocada matéria do ‘Fantástico’ provocou um clima de confusão e de desconfiança entre os mais de 60

candidatos a transplantes entre não-aparentados e seus familiares, que foram levados a crer que estavam sendo vítimas de um processo de extorsão, quando tudo o que o STMO e esta associação buscavam era viabilizar a realização de um processo clínico capaz de salvar suas vidas e as de seus parentes queridos.”



## 01/04/06 Os crimes do sensacionalismo

Foi uma tragédia familiar. O filho sofre um acidente e é internado no Hospital Pedro Sanchez de Poços de Caldas. Lá, constata-se morte cerebral. É transferido para a Santa Casa, e os pais autorizam a doação de órgãos para transplantes. É feito.

Terminado o processo, o Hospital Pedro Sanchez encaminha a conta para a família. Seis meses depois o pai do menino, ainda traumatizado pela perda, começa uma campanha contra os médicos que receberam os órgãos para transplante –e que eram da Santa Casa local, nada tendo a ver com o Pedro Sanchez. Não se deu conta de que a doação foi feita para a Santa Casa, a cobrança feita pelo Hospital Pedro Sanchez.

Amplie-se essa confusão de pai sofrido em um programa de larga audiência –o “Fantástico”—e não há quem repare o mal feito. Um falso escândalo está colocando em risco todo um grupo de transplantes que transformou a vida de todo doente renal da região.

A ampla e necessária burocratização dos sistemas de doação por vezes acaba atropelada pela urgência do dia-a-dia. Mas o grupo começou a praticar o transplante no início dos anos 90, e sempre se esmerou em trabalhar dentro do maior rigor ético –feito reconhecido pelas sucessivas fiscalizações ocorridas. Mais: dos 174 transplantes feitos até agora, 169 foram pelo SUS. É o único centro transplantador do sul de Minas, o segundo do estado.

Na cidade, o grupo é conhecido pela dedicação. Não raras vezes médicos da equipe levam doentes, rins, exames de sangue até Campinas, às suas próprias custas.

O dr. Álvaro Ianhez –acusado nessa história—foi vítima do mesmo sensacionalismo que quase liquidou com outro grupo pioneiro e dedicado –os médicos paranaenses especializados em transplante de medula, liderados pelo extraordinário dr. Pasquini. Os transplantes eram feitos pelo SUS. Mas havia a necessidade de localizar doadores em bancos de dados de doadores. Uma falsa denúncia de cobrança por fora, a vontade da repórter de buscar o sensacionalismo, entrevistas editadas para reforçar a tese, uma entrevista com uma autoridade falando sob hipótese e –pronto!—reputações jogadas na lama, processos de transplante interrompidos, doentes correndo risco até se esclarecer a situação.

Esse mesmo quadro se repete agora, tendo como autores as mesmas pessoas, o mesmo programa de televisão e os mesmos métodos. Nesse jogo baixo pela audiência pouco importa se inocentes são sacrificados, se doentes são prejudicados, e se a verdade é imolada no altar do IBOPE.

Está na hora de se ter um mínimo de consciência nessa busca obsessiva pela audiência.

## **A CPI dos Precatórios**

Talvez tenha sido o caso mais complexo e o desafio mais perigoso de toda minha carreira de jornalista.

Entreí nessa história de precatórios meio por acaso. Quando a CPI começou a ser pensada, antes ainda que se tornasse manchete, fui procurado pelo Antonio De Salvo, dono da ADS, assessoria de imprensa, que solicitou uma conversa com Fabio Nahoum, dono do Banco Vetor, da mesma maneira que fizeram com outros jornalistas de São Paulo, Rio e, principalmente, Brasília..

Recebi o banqueiro que me contou sua versão do episódio. Anotei sem saber direito se utilizaria as anotações, mesmo porque não tinha conhecimento do episódio em toda sua abrangência.

Nos dias seguintes, pipocaram manchetes sobre o caso. Era um episódio cabeludíssimo, em que o Senado havia autorizado emissão de precatórios para pagamento de dívidas de estados e municípios, em claro desvio da proposta. O escândalo envolvia o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, o governador de Pernambuco Miguel Arraes e o de Santa Catarina Paulo Afonso Vieira. Coisa para 5 bilhões de reais.

A Constituição de 1988 estabeleceu limites ao endividamento de estados e municípios. Mas deixou uma brecha legal, que era a possibilidade de emitir precatórios para pagamentos de dívidas anteriores à data.

O precatório consiste em um documento pelo qual o estado ou município reconhece a dívida. Depois, esse título é incluído no orçamento para pagamento posterior, de acordo com a programação definida. Como não se trata de dinheiro, mas de um título de dívida, eram negociados no mercado financeiro, com grandes descontos. O governante embolsava o dinheiro, assim como os intermediários. Em vez de quitar o precatório,, pagava seus fornecedores –empreiteiras-- e deixava as dívidas para o sucessor.

A corrente de transmissão do golpe era extensa. Começava pelo governante, que levantava, inventava ou superavaliava sua relação de passivos pré-88. Passava pelo Senado – que autorizava a operação. Depois, os títulos eram negociados no mercado financeiro. Do dinheiro apurado, os intermediários ficavam com grande parte para pagar os diversos envolvidos e, provavelmente, as caixinhas políticas dos governantes. Parte do dinheiro ia até doleiros, que os remetiam para o exterior. Em suma, entrava-se no centro do crime organizado brasileiro.

No início da cobertura, ainda não estava clara toda essa linha de montagem. Sabia-se do envolvimento dos governantes, de um senador polêmico – Gilberto Miranda – e de um valor de emissão que chegava a R\$ 5 bilhões.

Quando vi o tamanho da encrenca, liguei para várias fontes no mercado financeiro paulista, indagando se conheciam o Banco Vetor e o Nahoum. Ninguém conhecia. Por tudo o que sabia de mercado, governo e Senado, era impossível que uma operação daquela envergadura, com envolvimento de senadores como Gilberto Miranda, beneficiando políticos como Maluf, pudesse ter sido comandada por um pequeno banco praticamente desconhecido.

Corri aos meus arquivos, para reconstituir a conversa com o Nahoum. Nela, ele se defendia de uma série de acusações que considerava injustas contra ele. Havia , de fato,

muito desconhecimento técnico nas acusações. Que ele não era inocente, estava óbvio. Mas qual o grau de envolvimento dele com a operação?

Sua preocupação em não assumir sozinho a culpa e não ser apontado como o líder da operação deixava claro que ele seria testemunha-chave da história. Claramente participava das operações, mas muito pouco provavelmente na condição de mentor. E sua angústia em procurar a imprensa para contar sua versão mostrava que estava ali o elo fraco da corrente montada.

Na primeira semana, chamei a atenção para esse fato e tratei de utilizar a entrevista que me concedeu.

A entrevista foi importante por diversos aspectos. Nela, ele mostrava o que era legal na operação, ou seja descrevia os expedientes legais utilizados (de forma ilegal, saliente-se). Ao mesmo tempo dava a pista central por onde vazava o dinheiro para outros elos da corrente, ao mencionar o pagamento de R\$ 10 milhões por mero parecer técnico de Wagner Ramos, o funcionário da Secretaria da Fazenda de São Paulo envolvido no episódio e que era homem de confiança de Paulo Maluf. Obviamente era um valor descabido por um mero parecer.

A primeira coluna dava a palavra a Nahoum. Na segunda, apontei a extravagância do pagamento feito a Wagner Ramos, chamando a atenção para o personagem que passaria a ser central dali em diante.

A CPI começou e a imprensa em Brasília traçou uma estratégia de cobertura caótica. Cada redação cevava seu senador, para obter informações exclusivas. Só que, como o tema era complexo, nenhuma redação, nenhum senador conseguia apresentar a visão de conjunto. Era um caos total, em que cada pequena pista, cada indício se transformava em manchete, independentemente de sua relevância ou correção, e as informações relevantes se perdiam em meio à balbúrdia.

Como era tema bastante complexo e a cobertura seria longa, adotei a estratégia jornalística que me pareceu adequada. Resolvi fazer uma série de colunas abordando cada aspecto técnico do mercado de precatórios. De um lado, seria um modo de informar o público sobre a complexidade da operação. De outro, me permitir ter a visão de conjunto e compor o quadro geral—algo que a cobertura de Brasília não permitia.

Nas primeiras colunas ficou claro o papel das contas CC5 (contas de não residentes, que permitiam a transferência de dólares para o exterior) e do banco Araucária, que operava com doleiros em Foz do Iguaçu. Chamei a atenção para o fato de o Araucária operar com exclusividade na época, o único banco privado autorizado pelo BC. Nenhum outro conseguia entrar no pedaço.

Logo após escrever a coluna sobre o esquema das contas CC5 e o papel do Araucária, recebi dois telefonemas, dos senadores Espiridião Amin e Roberto Requião, desculpando-se de críticas que formularam a mim no Senado uma semana antes, devido à coluna na qual dei a palavra a Nahoum.

Desculpam-se pelo fato de terem me convocado para prestar depoimento na CPI, dizendo ter entendido minhas intenções quando saiu a coluna seguinte, mostrando os pontos falhos do depoimento de Nahoum.

Os telefonemas me surpreenderam. Tinha ouvido rumores de que havia sido convocado para prestar depoimento à CPI, mas julgava que era para prestar esclarecimentos técnicos.

Agora, os telefonemas dos dois senadores deixavam claros que a convocação – posteriormente cancelada—tinha sido para me intimidar. Minha primeira reação foi de indignação pela tentativa de intimidação praticada. A segunda, de indagação: o que haveria por baixo desse tapete para que os senadores pensassem em atitude tão drástica, de me convocar para a CPI pelo simples fato de eu ter dado a palavra a Nahoum e, depois, me ligar em tom amistoso, assim que passei a escrever sobre desdobramentos da operação, como as contas CC5 do banco Araucária? Estava evidente que o caso dos precatórios era muito mais amplo do que os senadores imaginavam no início. E ficava claro que eu estava certo em supor que Nahoum seria a testemunha-chave.

A segunda investida de Requião, para me intimidar, foi quando a CPI apurou um contrato de gaveta entra a ADS, de De Salvo, e o Vetor, de Nahoum, onde a assessoria se vangloriava de seu poder de influenciar o Senado e propunha uma “taxa de sucesso”, caso o banco fosse inocentado pela CPI.

Requião se valeu do documento para tentar atingir os poucos jornalistas que se opunham à truculência da CPI. Nesse episódio, se revelou largamente o caráter e o profissionalismo da jornalista Mônica Bérghamo – na época trabalhando no “Jornal da Bandeirantes” em Brasília.

Requião era sua fonte, fonte disputadíssima pelos jornalistas da cidade, saliente-se. Quando a CPI descobriu a tal proposta da ADS, Requião telefonou para ela, indagando que jornalistas poderiam ter influência sobre o Senado.

Foi uma mera troca de idéias, na qual Mônica mencionou algumas assessorias que tinham bom acesso aos senadores. À noite, no Jornal do SBT, aparecia como suspeito o nome que Mônica meramente mencionara como influente. Ela ligou a Requião, indignada, e ele tirou o corpo, atribuindo o lev antamento do nome ao senador José Serra – o que não era verdade.

No dia seguinte Mônica me telefonou para dizer que acompanhava o que eu vinha escrevendo, e que Requião iria tentar utilizar a carta para me atingir com insunuações. Contou a conversa dela com Requião, autorizou a publicação sem “off”, como forma de esvaziar sua manobra. De fato, a coluna esvaziou a segunda tentativa de Requião.

Mesmo assim, ele me passava um ar de estabonado, irresponsável, mas parecia empenhado em apurar os fatos.

No dia 18 de março, menos de um mês depois de iniciada a série de colunas, apresentei um roteiro para investigações, separando o joio do trigo. A esta altura, as investigações da CPI havia chegado ao mesmo doleiro que atuara no caso Pau-Brasil –a caixa política de Maluf nos anos 80. Quando vi a coincidência, lembrei-me de um episódio ocorrido no início dos anos 80, Maluf governador, com o mercado de títulos estaduais.

Foi um escândalo que envolvia a mesa de operações da corretora Banespa, tendo como principal suspeito, na época, seu genro. Fui eu quem denunciou o esquema, ainda no “Jornal da Tarde”. Denunciado, partiu-se a “cadeia da felicidade” (a rede de distribuidoras pelas quais os títulos vão passando até desaguar no comprador final), resultando na quebra de várias distribuidoras e na demissão do então presidente do Banespa.

Esses dados me deram confiança sobre a melhor hipótese de investigação para o episódio, o que fiz no dia 24 de março. Por ela, empreiteiras haviam descoberto a brecha para a emissão de precatórias. Elas são as maiores especialistas em brechas legais e têm influência sobre senadores.

O esquema obtivera o apoio do senador Gilberto Miranda. Maluf teria feito a primeira emissão, captado bom dinheiro, financiado suas obras e, depois, descobrira que poderia estender a operação para outros estados. Aí teria chamado o Vitor, para atuar como uma espécie de “franqueado” e incorporado ao esquema o funcionário Wagner Ramos.

Na manhã em que a coluna saiu publicada recebi telefonema de Nahoum confirmando que era aquilo mesmo. Indaguei porque não contava para os senadores. Respondeu não confiar nas apurações, já que tentavam transformá-lo em bode expiatório. Disse que os senadores estavam mantendo encontros secretos com bancos, e que, em uma conversa reservada, ele poderia contar o que sabia. Sugeri que conversasse com Requião. Sua resposta foi a de que Requião era louco, mas que aceitaria falar se houvesse outros senadores confiáveis na conversa, e se eu participasse na condição de único jornalista que estava escrevendo corretamente sobre o tema.

Liguei para Requião relatando minha conversa com Nahoum. Requião se entusiasmou com a possibilidade de um armistício comigo. Acertou-se a reunião, que teria inicialmente José Serra, Wilson Kleinubing (posteriormente vetado por Nahoum, que dizia que sua intenção única era atingir o governador de Santa Catarina, seu adversário político). Aproveitei e incluí a Mônica Bérghamo, como gratidão pela maneira ética como se comportara comigo. O combinado é que a conversa seria em “off”, e serviria de subsídios para as investigações tanto do Requião quanto minhas e da Mônica.

A reunião foi marcada em Brasília, com a presença minha, da Mônica, de Serra e Requião. Nela, Nahoum admitiu pela primeira vez que Wagner Ramos tratava diretamente com Maluf.

Tomei todas as precauções para evitar mal-entendidos no episódio. Comuniquei previamente o encontro à “Folha”. Terminada a reunião, a convite de Requião desfilei com ele no Senado, e não cheguei a fazer uma exposição fechada aos senadores da CPI porque perderia o último vôo.

Quando cheguei a São Paulo, já bem de noite, fui ao computador, liguei na Internet e a edição do “Globo” relatava a reunião, de maneira bastante distorcida. Fiz uma coluna criticando os erros, o que motivou outra coluna de Franklin Martins, chefe da sucursal de Brasília do jornal, defendendo seus repórteres e me acusando de estar “sentado” em cima da notícia – embora o “off” fosse um elemento essencial para as apurações.

Decidi não polemizar com o Franklin, que sabia ser um sujeito de bom nível, apenas envolvido pelo clima histórico que tomou conta da cobertura na época. Mas, aberto o “off”, me senti desobrigado de manter a reserva sobre a reunião.

Preparei a coluna para o dia seguinte, relatando o que havia ocorrido. Enquanto escrevia, a Mônica me telefonou, preocupada. Dizia que a “Veja” iria “esquentar” a reunião, com uma versão que não correspondia ao ocorrido.

Telefonei para um dos chefes de redação, meu amigo, que me contou a versão segundo a qual Nahoum teria declarado que “a grana ia para Maluf”, “foram os empreiteiros que montaram essa operação”, e outras frases que não correspondiam ao ocorrido.

Expliquei que Nahoum declarara apenas que Wagner Ramos tratava diretamente com Maluf, que essa informação era da maior relevância e que se a “Veja” apresentasse as acusações não explicitadas por ele, desmoralizaria a acusação real.

O secretário relutou, julgando que eu pretendia tirar o furo da revista. Expliquei-lhe que não era fonte, que era jornalista e estava escrevendo uma coluna sobre o que eu testemunhara. Dispus-me a mandar para ele a coluna que sairia no dia seguinte. Mandeí por e-mail e viajei em seguida para o litoral ---era Semana Santa. No meio do caminho um telefonema do senador José Serra e outro da Mônica me deram a certeza de que a revista não iria abrir mão do “esquentamento”.

A revista saiu no final de semana com a manchete bombástica: “Implodido esquema de Maluf”. Pouco depois de ler a matéria, Nahoum me telefonou informando que minha coluna tinha retratado fielmente a reunião, mas ele seria obrigado a emitir uma nota oficial desmentindo a “Veja”.

No dia seguinte, de Paris, onde estava, Maluf deu entrevista a todos os canais de televisão e a todos os grandes jornais, dizendo que Nahoum tinha me desmentido, e informado que iria me processar -- o que obviamente não fez.

Todo o trabalho feito para chegar até ele tinha ido por água abaixo. Nos dias seguintes, além dos blefes de Maluf, tive que enfrentar um pesado jogo de insinuações de colegas de Brasília, inconformados com a invasão do seu território.

Não podia perder o pique, nem parar de dar informações ou análises exclusivas, senão seria trucidado pelo jogo de rumores – que tantas vezes eu denunciara, quando praticado contra terceiros.

Estava no meu escritório, nessa situação, quando me telefonou um doleiro, famoso por sua participação na “operação Uruguai”, de esquentamento de recursos do ex-presidente Fernando Collor. Turner dizia conhecer todo o esquema dos doleiros, queria passar as informações, mas ficara uma semana tentando explicar para o senador Eduardo Suplicy, sem conseguir. devido às tecnicidades envolvidas.

Sua intenção era, segundo suas palavras, “separar o joio do trigo”. Dizia que doleiros sérios têm um papel relevante de assessoria econômica das empresas, do seu caixa dois, mas que fugiam das atividades criminosas. E a CPI dos Precatórios estava afetando a imagem dos doleiros como um todo. Era uma conversa surreal, mas ele dispunha de informações quentíssimas.

Dia após dia ele me abasteceu de informações das mais relevantes sobre o mercado paralelo de dólar. Mostrou como era a operação na fronteira, como utilizavam uma conta no Morgan para a troca de reservas. Revelou, inclusive, o número da conta.

Curiosamente, cada matéria que eu soltava sobre o tema, um colega de Brasília soltava outra tentando me rebater. Quando apresentei o número da conta do doleiro, sua reportagem, no dia seguinte, dizia que era fácil apresentar números de conta. Liguei para ele, questionando seu comportamento. Me atendeu manso, perguntando se eu não gostaria

de participar de uma reportagem a quatro mãos com ele. Estranhei o convite. Ele me disse ter recebido um e-mail reatando como funcionava o esquema de dólares em Brasília. Mandou-me o e-mail, e lá estava tudo em detalhes. Disse-lhe que não tinha o por quê da parceria. Ele já dispunha de todos os dados.

Sua alegação era a de que o tema era muito técnico para ele. Estranhei, ele já havia coberto com muita competência o mercado de C-Bonds, da dívida brasileira. Porque um mero esquema de lavagem de dinheiro seria complexo?

O relato do doleiro saiu semanas depois, mas na revista “Veja”. O colega jamais utilizou o material de que dispunha, e que só ele poderia apurar – posto que o fato ocorria em Brasília. Tempos depois, em outro episódio, apareceu sua estreita relação com o senador Gilberto Miranda.

A CPI terminou com um relatório em muito inferior ao nível de informação que Requião demonstrara ter na reunião que tivemos em seu apartamento. Mas os dados revelados no decorrer da cobertura permitiram, pela primeira vez ao país tomar conhecimento da estrutura de crime organizado, com todos seus desdobramentos.



## A 26/02/1997 CPI, alhos e bugalhos

O que está ocorrendo com a CPI dos Precatórios é a repetição pela enésima vez de um movimento manjadíssimo. Cria-se o clima de paroxismo, propício a linchamentos, e o que vier se traça, sem critérios maiores, sem gradações, sem checagens, sem se dar a palavra aos acusados.

Pode ser que todos sejam culpados. Pode ser que não. Daí a importância de se dar a voz a todos.

Tome-se o caso da corretora Vetor.

Alguns dias antes de a corretora ser liquidada pelo Banco Central, fui procurado por um de seus donos, Fábio Nahoun, com um apelo dramático. Estava sendo linchado, sem poder se defender. Poucos conheciam tecnicamente o mercado para separar alhos de bugalhos. E ninguém queria ouvir seus argumentos.

Ouçá-se, pois, o suspeito:

“Minha corretora existe há 23 anos. Em março de 1996 o Estado de Pernambuco nos procurou querendo fazer uma operação de ARO (Antecipação de Receita Orçamentária). O Estado estava em moratória, sem conseguir pagar 13º salário. O ARO estava a taxas exorbitantes, entre 5% a 8% ao mês, mais indexador”.

“Sugerimos a utilização do artigo 33 da Constituição, que permitia a emissão de títulos para pagamento de dívidas ajuizadas até a promulgação da Constituição. Eu nunca tinha feito essa operação. Mas sabia que São Paulo e Alagoas já tinham feito”.

“Substituímos um ARO que custava mais de 5% ao mês por um emissão de títulos com custo de 6,22% ao ano, 7,37% com a comissão”.

(Supondo indexador de 1% ao mês, ao final de 12 meses, para cada 100 de empréstimos pela ARO, o Estado teria de pagar 101 em juros. Com a nova operação, os juros em 12 meses cairiam para 21. Portanto, o Estado economizou 80% dos juros pagos anteriormente.)

“A operação em Pernambuco foi cercada de todos os cuidados. Inclusive o negociador era o presidente do Bandepe, funcionário de carreira do Banco Central e homem de ilibada reputação”.

“Quando soube da operação, o governo de Santa Catarina nos procurou e pediu que fizessemos exatamente a mesma operação. O custo de Santa Catarina foi o mais baixo do mercado, equivalente a 4,41% ao ano, mais indexador. Com a comissão, subiu para 4,99% ao ano, para o custo de ARO de 5% ao mês, repito”.

“Cobramos o equivalente a 5,5% de taxa de sucesso por papéis com prazo médio de quatro anos, o que equivale a 1,34% ao ano. Nós receberíamos à medida que vendêssemos os títulos no mercado, ou seja, de acordo com a taxa de sucesso da colocação. Todo o mercado sabe o significado de taxa de sucesso. No entanto, o senador Roberto Requião, do Paraná, declarou à imprensa que a taxa de sucesso era a parte destinada ao pagamento de propinas”.

“A única diferença em relação a Pernambuco foi que Santa Catarina não nos deu exclusividade para a colocação dos papéis, alegando que o Besc dispunha de 25 anos de experiência na área”.

“O único problema que Santa Catarina tinha para a emissão era a inadimplência junto ao Cadin (lista de devedores federais). Mas ela pagou e regularizou a situação. Existe parecer do Tribunal de Contas do Estado que confirma a existência dos precatórios. Tudo foi feito direitinho. Deu gosto acompanhar a organização do Estado”.

“No entanto, minha empresa está sendo destruída e não consigo saber do que estou sendo acusado, para poder me defender, porque querem pegar o governador de Santa Catarina. Me acusam de coisas sem pé nem cabeça. Disseram que o pagamento do deságio era escandaloso. Quando se faz a conta na ponta do lápis, chega-se a taxas de 5% ao ano. Mas ninguém quer analisar isso”.

A coluna não tem condições de dizer se ele é inocente ou culpado. Se for culpado, as provas aparecerão logo, e tudo bem. E se não for?

## 28/02/97 A testemunha Nahoun

A testemunha mais preciosa de que o Senado precisa para entender o mercado financeiro chama-se Fábio Nahoun. Desde esta semana ele é o dono de um banco liquidado o Vetor, que organizou os lançamentos de títulos de Pernambuco e Santa Catarina e que, por isso mesmo, nada mais tem a perder.

Nahoun diz ter vivido uma tragédia e uma alegria nos últimos dias. A tragédia diz ele foi ter perdido todo o patrimônio que tinha, que consistia em um banco de US\$ 40 milhões de patrimônio, US\$ 35 milhões em caixa e US\$ 5 milhões de títulos patrimoniais, sem débitos, que figurava na classificação mais alta da Atlantic Rating.

A alegria foi ter tomado conhecimento da peça de acusação, na qual o Banco Central se baseou para liquidar a instituição. “Meus advogados estão dando cambalhotas, com o gol aberto e a bola quicando, para entrar com o pedido de indenização”, diz ele.

A justificativa da liquidação se baseia em dois pontos, levantados por um procurador do BC. O primeiro, é o de que a comissão recebida foi maior que a taxa do papel. Ele recebeu 5,5% por papéis com prazos de quatro anos. Equivale a 1,34% ao ano. O papel rende 3,77% ao ano, conforme documento firmado pelo próprio BC.

O segundo argumento foi que o deságio do papel (0,5% acima da taxa over) estava fora de mercado, e que, depois, as operações foram sendo passadas de instituição a instituição até atingir seu preço de mercado. “Vai ser facilimo provar que o preço de mercado foi o que nós vendemos; quem comprou é que pagou o sobrepreço.”

### Constitucionalista

Na condição de quem nada mais tem a perder, Nahoun se dispôs a analisar e esclarecer todos os aspectos da operação à coluna.

“Os senadores criaram uma verdade que os satisfez. Não querem uma verdade que atrapalhe a verdade que já criaram”, diz Nahoun.

Há dois momentos na vida do papel. O primeiro, quando o emissor o Estado faz um leilão de venda. O segundo, quando o papel é vendido por intermédio de várias instituições. Se a última instituição acreditava mesmo que o papel valia R\$ 150, e topou pagar essa quantia por ele, o natural seria que participasse do leilão primário e comprasse o papel por R\$ 100, direto do governo do Estado. Daria R\$ 50 de lucro para seus cotistas.

Nahoun entrou nessa história quando foi chamado pelo governo de Pernambuco para assessorá-lo em uma operação de ARO (Antecipação de Receita Orçamentária).

Como era muito cara a operação, um de seus sócios lembrou que São Paulo e Alagoas haviam conseguido montar operação de lançamento de títulos, com base em precatórios.

Como nada entendia do processo, perguntou quem era o maior especialista do ramo. Wagner Ramos, funcionário da Prefeitura de São Paulo, disseram-lhe.

“Durante anos, ele foi ao BC cuidar dos processos de São Paulo. Tinha estudado todas as correções monetárias, os acórdãos do Supremo. Sabia como se fazia o pleito inicial à Assembléia Legislativa, como tinha que ser fundamentada a exposição de motivos”, diz Nahoun.

Ramos havia feito sete operações gratuitamente para cidades vizinhas, a pedido do ex-prefeito Paulo Maluf, visando agradar os prefeitos. A primeira assessoria paga foi para Alagoas, contratado pela Divisa DTVM.

Funcionário público, Ramos aceitou a incumbência, mas solicitou que os pagamentos fossem feitos por intermédio da Perfil. “O Wagner, apesar de gênio do direito administrativo, cometeu o erro de não se declarar como Perfil. A Perfil não sabe nem calcular um precatório”, diz Nahoun.

#### Divisão do bolo

Havia duas formas de a Vetor ser remunerada pela operação. A primeira, a comissão paga. A segunda, a possibilidade de fazer a venda do papel.

No início, Wagner cobrou 80% da comissão, alegando que a Vetor teria lucro com a venda dos papéis. Quando o Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) exigiu que a remuneração da colocação fosse atrelada à taxa de sucesso ou seja, à venda efetiva dos títulos no mercado, Nahoun conseguiu renegociar a parte com Wanger, que ficou com 45% da comissão.

Nahoun chegou ao Rio acreditando que não iria conseguir colocar o papel. Acabou conseguindo que o banco Boa Vista desse garantia firme de colocação.

Nahoun recebeu US\$ 22 milhões de Pernambuco, pagou 45% para a Perfil e ficou com lucro de US\$ 12 milhões. Desse total, o Boa Vista cobrou US\$ 7,2 milhões, para dar contrato de garantia, de “hedge”. Restaram US\$ 4,8 milhões de lucro.

Se quisesse lucro maior, teria que comercializar o papel. “Aí fui à Caixa Econômica Federal, que estava precisando de papel para seus fundos e propus: por que vocês não ajudam Pernambuco, já que estão fazendo esse plano de recuperação econômica com o Estado?”.

A CEF alegou que não poderia, pois outros Estados iriam querer o mesmo tratamento. Mas se dispôs a deixar os papéis em carteira, e financiá-los no overnight.

Nahoun telefonou para o secretário da Fazenda de Pernambuco informando da oferta e sugerindo que fechasse o negócio diretamente com a CEF.

Quando a CEF ficou com o papel, à taxa de 0,55% de taxa over (ou seja, dispondo-se a pagar a taxa over mais 0,55%), o mercado todo virou comprador do papel. A Caixa negociou os papéis diretamente com o Bandepe, sem intermediários.

#### Santa Catarina

A operação de Santa Catarina aconteceu quando estava acabando a de Pernambuco. A corretora soube que Osasco tinha feito uma emissão, mas não encontrava um banco público disposto a custodiar os títulos.

Nahoun aproximou-se do Besc, de Santa Catarina, que aceitou fazer a custódia, cobrando 1,5% do valor da emissão, ou US\$ 1,2 milhão. Na reunião, aproveitou para expor a operação dos precatórios, pois sabia que Santa Catarina estava habilitada a utilizar a operação.

Naquela tarde mesmo foi marcada reunião no Palácio de Governo, presentes o governador Paulo Affonso Vieira e todo o secretariado, onde a operação foi apresentada.

O que mais entusiasmou Paulo Affonso foi uma brecha apresentada por Nahoun. Há um documento do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, estimando o valor dos precatórios em US\$ 600 milhões.

Nahoun mostrou ao governador que parte dos credores certamente nem conhecia todos os indexadores. Além disso, haveria um processo de negociação, que permitiria pagar as dívidas com deságio. Estimava que o Estado poderia ficar com no mínimo US\$ 100 milhões de sobra em caixa.

Terminada a exposição, disse que queria ver o contrato com Pernambuco. O presidente do Besc fora funcionário de carreira do Banco Central por muitos anos. Reconheceu a assinatura do presidente do Bandepe, que havia sido seu colega. “O governador decidiu na hora: quero operação igual. Até poderia baixar comissão, visto que seria uma operação bem mais fácil. Mas o governador falou e ficamos nessa”, admite Nahoun.

Por que falhou

“Minha parte eu coloquei. A colocação dos papéis pelo Besc falhou porque o senador Kleinubing começou a gritar no dia seguinte, e o papel ficou sem liquidez”, conta Nahoun. “O fundo de liquidez do Estado começou a financiar as corretoras que haviam entesourado o papel, acreditando que o mercado iria melhorar”. Não melhorou porque Kleinubing não parou.

“Agora, querem que eu diga que o dinheiro que paguei para a Perfil era para o Paulo Affonso”, diz Nahoun. “Não conheço o governador, nunca o vi nem antes nem depois da reunião no Palácio, com todo o secretariado.”

“A CPI saiu do razoável e entrou para o irracional. Não há uma acusação objetiva contra a minha pessoa. Não fui ao Senado e perdi meu banco sem ser ouvido. Queria ser ouvido antes de perder o banco. Continuo querendo ser ouvido agora, mas é só por um problema moral pessoal.”

## 02/03/97 A indústria dos precatórios - 1

O escândalo dos precatórios tem as seguintes ramificações, que merecem análise mais aprofundada, inclusive para separar o joio do trigo:

- 1) O esquema de autorização para a emissão de títulos baseados em precatórios, que passa pelo Senado e pelo Banco Central. A Constituição de 1988 permitiu emissão de títulos estaduais e municipais apenas para cobrir os precatórios existentes até a data de promulgação da Carta. Posteriormente, o Senado autorizou a inclusão de valores de ações já ajuizadas até a data, mas ainda não julgadas. Foi essa brecha aberta para o município de São Paulo que criou o subjetivismo na análise da operação.
- 2) O sistema de colocação primária dos títulos (primeira venda), cuja supervisão deveria ser do BC.
- 3) O papel dos governadores e das instituições que comandavam os processos e dos intermediários que organizavam a operação.
- 4) A atuação dos compradores finais, administradores de fundos de investimento e de fundos de pensão.
- 5) A questão fundamental, e até agora tabu dos esquemas de esquentar dinheiro no mercado.

### Regulamentação

Por questão de espaço, hoje vamos nos fixar nos dois primeiros itens.

Bastaria ter-se regulamentado duas pontas da operação 1) a autorização para e emissão de títulos baseados em precatórios, e 2) a colocação dos papéis no mercado para a indústria dos precatórios ter sido liquidada.

Foi esse lusco-fusco, em última instância, que permitiu a montagem desse esquema, com ramificações em várias áreas.

No depoimento prestado à coluna, por exemplo, o dono do Banco Votorantim, Fábio Nahoun, declarou ter pago US\$ 10 milhões para que Wagner Ramos preparasse o processo de Santa Catarina.

Não existe jurista neste país que cobre por um parecer nem sequer um décimo do que foi pago a Ramos \_que era apenas funcionário de carreira da Prefeitura de São Paulo. Especialista em ganhar dinheiro, Nahoun pagou o despachante, não o técnico.

Na mesma época, a Prefeitura de Diadema procurou o Banco Central, solicitando autorização para emitir títulos com base nos precatórios. A informação recebida é que a documentação não se enquadrava na lei.

Lá mesmo foi informada pelo funcionário em tom desalentado da existência de escritórios “especializados” que conseguiam milagres junto ao Senado. Desalentado ou não, o fato é que a dica foi passada.

Há figuras-chave para esclarecer a existência ou não da conexão Senado. Wagner Ramos, é o mais óbvio. Depois, o senador Gilberto Miranda, que desempenhava papel-chave na aprovação dos processos; e as pessoas que garantiram a indicação de Miranda para cargo tão relevante, apesar da enorme grita da imprensa na ocasião.

Saliente-se que foi o Senado quem “reinterpretou” a Constituição, permitindo que processos abertos antes de 1988, e ainda não julgados, entrassem no cálculo dos precatórios.

O ex-ministro Ciro Gomes também poderá esclarecer porque decidiu, de mote próprio, aprovar a emissão da dívida paulista, depois que o Ministério da Fazenda tentou bloqueá-la.

#### Emissão primária

O segundo ponto da indústria dos precatórios eram as regras para a emissão de papéis. Cada vez que faz um lançamento de seus próprios títulos, o BC anuncia as condições ao mercado, e aguarda os lances das instituições.

Os títulos estaduais e municipais deram margem a toda sorte de especulação e golpes, justamente porque jamais se exigiu essa transparência.

Para adquirir rolos de papel higiênico, governos estaduais e municipais precisam de licitação. Se quiserem fazer emissão de US\$ 700 milhões, basta se reunir a portas fechadas com duas ou três pessoas, e ninguém fica sabendo. O BC tinha que obrigar Estados a fazer carta convite, oferecer informações amplas ao mercado, receber propostas de vários bancos, seguir um cronograma de colocação de títulos. Recentemente, um banco interessou-se pelas “paulistinhas” (os títulos do município de São Paulo), mas só conseguiu obter informações sobre o fluxo de receita da cidade com vereadores do PT. É esse labirinto que valoriza os detentores de informação ou de poder de decisão, e permite negócios particulares com dinheiro público.

#### Caso Santa Catarina

O Senado só não proibiu Santa Catarina de financiar seus papéis porque eles estavam custodiados em três bancos privados, que poderiam ser levados de roldão, caso a medida fosse implementada.

## 03/03/97 Os precatórios e os governadores - 2

Em si, as operações de emissão de dívida com base nos precatórios são financeiramente vantajosas, substituindo dívidas caríssimas de 80% a 150% ao ano realizadas por meio de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) por outras de 5% a 8% ao ano, além da taxa Selic.

Há margem para golpes, mas não para generalizações.

No capítulo referente aos governadores, a coluna vai tentar expor algumas acusações e os argumentos da parte contrária \_no caso, da corretora Vetor e do governo de Santa Catarina, que me procuraram com documentos e explicações.

Delito institucional

Para conseguir os recursos dos precatórios, muitos governantes (mas nem todos) incorreram em dois tipos de procedimentos condenáveis \_mas de gravidade diferente.

O primeiro, o dos chamados delitos institucionais \_de driblar determinações da Constituição e do Congresso.

Fazem parte dessa relação:

### 1) Discussão sobre os valores dos precatórios.

A partir do caso da prefeitura paulista que inaugurou esse negócio o Senado passou a permitir que ações ajuizadas, mas ainda não julgadas até a promulgação da Constituição, pudessem ser arroladas para o cálculo da emissão de títulos. E também valores referentes a correções dos planos Bresser, Collor e Real.

Se um Estado recorre a esse critério para aumentar seu limite de endividamento, pode-se contestar o critério, fechar a porta aberta, mas não se falar em falsificação.

É o que ocorreu nas diferenças de cálculos entre o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina sobre as dívidas estaduais, tratadas como escândalo. Escândalo é falsificação de valores, não discussão de critérios de cálculo.

### 2) Destinação dos recursos captados.

O dinheiro aplicado só poderia ser utilizado para pagamento de precatórios. Governador que deu outra destinação, em lugar de uma dívida (a dos precatórios) vai legar para as futuras gerações duas dívidas (precatórios e títulos emitidos).

O governador de Santa Catarina reconheceu a utilização para outros investimentos. Pode alegar todos os bons motivos do mundo, mas nem recursos para obras de Madre Tereza de Calcutá podem mais servir de alibi para o descumprimento da Constituição. Ainda assim, essas infrações são de ordem administrativa, não criminal.

Delito penal

A parte penal da questão são as operações de enriquecimento pessoal permitidas pela indústria dos precatórios.

Há que se separar comissões e deságios legítimos, e legalizados por meio de contratos, dos golpes propriamente ditos.



Se uma instituição de mercado descobre uma operação que permite aos Estados substituir uma dívida de custo entre 80% a 150% ao ano por outra de 5% a 8% ao ano incluindo comissões oficiais, é evidente que vai vender o produto caro aos clientes.

Vai ocorrer crime se a instituição pagou propinas para obter a autorização para a emissão. Essa questão só poderá ser respondida pelo efetivo rastreamento do dinheiro pago.

Salta à vista, em todo caso, que os US\$ 10 milhões pagos pela Vetor ao funcionário da Prefeitura de São Paulo, Wagner Ramos, não se justificam sob nenhum prisma técnico.

Outra confusão é a respeito do deságio. Um título de valor de resgate de 100, emitido por prazos de quatro anos a juros de 6% ao ano, será vendido no mercado por 80 para, daqui a quatro anos, o investidor receber os 100 devidos. Dizer que houve deságio de 20% ou 26%, sem explicitar o prazo, é querer confundir a questão.

O ponto central de toda análise é o percurso dos títulos no mercado financeiro e o eventual beneficiamento de instituições ligadas às autoridades ou aos esquemas. Mas isto é tema para a próxima coluna.

#### Carioquinhas

A controvertida operação com as “carioquinhas” que envolveu o filho do então prefeito Marcelo Alencar, e levou ao seu rompimento com Leonel Brizolla foi montada pela corretora Vetor.

## 04/03/97 Os precatórios e o mercado - 3

Há três momentos na vida de um papel. A emissão primária \_quando é efetuada sua venda no mercado. A colocação secundária \_quando o papel muda de mão em mão, dentro da volatilidade que caracteriza o mercado financeiro. E a venda final, quando o papel é adquirido por uma instituição, que o coloca definitivamente em carteira.

Os problemas só ocorrem quando há diferenças entre o preço de compra e de venda dos títulos estaduais. Se um papel vale 100, por exemplo, haverá problemas se o Estado resolver vender por 80; ou se um comprador final topa pagar 120. As operações intermediárias servem apenas para encobrir a operação principal.

A emissão primária é de responsabilidade exclusiva do emissor, o Estado ou município. É esse que define o preço inicial e aceita ou não as propostas de mercado.

A compra final do papel é feita por bancos (para seus fundos de investimentos), fundos de pensão ou seguradoras. É deles a responsabilidade pelo preço final do papel.

O primeiro passo para identificar onde estão os problemas é definir qual o preço de mercado dos títulos estaduais.

Preço de SC

No caso de Santa Catarina, o papel saiu mais caro e chegou mais barato no final da linha.

Quem perdeu o quê?

A Secretaria da Fazenda informa que no dia 21 de outubro do ano passado fez comunicado oficial, pela “Gazeta Mercantil”, para leilão que iria ocorrer no dia 22.

Segundo a secretaria, não apareceu nenhum comprador. No dia 23 começaram a aparecer interessados, oferecendo taxa Selic mais 0,70% a 1%.

O Estado decidiu vender à Selic mais 0,50%, ou 0,64% incluindo a comissão do comprador \_e usou três ou quatro referências de mercado, como a taxa cobrada pela Gerof (do Banco do Brasil) para financiar os títulos paulistas.

Na ponta final, houve compradores que pagaram 0,30%.

O que permite essa diferença é a falta de um mercado organizado. Em geral esses títulos rodam por pequenas instituições. Só quando vêm à tona é que suas cotações passam a ser transparentes para o mercado.

Mesmo assim, bancos que compraram os papéis fizeram bons negócios para seus clientes. Em geral, são os que têm os fundos mais rentáveis do mercado.

(O caso paulista discrepa porque o próprio município vendeu e comprou papéis iguais por preços diferentes, no mesmo período, realizando prejuízo.)

Mercado sem risco

E aí entra outra distorção do mercado.

Em geral há uma composição entre risco e rentabilidade, que permite ao mercado agir equilibradamente. O risco funciona como limitador do excesso de ganhos.

Mas qual o risco dos papéis estaduais?

O administrador de um banco que não aplica muito em estaduais explicou à coluna que foge dos papéis por causa do risco. E permanentemente tem de explicar a seu conselho porque seu fundo rende menos do que os que aplicam em estaduais.

Em contrapartida, o administrador de um fundo que aplica em estaduais diz que nunca, dos anos 70 para cá, ocorreu um só caso de perda com estaduais.

Não apenas isso. Como o BC não dispõe de mecanismos eficientes de interferência no mercado, volta e meia recorre a grandes bancos para ajudá-lo a apagar incêndios e financiar instituições em dificuldades. E essa ajuda minimiza ainda mais seus riscos. Como é que o BC vai permitir que instituições que cumprem papel institucional de auxiliares da autoridade monetária morram com “micos” de estaduais na mão?

Todos esses elementos têm de ser levados em conta para que a CPI não signifique apenas catarse ou plataforma eleitoral de candidatos. Mas que contribua para mudanças estruturais no mercado brasileiro.

## 05/03/97 O mercado dos títulos estaduais

Nos últimos dias, a coluna procurou trazer os argumentos de todas as partes para uma melhor compreensão do processo dos precatórios.

Salta à vista que havia um mal de origem na emissão de títulos estaduais: a falta de um sistema de leilões para a venda primária dos papéis, que permitisse transparência na formação de preços.

Todos os problemas decorrem desse pecado original.

É impossível dizer que os bancos perderam comprando os papéis, ou transferiram o prejuízo para seus fundos, pela singela razão de que os fundos que aplicaram em estaduais estão entre os mais rentáveis do mercado. Ou seja, os cotistas foram mais beneficiados do que aqueles bancos que agiram com conservadorismo.

Poderiam ter ganhado mais se tivessem adquirido o papel na emissão. Por que não o fizeram?

Os Estados alegam que anunciaram a venda primária de papéis e não apareceram compradores. As instituições alegam que os sistemas de colocação são precários e os anúncios são feitos de afogadilho, não havendo plena divulgação do produto.

Quem é que tem razão?

Recentemente, a Casas Bahia lançou US\$ 200 milhões em debêntures. Para colocar o papel, seus diretores fizeram “road show”, visitaram instituições, debateram seus balanços e venderam seu peixe. O papel foi colocado sem dificuldades, por bom preço.

Na venda de estatais, esse mesmo processo é repetido nas principais praças internacionais.

Sem preparação

No caso dos Estados, havia emissões de valores muito maiores, mas sem nenhum esquema de venda prévia do papel.

No caso de São Paulo conforme relatou um banco, para obter informações sobre o fluxo de receita da cidade os analistas precisaram recorrer aos vereadores do PT.

Era justamente essa divulgação prévia que deveria despertar o interesse do mercado pelo papel, conferindo a liquidez necessária para que não ocorresse distorção de preços e para que os Estados pudessem ganhar mais.

Por que não foi feito?

A corretora Vetor segundo declarações de seu sócio Fábio Nahoun à coluna ganhou direito à colocação integral dos títulos de Pernambuco e a um terço dos títulos de Santa Catarina.

Como ambos os Estados poderiam dar essa garantia, se a venda primária tinha que ser pública, se os títulos tinham que ser anunciados ao mercado, e os compradores poderiam apresentar suas propostas?

Porque tinham certeza, mesmo antes do lançamento, que não apareceriam compradores. É a única explicação. Se não, como garantir a colocação?

Os títulos eram jogados no mercado sem preparação prévia e, depois de algumas voltas, entravam no circuito normal.

A partir daí, os preços caíam, mas ainda a ponto de, na hora da venda final, serem os títulos mais rentáveis do pedaço.

De qualquer modo, o que importa na questão é a definição clara de regras daqui para a frente, que mate de vez por todas essas distorções.

“Esquenta-esfria”

A maior contribuição da CPI foi ter trazido à tona, definitivamente, a questão das operações de esquentamento de dinheiro no mercado \_denominadas de “esquenta-esfria”.

Não há mais desculpas para o Banco Central não controlar esse mercado. A extrema liberalidade, especialmente com as contas CC5, transformou o Brasil em um imenso Paraguai.

As CC5 têm de ser mantidas, mas limitadas geograficamente a uma ou duas grandes cidades, para permitir a fiscalização.

Paraguai

A propósito do Paraguai, em dezembro o terceiro maior movimento no mercado flutuante de dólares foi de uma certa corretora Araucária, com sede em Curitiba \_logo após o Banco do Brasil e o Bamerindus.

É a única instituição privada autorizada pelo BC a operar em Ciudad del Este, na divisa com o Brasil \_trazendo os reais que são deixados lá por brasileiro e convertendo pelo flutuante.

Seu movimento diário é da ordem de US\$ 50 milhões \_contra apenas US\$ 1 milhão do BB. O movimento do BB não é maior porque o banco teme ser utilizado para processos de lavagem de dinheiro.

Outras instituições privadas tentaram, mas não conseguiram entrar nesse mercado.

## 07/03/97 Tornar-se um imenso Paraguai

Este país ainda vai cumprir seu ideal de se transformar em um imenso Paraguai. A principal contribuição da CPI dos precatórios será impedir esse duvidoso momento de glória e obrigar o Banco Central a, definitivamente, encarar essa questão das operações de esquentar dinheiro no mercado.

O sistema financeiro tende a desempenhar papel cada vez mais relevante na vida nacional. Por isso mesmo, chegou a hora de expurgar o Grand Cayman existente nele.

Com certo cinismo, é possível admitir-se certa permissividade no mercado, alguma zona cinzenta, necessária para a fluidez do dinheiro. No Brasil, a permissividade foi longe demais. É a existência desse mercado nebuloso que facilita os esquemas de caixinhas, propinas e corrupção no setor público e privado e as fraudes variadas contra o Fisco.

Abertura, desregulamentação, tudo isso exige o aprimoramento dos processos fiscalizadores, especialmente tendo em vista os notáveis avanços da informática.

Mesmo assim, o BC não movimentou uma palha em direção ao aprimoramento dos mecanismos de fiscalização.

Não dá mais para empurrar com a barriga.

Três pontas

Se se quiser um sistema financeiro efetivamente moderno, que iniba esse tipo de operação, vai-se ter que atuar decisivamente em três frentes:

Frente 1: Contas CC-5.

São as contas pelas quais não-residentes podem movimentar recursos em dólares no Brasil. É instrumento relevante, mas que precisa de controles. Nos Estados Unidos, apenas as agências bancárias da cidade de Nova York estão autorizadas a movimentar contas CC5.

Aqui, qualquer agência, em qualquer ponto do país, está habilitada a operar. E com plena liberdade, porque não existe fiscalização que dê conta de todo território nacional.

2) Operações no Cetip.

Há dois sistemas eletrônicos de negociação de títulos: o Selic (onde são negociados títulos federais) e o Cetip (que negocia títulos privados, mais títulos de Estados e municípios).

No Selic há comandos que avisam o BC, sempre que uma operação foge do padrão normal. Esse sistema jamais foi implantado no Cetip, porque o BC entendeu que não deveria intervir em sistema privado.

3) Operações de futuro.

Os mercados futuros (pelos quais negociam-se títulos e mercadorias para entrega futura) terão papel cada vez mais relevante na economia brasileira.

Mas hoje há um amplo descontrole. Cada dia inventam-se novas operações, mercados sem liquidez, que se prestam para operações que permitem fabricar lucros e prejuízos.

Requião e Amin

Os senadores Roberto Requião e Espiridião Amin entram em contato com a coluna, para reconhecer o trabalho de entender e explicar a complexidade do tema dos precatórios.

Amin se desculpa por críticas formuladas quando saíram as primeiras colunas expondo os argumentos de um dos acusados, Fábio Nahoun, da corretora Vetor.

Só quando saíram os artigos seguintes identificando os pontos inconsistentes no depoimento de Nahoun Amin diz ter dado conta de que a coluna praticava algo básico em qualquer ambiente democrático: o exercício do contraditório, de ouvir todos os lados, antes de formular julgamentos.

A coluna não tinha sido informada das críticas de Amin. Mas agradece sua reconsideração.

## 09/03/97 A CPI e os dentes do tigre

Na terça-feira passada, os telefonemas dos senadores Esperidião Amin e Roberto Requião me surpreenderam. Até então, pensava que a CPI queria me convocar para ajudar na elucidação de dúvidas sobre mecanismos financeiros do precatório.

As ligações me alertaram para o fato de que eu havia sido convocado como represália, porque cometera a extrema ousadia de dar a palavra a um suspeito.

No telefonema, os senadores já estavam corteses. Tinham mudado de opinião porque, entre a decisão de convocar e o anúncio, saíram duas outras colunas minhas questionando pontos apresentados pelos suspeitos. Só por isso.

Substituímos a ditadura institucional por outras formas de ditadura, onde a norma geral é a descrença nos mecanismos democráticos. Manteve-se o regime de exceção.

Criticava-se a morosidade do Judiciário e a falta de punição dos réus. Foi esse clima que levou, a partir dos anos 90, imprensa e Congresso a tentarem fazer justiça com as próprias mãos, a serem rápidos e punitivos.

Para tanto, aboliram-se procedimentos morosos, porém essenciais para se fazer justiça, como o contraditório ouvir os argumentos de todas as partes e a análise criteriosa dos fatos. A sombra da inquisição mais uma vez abateu-se sobre o país.

Conseguiu-se mais justiça com isso?

Escola Base, Alceney Guerra, Bar Bodega, Clínica Santé, caso Osmar Santos, caso Agroceres, todos demonstram que substituiu-se a morosidade pelos procedimentos liminares. E produziu-se mais injustiça ainda.

Escabrosos

O caso dos precatórios é a repetição pela undécima vez desses procedimentos.

É evidente que há sinais vigorosos de montagem de quadrilhas e de possibilidades de ganhos indevidos com os precatórios.

A partir dessa constatação inicial, contudo, jogou-se tudo no mesmo balaio. As execuções estão ocorrendo diuturnamente, com uma leviandade de dar medo.

Tudo passa a ser escabroso, tétrico, conspiratório. Se se descobre um flat em nome de um suspeito, tem de ser o flat onde se articulavam à sorrelfa os grandes golpes \_ não pode ser um flat normal.

É um clima horroroso e de pouca qualidade que coloca a mídia, como um todo, nas mãos do primeiro manipulador que tenha a oferecer esse alimento incomparável: o escândalo.

É evidente que existem trambiqueiros e corruptos no processo. Mas quem? Onde as provas? Ainda vão aparecer. Mas não se execute, antes de dispor de certezas.

Cria-se na opinião pública a falsa impressão de que todos são culpados. Mais adiante, desmoraliza-se a Justiça quando ela, com base nos autos, inocentá-los.

Cadáveres políticos



Há três cadáveres políticos nessa CPI \_que provavelmente ainda não se deram conta disso. São os três mais bravos inquisidores \_senadores Esperidião Amin, Wilson Kleinubing e Roberto Requião.

Os três descobriram que o tigre da mídia gosta da carne fresca do escândalo e o estão alimentando diariamente.

Quando a CPI dos Precatórios tiver esgotado seu estoque de escândalos, o animal feroz continuará faminto. E não haverá escândalo melhor do que descobrir escândalo nos próprios inquisidores. Estão aí o ex-deputado Ibsen Pinheiro e o ex-senador Bisol para confirmar.

Há um dossiê contra o senador Wilson Kleinubing preparado pelo governo de Santa Catarina; um contra Roberto Requião, distribuído tempos atrás para a imprensa por seu arquiinimigo Hélio Duque; um contra Esperidião Amin, mencionado tempos atrás em um programa de TV por um ex-presidente da OAB leviano.

Os três estão guardados no armário dos jornais, porque ainda não são a bola da vez. Quando a CPI deixar de fornecer carne fresca para a fera, aí sim o tigre vai abrir a bocarra à sua frente. E, a exemplo do que sucede hoje com seus adversários, não terão a quem recorrer.

Não se saberá se eram inocentes ou culpados das acusações. E também não terá a menor importância. Porque o que interessa, apenas, é a carne fresca do escândalo.

## 12/03/97 A estrutura da Cetip

Uma das peças-chave para entender a movimentação dos títulos municipais e estaduais é a Cetip (Central de Custódia Financeira de Títulos).

Trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem como sócios mais de 700 instituições do mercado financeiro.

Sua função é a de gerenciar eletronicamente as transações de todos os títulos no mercado financeiro, excetuando os títulos federais.

Isto é feito por meio de um sistema de computação, com características muito semelhantes às do Selic \_o sistema informatizado do Banco Central que registra transações com títulos federais.

O modelo é simples. A instituição solicita registro no sistema de seus CDBs, CDIs (títulos que servem para negociações exclusivamente entre instituições financeiras), debêntures, papéis estaduais e municipais. A Cetip confere se os títulos existem e procede ao registro.

A partir desse momento, todas as operações com esses papéis passam a ser monitoradas eletronicamente pelo sistema, que cuida das transferências entre vendedores e da liquidação financeira.

Hoje em dia, o sistema movimenta, em média, R\$ 12 bilhões por dia em CDIs (títulos que são utilizados nas negociações entre instituições financeiras) e R\$ 440 milhões em CDBs, fora debêntures.

Estaduais e Selic

Ao contrário do que a coluna afirmou na segunda-feira, por determinação do Banco Central, desde janeiro de 1992 os títulos estaduais e municipais só podem operar por meio da Cetip.

Na ocasião, Estados e municípios estavam sacando dinheiro bloqueado, o que aumentava a liquidez do mercado.

No Selic, as operações são fechadas e o dinheiro é transferido de um banco para outro no mesmo dia. Na Cetip, só no dia seguinte, o que permitia ao BC ficar sabendo, com um dia de antecedência, qual seria o impacto dos saques sobre a base monetária. E também prevenia problemas com instituições financeiras.

Preocupada com as críticas formuladas por fontes do mercado por intermédio da coluna, a Cetip informa que dispõe de todos os controles para monitorar os títulos negociados desde a sua criação, há 11 anos.

No final de cada dia, o BC tem à sua disposição os registros. E a própria Cetip faz um trabalho de identificação daquelas operações que fogem da normalidade, que são colocadas de lado para que as anomalias sejam investigadas.

Havendo confirmação da irregularidade, a central imediatamente alerta a fiscalização do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na sua opinião, o que leva instituições a insistir em operações irregulares é a certeza da impunidade, porque os registros permanecem guardados.

Mesmo assim, a Cetip reconhece que há muito a avançar. Tanto que contratou os serviços da Booz Allen e da Tibico (empresa do vale do Silício) para reestruturar seu sistema \_um investimento de US\$ 12 milhões que permitirá integrar os 16 sistemas que hoje operam de maneira independente.

#### Problemas com estaduais

No caso dos títulos estaduais e municipais segundo a Cetip, há dois problemas de controles que ainda não foram acertados.

O primeiro, o fato de não se exigir leilão dos títulos \_a exemplo do que ocorre com os federais. Seria muito simples a Cetip implantar o sistema de leilões. Bastaria simplesmente copiar o sistema existente na Selic. Mas a central reconhece que nunca houve interesse maior, nem do mercado nem de Estados, em regularizar a operação.

Decorre daí a maior parte das distorções. O Senado aprova a emissão dos títulos e comunica ao BC. O BC emite uma carta de autorização de depósito à Cetip, pela qual o fundo de liquidez do Estado fica autorizado a registrar os títulos na Cetip.

Como não há leilão eletrônico, na maioria das vezes os Estados já vêm com ordens de transferência dos títulos para terceiros.

Há casos de títulos que simplesmente são entregues a credores em dação de pagamento, sem que se tenha o registro do preço inicial. Só então o mercado passa a acompanhar as cotações do título.

O segundo problema é que o sistema não permite acompanhar operações entre instituições e seus próprios clientes \_porque são operações que não impactam as reservas bancárias (isto é, não implicam a transferência de reservas de uma instituição para outra).

## 13/03/97 Como se fabrica um escândalo

Ontem, o relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião, efetuou descobertas extraordinárias: as vinculações na imprensa com o esquema dos precatórios.

É um episódio exemplar para mostrar como se fabrica um escândalo para se atingir desafetos.

O interventor do Banco Central no Vetor localizou proposta de uma assessoria de imprensa de São Paulo a ADS Assessoria de Comunicações Ltda. oferecendo seus trabalhos.

A assessoria oferecia possibilidade de contatos com parlamentares e jornalistas em São Paulo e Rio, e um trabalho de assessoria governamental em Brasília, que “será realizado pelos dois mais influentes e relacionados jornalistas que cobrem a Câmara e o Senado Federal”.

No final, propunha que “caso nosso trabalho consiga neutralizar a Comissão ou prolongar suas atividades para não resultar em nada, ou, ainda, inocentar completamente a empresa de S.Sa. faremos jus a um ‘success fee’ de R\$ 120 mil”.

Enfim, uma típica assessoria de imprensa que procurou arrancar grana a mais dos incautos com uma picaretagem: ganharia dinheiro se a CPI não chegasse a lugar nenhum \_algo sobre o qual ela não tinha o menor controle.

Os critérios da CPI

Recebendo a carta do interventor, à meia-noite de segunda-feira, Requião procurou uma jornalista de Brasília, e lhe ofereceu exclusividade na matéria, se ela ajudasse a apurar as informações.

Perguntou quem seriam os tais “dois dos mais influentes jornalistas do Congresso”. A jornalista não sabia, mas começou a fazer conjeturas em voz alta, sem nenhuma ilação com irregularidades. Podia ser o Fernando Lemos, ou Beltrano, ou Sicrano.

No dia seguinte, a jornalista soube pela ADS que um dos jornalistas em questão era Joaquim Nogares, repórter que trabalhou em “O Globo”. Nogares havia levado o pessoal do Vetor para conversar com o “Correio Braziliense” e a sucursal de “O Globo”. Em suma, um trabalho de assessoria convencional e explícito, já que ele não trabalha mais na imprensa.

Falta de equilíbrio

Com base nesses fatos, o senador Roberto Requião foi ao Senado e deitou e rolou. Fez ilações entre o “esquema da ADS” e críticas que andou recebendo nos últimos dias por seu destempero e falta de equilíbrio.

Mencionou nominalmente respeitado jornalista, que escreveu artigo com críticas para o “Observatório de Imprensa”. E aproveitou para fazer insinuações sem mencionar o nome contra o jornalista econômico que o havia criticado recentemente: no caso, eu.

O discurso de Requião foi apoiado pelos senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy \_que declarou que a carta demonstrava que pessoas profissionalmente pagas para implodir a CPI estariam por trás de algumas matérias que saíram na imprensa.

Indaguei do senador Suplicy que matérias seriam essas. Uma, era a matéria de uma revista semanal, dizendo que a CPI terminaria em pizza. Outra, o editorial de um dos maiores jornais brasileiros, com críticas aos exageros de Requião.

Tudo isso teria sido possível graças ao contrato firmado entre um banco de terceira, o Vetor, e uma assessoria picareta de São Paulo \_uma extraordinária demonstração de discernimento da parte de nossos senadores.

#### Tergiversações

À noite, a informação de que Fernando Lemos era o jornalista em questão estava na televisão e nos jornais, como se fosse verdade acabada. Da mesma maneira que outras informações levantadas preliminarmente pela jornalista.

Na manhã de ontem, Requião ligou para a jornalista. Ela lhe cobrou duramente o fato de ter espalhado conjeturas como se fossem informações acabadas. Requião tergiversou. Disse que o senador José Serra é que tinha descoberto as mesmas coisas e andava espalhando para a imprensa.

A jornalista foi incisiva. Disse para Requião que os colegas já a haviam informado de que ele era o autor dos boatos.

Ou seja, Requião manipulou informações, utilizou-as de maneira incompleta, valeu-se de generalizações, com o fito de atingir pessoas que o criticaram nos últimos dias. Algo tão irresponsável como dizer que o jornalista que criticou o Banco Central por ter vazado material contra Celso Pitta, às vésperas das eleições, estava a soldo de Maluf.

Era justamente sobre essa maneira de manipular as informações que a coluna de domingo procurou alertar. Agora, está aí a prova acabada.

## 14/03/97 A palavra do filho

A coluna recebeu carta do sr. Fabiano Cheferrino Barreto Nahoum, filho de um dos principais acusados pela CPI, Fábio Nahoum, da corretora Vetor.

Continuo afirmando que, até agora, não disponho de elementos para assegurar se Nahoum é inocente; nem para garantir que seja culpado de tudo que lhe atribuem.

Mas não serão patrulhamentos primários como os do senador Roberto Requião que desviarão a coluna de sua linha permanente, de dar a palavra a quem não tem espaço para se defender.

Fiz isso com o caso Escola Base, Clínica Santé, Osmar Santos, Alcení Guerra, Adib Jatene, com os petroleiros e continuarei fazendo sempre que me deparar com vítimas de linchamentos públicos \_a não ser que desista de vez de praticar jornalismo.

E é em nome desse princípio que reproduzo a carta recebida:

“Caro Sr. Luís Nassif:

“É difícil lhe escrever esta mensagem sem ter na cabeça o ‘chapéu’ de filho de um dos investigados na CPI dos títulos públicos.

“Fábio Nahoum é meu pai. É também um homem de quem muito me orgulho, principalmente pelos seus princípios, caráter e palavra.

“Tomei a decisão de lhe escrever após ler seu artigo ‘A CPI e os dentes do tigre’.

“No momento em que sentimos na pele a sanha devastadora da imprensa, poderia ser fácil enxergar sua coluna apenas como um balsâmico apoio à nossa defesa.

“Mas é aqui que quero tirar aquele ‘chapéu’ e colocar outro: o de brasileiro, espectador dos acontecimentos de nosso dia-a-dia. E é nessa condição que gostaria de parabenizá-lo por sua isenção.

“Acredite, sei que não é fácil levantar ou respaldar uma questão que contrarie um consenso já formado pela maciça maioria da mídia. E acho que o motivo pelo qual devo parabenizá-lo é, de fato, por ter o sr. tido coragem e clareza ao fazê-lo: primeiro, ao dar espaço para que um homem atacado pudesse ao menos ser ouvido; segundo, ao conseguir enxergar com clareza dentre a nuvem de meias-verdades levantadas pelos senadores-inquisidores.

“Acredito que nunca mais vou ler um jornal da mesma forma como fazia antes de tudo isso começar. Estou absolutamente chocado com a leviandade, ganância, ignorância e parcialidade. Houve mesmo ocasiões em que meu pai foi chantageado (não há outra palavra) a conceder uma entrevista, sob pena de, caso contrário, o jornalista fazer, conscientemente, a divulgação de inverdades.

“Pelo que venho acompanhando em sua coluna, tenho certeza de que não conseguirão intimidá-lo nesta sua busca, quase que particular, pela verdade.

“De qualquer forma, desejo-lhe de coração e, à parte meu interesse pessoal neste assunto, todo o sucesso em sua carreira.

“A verdade é tão simples que não deleita: são os erros e ficções que, pela sua variedade, nos encantam.” Marques de Maricá, Máximas.

### Jornalismo

Repito: não sei ainda onde está a verdade da CPI, nem mesmo sei se Nahoum é culpado ou inocente. Também discordo das generalizações: há jornais e jornalistas empenhados em remar contra a síndrome do escândalo.

Mas tenho certeza sobre onde está a verdade no jornalismo: na defesa permanente do direito de todos os acusados se fazerem ouvir, na defesa intransigente dos direitos individuais, seja do inocente ou do culpado.

É isso que confere dignidade à nossa profissão e nos ajuda a tornar o mundo um pouco melhor.

## 16/03/97 A pantomima da TV Senado

O show foi armado para ser visto pelo país inteiro. Pela primeira vez uma CPI era transmitida ao vivo e em cores, sem corte para os comerciais, pela TV Senado.

Na cadeira de réus estava Fábio Nahoum, do Banco Vetor, apontado por senadores da CPI dos precatórios como o principal suspeito das irregularidades cometidas.

Ao final de seis horas de julgamento, a reportagem da competente Vera Brandimarte, no “Jornal do Brasil”, era clara. “Nahoum vence despreparo dos senadores”, foi o título.

Tendo o poder de levantar contas telefônicas, atropelar normas de sigilo bancário, devassar a vida de qualquer acusado, investigar no Brasil e no exterior, os senadores simplesmente não se prepararam para o embate.

O relator Roberto Requião não dispunha nem sequer de um relatório organizando os principais pontos de dúvidas para, em torno deles, juntar provas e argumentos e identificar eventuais inconsistências no depoimento do acusado.

Recorria, então, a estratégias que depreciavam a casa para garantir o papel principal no show da TV Senado.

Perguntou se o acusado tinha conta em banco do exterior. A resposta foi negativa. O senador brandiu, então, trecho de uma carta, encontrada entre os papéis pessoais de Nahoum, que continha os dados incriminadores: “A minha conta no Nations Bank de Houston é a seguinte...” Não mostrou o restante da carta.

O restante da carta era o seguinte: “Querido Fábio, como expliquei a você pelo telefone, vou pedir à Margarita uma cópia certificada do testamento do Bavaro e da certidão de óbito, para poder resolver o problema do telefone. Você não acha que seria melhor vender de uma vez essa linha? A minha conta no Nations Bank de Houston é a seguinte (...) Depois de ter pagado ao José Carlos, por favor, mande o que sobrar de dinheiro para essa conta (...) Beijos para todo mundo e tudo de bom, Magda”. A conta era de Magda Fanni de Torelli, irmã do acusado, morando há 25 anos no México.

Assessor em férias

Internamente, o Senado vivia um drama banal. Dentre o exército de assessores parlamentares pagos com dinheiro público há um único técnico especialista na matéria. Mas estava com férias vencidas e julgou por bem gozá-las em pleno transcurso da CPI. E o Senado ficou a pé.

Mas não tinha a menor importância, porque no tapetão de alguns jornais o resultado do jogo já estava assegurado.

Para um diário carioca, “a CPI conclui que o cérebro do esquema foi Nahoum” \_conforme chamada da primeira página. A conclusão se baseava em uma única informação: segundo o senador Wilson Kleinubing, as vendas de papéis de Santa Catarina pelo Vetor passavam, antes, pela IBF (a lavanderia de dinheiro frio do esquema).

A reportagem não narrava a resposta do acusado, possivelmente para não atrapalhar a conclusão. Resposta: “Fiquei incumbido de colocar R\$ 200 milhões dos R\$ 600 milhões emitidos pelo governo de Santa Catarina. Da minha parte, nenhum papel foi adquirido



pela IBF. Mas dei sorte porque, ao colocar o papel à venda no mercado secundário, não tem como a gente impedir ninguém de comprar”.

Terno criminoso

Os demais elementos de convicção acerca da culpa do Vetor dão uma pequena amostra do tipo de produto que está sendo oferecido pelos nobres setoristas da CPI ao distinto público.

Para um jornal da grande imprensa, a prova da culpa era que, “enquanto Wagner (o outro suspeito) falava de forma direta e coloquial, nervoso e constrangido, Nahoum media as palavras para responder aos senadores”.

Em outro jornal, um senador constatava, em “off”, que “bastava olhar para o terno de um e do outro para vermos que Nahoum é o grande bandido”. A um diário econômico, o senador Roberto Requião declarava: “não acredito em inocência de banqueiro e não tenho receio de ser chamado de precipitado”.

Um dia antes, o mesmo grande diário carioca havia dado manchete de seis colunas com a relevante informação de que a Polícia Federal tinha localizado provas da conexão entre a ADS, assessoria empresarial, e o Banco Vetor: contas telefônicas, que provavam que eles se falavam pelo telefone. Furo seria se eles se comunicassem por meio de tambor ou pombo-correio.

O resultado é que toda essa pantomima não valerá um tostão furado em um tribunal. Se Nahoum efetivamente for culpado, terá direito a uma indenização monumental pelo fechamento do seu banco, brandindo como prova seu próprio depoimento na CPI. Mas não haverá dinheiro ou aumento de tiragem que pague essa rotunda demonstração de falta de qualidade jornalística na cobertura.

## 17/03/97 A CPI, o Latininho e a mídia

A CPI dos Precatórios tem tudo para se transformar em divisor de águas para o mercado financeiro, para o Senado e para a imprensa \_desde que todas as partes saibam agir com competência e critério.

Para o mercado, ao obrigar definitivamente o Ministério da Fazenda, a Receita Federal e o Banco Central a enfrentar problemas que vêm se arrastando há tempos \_como os limites do sigilo bancário, operações fiscais em mercados futuros e por intermédio das contas CC-5, a insuficiência da fiscalização do BC e a falta de regulação nas negociações com títulos públicos.

Para o Senado, ao demonstrar a necessidade urgente de a Casa disciplinar os processos de endividamento das unidades federativas e de se aparelhar para melhor cumprir suas funções constitucionais.

O despreparo da Casa para tratar com temas complexos mostra que os cargos de assessores parlamentares têm sido utilizados muito mais para abrigar cabos eleitorais e parentes do que técnicos especializados.

### Momento de reflexão

Para a imprensa, é o momento essencial para uma ampla reflexão sobre a questão da qualidade jornalística.

A imprensa tem papel institucional da maior importância dentro da vida de um país. Serve não apenas como fiscal de atos públicos e desaguadouro de reivindicações de setores da sociedade, mas principalmente como instrumento central de organização de idéias e de auxílio no diagnóstico dos grandes temas nacionais.

O episódio dos precatórios é tipicamente uma questão complexa, na qual se somam technicalidades com um enorme volume de informações soltas pelo ar e tratadas de maneira preguiçosa e superficial.

A opinião pública já evoluiu o suficiente para exigir qualidade na cobertura da imprensa, e não o exercício inconseqüente da catarse, os tiros disparados a esmo, as acusações sem fundamento, a supervalorização de aspectos irrelevantes.

### Busca da qualidade

Esse tipo de procedimento pode impressionar o público mais primário \_da mesma maneira que o Latininho, o anão que se apresentou em um programa da TV Globo. Mas não pode, definitivamente, ser uma tendência geral; ainda mais na mídia impressa, que, por suas próprias características, tem de ser mais analítica e fundamentada.

No caso da TV Globo, no dia seguinte ao evento Latininho, o diretor Bonifácio de Oliveira deu ordens expressas para que não se repetisse o episódio.

É necessário que esse espírito se consolide no jornalismo. Temos de partir decisivamente para uma luta geral contra a má qualidade e os Latininhos que pululam nos noticiários. Há a necessidade de uma frente ampla contra o sensacionalismo barato, o desrespeito aos direitos de terceiros, as ofensas gratuitas, a preguiça de entender e explicar temas complexos.

## Jornalismo torto

Nos últimos anos vigorou um modelo de jornalismo torto e superficial, no qual o sucesso profissional dependia da capacidade do jornalista de fuzilar pessoas, de praticar a intriga, de se comportar como Deus.

Apuro técnico, esforço em entender temas complexos, aprofundamento da reportagem, paciência de esperar pelo tema relevante e não sair fazendo carnaval em cima de qualquer bobagem, tudo foi deixado de lado.

É momento de rever esses valores e de a nova geração, que está entrando nas redações, ser pautada por critérios de ética e de qualidade \_à altura do novo país, moderno, que a própria imprensa não se cansa de incensar.

A imprensa vai encontrar o caminho da qualidade quando amadorismos, falsas denúncias, falsas ênfases e informações incorretas passarem a ser elementos centrais na avaliação da carreira do jornalista. E quando se romper esse pacto de mediocridade pelo qual todos os jornais têm de se comportar da mesma maneira em relação aos fatos \_para não serem furados ou para não remarem contra a maré.

Principalmente quando, jornais e jornalistas, nos dermos conta de que, mais do que a cobertura de um fato, estamos ajudando a moldar o próprio caráter nacional.

E esse caráter tem de se pautar pelo respeito aos direitos individuais, pela capacidade de ouvir todos os lados antes de firmar o julgamento e, só depois disso, pela intransigência em exigir as punições.

## 18/03/97 Roteiro para as investigações

Para a CPI dos Precatórios não terminar em pizza, há a necessidade de duas providências urgentes.

A primeira é os senadores mudarem seus métodos de investigação. A discricção não deve ser apenas um estilo a ser cultivado pelo Senado, mas norma básica de prudência nas investigações, justamente para não alertar fraudadores e permitir-lhes sumir com as provas.

A segunda é organizar o foco das investigações, para não se perder nos detalhes.

A investigação deve responder prioritariamente às seguintes questões:

1) Autorização do Senado para a emissão dos títulos com base nos precatórios.

A indústria do precatório surgiu a partir do momento em que o Senado descumpriu a Constituição, ao incluir nos valores a ser autorizados ações ajuizadas até a promulgação da Constituição, mas ainda não julgadas.

A investigação sobre a primeira autorização é fundamental, pois foi a partir daí que se consagrou a nova prática. Nas negociações seguintes, ou todos os Estados que tentaram se beneficiar da brecha aberta foram contemplados (o que demonstraria falta de zelo da parte dos senadores) ou apenas aqueles que dispunham de assessoria especial (o que configuraria tráfico de influência).

A imprensa prestaria grande serviço à CPI ajudando a esclarecer essas dúvidas.

2) Cálculo dos valores dos precatórios pelos governos de Estado e prefeituras.

Houve casos de valores que foram inflados pela aplicação de indexadores aceitos pelo Judiciário; e casos nos quais valores foram manipulados. No primeiro caso, trata-se de discussão de critérios; no segundo, de fraude.

Ponto relevante a ser apurado pela CPI e pela imprensa é acerca da suposta complexidade dos trabalhos de Wagner Ramos para justificar o recebimento de R\$ 22 milhões em honorários, pagos pelo Banco Vector.

Se foi mera atualização de valores, qualquer escritório estaria apto a fazer o trabalho por meros R\$ 50 mil. Então, o dinheiro dos intermediários fluiu por aí.

3) Contratação dos agentes financeiros e pagamento das comissões.

Para configurar irregularidade, é preciso demonstrar se as comissões pagas fugiram ou não aos padrões de mercado. Há inúmeras operações com debêntures, ou emissões de outros Estados, permitindo a comparação.

Outro ponto relevante a analisar é se havia necessidade efetiva de um agente financeiro intermediando a operação.

4) Utilização do dinheiro dos precatórios para fins indevidos.

A maneira legal de utilizar o dinheiro dos precatórios era emitir os títulos e colocá-los no mercado amarrados a uma programação de pagamento das dívidas.

Santa Catarina emitiu de uma vez o equivalente a todas as dívidas que seriam pagas em um prazo médio de quatro anos. Usou uma parte e ficou pagando juros sobre a restante, sem necessidade.

Depois, utilizou o dinheiro arrecadado para financiar seus próprios compradores. O governador e o secretário da Fazenda terão que explicar qual a lógica dessa operação.

Se governadores utilizaram o dinheiro para obras, não podem ser acusados de desonestos, em princípio. Mas cometeram crime contra a Constituição.

#### 5) Primeira colocação dos títulos no mercado.

Os títulos eram colocados mais baratos e chegavam ao final da linha mais caros. Em nenhum caso houve comprador no primeiro leilão. Os governadores alegam que havia conluio das grandes instituições para não comprarem o papel no leilão primário. As grandes instituições sustentam que os Estados não promoviam a divulgação devida dos lançamentos.

A CPI e a imprensa não terão dificuldades em analisar procedimentos e apontar quem não tem razão. Fábio Nahoum, do Vetor, e Solano Pereira, da Boa Safra, são peças-chave para entender essa parte do negócio.

#### 6) Processo de negociação no mercado secundário até chegar ao comprador final.

É nesse terreno nebuloso utilizado para lavagem de dinheiro que havia disponibilidade de recursos para a aquisição dos títulos estaduais. O desmantelamento desse esquema é mais relevante que a própria apuração dos precatórios em si \_que é apenas parte de um todo maior. A figura-chave dessa etapa é o mesmo Solano Pereira.

Detalhe: é nesse submundo que transitam os recursos das caixinhas políticas.

#### Alucinado

O episódio bisonho da manipulação da carta de uma irmã do dono do Banco Vetor, para passar a impressão de que ele possuía conta no exterior, foi do senador Vilson Kleinubing, e não do relator Roberto Requião, como informou a coluna de domingo.

## 19/03/97 A reprise das “Paulistinhas”

Em novembro de 1980, o escândalo financeiro do ano estourou na mesa de open da corretora Banespa. Dois funcionários de demitiram: o diretor de open da corretora, Roberto Rosenblat, e o chefe da mesa João Fernandes Neto, de apelido “Sombra”.

Há meses corriam rumores no mercado sobre operações pouco ortodoxas conduzidas por ambos, que provocavam prejuízo na corretora, e lucros substanciais para corretoras e distribuidoras envolvidas.

O esquema foi desvendado em reportagem do “Jornal da Tarde” de 12 de novembro de 1980 assinada por mim e levou ao desmantelamento do esquema e ao fechamento de mais de dez instituições envolvidas. Como funcionava a operação, segundo a matéria da época:

“Normalmente, uma instituição toma financiamento com outra por prazo determinado, e a juros prefixados, dando seus títulos como lastro. Na hora de contabilizar a operação, surge um problema contábil: as ORTNs têm correção monetária.

“Na hora de contabilizar a operação, como o papel serve apenas de lastro para o financiamento, costuma-se registrá-lo pelo valor de emissão (o valor inicial, antes de ser “engordado” pela correção monetária e pelos juros).

“O que João Fernandes Neto fazia era transformar essa operação em venda definitiva de títulos. Ao término da operação, a outra instituição acabava ficando com os títulos definitivamente, e com os juros e correção monetária acumulados desde que o papel foi emitido.

“Em uma das operações, o valor de emissão da ORTN era de Cr\$ 400,00; o valor de mercado era de Cr\$ 600,00. A distribuidora Abono, com quem Fernandes fechou o negócio, acabou ganhando Cr\$ 200,00 por ORTN adquirida. No total, o Banespa deixou de ganhar Cr\$ 23 milhões em uma operação, e Cr\$ 5 milhões na segunda.” Como se estava em plena vigência do regime militar, esses fatos não tiveram desdobramentos. Pegou-se apenas peixe miúdo.

Mesma operação

A rigor, foi o mesmo tipo de operação da qual o então secretário das Finanças do município, Celso Pitta, foi acusado no dossiê do Banco Central e, curiosamente, no dossiê distribuído à imprensa por seu próprio advogado, Saulo Ramos.

Detalhe: em 1980, segundo a mesma reportagem, o diretor de open da corretora Banespa Roberto Rosenblat tinha sido indicado para o cargo por Marco Antônio Michaluate, genro do então governador Paulo Maluf, e pessoa que cuidava do seu caixa de campanha.

Operadores

Ao longo das últimas décadas, desenvolveu-se no país uma modalidade profissional extremamente valorizada: a de operadores do Estado.

São eles que estabelecem as conexões entre membros do Executivo e esse mercado de dinheiro clandestino, onde se misturam recursos de caixa dois, dinheiro de subfaturamento, dinheiro de propinas e caixas de campanha.

Em geral, independem do político de plantão. Costumam transferir seu know-how para todo governador ou prefeito que se disponha a atendê-los. A operação mencionada é antiquíssima. Ocorreu no governo Maluf, no governo Quéricia (episódio Cecatto, também no Banespa) e, agora, aparentemente, na gestão de Pitta à frente da Secretaria das Finanças.

É esse o grande fio que inclui operadores de Estado, políticos e esquemas de dinheiro clandestino que a CPI terá que deslindar. Se os senadores deixarem de lado o sensacionalismo barato, o amadorismo reluzente nos interrogatórios (interrompendo declarações importantes com ofensas inconsequentes), a divulgação indiscriminada de provas (que ofende direitos constitucionais e permite aos suspeitos apagar os vestígios) e se dedicarem com afinco à tarefa de levantar dados e provas, comportando-se como magistrados e não como policiais, conseguirão prestar uma contribuição inédita ao país.

#### Mudanças

De domingo para cá, registraram-se mudanças não se sabe ainda se permanentes no comportamento até então inadequado de alguns senadores da CPI dos Precatórios.

No próprio domingo, o relator Roberto Requião anunciou a interrupção dos shows lamentáveis pela TV que não permitiram uma única prova conclusiva à CPI e o reforço do processo de investigação.

Na noite de segunda-feira, em entrevista ao programa “Roda Viva”, foi comedido em quase todos os momentos.

Não se cansou de defender o “contraditório” o princípio democrático de ouvir todas as partes, que a coluna procurou praticar, e que mereceu ataques dele próprio, e a necessidade de se levantar provas, antes de apontar os culpados. Espera-se que esse ataque de bom senso perdure até o final da CPI.

#### 21/03/97 A primeira peça do precatório

A grande pergunta dos senadores da CPI é: para onde foi o dinheiro do esquema dos precatórios?

A resposta está à vista, a partir da análise dos fatos divulgados até agora. Provavelmente o relator Roberto Requião poderia ter descoberto por seus próprios méritos, não estivesse tão preocupado em aparecer para os holofotes da mídia brandindo irrelevâncias ou meros rumores.

O dinheiro foi para a Split Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., de propriedade de Enrico Pacciotto \_ e reforça substancialmente as suspeitas de que o centro do esquema estava na Prefeitura de São Paulo. Os indícios apontam em direção ao ex-prefeito Paulo Maluf.

O quebra-cabeças é montado com as seguintes peças:

Primeira peça: o mapa das negociações dos títulos de Pernambuco.

De acordo com o mapa (publicado nos jornais de ontem):

os títulos saem do Fundo de Liquidez do Estado para o Banco Vetor;

Vetor vendeu para a Valor e ganhou R\$ 8,2 milhões;

Valor vendeu para a Olímpia e apurou R\$ 865,00;

Olímpia vendeu para o IBF Factoring e ganhou R\$ 1.374,00;

IBF vendeu para a Split e ganhou R\$ 40,8 milhões;

Split repassou para a Astra e levou R\$ 3.553,00;

Astra para a Paper, lucrando R\$ 42.910,00;

Paper para o Bradesco, ganhando R\$ 414.501,00.

Pelo relatório, portanto, o grosso do dinheiro ficou com o IBF. Mas não ficou.

Segunda peça: o depoimento da secretária e do boy da Split (jornais da semana passada).

No depoimento, ambos informaram que o IBF mandava cheques assinados em branco, que eram preenchidos no próprio escritório da Split \_caso típico de operação casada. O IBF recebia o dinheiro, mas automaticamente repassava para a Split.

O lucro apurado pela Split na venda dos títulos de Pernambuco desmonta a tese do Banco Vector, de que apenas contratou os técnicos da Prefeitura de São Paulo para cuidar do processo. A análise do mapa mostra que todo o esquema foi transportado para a nova operação.

Terceira peça: o esquema Pau Brasil, que arrecadava contribuições para a campanha política de Paulo Maluf.

Segundo informações publicadas ontem pela Folha, a Split era o doleiro do esquema Pau Brasil.

Quarta peça: a questão dos radares de trânsito para a Prefeitura de São Paulo.

A licitação foi vencida pela Engebrás, firma que pertence aos mesmos controladores da Split. Há denúncias variadas sobre a manipulação da licitação, inclusive em embargo solicitado por um dos concorrentes.

Nos últimos dias, o “Jornal da Tarde” tem divulgado reportagens acerca de um esquema da Engebrás que atuava em várias prefeituras de todo o país. Como esse projeto necessitava de investimentos pesados, pode ser que para lá tenham sido carreados os recursos arrecadados nas operações com os títulos estaduais.

Quinta peça (a investigar): as gentilezas da Prefeitura de São Paulo com prefeituras vizinhas.

As novas evidências conferem relevância à informação dada por Fábio Nahoum à coluna de que, antes de Pernambuco, os técnicos da prefeitura paulista tinham prestado assessoria de graça para uma série de prefeituras vizinhas, cumprindo ordens do prefeito Paulo Maluf \_que visaria, unicamente, fazer uma gentileza para conquistar as boas graças políticas dos prefeitos. Cabe à CPI parar de investigar pagamento de viagens turísticas, e centrar fogo na análise objetiva dos fatos aqui narrados



## 24/03/97 CPI, empreiteiras e meia pizza

A divulgação do mapa de venda de títulos do estado de Pernambuco muda substancialmente o eixo das investigações conduzidas pela CPI dos Precatórios. E deve levar as investigações para águas muito mais profundas: o das empreiteiras do setor público e dos grandes esquemas de arrecadação de fundos eleitorais.

Até então, a tese preferida (por ser mais cômoda) era a de que a operação foi articulada por um espertalhão de mercado, o Banco Vetor, que corrompeu alguns funcionários da Prefeitura de São Paulo, e se acumpliciou com dois ou três governadores estaduais e prefeitos.

Essa tese é desmontada pelo mapa de vendas dos títulos de Pernambuco. Ele comprova que o Vetor ganhou R\$ 8,2 milhões na comercialização dos títulos, mas o grosso do dinheiro, R\$ 40,8 milhões, foi para a Corretora Split—a mesma que atuou no Pau Brasil, o esquema de arrecadação de recursos para o então candidato Paulo Maluf (cujos financiadores são as mesmas empreiteiras que foram pagas pela Prefeitura com recursos advindos do lançamento desses títulos).

Até Pernambuco, apenas São Paulo conhecia esse tipo de operação, tendo-a estendido inclusive para sete prefeituras vizinhas. O Vetor só aparece quando as operações passam a ser realizadas fora do Estado de São Paulo.

Como o Vetor poderia ser o mentor de um esquema que começa antes de ele entrar e prossegue, incólume, depois que ele entra?

Juntando essas peças, é possível se chegar à seguinte hipótese de investigação, muito mais plausível: 1) A operação teria sido planejada em São Paulo, como maneira de arrecadar recursos para obras e para o financiamento de campanha eleitoral. Para viabilizar a operação, havia a necessidade de se criar um precedente no próprio Senado nacional (a permissão para incluir nos cálculos ações ajuizadas até a Constituição mas ainda não julgadas). O que foi feito através de uma interpretação torta da Constituição, pelo relator senador Gilberto Miranda.

2) Quem organizou a operação? Não se pode perder de vista que o setor com maior “tecnologia” de tratar com o Legislativo são as grandes empreiteiras—justamente as maiores beneficiadas pela operação, já que os recursos foram utilizados para pagamento por obras realizadas por elas na Prefeitura paulista.

3) Feita a emissão paulista, o mesmo esquema da Prefeitura decidiu levar a operação adiante. Num primeiro momento, a operação foi oferecida a sete cidades de São Paulo—de graça, segundo a versão dominante. Sem dispor de documentos, aposto um almoço de pizza como a comercialização desses papéis foi feita pelo mesmo esquema.

4) Para levar a operação para outros Estados, havia a necessidade de alguma instituição sem vinculações com a Prefeitura, que fizesse a venda e a corretagem da operação. Para isso é contratado o Banco Vetor, que já tinha experiência em operações de lançamentos de debêntures com algumas Estados.

5) Na primeira operação “terceirizada”, em Pernambuco, o esquema ganha R\$ 50,8 milhões—R\$ 10 milhões de participação na comissão do Vetor e R\$ 40,8 milhões que

passam pelo “laranja” IBF e vão parar no caixa da Split. Desconte-se desse valor, os poucos mais de R\$ 1 milhão que foram pagos a Wagner.

6) Em seguida, a operação é levada para Santa Catarina. Dos R\$ 600 milhões de títulos negociados, o Vektor é autorizado a vender R\$ 200 milhões e tirar seu lucro. Os R\$ 400 milhões restantes são negociados pelo próprio Estado e adquiridos pela mesma estrutura de intermediários do esquema dos precatórios. Hipótese provável.

Se essas informações estavam disponíveis, por que a CPI jamais considerou sequer essa linha de investigação? Desde o primeiro dia, vários senadores já trabalhavam com a hipótese Vektor—mesmo antes de as investigações terem caminhado e o Vektor ter sido ouvido.

É possível que seja apenas uma questão tática, como sugere o relator Requião. Mas se a idéia é levantar indícios e provas, antes de pegar os peixes graúdos, como se explica que essa linha de investigação não tenha sido aprofundada nos interrogatórios? É mais provável que tenha havido acordo político prévio da CPI, para não deixar as investigações avançarem além de certos limites. Primeiro, para convencer a bancada do PPB a aprovar a CPI, permitindo ao senador Espiridão Amin fuzilar seu inimigo político, governador Paulo Affonso, sem expor seu correligionário Paulo Maluf.

Mas, principalmente, para não se ter que ir ao cerne da questão política brasileira: esse enorme terreno movediço, não regulado, das relações entre empreiteiras, políticos, doleiros, algumas instituições de mercado e contraventores em geral.

É todo um sistema econômico e político que foi montado em torno desses esquemas, contaminando o Congresso, o mercado financeiro e a própria vida nacional.

Dinheiro da máfia do INSS, dos precatórios, das caixinhas políticas, das propinas pagas ao setor público, do tráfico, todos eles se encontram nos mesmos canais de distribuição. Aliás, seria covardia restringir esse episódio a Pau Brasil e Maluf. Esses esquemas perpassam todo o sistema político brasileiro.

Clareada a cena, não haverá mais como adiar esse difícil acerto de contas com o passado. Não é tarefa para uma coluna, sequer para um jornal. Será o grande desafio da nacionalidade, a ser encarado por todos as pessoas empenhadas em construir uma nação moderna e limpa.

Os próximos meses dirão se o Brasil já amadureceu o suficiente para encarar o grande desafio da modernidade. Ou se continuará aceitando passivamente a versão da meia pizza.

28/03/97 Wagner Ramos tratava com Maluf

Wagner Ramos, o cérebro do esquema dos precatórios, se vangloriava de despachar diretamente com o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf—e não com o Secretário das Finanças, Celso Pitta--, em assuntos referentes à questão dos precatórios. O próprio Maluf pagou transplante de rim de Ramos e colocou à sua disposição um jatinho, quando morreu seu (de Ramos) irmão, fora do estado de São Paulo.

Além disso, Ramos atribuiu ao senador Gilberto Miranda papel relevante na aprovação dos precatórios, elogiando a maneira habilidosa como conseguiu a aprovação do Senado.

Essas informações foram prestadas por Fábio Nahoum, do Banco Vektor, a dois senadores da CPI—Roberto Requião e José Serra—em encontro sigiloso ocorrido antes de ontem no apartamento do irmão de Requião.

O encontro foi presenciado pelo colunista e pela repórter Mônica Bérnago, da TV Bandeirantes.

Antes de se começar a conversa, a partir das condições propostas por Nahoum, todas as partes concordaram que as informações não seriam divulgadas. Serviriam para preservar a testemunha e orientar as investigações da CPI e as jornalísticas, permitindo encaixar as peças que faltam no quebra-cabeças.

Os jornalistas mantiveram sua palavra. O Senado, não, denotando que a questão ética é problema que atinge todos os setores da vida nacional. O vazamento foi providenciado pelo senador Wilson Kleinubing, de Santa Catarina, que não foi aceito ao encontro, ao jornal “O Globo”—de maneira incorreta e parcial--, a partir de relato de Requião.

Constatando que o vazamento sobre o restante da conversa era inevitável, ambos os jornalistas decidimos divulgar a versão correta do episódio.

Duas vertentes

Nahoum divide a questão dos precatórios em duas vertentes distintas. A primeira, é a tecnologia de conseguir aumentar o valor dos precatórios e obter a aprovação do Senado e do Banco Central. A segunda, a operação dos títulos no mercado financeiro.

A tecnologia dos precatórios era da prefeitura de São Paulo, de Wagner, que operava tratando diretamente com Maluf.

Nahoum foi alertado para ela quando sua mesa de operações lhe informou que apenas o município de São Paulo continuava colocando títulos no mercado, enquanto outros estados e prefeituras não conseguiam.

A partir desse dado, ele foi atrás de Wagner, que lhe contou da tentativa de levar a tecnologia para Alagoas, que fracassou justamente na segunda etapa: a colocação de títulos no mercado. Como—segundo Nahoum—Wagner não tinha nem conhecimento nem envergadura para levar a operação para outros Estados, aceitou a parceria com o Vektor.

A primeira operação foi acertada com Pernambuco.

Nas negociações, Nahoum preocupou-se com a possibilidade de perder tempo e dinheiro preparando a operação, e ela não ser aprovada no Senado. Segundo Nahoum, a resposta de Wagner foi: “Fique tranquilo, porque virou jurisprudência firmada”. Nahoum indagou como tinham conseguido. E Wagner: “O relator Gilberto Miranda foi muito hábil”.

Segundo Nahoum, o esquema político da prefeitura lucrava duas vezes. Uma, através do pagamento da comissão. A segunda—aí já é suposição sua—a partir de negociações com empreiteiras, já que o dinheiro arrecadado nas operações com outras prefeituras paulistas quase invariavelmente iam para pagar empreiteiras—e não precatórios.

Negociação financeira

A segunda parte do jogo era a negociação dos títulos no mercado financeiro—sob sua responsabilidade.

Nahoum diz que nessa etapa a prefeitura não tinha participação, nem ele. Diz que se limitava a fazer a primeira venda no mercado. Na conversa, tentou passar a responsabilidade pela montagem da “cadeia” de intermediários ao Bradesco e ao Banestado—maiores compradores de títulos.

Mas usou de dedução, não de informações. Ao contrário do que informou “O Globo”—a partir da versão de segunda mão do senador Kleinubing--, Nahoum jamais declarou ser “laranja” do Bradesco, ou mesmo dispor de informações sobre o caso. Montou essa linha de defesa a partir de deduções.

Foi-lhe lembrado o fato de as negociações começarem pelo Vetor e terem no caminho, como doleiro, o Split e como laranja o IBF—ligadas aos esquemas de arrecadação de campanha de Maluf desde o episódio Paubrasil. Nahoum garantiu ser mera coincidência.

Obviamente, essa tese faz parte de sua linha de defesa e terá que ser comprovada a partir do rastreamento das operações dos doleiros.

#### Caixinhas políticas

Durante a conversa, senadores e Nahoum chegaram à conclusão de que nesse esquema acabaram confluindo outras caixinhas políticas estaduais. Duas peças-chave seriam Fausto Solano Pereira, da corretora Boa Safra, e Mário Celso Petraglia, da Inepar, de Curitiba.

## 30/03/97 As informações de Nahoum

Para que não se avancem em especulações, é importante que se esclareça mais uma vez o conteúdo da conversa mantida por Fábio Nahoum com dois senadores da CPI dos Precatórios o relator Roberto Requião e José Serra e testemunhada por mim e pela jornalista Mônica Bérghamo, da TV Bandeirantes. No encontro, Nahoum dá informações e permite deduções.

Objetivamente, deu as seguintes informações:

- 1) Wagner Ramos se vangloriava com ele de despachar diretamente com o prefeito Paulo Maluf, inclusive em assuntos relacionados com os precatórios.
- 2) Ramos declarou a ele que o senador Gilberto Miranda foi muito habilidoso ao criar o precedente no Senado, que permitiu aumentar o valor dos precatórios para a emissão de dívida.

O nível de informações termina aí. Ramos podia estar mentindo? O próprio Nahoum pode estar mentindo? É aí que entra a investigação jornalística e da própria CPI.

Segue-se o nível das deduções.

Perguntado se considerava que Ramos negociava com Pitta, respondeu que achava que não. Disse que, pelas conversas de Wagner, deduzia que as negociações eram feitas diretamente com Maluf.

Indagado pelo senador Serra se daria essa declaração em juízo, Nahoum foi claro em dizer que não, que era apenas uma dedução e fez questão de enfatizar que, no âmbito da prefeitura, seu nível de conhecimento terminava em Wagner.

Nahoum deduziu que empreiteiros poderiam ter pago o esquema, nas cidades paulistas para as quais a operação foi oferecida, a partir da leitura do próprio depoimento do secretário das Finanças de Osasco à CPI, e não a partir de informações pessoais.

Em relação às negociações com títulos, insistiu que seu nível de informação terminava após a primeira venda de títulos.

Conexão paranaense

Ao contrário do que a coluna pode ter dado a entender, Nahoum não mencionou os personagens Fausto Solano Pereira, da corretora Boa Safra, e Mário Celso Petraglia, da Inepar, de Curitiba.

Eles foram citados pelo senador Requião. Nahoum limitou-se a demonstrar surpresa e alívio, por entender que Requião já dispunha de informações suficientes para perceber que ele, Nahoum, era um personagem menor da história.

Sua versão segue uma linha de defesa clara, que o situa exclusivamente como corretor de uma operação, que não sabia e nem tinha responsabilidade sobre o que acontecia antes ou depois.

Pode ser que, com o tempo, agregue mais informações. Na reunião, foi o máximo que avançou.

## 31/03/97 Estilos de jornalismo

Seria ridículo para o país e particularmente para a imprensa se, com a expectativa despertada na opinião pública, a CPI dos Precatórios passasse a provocar batalhas de ego entre jornalistas.

O ponto relevante da cobertura é a disputa entre estilos de fazer jornalismo. Não se tenha dúvidas de que a CPI dos Precatórios vai operar mudanças substanciais na forma de fazer jornalismo.

A certeza não advém do que é praticado hoje ainda há uma dose excessiva de irrelevâncias e desrespeitos, de vaidades feridas, mas da consciência sobre a necessidade da busca pela qualidade no jornalismo.

A cobertura do impeachment de Collor deu poder à imprensa, mas foi um mal para o bom jornalismo. Não havia nenhuma preocupação em desenvolver investigações paralelas, em elaborar raciocínios, em analisar outras hipóteses de investigação. Valia apenas o procedimento menor de puxar o saco do parlamentar que passasse informações e desancar o que passasse as informações para os concorrentes.

Em um determinado momento, os leitores amadureceram e jornais mais preocupados com a qualidade se deram conta da necessidade de dar o passo à frente, de trocar mão das manchetes irrelevantes e primárias pela cobertura mais sofisticada.

Mas havia sempre o receio de ultrapassar o Rubicão e perder para concorrentes que ficassem pé no estilo sensacionalista.

### Mudanças

A CPI deve resolver esse dilema. No início, houve e ainda há a repetição do processo usual de cobertura. E para quê? Muitas vezes, para apresentar uma cobertura do nível mental dessa pobre senadora gaúcha, que todo dia recebe listas de telefonemas (protegidas por sigilo constitucional) e repassa para a imprensa em bruto, ou do burocrata do Banco Central que falsifica cartas e confunde contas de juro e capital com senha para propina.

Há duas mudanças fundamentais em relação à cobertura do impeachment de Collor. A primeira é que hoje em dia há razoável consciência sobre o despropósito desse tipo de atitude. Na edição desta semana da “Carta Capital”, aliás, Bob Fernandes escreve um clássico sobre o festival de mesquinhas que circunda essas coberturas.

A segunda é que os jornais que estão conseguindo ultrapassar a síndrome do escândalo e passaram a estruturar sua cobertura em linhas de raciocínio estão obtendo melhores resultados do que os que não conseguiram se libertar dessas quizilas brasileiras.

A cobertura dessa CPI vai comprovar que é possível fazer jornalismo de qualidade e, ao mesmo tempo, competitivo, sem golpes baixos, sem atropelar direitos individuais, sem praticar o “pau-de-arara” e sem enganar os leitores com falsas ênfases.

E, principalmente, ouvindo todos os lados \_de Fábio Nahoum a Paulo Maluf.

### Esclarecendo

A nota oficial do banqueiro Fábio Nahoum não desmente nenhuma informação sobre a reunião veiculada na coluna ou na reportagem da jornalista Mônica Bérghamo, da TV

Bandeirantes \_tendo quatro pessoas como testemunhas, incluindo o relator da CPI, Roberto Requião.

O desmentido é para versões da reunião.

## 01/04/97 Os engodos de Maluf

Em sua entrevista a correspondentes brasileiros em Paris, com a esperteza que lhe é peculiar, o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, tenta passar duas mentiras e um engodo.

A primeira mentira, a de que eu teria afirmado que ele, Maluf, pagou despesas pessoais de Wagner Ramos. Quem afirmou foi o banqueiro Fábio Nahoum, a partir de conversas com o próprio Ramos.

A segunda, a de que Nahoum desmentiu a coluna. A nota de Nahoum desmentiu versões do encontro publicadas por outros órgãos de imprensa, não pela coluna.

O engodo é pensar que vai me constranger com uma ameaça de processo conduzido pelo advogado Saulo Ramos.

Por que centrou fogo na coluna? Porque, desde o começo, não aceitei a tese da meia pizza, de que um esquema que movimentou bilhões de dólares, se prevaleceu da situação de penúria de Estados quebrados e envolveu duas das mais poderosas instituições da República o Senado e o Banco Central tenha sido montado por um banco insignificante, com capital de apenas US\$ 6 milhões, e um grupo de funcionários de carreira da Prefeitura de São Paulo.

Na conversa, testemunhada por quatro pessoas, Nahoum declarou: 1) Wagner Ramos se vangloriava com ele de tratar diretamente com Paulo Maluf das negociações com outros Estados; 2) pelo que Wagner Ramos dava a entender, Celso Pitta estaria por fora dessas negociações.

São deduções feitas pela pessoa que estava na linha de frente das negociações com a prefeitura paulistana, relatando conversas que teria mantido com o próprio coordenador da dívida paulista.

As declarações foram reproduzidas com a cautela necessária, e são indícios importantes em qualquer investigação séria a respeito do tema.

### Evidências

O esquema dos precatórios consistia de duas frentes. A primeira, da montagem dos precatórios nos Estados. A segunda, a negociação dos títulos no mercado financeiro.

Pelo que foi apurado até agora:

- 1) a primeira frente montagem da operação técnica foi toda feita por técnicos da Secretaria das Finanças de São Paulo, usando telefones da secretaria e viajando quando deveriam estar trabalhando;
- 2) todos os contatos com o Banco Central eram realizados pelo sr. Pedro Neiva, funcionário da prefeitura e ex-colega de mercado tanto do prefeito Celso Pitta quanto de Fábio Nahoum. E que tinha tanta liberdade com o chefe a ponto de oferecer um carro alugado para ele;
- 3) a segunda frente terminava em um doleiro, a Split, com dois negócios explícitos com a prefeitura de São Paulo. O primeiro, como doleiro da operação Pau Brasil, esquema



de caixinha política do candidato Paulo Maluf. O segundo, como fornecedor de equipamentos, em uma licitação onde a prefeitura foi acusada de beneficiá-lo.

Não é tudo, mas não é pouco. A trama dos precatórios não vai ser deslindada a toques de mágica, com uma testemunha que aparecerá do nada e dará todas as provas requeridas. Vai ser montada peça a peça, com paciência e método, e principalmente não se caindo no engodo dos envolvidos, de jogar o foco das investigações para longe de si.

#### O encontro

O convite para um encontro reservado foi feito pelo próprio Requião a Nahoum, no mesmo dia em que o banqueiro foi depor na CPI. Nahoum recusou, julgando que a CPI já o tinha escolhido para bode expiatório. Mais tarde, aceitou comparecer se estivesse presente alguma pessoa sem posição preconcebida sobre a questão. Convidou-me por razões óbvias: mesmo não aceitando a tese de sua completa inocência, fui o primeiro a duvidar da história de que foi o grande articulador da operação.

A Folha foi previamente comunicada do encontro. Após a reunião, foi encaminhado ao jornal relatório detalhado, com todas as pistas levantadas na conversa, especialmente entre Nahoum e Requião, que estão permitindo ao jornal avançar em pautas relevantes.

O Senado também foi comunicado do encontro pelo senador Requião, antes e depois de ele ter ocorrido. Tanto que, depois do encontro, fui convidado por Requião a entrar na reunião fechada com os senadores, onde relatou a conversa com Nahoum. Não aceitei por ter vôo marcado de volta a São Paulo.

O que demonstra que foi um encontro reservado, não secreto.

A propósito: o que Nahoum disse até agora é considerado insuficiente pelos senadores, que, se já sabem que ele não é o planejador geral, estão longe de acreditar que era um mero corretor ingênuo, seduzido por um bom e legítimo negócio.

## 02/04/97 O anexo 4 e o dinheiro do Vektor

Parte do dinheiro dos precatórios, recebido pelo Banco Vektor, pode ter saído do Brasil por meio de ato do interventor do Banco Central, autorizando a remessa de US\$ 14 milhões de uma conta CC4. A análise é de um dos principais operadores do mercado de câmbio de São Paulo.

O interventor alegou que reter o dinheiro poderia afetar a imagem do Brasil lá fora. Bastaria ter condicionado a liberação do dinheiro à presença física do investidor estrangeiro. Provavelmente ninguém iria aparecer, assim como muitos titulares das contas ao portador, quando houve o bloqueio de cruzados no Plano Collor. Mesmo porque, grande parte dos recursos da conta CC4 é de investidores brasileiros querendo esquentar dinheiro.

É importante a CPI entender o funcionamento dos mercados A (oficial) e B (paralelo) de dólares.

Até abril de 1996, quase toda a movimentação do paralelo se dava por meio das contas CC5 \_as chamadas contas de não-residentes, em bancos brasileiros, que podem operar com dólares.

O sujeito abria a conta em dólares e movimentava livremente.

Naquele mês, o Banco Central mudou as regras do jogo e tornou os bancos responsáveis pela contabilidade dessas contas. O investidor podia depositar na CC5, mas atrás de cada cheque tinha de informar se era para a compra de câmbio. Com isso, fechou o caminho para transferir dólares do mercado A para o B.

Aí começou a subir o ágio do dólar paralelo. Para conter o ágio, o BC permitiu que alguns bancos brasileiros na fronteira com o Paraguai passassem a dar conversibilidade ao real.

Foi como uma espécie de ponte de safena por onde passou a correr o mercado paralelo.

O trabalho passou a ser feito por bancos brasileiros o Banestado, o Araucária, o Rural e o Bemge, tendo como parceiros bancos paraguaios, como o Integración e o Ciudad del Paraná. O esquema funciona da seguinte maneira:

- 1) o sujeito quer mandar dólares para fora. Ele abre conta num banco brasileiro em seu nome; e na agência do mesmo banco, em Foz do Iguaçu, em nome de um “laranja”. Há um comércio de “laranjas” em Foz. Por US\$ 500 ou US\$ 600 mensais é possível “alugar” o CIC e o RG de uma pessoa;
- 2) o investidor deposita reais na conta do “laranja” (ou um procurador). O “laranja” saca os reais e leva-os até o Paraguai. Lá, vende para um dos dois bancos correspondentes o Integración ou o del Paraná e recebe os dólares, em geral em sua conta no exterior; 3) diariamente, os bancos paraguaios juntam esses reais lá depositados e remetem, de carro forte, de volta para o lado brasileiro. Aqui, vendem os reais para os bancos brasileiros e recebem de volta seus dólares;
- 4) para repor os dólares dos bancos paraguaios, os bancos brasileiros vão adquirir no mercado oficial;

5) depois que o dinheiro chega lá fora, parte dele retorna para o Brasil por meio do Anexo 4 \_os tais fundos de capital estrangeiro autorizados a operar em Bolsa. Provavelmente, esse deve ter sido o ciclo seguido pelo dinheiro do Vetor. Primeiro, o doleiro que mandou o dinheiro para fora por meio de Ciudad del Este. Depois o dinheiro retornando via Anexo 4.

O passarinho estava na gaiola quando foi decretada a intervenção no Vetor. O BC abriu a porta.

Fábio Nahoum

Se você fosse prefeito de uma cidade, emitisse títulos para pagamento de precatórios, tudo conforme manda a lei. Depois, viesse um espertalhão de mercado, corrompesse seus funcionários, levasse a operação para outros Estados, espalhando suspeitas sobre sua lisura, qual seria seu comportamento?

No mínimo, desancar o oportunista. Pago um almoço de pizzas se alguém me apontar uma frase de Maluf criticando ou incriminando o Banco Vetor. No episódio em que Fábio Nahoum, do Vetor, mencionou Maluf, o ex-prefeito investiu vigorosamente contra mim \_e, curiosamente, poupou o autor das declarações. De sua parte, nem no âmbito de uma reunião reservada, Nahoum avançou além de generalidades sobre os meandros dessa operação de precatórios.

Ele passa o foco das investigações para Wagner Ramos, que passa para ele, que insinua Maluf. Tudo sem avançar uma informação relevante sequer, numa autêntica operação despiste.

Sendo o principal articulador do esquema, ou apenas seu braço financeiro (o mais provável), Nahoum sabe praticamente de todos os lances e conhece os principais personagens.

Foi ele quem recebeu o dinheiro da comissão de Estados e determinou o destinatário de cada cheque. E era seu banco que detinha esse volume de recursos do Anexo 4, desproporcional ao próprio capital da instituição. A coluna estabeleceu o dia de ontem como prazo para que Nahoum apresentasse uma informação relevante sobre o episódio, como demonstração de sua lisura no processo. Não apresentou.

## 04/04/97 O doleiro dos doleiros

Dentro do mercado paralelo de dólares há a figura do “clearing” \_ou doleiro dos doleiros.

O mercado funciona de maneira semelhante ao jogo de bicho ou mercado de seguros. Na linha de frente tem uma infinidade de doleiros, com clientes para vender e para comprar dólares. Há doleiros que têm mais clientes na ponta de compra, e outros com mais clientes na ponta de venda. E há doleiros que recebem propostas de compra de dólares muito superior à sua própria capacidade.

É aí que entram as “clearings”. Cabe a elas receber os cheques de compra ou de venda de vários doleiros e efetuar a compensação.

Fechada em função do escândalo dos precatórios, a grande “clearing” do mercado era a Split Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, de Enrico Picciotto.

O berço da Split foi a Spread Corretora de Mercadorias, fundada em 1987 por Picciotto e Rony Schaio. Em 1988 Picciotto sai e vai formar a DTVM Operador. Em 1992, sai da Operador e funda uma outra empresa. Em janeiro de 92, funda a Split.

Em maio de 1992 a Spread quebrou, dando um tombo de US\$ 20 milhões na praça. Criou-se um vácuo que começa a ser ocupado pela Split, que abocanha todos os clientes da Spread. A partir de 1994, a Split passa a centralizar praticamente todas as grandes operações de câmbio.

Quando desapareceu, era o grande doleiro do mercado. Por isso que, quando quebrar o sigilo bancário da Split e do Banestado como explica um grande especialista de câmbio de São Paulo “vai sair cheque para todo lado”.

### CPI e mídia

Segundo relato da imprensa, na reunião de antes de ontem dos senadores da CPI dos Precatórios com o presidente da Casa, Antônio Carlos Magalhães, houve críticas aos encontros secretos de senadores com suspeitos. E chegou-se a um acordo de que todos esses encontros serão previamente comunicados aos demais senadores, e, depois, haverá relato sobre as informações levantadas.

Até agora, o relator Roberto Requião reuniu-se secretamente com o secretário da Fazenda de Santa Catarina, Paulo Paraíso; o senador Esperidião Amin, com os donos da Split; o senador Vilson Kleinubing, com diretores do Bradesco; o senador Eduardo Suplicy com alguns doleiros de São Paulo. Em todos os casos, provavelmente, com melhores resultados do que os shows de selvageria estéril em que se transformaram as sessões públicas da CPI.

A única reunião que não foi secreta apenas reservada, e seguiu todos os procedimentos agora recomendados pelo Senado, foi a ocorrida entre o dono do Banco Vetor com os senadores Roberto Requião e José Serra \_tendo por testemunhas eu e a jornalista Mônica Bérnago, da TV Bandeirantes.

Requião avisou antes a vários de seus pares. Nós avisamos nossas redações. Terminado o encontro, Requião reuniu-se com todos os senadores da CPI, em uma reunião fechada, não aberta à imprensa, para um relato pormenorizado do que aconteceu. Inclusive convidou-me a entrar na sala para ajudá-lo a expor o conteúdo da conversa. Só não participei do encontro por estar com viagem de volta marcada para São Paulo.

A reunião mencionada como censurável obviamente pelos jornais não presentes ao encontro foi justamente a única que seguiu todos os trâmites agora recomendados pelo presidente do Senado. É preciso explicar o porquê dessa marcação?

Não pretendo entrar nesse festival de mesquinhas. Apenas busco expor mais uma vez as vísceras dessa competição selvagem em que se transformou a cobertura da CPI dos Precatórios, como um elemento a mais no grande acerto de contas que está em processo, da imprensa consigo própria, para enterrar de vez esse estilo “Rambo” de jornalismo.

Continuo cada vez mais convencido de que é possível praticar jornalismo ético, eficaz e de qualidade, sem precisar “esquentar” notícias, chantagear senadores com ameaças ou suborná-los com notoriedade, atrás de notícias.

## 06/04/97 A mais importante CPI da história

São extraordinários os desígnios da história.

Com essa CPI dos Precatórios vive-se, talvez, o mais importante episódio da história do Brasil moderno, mais consequente e profundo que a campanha das diretas, que o impeachment de Collor ou que a frustrada CPI do Orçamento.

Desde que os senadores abandonaram a versão “meia pizza” de reduzir a questão a uma mera operação de um banco pequeno e alguns governadores de Estados, pela primeira vez tem-se a oportunidade concreta de penetrar no âmago desse enorme Brasil 2, frio e permissivo, montado ao largo das leis e das normas éticas, um conluio monumental de elites empresariais, contravenção e poder político que praticamente acompanha o país desde os seus primórdios.

No entanto, essa história está sendo escrita por personagens que possivelmente nem daqui a muitos anos se darão conta da relevância do momento. E que lembram, muitas vezes, a música “Vai Passar”, de Chico Buarque de Hollanda, com sua ala de napoleões retintos.

Senadores sérios ou meramente histriônicos, repórteres conscientes ou apenas mal-amados, movidos por mesquinharia ou por patriotismo, autores de lances políticos ousados e de amorismo inconsequentes, são fios que vão tecendo, pouco a pouco, um quadro irreversível: pela primeira vez na história há a possibilidade concreta de se enquadrar o Brasil 2.

Os vários esquemas Rompidos os limites da “meia pizza”, as investigações penetram por paragens nunca dantes investigadas.

Não é um único esquema de corrupção investigado. São várias estruturas que atuam independentemente, cada qual representando um universo em si, que se aliam com o mesmo objetivo: montar esquemas de assalto aos recursos públicos.

Os sistemas envolvidos nesse jogo são os seguintes:

### 1) Os esquemas políticos.

Há um nível administrativo-constitucional, dos Estados e municípios que falsificaram valores de precatórios (ações ajuizadas contra eles) para conseguir emitir dívidas e, com isso, sustentar obras e despesas correntes.

E um nível político, dos fundos eleitorais, que são constituídos de duas maneiras: ou por meio da participação nos lucros das vendas dos títulos, ou de comissão de empreiteiras, pagas com o dinheiro dos precatórios.

Desse esquema participam políticos, empreiteiras.

(Obviamente nem todos os governantes que emitiram para pagar precatórios recorreram a esses procedimentos).

### 2) Os esquemas jurídicos.

Ângulo até agora pouco abordado da questão, as avaliações judiciais de desapropriações, uma enorme indústria que superavalia as indenizações a serem pagas pelo Estado \_ composta de advogados, juízes e peritos judiciais.

### 3) Os esquemas financeiros.

São executivos de instituições financeiras e fundos de pensão que se especializaram em ganhar dinheiro com títulos de pouca liquidez. Seus ganhos consistem em comprar dos Estados títulos a preços baratos, passá-los por uma cadeia de revendedores até chegar a preços bem mais altos no comprador final. A diferença é apropriada pelo esquema.

Participam desse jogo os compradores finais, mais uma infinidade de distribuidoras (as DTVMs) que atuam como testas-de-ferro do esquema.

### 4) Os esquemas de esquentamento de dinheiro.

“Laranjas” emprestam suas contas para que o dinheiro ilegal possa transitar pelos bancos. Depois, há a necessidade de legalizar o dinheiro, o que é feito por meio de operações de “esquentar-esfria” \_em que duas instituições simulam uma operação, onde uma tem um prejuízo e a outra faz um lucro. Esse lucro simulado é a maneira do dinheiro desviado entrar de novo na legalidade.

Nessas operações, são cometidos crimes de natureza fiscal. Esse esquema serve não apenas às quadrilhas dos precatórios, mas a toda sorte de ganhos ilegais: subfaturamento de exportações, “caixa dois” e até dinheiro do narcotráfico.

### 5) Remessa de dinheiro.

Parte do dinheiro vai para fora do país, por intermédio dos doleiros e seus “laranjas”. Depois, entra em uma verdadeira rede mundial de doleiros, que começou a ser montada a partir da Segunda Guerra Mundial. Também aí se cometem crimes fiscais variados.

#### Postura e eficiência

Nos próximos meses, vai-se saber se imprensa e senadores estão preparados de fato para enfrentar o maior desafio do Brasil moderno. Há que se manter a compostura, evitar manifestações de mesquinhez e vaidade, não atropelar direitos individuais, não demonstrar arrogância e imprudência e, ao mesmo tempo, ser firme e determinado na apuração dos fatos.

Mais importante que as punições, serão as medidas para eliminar esse conjunto de contravenções da vida nacional.

Sendo bem-sucedida, essa operação terá para o país a importância histórica da luta contra a máfia, que sacudiu os Estados Unidos nos anos 30.

## 08/04/97 A conta da Split nos EUA

Atenção, senador Romeu Tuma: a conta da Split Corretora nos EUA que o senhor está tentando localizar está no Chemical Bank de Nova York. É a subconta Rolex, que integra a conta do M.T.V. Banking.

Não será fácil abrir o sigilo. A Justiça de Nova York só concordará depois que o processo contra a Split tiver transitado em julgado e a empresa estiver devidamente condenada. A não ser na eventualidade de se encontrar alguma evidência de que ela tenha operado dinheiro do narcotráfico \_o que não deve ter ocorrido, já que ela era especialista em drogas...

Vamos lembrar o roteiro dos dólares pelo Paraguai publicado na semana passada e colocar mais uma peça que estava faltando ao quebra-cabeças: para onde ia o dinheiro depois que chegava ao banco paraguaio.

A Split operava da seguinte maneira:

1) Por seu “laranja”, a IBF, a Split mandava reais para a conta de Carmen Alonso Javiel, na agência do Banco do Brasil em Foz do Iguaçu.

Dona Carmen é uma “laranja”, pessoa que ganha de US\$ 600 a US\$ 1.000 mensais para emprestar seu nome, CIC e RG para a Split. É de uma honrada família de doleiros paraguaios. Entre os cinco irmãos, há dois ou três que passaram do nível de “laranjas” para o de doleiros, como Benício Alonso de Godoi.

2) D. Carmen retirava os reais e transferia para o Paraguai. É uma operação complexa, devido à quantidade de dinheiro envolvido. Segundo a CPI, pelas contas de d. Carmen passaram R\$ 123 milhões, transferidos da agência paulista do Beron (o Banco do Estado de Rondônia). Provavelmente, d. Carmen e seus irmãos alugavam carros-fortes para levar a carga até o outro lado.

3) No Paraguai, o dinheiro era depositado em um banco correspondente \_isto é, autorizado a vender reais para os bancos brasileiros credenciados em Foz do Iguaçu.

4) O banco paraguaio depositava os reais, pagava uma parte em dinheiro vivo e a outra na conta da Split no exterior.

(O doleiro quer receber dólar papel em duas circunstâncias: quando há diferença de cotações entre ambos ou quando existe algum cliente que recebeu propina, mas quer fazer a transferência para o exterior por seu doleiro de estimação).

5) Agora, entra-se na peça que faltava: a conta Rolex.

Até dois anos atrás, quase todos os doleiros da América Latina operavam com dois pequenos bancos nos EUA: o Piano Banking (controlado pela Casa Piano, do Rio de Janeiro) e o M.T.V. Banking. O Piano quebrou. Sobrou o M.T.V.

Para operar o dinheiro, o M.T.V. precisa de uma conta em um banco que tenha a compensação. É o mesmo procedimento das DTVMs (distribuidoras) brasileiras. Autorizadas a operar pelo Banco Central, elas abrem contas no Banco do Brasil para fazer seu movimento bancário.



O M.T.V. abriu sua conta no Chemical Bank de Nova York. E, depois, uma série de subcontas, cada qual de um doleiro da América Latina. A subconta da Split é a Rolex.

#### Quebra de sigilo

Tendo a conta lá, a Split vendia e comprava seus dólares por meio de procedimentos bancários simples. Quando comprava dólares, o vendedor depositava o dinheiro na sua conta. Para vender os dólares, transferia para a conta do comprador, através de três procedimentos usuais: ou por fax, ou por cheque, ou telefonando para o Chemical.

O Chemical registra os três procedimentos. Cheques e fax são arquivados. Ordens verbais são gravadas, para que fiquem documentadas, e exige-se que o cliente diga a senha.

Mesmo sabendo nome e número da conta, dificilmente a CPI conseguirá abrir seu sigilo. Nos EUA aceitam-se quebras de sigilo rápidas apenas em casos comprovados de narcotráfico. Em casos de suspeita de corrupção, o juiz local exigirá que o caso já esteja transitado em julgado no Brasil.

## 13/04/97 Os “Rambos” do jornalismo

As críticas que venho fazendo à cobertura da CPI dos Precatórios provocaram ressentimentos em colegas que cobrem o caso em Brasília.

Passaram a espalhar pela CPI que o senador Romeu Tuma tinha lhes prometido documentos provando minhas ligações com a empresa de assessoria de imprensa envolvida no episódio.

Seu chefe é jornalista sério e experiente. Foi avisado do que estavam aprontando. Negou qualquer orientação nesse sentido, mas não tomou nenhuma providência.

Conto o caso não como represália ao que não passaria de mera quizila profissional, mas para chamar mais uma vez a atenção sobre as deformações profissionais que têm afetado a imagem e a qualidade da cobertura jornalística.

Assim como os PMs de Diadema, os jornalistas estavam armados. Saí incólume dessa experiência por circunstâncias que nada têm a ver com o fato de eu não dever nada, mas por ser jornalista, conhecido de suas chefias e dispor de armas também (o espaço de minha coluna, por meio do qual poderia desarmar suas manipulações).

Caso contrário, teria sido fuzilado sem contemplação \_como tem ocorrido rotineiramente nas coberturas diárias da imprensa, com pessoas sem salvo-conduto. Bastaria uma simples nota, enviada por um repórter sem expressão, que recebesse o título “Tuma investiga Nassif”.

A suspeita estaria lançada. Nos dias seguintes, não se encontraria nenhuma prova das supostas ligações, mas pouco importaria. Constatar que a pessoa é inocente não é matéria jornalística.

Sempre que meu nome aparecesse em algumas matérias, haveria a menção de que “está sendo investigado pela CPI dos Precatórios”.

E não se trata apenas de um fenômeno de Brasília.

Esse “estilo” de fazer jornalismo está amplamente disseminado na categoria.

E mostra que literalmente não há diferenças entre as deformações profissionais da categoria e da PM de Diadema.

Uns matam pessoas, outros matam reputações. E ambos têm utilizado suas armas corriqueiramente, fuzilando pessoas ou reputações com a mesma notável displicência com que o soldado “Rambo” atirou no auxiliar de escritório, sob os olhares complacentes das chefias.

É evidente que esse ambiente se potencializa em repórteres com caráter fraco. Mas o problema são os valores que passaram a nortear a disputa jornalística, a partir da campanha do impeachment, e que permitiram esse espaço para os “Rambos”.

Uma análise isenta da campanha identificará duas ou três matérias básicas, fundamentais, que determinaram a queda de Collor. E uma enxurrada de manipulações ou mentiras, sem pé nem cabeça.

Essas falsas matérias ajudaram a aumentar a tiragem dos jornais. Como esse estilo “deu certo”, depois disso não é proibido errar, manipular ou mentir na cobertura jornalística. É apenas proibido voltar para a redação sem seu escândalo diário.

Pressionados pelas chefias, os soldados têm que voltar no fim do dia com sua matéria de impacto. Em geral não há planejamento de cobertura, nem saem com uma orientação adequada, nem se exige que se aprofundem em tema algum.

O “prêmio” pela cobertura é o destaque que a matéria possa ter na edição. Nas redações, a tecnologia transformou os editores em artistas gráficos. Sobra-lhes pouco tempo para o planejamento da edição.

Na hora do fechamento, premidos pela necessidade da manchete de impacto, acabam sendo privilegiadas as matérias falsamente escandalosas \_mesmo porque, às 8 horas da noite, não há mais como aprimorá-las. O jornalista que agiu com critério e qualidade é desestimulado e premia-se o manipulador.

Em geral, a opinião pública não aceita mais esse tipo de jornalismo. Deixou de ser “bom negócio”. Nos próximos meses, teremos que nos voltar para nossas próprias mazelas e abrir uma discussão franca e leal sobre os rumos do jornalismo. Até mesmo para ter moral para atacar as mazelas alheias.

## 13/07/97 Balanço da CPI dos Precatórios

No dia 24 de março passado, expus aqui a hipótese de investigação que achava mais provável para a apuração dos crimes cometidos no episódio dos precatórios.

A divulgação gota a gota do relatório da CPI, preparado pelo senador Roberto Requião, tem confirmado praticamente todas as hipóteses aventadas pela coluna.

Até então, senadores partiam da versão simplista de que um esquema que movimentou bilhões de dólares tinha sido fruto da cabeça de meia dúzia de pequenas raposas do mercado financeiro e funcionários de terceiro escalão da Prefeitura de São Paulo.

Minha hipótese de investigação foi formulada a partir de análises sobre as informações divulgadas pela CPI, e da prática jornalística óbvia de ouvir todas as partes, sem preconceitos, dentro do objetivo maior de se alcançar a verdade.

À medida que são divulgados trechos do relatório da CPI, a maioria das hipóteses está sendo confirmada. Era o seguinte o roteiro proposto:

- 1) A operação teria sido planejada na Prefeitura de São Paulo, como maneira de arrecadar recursos para obras e para o financiamento de campanha eleitoral. Na ocasião, a versão maciçamente divulgada era de que a tecnologia tinha sido criada pelo banco Vektor.
- 2) Para viabilizar a operação, havia a necessidade de se criar um precedente no próprio Senado (a permissão para incluir nos cálculos ações ajuizadas até a Constituição, mas ainda não julgadas). O que foi feito por meio de uma interpretação torta da Constituição, pelo relator senador Gilberto Miranda. Até agora, o relatório não aprofundou a questão da responsabilidade dos senadores.
- 3) Aventava-se a possibilidade de empreiteiras terem participado diretamente com sua “tecnologia” de influenciar o Senado. Esta semana o relatório aponta indícios de participação de empreiteiras na aprovação dos precatórios de pelo menos duas cidades importantes e do Estado de Alagoas.
- 4) Presumia-se, em seguida, que o mesmo esquema da prefeitura teria levado a operação adiante, oferecendo inicialmente de graça para sete cidades de São Paulo. Eu apostava um almoço de pizza como a comercialização desses papéis tinha sido feita pelo mesmo esquema. É a informação que ainda falta ver confirmada pelo relatório.
- 5) Para levar a operação para outros estrados, o esquema contratou o banco Vektor, que já tinha experiência em operações de lançamentos de debêntures estaduais. Essa hipótese foi confirmada pelo relatório, acabando com a versão de que o banco teria sido o mentor da operação \_ hipótese cômoda, que afastaria os esquemas políticos das suspeitas.
- 6) A coluna insistiu, por diversas vezes, que não havia apenas um esquema envolvido com os precatórios, mas a confluência de vários esquemas, um “enorme terreno movediço, não regulado, das relações entre empreiteiras, políticos, doleiros, instituições de mercado e contraventores em geral”. Contrariando a visão geral, de meia dúzia de pés-rapados montando a operação, dizia que “é todo um sistema econômico e político que foi montado em torno desses esquemas, contaminando o Congresso, o mercado financeiro e a própria vida nacional. Dinheiro da máfia do INSS, dos precatórios, das caixinhas políticas, das propinas pagas ao setor público, do tráfico, todos eles se encontram nos mesmos canais de

distribuição”. Essa visão da corrupção sistêmica está sendo amplamente confirmada pelo relatório.

7) A coluna rebateu diversas acusações infundadas levantadas intempestivamente contra o banco Vetor \_e que se constituíam em flagrante desrespeito dos manipuladores em relação a todos os seus colegas que procuravam trabalhar com responsabilidade. E divulgou-se aqui uma das poucas acusações consistentes contra o banco, que constam do relatório: a de que o dinheiro que o Vetor tinha aplicado em uma conta CC4, de fundo de aplicação estrangeira (posteriormente liberado pelo interventor do Banco Central), era o próprio dinheiro do precatório.

#### Balanço

Menciono esses fatos para lembrar que, se tivesse cedido ao patrulhamento primário e selvagem com que parte da cobertura tentou desqualificar as hipóteses, provavelmente a CPI jamais teria saído da versão meia pizza inicial.

E que se tivesse me comportado com esse prurido farisaico de não ouvir os suspeitos, jamais teria chegado perto da verdade, que agora o relatório começa a mostrar.

## **O caso Galdino – Parte 1**

O caso do assassinato do índio Pataxó tem dois capítulos. O primeiro, de agosto de 1997, quando se discutia na justiça, a qualificação dos crimes, se deveriam ir a júri ou não. A opinião da juíza Sandra de Santis de Mello era a de que não teria havido intenção de matar no episódio, razão para os rapazes não irem a júri popular. Houve tremenda pressão de toda a mídia contra a juíza, que revelou uma coragem e determinação incomuns para enfrentar o clamor da turba.

O caso me estimulou desde o início por se constituir em dois desafios interessantes. O primeiro, pelo fato dos pais dos meninos serem apontados como pessoas poderosas – embora um pai fosse juiz de primeira instância e outro, desembargador, fosse casado com a mãe de um segundo rapaz, e os dois outros trabalhassem como empregados em um bar.

Nas disputas anteriores, os acusados eram pessoas humildes ou de pouca influência. O ato de defesa de qualquer uma delas não daria margem a desqualificações, insinuações de interesses menores em jogo. Este poderia dar – e deu.

O segundo desafio é que não se tratava de um caso de inocente acusado injustamente. Os rapazes eram culpados confessos. O desafio consistia em tentar explicar para uma opinião pública sedenta de sangue que crimes não são de caráter único. Há que se qualificar os crimes de acordo com a motivação, os agravantes e atenuantes. Todos esses temas são básicos na cultura jurídica, mas eram completamente ignorados nas discussões públicas sobre o tema.

Nesse episódio, passei a desenvolver um estilo de polêmica mais apropriada a temas polêmicos. Não se tratava de tentar liquidar a discussão com uma coluna, mas de gradativamente provocar os leitores, testar sua reação através de e-mail e ir aprofundando os argumentos nas colunas seguintes.

A primeira coluna resultou em mais de quinze e-mails, a maioria contrária à minha posição. Nos dias seguintes a proporção foi se invertendo e os leitores gradativamente entendendo os argumentos. Uma das primeiras –e corajosas– manifestações de apoio foi do futuro prefeito de Belo Horizonte, Fernando Damata Pimentel que, em outras oportunidades (inclusive no caso Chico Lopes) foi de uma coragem individual e de um desprendimento político excepcional, ao me hipotecar solidariedade no meio da fogueira.

Terminei as colunas em Fortaleza, em uma viagem a trabalho onde foi concebida minha terceira filha, a Beatriz. Nove meses depois ela nasceu com cabelo espetado, como uma indinha linda.

## 97/08/15 A análise, o julgamento e o índio pataxó

Um dos pontos centrais no processo de amadurecimento nacional são os novos critérios de análise e julgamento por parte da opinião pública. Esse personagem meio indefinido e caprichoso, de nome opinião pública, há alguns anos é o mais importante agente político do país, e sua importância será cada vez maior.

Há pouco descobriu a democracia. Há menos tempo ainda, começou a burilar a tolerância. Ainda não conseguiu romper de todo com o maniqueísmo, mas já consegue elaborar avaliações um pouco mais sofisticadas sobre pessoas e situações. É um aprendizado permanente, como se fôssemos todos adolescentes de ginásio, estudando para alcançar o estágio superior, de provincianos para cosmopolitas—entendido aí não as frescuras de status, mas o aprofundamento na análise de fatos públicos.

O assassinato do índio pataxó é um episódio bastante significativo para testar esses novos valores, pela dose de violência que o cercou.

Não se tratou de um japonês indefeso e inocente (como na Escola Base), nem de meia dúzia de favelados (caso do bar Bodega), nem de uma médica indefesa contra o professor doutor (caso Cláudia Liz).

Um grupo de adolescentes perpetrou ato fatal, jogando álcool e ateando fogo ao corpo de um índio. Não era meramente um pobre, um negro, um moleque de rua: era um índio, o que reveste o episódio de um simbolismo político relevante.

### Crimes e gradações

Quem pode ser contra a punição dos acusados? Trata-se de um crime evidente, e como tal deve ser punido. Mas qual a punição? É aí que se incorre no erro da falta de gradação de crimes e de penas.

O direito define claramente que há gradações nos crimes, que os sujeitam a penas diversas ---que podem ir da advertência à pena de morte (em outros países). Essas gradações estão ligadas não apenas aos efeitos do crime mas, principalmente, à motivação.

Absolveu-se o filho de um ex-ministro da acusação de omissão de socorro sob a alegação de que a vítima já estava morta e, portanto, não havia por que ser socorrida. Se ele não tivesse matado a vítima, estaria condenado. Foi absolvido, porque matou.

Da mesma maneira, Brasília testemunhou uma gang massacrar um menino. Foi trabalho homicida, deliberado. Deram as primeiras porradas, conferiram o resultado, prosseguiram, quebrando um a um os ossos da vítima. São assassinos completos que, como tal, mereceram condenação rigorosa da juíza Sandra de Santis de Mello. Agora, chega-se ao caso do índio pataxó, que passa a ser julgado pela mesma juíza.

Um grupo de rapazes prepara uma “brincadeira” de atear fogo às vestes de um mendigo para vê-lo correr assustado, e, de repente, provoca uma tragédia?. Ou são assassinos completos que avaliaram, antecipadamente, todos os desdobramentos de seu ato?

Pouco importa, o índio morreu queimado, dirão os idiotas da objetividade. A intenção importa, sim. Porque, dependendo da intenção, no lugar daqueles jovens poderia estar o filho de qualquer um de nós, planejando um ato incoseqüente mas não necessariamente criminoso. Na adolescência, muitos de nós perpetraram trotes grosseiros, que poderiam ter



terminado em tragédia. E o fizemos por não avaliar adequadamente suas conseqüências. Trata-se de questão crucial para avaliar o caráter dos acusados e suas intenções.

No entanto, desde o início, esse debate foi quase completamente sufocado na imprensa. Como sempre, tinha-se a vítima e, na outra ponta, havia a necessidade de bandidos completos, preto no branco, sem nenhuma nuance de humanidade.

Para dar mais brilho às manchetes, os rapazes viraram “elite”, dois moleques que trabalhavam em uma lanchonete para sustentar os estudos e o filho de um juiz de primeira instância. Elite...

Justiça cega

A partir da balbúrdia criada na mídia, é impossível avaliar com clareza se eram assassinos ou moleques inseqüentes. A avaliação serena só será possível à luz dos autos. E, pelos autos, a juíza que condenou severamente a “gang do jiu-jítsu” concluiu que os meninos devem ser julgados pelo crime que cometeram. Mas não havia elementos para assegurar que eles tiveram a intenção de cometer o crime.

Uma decisão corajosa, de uma mulher corajosa, que investe contra esse malfadado “clamor das ruas” nada mais do que reações públicas estimuladas por noticiários tendenciosos.

## 97/08/18 A lógica do linchamento

Recebi vários e-mails a respeito das colunas sobre a morte de Galdino, o índio pataxó. Alguns francamente a favor; outros “infelizmente” a favor; alguns educadamente divergentes; outros furiosamente contrários. É prova cabal da complexidade do tema, e de como a simplificação acaba produzindo distorções de monta em sua análise.

Julgo que o papel do jornalista é correr riscos, na defesa do que lhe parece correto. E, nesse clima de linchamentos que caracteriza o comportamento da mídia, ter a coragem de remar contra a maré.

Não é tarefa fácil. Em geral, evita-se a bola dividida. Na competição que se instalou na mídia, muitas vezes a preocupação com a própria imagem acaba sendo preponderante.

Primeira versão

Esse comportamento é pernicioso para a busca da verdade, porque impede que outros ângulos da questão sejam apresentados ao público. Consolidou-se a primeira versão, poucos ousam investir contra a maré, para não comprometer a própria imagem.

No fundo, repete-se, em épocas diferentes, os mesmos processos de linchamentos que caracterizaram os julgamentos políticos dos anos 70. Não há diferença fundamental no comportamento da opinião pública que, seduzida pela euforia do “milagre”, caçava subversivos nos anos 70, e a moderna opinião pública procurando outras “caças”.

O único ponto diferente é que parte dos “caçados” da época gostou de sua nova condição de “caçadores”.

Segurança nacional

Não tenho por hábito divulgar cartas de apoio à coluna, mas, por refletir bem a natureza desses processos, publico carta remetida por Fernando Damatta Pimentel, petista, secretário municipal da Fazenda da Prefeitura de Belo Horizonte.

“Sua coluna de hoje (15/08), sobre o julgamento dos assassinos do índio pataxó, merece ser distribuída nas escolas de jornalismo e de direito. De fato, tudo indica que se prepara um novo massacre via mídia: o julgamento dos bárbaros executores do índio Galdino. E agora, pior, pretende-se massacrar também a juíza Sandra de Santis”.

“Até este momento, a sua é a única voz lúcida neste caso. Parabéns por, mais uma vez, enfrentar o corporativismo da imprensa, seduzida pelo escândalo barato e diário, que vende jornal e aumenta a audiência de rádio e TV”.

“Não tenho qualquer simpatia pelos quatro rapazes. Mas aprendi a prezar o direito acima de tudo. Ocorre que, na minha juventude, militei na resistência armada à ditadura militar. Em 1970, combatente da VPR, fui preso em Porto Alegre após fracassada tentativa de seqüestro do cônsul norte-americano. Do episódio resultaram dois feridos: eu mesmo, atropelado pelo carro do diplomata, e o próprio, baleado por outro companheiro quando acelerou o veículo para escapar”.

“Julgado, fui condenado em primeira instância a 15 anos de prisão, não pela tentativa de seqüestro, mas sim por uma suposta tentativa de homicídio do cônsul. Esta era a ‘justiça’ das auditorias militares de então”.

“A verdade e o direito só foram repostos pelo STF, que reduziu a pena a quatro anos, admitindo a tese da defesa de que o tiro não fora premeditado nem intencional, mas sim fruto involuntário da situação”.

“Faço este registro para que você saiba que tenho razões pessoais para entender sua postura neste episódio, e concordar com ela.” Fernando Damata Pimentel.

Apenas registro que alguns jornais - incluindo a Folha - e colegas também abriram espaço para o contraditório, permitindo àqueles que não tinham acesso aos autos (incluindo-me entre eles) formar opinião contrária à maré do linchamento.

97/08/19 O editor que virou juiz

Tem-se o episódio da morte de Galdino, incendiado pelos rapazes de Brasília.

Independentemente de todas as circunstâncias que cercaram o episódio, das agravantes e das atenuantes, suponha-se que o editor do “Jornal Nacional” (citado apenas por ser o veículo de maior abrangência e o que mais tem recorrido a esse tipo de expediente) decidiu reduzir o número de cenas que mostravam o corpo de Galdino e ampliar a cobertura sobre os matadores e suas famílias.

Mostraria jovens com vida pacata e normal até a loucura daquela noite. Mostraria pais de família normais, indefesos, arrebatados. Divulgaria que o pai de um dos rapazes é juiz com atuação importante pró-causa indígena.

Sem alterar uma vírgula dos fatos, sem nenhum elemento novo de prova, mesmo que os rapazes fossem eventualmente assassinos frios e cruéis, a mera mudança de enfoque na cobertura do “Jornal Nacional” seria suficiente para dirigir a opinião pública para o lado oposto.

Quando se pretende que a Justiça se curve ao “clamor das ruas”, no fundo se está transferindo o papel de julgar do juiz para o editor do “Jornal Nacional”. E o que pretende o editor? Fazer justiça? Analisar tecnicamente os fatos? Nada disso. A pauta—não apenas do “Jornal Nacional”, mas da mídia em geral—tem o objetivo expresso de buscar o enfoque de maior repercussão. É seu trabalho.

O que está em jogo não são os rapazes de Brasília ou o proprietário da Escola Base, mas princípios de direitos individuais que têm de ser seguidos, seja qual for o episódio, seja qual for o criminoso, se aspiramos, de fato, a nos tornar uma nação civilizada.

Qualidade e escândalo

Outro engano é supor que a busca do sensacionalismo barato é inerente ao exercício do moderno jornalismo.

Recentemente, Boni - o homem da TV Globo - proibiu cenas escabrosas nos seus programas populares. Moralismo? Nada disso. Confiança no próprio taco, crença de que é possível manter a atenção do espectador sem baixar a qualidade.

O jornalista que decide pelo enfoque sensacionalista da matéria o faz pela incapacidade de buscar um enfoque original e de qualidade. É o casamento da intolerância com a incapacidade.

Ao sonegar dados que possam “humanizar” os acusados, saberá ele aquilatar as conseqüências de seus atos? Dá-se conta de que está revolvendo os sentimentos mais

baixos da opinião pública, o lado mais tétrico dos leitores, esse impulso animalesco rumo ao linchamento que em nada diferencia linchadores de assassinos, leitores sôfregos por vingança (não por justiça) de integrantes de torcidas organizadas de clubes de futebol?

Pergunto: é essa a sociedade que buscamos? Decididamente, não é.

## 97/08/21 O pluralismo na mídia

Não me canso de repetir: a discussão sobre o caso Galdino representa uma oportunidade única de repensar questões como direitos individuais e papel da imprensa na formação da opinião pública.

Nos últimos anos, casos de repercussão junto à opinião pública têm sido instrumentalizados com o fito de aumentar tiragem e audiência de jornais.

Entrei de cabeça contra todas as “ondas” que se formaram nesse período \_ caso Escola Base, bar Bodega, Cláudia Liz, Osmar Santos, Agrocetes, PT Venceslau, CPI dos Precatórios e muitos outros. E não por reflexo condicionado, por masoquismo ou para ser “do contra”, mas porque em todos esses casos havia erros primários de julgamento e sonegação de todas as informações que, de alguma forma, pudessem atrapalhar o impacto das manchetes. Repito: em todos os casos.

Se os acusados são pretos e pobres, levantam-se os porta-vozes da direita exigindo seu linchamento (caso Bodega). Se são brancos e de classe média, levantam-se os porta-vozes da esquerda querendo levá-los à fogueira (caso Galdino). Invariavelmente, não analisam o episódio nem respeitam os direitos individuais dos acusados. Não lhes importam os fatos, mas a simbologia, o álibi para obter projeção. Não existe nada mais semelhante do que os justiceiros de direita e de esquerda.

Recebi dezenas de e-mails contra e a favor da posição da coluna no caso Galdino—desde domingo, mais a favor do que contra. Assim como na coluna, nenhum dos e-mails a favor advogava a absolvição dos rapazes. Repito: assim como a coluna, todos eram a favor de punição para os culpados, apenas não queriam o linchamento. Porque, ao se permitir o linchamento dos assassinos de Galdino sob o argumento de que são réus confessos, está-se autorizando novamente a imprensa a reeditar todos os crimes perpetrados contra inocentes.

### Vício geral

Essa incapacidade de perseguir objetivamente os fatos reflete-se em todo o noticiário \_ não apenas no policial. É um vício de cobertura, que apequena o papel da imprensa e impede que realidades complexas sejam transmitidas com isenção aos leitores.

A diferença de padrão entre as reportagens de publicações internacionais e as nossas é patética. Naquelas, a capacidade de descrever conflitos, mostrando ângulos diferentes dos casos e permitindo ao leitor fazer seu julgamento.

Aqui, o monolitismo absoluto, primário. Qualquer explicação que possa reduzir o impacto das matérias é deixada de lado, para não “esfriar” a denúncia. Leitores que já dispõem de uma exigência maior de qualidade são obrigados a engolir fatos de um ângulo só, como um pianista que só sabe tocar com um dedo.

### 98/04/03 O caso Sérgio Naya

O episódio envolvendo o ex-deputado federal Sérgio Naya foi relevante por apenas um motivo: o deputado representava o que de pior a velha política destinara ao país. Por isso mesmo, era o alvo preferencial de campanhas, posto que dificilmente encontraria defensores, além de seus próprios eleitores.

Era dono de uma grande construtora. Dois dos edifícios construídos desabaram no Rio de Janeiro. Seguiu-se uma campanha candente contra ele, apelando para o velho princípio do mau jornalismo: pouco importa se nem todas as acusações forem corretas porque, de qualquer forma, ele é culpado.

Acompanhei o episódio de fora, até receber um e-mail de um engenheiro civil da prefeitura de São Paulo, dizendo-se petista, anti-Naya, mas com informações técnicas relevantes. Conferi as informações, estavam corretas e, disso resultou a informação de que o verdadeiro culpado criminal pela tragédia do edifício Pálace foi o projetista. Como proprietário da construtora, Naya era o responsável cível, pelas indenizações. Mas no plano penal, não.

Com o tempo, a avaliação do meu leitor revelou-se correta. Mas de pouco adiantou. Naya já estava condenado antecipadamente.

### 03/04/1998 O caso Naya e o pluralismo da mídia

O deputado Sérgio Naya é homem morto. A exposição de seu estilo vergonhoso, como político e como empresário, é suficiente para garantir sua cassação e um amplo processo civil e criminal.

No entanto, depois de dias e dias de cobertura, perdemo-nos em um festival exclusivo de indignação, de busca da unanimidade, deixando de lado a abordagem técnica da questão, necessária para a devida apuração das responsabilidades.

Nessa catarse que se repetiu por todos os órgãos, não houve a assessoria de engenheiros de estrutura (para ajudar a identificar tecnicamente as responsabilidades), nem de advogados, para ajudar a destrinchar o labirinto legal das responsabilidades civis e públicas.

Corre-se o risco de se apontar culpados, que mais tarde —após julgamento técnico— não sejam confirmados pela Justiça, criando-se esse círculo de descrédito no Judiciário onde, aos problemas inerentes a ele somam-se os problemas causados pela má compreensão da opinião pública em relação aos fatos apurados.

Até agora foram eleitos vários culpados preferenciais, do deputado Naya (culpado óbvio) a engenheiros e até o prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde.

Arnaldo Luís Santos Pereira é engenheiro civil. Não se considera corporativista. Pelo contrário, tem sérias restrições aos conselhos profissionais, não só de engenharia como os demais. Não tem nenhum tipo de admiração pelo perfil do deputado Naya. Julga, inclusive, que a classe dos engenheiros é pródiga nesse tipo de personagem. Embora trabalhe no governo do Estado de São Paulo, tem visão bastante crítica da burocracia pública.

Isto posto vamos aos comentários, em forma de entrevista:

Pergunta – Qual sua opinião a respeito do desastre?

Resposta—A matéria Estruturas em Engenharia não é coisa simples. Mesmo sendo engenheiro civil, não me considero apto a opinar a respeito do desastre, porque não examinei o problema a fundo.

Pergunta – Mas não está clara a responsabilidade do deputado Naya?

Resposta -- Não obstante o Sr. Naya tenha um currículo notável de maracutaias, ações legais como réu, tráfico de influência, etc., que o credenciam ao posto de vilão principal da história, as responsabilidades ainda não foram apuradas. O erro pode ter sido do projeto estrutural. No caso, a responsabilidade seria do engenheiro calculista e não do engenheiro responsável pela obra. Como a análise do projeto estrutural baseia-se em elementos eminentemente objetivos (plantas, memórias de cálculo e demais peças do projeto) é muito difícil, se não impossível que um projetista seja responsabilizado indevidamente.

Pergunta – Onde entra a responsabilidade do deputado Naya.

Resposta—A responsabilidade será do Sr. Naya (como engenheiro responsável pela obra) e de sua construtora caso a perícia venha a concluir pela má execução da obra como causa do desabamento. Não vi nenhuma referência da imprensa (os arquivos estão aí) sobre os

casos da Gameleira em Belo Horizonte e o do Elevado Paulo de Frontin, no Rio, em que foram responsabilizados os projetistas das estruturas.

Pergunta – Mas o deputado Naya acusou obras de moradores pelo acidente. Como é possível?

Resposta—A mídia contestou o argumento com a alegação de que um prédio “é feito para suportar duas vezes o peso previsto”. Ora, se algum morador, principalmente dos pavimentos inferiores, cortar, durante uma reforma, elementos vitais de uma estrutura (pilares ou mesmo vigas principais) estará comprometendo toda a estrutura. Não há duas vezes o peso que resista. Não sei se ocorreu, mas é um argumento a ser investigado.

Pergunta – E a responsabilidade dos poderes públicos?

Resposta—Embora não morra de amores pelo Prefeito do Rio, a Prefeitura foi alvo de acusações no mínimo apressadas, pelo fato do “habite-se” ser de sua responsabilidade. O “habite-se” é um documento emitido pela Prefeitura, atestando que a obra foi feita de acordo com o projeto arquitetônico apresentado para a aprovação inicial. A Prefeitura não tem nem o direito, nem o dever de fiscalizar o projeto estrutural ou sua execução. Essa é uma responsabilidade do projetista, sujeito ao controle do seu órgão de classe, e do construtor. No entanto, a Prefeitura do RJ foi acusada seguidamente de omissa e irresponsável, o Sr. Conde foi acusado de assassino, por absoluta falta de informação.



## 04/04/1998 Caso Naya e as providências

Desastres servem para catarses e para lições. As catarses são boas quando permitem tirar lições e soluções para as questões levantadas.

O caso Sérgio Naya traz, de imediato, as seguintes reflexões:

### 1) Imunidade parlamentar.

A imunidade parlamentar é defesa do político contra pressões espúrias, não contra cobranças legítimas. Questões políticas são assunto para o Parlamento. Mas, a partir do momento em que um parlamentar incorre em crime não político, tem que se submeter à Justiça como qualquer cidadão comum.

### 2) A fiscalização da construção civil.

Não adianta pretender que os municípios se incumbam da fiscalização técnica de obras. Nas grandes cidades, são incapazes sequer de fiscalizar a construção de moradias em encostas, ou a ocupação de áreas de mananciais.

Em uma construção, há a fiscalização sobre os engenheiros envolvidos e sobre a construção propriamente dita. Os primeiros deveriam ser fiscalizados pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CREAs). Os segundo, teoricamente, pelo poder público.

Há muito, os CREAs deixaram de cumprir essa função. São organizações políticas, muitas delas envolvidas em escândalos, sem nenhuma forma de controle externo. Não se sabe quem fiscaliza, como e quando fiscaliza.

O ideal seria aproveitar as próximas mudanças na legislação trabalhista e pensar a situação desses conselhos. Seria mais eficiente a criação de um laboratório credenciado pelo poder público (com base no IPT ou instituições correlatas) incumbido de dar o selo de qualidade a edificações acima de um determinado tamanho.

Em relação às empresas imobiliárias, o ideal seria um sistema de auto-regulação que jogasse sobre as associações empresariais (tipo Secovi) a responsabilidade pela fiscalização – e o ônus pela má fiscalização.

### 3) A fiscalização de empresas de atuação pública.

Grande parte dos problemas da Sersan decorria da típica falta de gerência empresarial e de planejamento de seu fluxo financeiro. Informações sobre sua condição financeira – assim como sobre a Encol, bancos, empresas de engorda de boi etc.—são fundamentais como forma de defesa do consumidor. Há a necessidade da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) acelerar a legislação para obrigar empresas, acima de um determinado faturamento, a publicar e auditar seus balanços.

### 4) As ações judiciais.

Seja quem for o responsável pelo desastre da obra, a responsabilidade civil é da construtora Sersan. No entanto, entra-se na processualística judicial, com toda a demora das manobras protelatórias. Não adianta culpar o juiz A ou B. O sistema favorece a demora. E não adianta exigir celeridade apenas nesse processo. O poder judiciário tem que sair da inércia atual e passar a discutir publicamente as formas de agilizar os processos.

### Naya 1

Nos últimos meses, o deputado Sérgio Naya esteve em Miami, tentando negociar a compra de um Boeing 737, do mesmo modelo usado pela presidência da República. Valor da compra: US\$ 15 milhões, mesmo com as empresas enfrentando problemas de liquidez.

### Naya 2

Mesmo que a apuração do caso Palace 2 eventualmente leve à incriminação do calculista, todas as ações civis devem ser dirigidas contra a empresa construtora, responsável final pela contratação de ambas as partes –e com quem os mutuários realizaram negócio.

### Naya 3

A maior parte das concessões de rádio de Sérgio Naya foi obtida no período 86/89 quando ACM era Ministro das Comunicações.

## 04/07/1998 Naya e o sábado de Aleluia

Está bem. O deputado Sérgio Naya é um alvo perfeito. É herdeiro da pior tradição política brasileira, do empresário que se imiscui com o poder, enriquece-se às custas de ligações com os poderosos e depois torna-se político para consolidar negócios. É empresário desorganizado boquirroto e inescrupuloso, que acumulou patrimônio, mas não tem gestão, e nunca se preocupou em pagar corretamente o fisco.

Erramos quando linchamos o japonês da Escola Base, o promotor e os meninos do caso bar Bodega, a clínica do caso Cláudia Liz, a Santa Casa de Lins do caso Osmar Santos, o filho do dono da Agrocere, o ex-Ministro da Saúde Alceni Guerra.

Erramos quando atribuímos a um espertalhão do mercado financeiro todas as responsabilidades do caso dos precatórios e, depois, descobrimos que nosso primarismo apenas ajudava a encobrir a atuação de gente muito mais graúda.

Julgamos ter conseguido o alvo perfeito no caso do índio Pataxó, mas ainda assim apareceram juristas e uns chatos tentando mostrar que música japonesa e enquadramentos penais só são idênticos entre si para os desinformados: existem vários tipos de crimes, com gradações diferentes, correspondendo a penas variáveis. Foi um trabalho ciclópico e quase impossível tentar explicar que o fato de não se propugnar a pena máxima para um crime não significa que se proponha a absolvição do criminoso.

Mas com o deputado Naya, atingimos a perfeição: é o vilão perfeito.

Com base nesse alibi, volta-se de novo a esse processo de reduzir todo personagem negativo a um vilão de histórias em quadrinhos, um João Bafodeonça, um Capitão Gancho, desses que beliscam traseiro de grávidas e estupram velhinhas rezadeiras.

Problema de método

O problema não é a escolha do vilão do dia: é o método que está errado. A defesa que se faz aqui não é desse personagem – que merece a cassação, a ação civil e criminal, e a execução das dívidas junto ao Fisco - mas do próprio exercício do jornalismo.

Nada contra sermos veículos para externar a indignação popular. A indignação é instrumento político da maior relevância, para se obter mudanças em posições estratificadas, enquadrar poderosos e promover a justiça.

Mas não a manipulação da indignação, a sonegação de qualquer ângulo da questão que possa, ainda que longinquamente, significar um atenuante para a caricatura traçada, a aceitação de qualquer rumor como verdadeiro, antes de devidamente apurado.

Os atentados ao jornalismo são de diversas espécies.

Primeiro, criam-se personagens que não existem na vida real. Abole-se qualquer traço que possa “humanizar” o personagem, para não correr o risco de ser mal compreendido pelo leitor. Mostrar o lado humano do pior criminoso é matéria jornalística, é informação. No entanto, fica sob censura.

A coluna mesmo incorreu em ato dessa natureza ao informar que o período em que Naya ganhou suas concessões foi na época de ACM Ministro das Comunicações, sem salientar

que o fato de ser para Naya não tinha o menor significado na época – para políticos, em geral, sim.

Segundo, impede-se a apuração correta da verdade. Se um réu de cinco crimes é acusado por dez, e aceitam-se os cinco falsos como verdadeiros, quem foi condenada foi a informação. Não adiante dizer que tanto faz, pois ele é criminoso. O compromisso não é com ele, mas com a notícia e o leitor. Nosso papel não é de juiz, mas de jornalistas, de pessoas que até podem exercitar o julgamento mas que tem por obrigação central a busca da informação objetiva.

Finalmente, a personificação de todas as mazelas nacionais na pele do Judas do dia, acaba jogando para segundo plano o que realmente importa: as questões estruturais cuja solução é muito mais importante do que a mera punição do acusado do dia.

A liberdade que está se dando para essa nova malhação de Judas é o salvo conduto que se necessita para a produção de futuros novos casos Escola Base.

## 20/05/1998 E agora?

Na coluna do dia 8 de março, com base em carta enviada pelo leitor Arnaldo Luís Santos Pereira --um engenheiro civil, como tantos outros que estavam disponíveis para serem consultados pela imprensa--, alertei que a responsabilidade penal pela queda do edifício Palace 2 poderia ter sido do projetista, e não da construtora. Explicava o leitor: “Como a análise do projeto estrutural baseia-se em elementos eminentemente objetivos (plantas, memórias de cálculo e demais peças do projeto) é muito difícil, se não impossível, que um projetista seja responsabilizado indevidamente”.

Na revista “Imprensa” de março, voltei a alertar: “Se a culpa é do calculista, muda completamente o espectro de responsabilidades. Em qualquer hipótese, a responsabilidade civil, pelas indenizações, é da construtora, que contratou a todos. No plano criminal, é do calculista (...) O deputado Naya continuará culpado das picaretagens, do tráfico de influência, de burla ao Código de Defesa do Consumidor, da indenização às vítimas, mas deixará de ser responsável criminalmente pela queda do Palace 2”.

Ontem, a divulgação do laudo do Instituto Carlo Éboli confirmou que o Palace 2 desabou por falha no cálculo estrutural. Criminalistas consultados pelo jornal informam que, confirmada a hipótese do laudo, Naya continua responsável pelas indenizações às vítimas. Mas se livra das acusações penais.

Condenam-se antecipadamente os réus, sem uma análise mais técnica dos problemas, porque o que vale é o show. Com a análise técnica, descobre-se ou que os réus ou são inocentes ou (como o caso Naya) passíveis de outras condenações, mas não da prisão. E o Judiciário acaba pagando o pato pela falta de uma cobertura técnica e de qualidade.

## **O caso Osasco Plaza Shopping**

O Shopping Osasco Plaza explodiu na hora do almoço, deixando inúmeros mortos e feridos. Criou uma comoção popular que alimentou a cobertura da mídia. Acompanhei o caso de longe.

Certa tarde, no meu escritório, recebi um dossiê de dona Ilka Marinho de Andrade Zanotto, conhecida crítica teatral de algumas décadas atrás. O dossiê era em defesa de seu filho, Marcelo Zanotto, administrador do shopping. Era um dossiê alentado, excessivamente meticuloso, mas que continha dois documentos essenciais: laudos de especialistas, salientando que era impossível que gás ficasse acumulado por muito tempo sem explodir.

O laudo ia contra toda a peça de acusação, que sustentava que durante semanas o local exalou cheiro de gás – o que caracterizaria displicência do administrador. O laudo desmentia tecnicamente essa possibilidade, comprovava que o cheiro se devia a um depósito de lixo, sobre o qual o shopping se assentava, e que o gás explodiu pouco depois de iniciado o vazamento, assim que se acumulou em um trecho do edifício, edificado de maneira imprópria.

Invertia a lógica da acusação. O laudo remetia a uma outra versão: a de que houve um problema de construção, que acarretou o rápido vazamento, seguido de explosão do shopping. Nesse caso, a responsabilidade seria de quem construiu o shopping e providenciou a instalação do sistema de gás.

Fiquei surpreso com os laudos, principalmente porque de autores renomados. Consultei o material de cobertura da mídia, e praticamente se passava ao largo dessa informação. Entrei em contato com dona Ilka e, posteriormente, com seu filho. Decidi que era caso de assumir a defesa, sabendo que assumir a defesa de empresários era um risco maior do que a de pessoas humildes, por expor a defesa ao jogo de insinuação que costuma acometer mídia e leitores nesses momentos de catarse.

## 99/08/01 Por que ter medo da imprensa?

Algumas lições da explosão no Osasco Plaza Shopping

Ilka Marinho de Andrade Zanotto foi crítica de teatro por muito tempo. Nos últimos anos, o trabalho a que mais tem se dedicado é limpar a biografia do filho, manchada por essa combinação fatal de promotores e delegados exibicionistas e mídia irresponsável.

Seu filho, Marcelo, era administrador do Shopping Osasco, que explodiu há alguns anos, devido a um vazamento de gás. Marcelo foi condenado liminarmente por parte da imprensa, insuflada pelos condutores do inquérito, desejosos de descobrir o grande culpado”.

Antes do relato do drama de dona Ilka e seu filho, algumas considerações sobre o papel de delegados e promotores à frente de inquéritos.

O inquérito não’, por princípio, uma peça acusatória. Sua função é levantar tecnicamente todos os elementos sobre o tema tratado para permitir, posteriormente, a tomada de posição do promotor – pedindo ou não o indiciamento dos suspeitos.

Delegados e promotores que iniciam o inquérito com culpados previamente definidos são mais irresponsáveis que jornalistas precipitados, que definem acusações antes de colher todas as informações. Em geral, tendem a menosprezar quaisquer informações que possam colidir com a tese previamente definida.

Foi o que ocorreu com o caso Shopping Osasco, a partir do depoimento de dona Ilka:

“E imensurável a responsabilidade da mídia ao veicular bastidores das tragédias, é inadmissível dar crédito às declarações de indivíduos ávidos da fama e aos boatos mais estapafúrdios, transformando versões em fatos, sem ouvir todos os envolvidos.

“Arma-se um circo em torno dos bodes expiatórios que remete de imediato à “Fogueira das vaidades” de Tom Wolf, na qual o protagonista inocente é condenado a partir de um conluio macabro entre interesses opostos tendo como argamassa a busca da promoção e tendo a mídia como peça chave da orquestração.

“Quando da explosão do Shopping Osasco Plaza, em junho retrasado, totalmente arrasada pela perda irreparável de vidas e pelos sofrimentos causados a inúmeras vítimas, guardei silêncio. Aquele do luto, da dor, do desespero, da pergunta: por quê? Em seguida, soterrada pela saraivada de informações contraditórias, na maior parte errôneas (sobretudo da imprensa televisiva), que teceram uma colcha de retalhos tendenciosa, guardei ainda silêncio, porque minha perplexidade era do tamanho da minha dor: também eu queria entender o que havia acontecido.

“Ante repetidas declarações do condutor oficial do inquérito, culpando desde o primeiro momento a Administração do shopping pela tragédia (declarando sua ânsia de pegar o “peixe grande”), antes, durante e depois do laudo do Instituto de Criminalística sobre as causas do acidente – laudo que concluiu categoricamente pela impossibilidade de ação preventiva por parte da Administração (à qual pertence meu filho Marcelo Zanotto) resolvi chegar à opinião pública, já maciçamente desinformada a respeito das verdadeiras responsabilidades.



“Como Davi, tentei chegar aos Golias, detentores do poder na mídia, que, no dizer de Arthur Gianotti, ‘têm a ver com uma opção mercadológica para o escândalo, o achincalhe e a denúncia, que vendem jornal’ e dão Ibope às TVs, acrescento eu.

“Houve raras e honrosas exceções – entre TVs cito a Cultura, que se pauta pela seriedade do noticiário não sensacionalista, entre os jornais destaco a conduta exemplar da Folha de S.Paulo, que deu a público reiteradamente as múltiplas facetas do caleidoscópio – mas em geral fomos colhidos por uma onda de denunciismo equivalente à carga de dinossauros do Jurassic park. A partir de uma biografia de Marcelo totalmente inverídica, levianamente forjada e veiculada por uma revista semanal, quatro dias após a explosão, cristalizou-se a figura do bon vivant incompetente que, é de se deduzir, induziu o delegado a pinçá-lo a dedo entre os demais, como culpado sem remissão: suas denúncias apriorísticas ecoavam amplificadas na imprensa, realimentando-se ambos os pólos ‘ad infinitum’.

“As falsas denúncias foram desde a preexistência de um lixão no terreno, passando pela aleivosia de uma construção improvisada, até a de não-assistência às vítimas do sinistro.

“Marcelo estava lá, no momento da explosão, só não havia descido para almoçar no Jig’s (olho do ciclone) porque ficara retido em reunião de última hora.

‘Para mim, como mãe, era aterrados o fato de que tudo parecia se encaminhar para um processo sumário e político-emblemático como denunciavam a princípio delegado, promotoria e mídia.

“Teríamos voltado a Robespierre e ao tempo da diligência do faroeste ou das bruxas de Salém e da Inquisição, quando se degolavam ou então se queimavam os acusados e depois os julgavam? Repito, Marcelo foi apontado como “culpado” desde os primeiros instantes, cabendo-lhe, numa inversão perigosa, o ônus de provar inocência, declarado culpado antes e apesar do Inquérito Policial, cujos laudos do Instituto de criminalística, corroborados pelo IPT, provaram brutal erro de construção e a impossibilidade de qualquer ação preventiva por parte da administração do shopping. Paradoxalmente, e talvez pela primeira vez na história, a Polícia culpava alguém por não Ter feito aquilo que a própria polícia afirmava impossível de ser feito.

‘As promotoras foram além e o denunciaram por “explosão com dolo eventual”, isto é, teve a intenção de explodir o shopping visando lucro ( e possivelmente suicidando-se, porque permaneceu no local!). O artigo em que o enquadraram era usado no tempo do regime militar para enquadrar terroristas.

“A apreensão que durante meses intermináveis martirizou-me, transformou-se em esperança à medida em que avançavam as audiências do processo criminal, conduzido com isenção e lisura exemplares, com o vagar necessário à averiguação da verdade.

“Surgiram depoimentos sumamente importantes de testemunhas inatacáveis, corroborando as conclusões do laudo do Instituto de Criminalística, acerca da falha trágica da Construtora e acrescentando provas inequívocas de ser cheiro de esgoto o que se sentia no recinto do shopping antes da explosão. Testemunhas essas do gabarito do professor José Atílio Vanin, vice-diretor da Fuvest, professor titular do Instituto de Química da USP e do professor dr. Reynaldo Gomide, MIT e Escola Politécnica da USP, dois dos maiores especialistas em gases do país que deduziram, após ano e meio de estudos, Ter “sido a explosão instantânea devida a um vazamento de gás abrupto, muito provavelmente

causado pela trepidação do solo provocado pelo bate-estacas em operação na construção vizinha ao shopping. Essa trepidação teve por consequência o rompimento da tubulação, instalada irregularmente, na sua maior parte enterrada e nas outras completamente inacessível e, além disso, com juntas com medidas incompatíveis”.

“Na mesma entrevista concedida ao jornal O Grande Osasco, declarou ainda o professor Vanin: O vazamento de gás não foi lento e gradual, como muitos afirmaram na época. Ele aconteceu abruptamente. Não há qualquer relação entre o cheiro que os consumidores estavam sentindo e o gás que provocou a explosão. Aquele cheiro era proveniente das caixas de esgoto que estavam sob o local.

“Como Guimarães Rosa, “a cada dia a vida a gente aprende uma nova qualidade de medo”. Nunca pense em Ter medo da imprensa, cuja liberdade sempre defendi nos 20 anos em que exerci a crítica teatral. Venci-o ao divulgar os dossiês, fortalecida pela confiança na verdadeira imprensa, aquela que se pauta pela ética, inerente à profissão. Confio nela, como confio na Justiça dos homens e de Deus”.

## **O Dossiê Cayman**

Dentre todos os escândalos e dossiês dos anos 90, nenhum foi tão ridículo quanto o chamado Dossiê Cayman. Chantagistas de Miami montaram um suposto dossiê, com informações sobre uma conta conjunta secreta em Cayman, cujos titulares seriam Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Sérgio Motta. O nome da conta utilizava as iniciais dos quatro políticos.

O dossiê começou a circular pouco antes das eleições de 1998. Ao saber de sua existência, o então Ministro José Serra julgou que poderia esvaziá-lo repassando-o para a imprensa. Os dados foram entregues ao jornalista Élio Gaspari, que os divulgou em sua coluna.

Em vez de esvaziar o episódio, como o bom senso sugeria, a divulgação deflagrou uma furiosa busca pelo dossiê.

Àquela altura, já começara o processo de esvaziamento da popularidade do governo Fernando Henrique Cardoso, e o pêndulo da mídia começava a se inverter rapidamente. Alguns jornalistas brasilienses estreitamente ligados a personagens envolvidos no dossiê — como o senador Gilberto Miranda— aproveitaram o episódio para exercitar um estilo malandro de jornalismo. Cada peça do dossiê era apresentada como uma suspeita. Cabia à parte contrária desmentir a suspeita. Desmentida, apresentava-se uma nova suspeita, em uma relação infundável que só encerrou quando se comprovou cabalmente o trabalho de falsificação.

O pretenso dossiê não passava sequer no mais básico dos testes, o da verossimilhança. A honestidade não é comprovável externamente. Pessoas aparentemente honestas, longe do público podem cometer atos reprováveis. Mas a inteligência é comprovável. Como se poderia supor que quatro dos mais inteligentes políticos brasileiros iriam abrir uma conta conjunta utilizando nela as próprias iniciais? Sem se contar circunstâncias menos conhecidas do grande público, como a quase nenhuma afinidade entre Covas e FHC e Motta.

Mesmo assim, quando comecei a denunciar a falsificação primária do dossiê, fui alvo de e-mails irados de leitores e de insinuações de colegas denunciadores quanto à suposta chapa-branca da coluna.

No meio da batalha, recebi e-mail divertidíssimo de um leitor, apresentando as “provas” do dossiê Cayman: a montagem de um extrato da tal conta conjunta. Ele foi publicado na revista Imprensa, no estilo dos jornalistas que ainda se apegavam à veracidade do dossiê.

## 21/11/1998 O caso da conta secreta

Episódios como o do falso dossiê envolvendo figuras da República são relevantes para permitir o aprofundamento da discussão em que a mídia vem travando nos últimos anos, visando seu aprimoramento.

A visão benevolente é que, graças à mídia, provou-se que o dossiê era falso. A crítica é que, graças à mídia, um dossiê falso ganhou vida, parou o país por uma semana, e depois voltou a ser considerado falso –deixando a dúvida na cabeça de milhões de leitores e telespectadores.

Há dois problemas que perpassam essas coberturas de maior impacto. O inicial é a dificuldade da primeira avaliação. Qualquer acusação, mesmo antes de ser apurada, deve ser submetida a testes elementares de bom senso.

Agora que o fogo abaixou, convenhamos: é crível acreditar que quatro das maiores autoridades brasileiras pudessem abrir uma conta conjunta secreta em um paraíso fiscal e batizá-la com suas próprias iniciais? Pessoas honestas podem se revelar corruptas. Mas pessoas inteligentes não podem estar sujeitas a um ataque de imbecilidade coletiva.

Abrir conta em paraíso “off shore” é tarefa corriqueira para qualquer –repito qualquer— bom escritório de advocacia. O advogado sai daqui com uma procuração em nome dos clientes, abre uma empresa em Grand Cayman e coloca como diretores dois advogados do escritório correspondente. Depois, abre-se a conta em nome da empresa constituída e faz-se a transferência do dinheiro. O único nome que aparece no escritório correspondente, na Junta Comercial e no banco é o do advogado brasileiro.

### Lógica inversa

Só que, em vez de buscar as inconsistências do dossiê, passou-se a buscar os pontos reais, na suposição tecnicamente incorreta de que provando que dois ou três pontos eram verdadeiros, o conjunto se validaria por si. É o oposto.

Nada impede uma pessoa de ir a Grand Cayman –que existe--, entrar em contato com um escritório de advocacia—que existe--, passar uma procuração—que existe--, e abrir em um banco –que existe—uma conta—que existe--, batizada de “Anacleto de Medeiros”. E espalhar um dossiê apontando o flautista como dono da conta. O único elemento inconsistente da história é que o flautista morreu há quase cem anos.

Se vivo fosse, como Anacleto iria provar que a conta não é sua, se as normas de sigilo, nesses paraísos fiscais, proibem os bancos não apenas de informar de quem é a conta, como também de quem a conta não é? E, quebrado o sigilo, iria se encontrar apenas o nome do advogado que abriu a conta.

### Ênfases e furos

Aí entra um fator fundamental na cobertura jornalística, que é ênfase dada a determinados fatos, que não se constituem no cerne da denúncia. Em todos os momentos, a imprensa informou que os documentos apresentados não tinham valor como prova. Mas a informação vinha no corpo da matéria, enquanto o alarde era em torno da apuração de elementos do dossiê, verídicos mas irrelevantes para a comprovação das denúncias.

Não se pense ser tarefa fácil compatibilizar matérias e manchetes. Tem-se, de um lado, uma notícia que é só do veículo —e que, portanto, deve ser valorizada— e de outro a circunstância de a notícia não tem relevância para provar a acusação em si. Como explicar isso na manchete, sem desvalorizar seu próprio furo? Há a necessidade de arte e desprendimento para buscar o ponto de equilíbrio.

O que interessa é o resultado final da história para o leitor. Hoje há consenso —mesmo entre os mais apressados acusadores— de que o dossiê é falso. Faça-se agora uma pesquisa com os leitores e telespectadores sobre o que acharam do dossiê. Uma parcela considerável dirá que suspeita que o dossiê é verdadeiro, porque a força das manchetes e do lead sempre é superior ao conteúdo.

### **Resultado final**

O segundo problema na cobertura jornalística é o “timing” de entrada e saída dos temas polêmicos. Em geral, há um grande açodamento em entrar, e enorme resistência em sair, quando se as acusações se mostram inconsistentes.

Na entrada, isso acontece porque há uma corrida pela primazia da primeira acusação. O primeiro a avançar um pouco mais, mesmo que não haja elementos consistentes para comprovar a acusação, faz o alarde para firmar a posição de pioneirismo, caso as acusações tenham fundamento.

Depois, quando as acusações começam a se dissolver, há uma resistência em se render aos fatos. Tem início um processo não de questionamento ou revisão das denúncias, mas de questionamento dos fatos que possam vir a desqualificar as denúncias. Essa teimosia é desgastante para a imagem da imprensa como um todo.

Há questões éticas claras envolvendo esses episódios. Mas, posto que causam desconforto nos leitores, há que se discutir se as técnicas jornalísticas estão sendo utilizadas da maneira mais adequada.

## 01/12/1998 Tudo muito estranho. É tudo muito estranho...

Tudo muito estranho. É tudo muito estranho...

De repente, entrou em minha caixa postal um e-mail de um misterioso Sérgio T. Na linha do “Assunto” estava um definitivo: “A Prova”.

Abri com cuidado, tratando, antes, de checar com meu antivírus. Era um documento scaneado, um arquivo JPG com 75,3 kb. Abri. Era um extrato bancário, com nome do banco, logomarca e tudo e –pasmе!- até controle numérico de uma conta: 123.458.655-15.

Como não tinha uma leitora de controle numérico em casa, não pude conferir se batia.

Achei o nome do banco muito estranho: Babaca, Bank of Bahamas and Cayman. Porque alguém colocaria tal nome em um banco? Achei que o governo devia explicações sobre o fato. Mas depois ponderei que por lá não devem saber o significado que nós damos aqui à palavra babaca, principalmente depois que o furacão acabou com o pouco senso que habitava as ilhas. E, afinal, a sigla batia com o nome por extenso do banco.

Repito, o extrato não tinha valor legal, mas que era estranho, isso era. Além disso, havia até o provedor de caixa postal do destinatário: usa.net. Onde tem provedor, tem fumaça. Onde tem fumaça, tem fogo.

Quase cai de costas quando conferi o nome dos quatro titulares da conta: Mr. Cardoso, teacher; Mr. Sérgio, Big; Mr. Mountain, José; e Mr. Graves, Mário. O endereço era um só: Alvorada Palace w/n, Brasília, Brazil. Era um “extract for simple conference”, referente a novembro de 1998, mas com alguns lançamentos muito estranhos.

O extrato está dividido em cinco colunas, “Day”, “Description”, “Credit”, “Debit”, e “Balance”. No dia 1º tem um lançamento de US\$ 25 milhões referente a “Telebras’s Sold”. Na mesma linha, o “Balance” é de apenas US\$ 12.500,00, o que significa que a conta estava no vermelho. Muito estranho, pensei, será que gastaram por conta, aguardando o acordo com o FMI?

Mas a estranheza não parou aí. Na Segunda linha estavam US\$ 600.777,00 lançados na rubrica “Big Sérgio,s Funeral”. Aí tem coisa, pensei. Afinal, não foi o governo quem bancou os funerais de Sérgio Motta? Mais estranho é que o Balanço do dia apontava para um saldo de US\$ 2.888.999,00. Como pode, pensei, se os números não batem? Se o saldo anterior era de US\$ 12.500,00 e houve um lançamento de US\$ 600.777,00 para o funeral, o novo saldo não poderia ser de quase 3 milhões. Tudo me soava muito estranhamente. Era quase caso de convocar uma CPI.

No dia 3, havia um lançamento de US\$ 1.050,00 de CPMF. Pensei: pelo menos são patriotas, porque pagam CPMF sobre dinheiro clandestino. Achei que se a CPI intimasse a Receita, poderia se identificar a origem do pagamento da CPMF.

No dia 3, havia um lançamento de US\$ 3,5 milhões, referentes a “Luxemburgo’s salary”. Fiquei na dúvida se se referia a alguma conta em Luxemburgo ou se o técnico Vanderlei Luxemburgo fora cooptado pela curriola. O governo também deve explicações sobre este item.

Ainda no dia 4, havia um lançamento de US\$ milhões referente a “Eletrobras’s sold”. E uma saída de 600 mil referente a “L. Eduardo’s funeral”. Um amigo ponderou que o enterro de ambos – Luiz Eduardo e Sérgio – foi no ano passado. A troco de quê só agora teria sido feito o lançamento na conta dos quatro?

Fiquei atento para o comentário do meu amigo e considerei mais um ponto estranho, que o governo terá que explicar, custe o que custar.

O lançamento do dia 6 quase me fez cair da cadeira. Eram 19 milhões de entrada, sob a rubrica “Transferred from FMI”. Aí comecei a entender todas as peças do jogo. E pensei em incluir o ministro Pedro Malan em meu pedido de CPI. Naquele dia, registraram-se mais US\$ 6 milhões de entrada, a título de “Mega-sena Accumulated”, o que me fez levantar fundadas suspeitas de que havia alguma conexão João Alves no processo.

Mas o que me escandalizou de fato foram os US\$ 17,5 milhões de retirada a título de “Dona Ruth’s clothes”. Achei um absurdo, para uma dama da comunidade solidária. Mas achei que estaria preparando um baile de gala no sertão, para comemorar a vitória do marido nas últimas eleições, e deixei de lado. Dona Ruth não será intimada na minha CPI.

No total, havia um saldo de US\$ 50 milhões na conta, ao lado de US\$ 500,00 bloqueados, sabe-se lá a que título. Como o dossiê divulgado nos últimos dias fala de US\$ 300 milhões, o governo deve explicações sobre os US\$ 300 milhões que faltam. Afinal, tenho em minha caixa postal a imagem de um extrato do Babaca Bank, que me foi remetido por alguém, sabe-se lá quem. Mas está aqui comigo e posso mostrar para quem quiser.

De fato, tudo é muito estranho.

### **Cobrando fantasmas**

Qualquer semelhante com a cobertura de grande parte da mídia ao dossiê sobre a suposta conta clandestina conjunta, de FHC, Mário Covas, José Serra e Sérgio Motta, não é mera coincidência. Não fosse a gravidade do caso – que lançou suspeitas sobre a Presidência da República – se estaria frente a um dos mais hilários episódios da história da imprensa brasileira.

Não era necessário ser nenhum gênio para perceber o contra-senso da história. Em um país com enorme know how na abertura de contas off-shore, quatro dos mais ilustres brasileiros abrem uma conta clandestina, batizada com suas próprias iniciais. Melhor que isso só a piada do agente secreto português que usava a placa “secreta” pendurada no pescoço.

No entanto, durante uma semana o caso foi tratado como verdade. Pior, parte da mídia ficava achando “muito estranho” a falta de nexos do dossiê, e exigindo explicações do governo. Ou seja, transformaram uma armação sem nexos em fato a ser investigado, depois reclamavam da falta de nexos da armação sem nexos a quem eles próprios tinham dado vida. E o “muito estranho”, em lugar de refletir a confusão na cabeça do jornalista, servia para alimentar as suspeitas contra as vítimas.

No segundo ou terceiro dia de cobertura, o Estadão” procurou o perito Celso Del Picchia que deu o diagnóstico definitivo: é uma falsificação tão grosseira, que nem precisou de uma análise mais acurada para identificar. Mesmo assim, o perito utilizou seus equipamentos para confrontar assinaturas, e constatou que eram assinaturas absolutamente



idênticas. Até as falhas da tinta se reproduziam, mostrando que haviam sido scaneadas e repetidas. Não era preciso mais nada, o caso estava morto.

Resposta de alguns colegas: em muitos documentos utilizam-se assinaturas digitais, portanto o trabalho do perito não provava nada. Extraordinário! Confundiram assinaturas pela Internet, que não tem valor legal, com assinaturas impressas em documento papel. Bastava ligar para o cartório de Grand Cayman – onde constataram que a tal conta existia - e perguntar se aceitam assinatura eletrônica.

Não apenas isso. Durante dias ficou-se numa discussão maluca sobre datas que constavam dos faxes. Posso programar meu fax para a data que eu quiser. Fax não é que nem prova do carbono.

O final de galhofa foram artigos daqueles que apostavam na veracidade do dossiê sustentando que, graças ao trabalho da imprensa, comprovou-se que o dossiê era falso.

Não senhor! Graças à falta de critério de alguns jornalistas, um dossiê falso foi transformado em fato político, lançado suspeitas infundadas nas mentes de milhões de brasileiros.

Parece que não se percebe a força das manchetes e das capas de revista. É só fazer o teste. Durante a semana os jornais esbanjaram manchetes fortes, publicaram documentos falsos com destaque, explicando no texto que não tinham valor legal. Uma pesquisa com os leitores vai comprovar que grande parte ficou com a sensação de que havia algo a mais nessa história, que não pode ser contado ou apurado.

## 21/02/2001 As denúncias e o Ed TV

O jogo tornou-se tão irreal que o público já nem consegue distinguir a denúncia relevante do jogo menor de interesses. Entrega-se generalizadamente gato por lebre, sem nenhum compromisso com a qualidade. O tema surge, explode no noticiário, há uma corrida louca para “esquentamento” das informações, para tempos depois a verdade ir aparecendo sub-repticiamente, envergonhada, como a desse procurador admitindo que tudo aquilo que afirmou sobre o acusado não tinha base legal.

Como conseqüência, há uma banalização ampla de toda espécie de denúncia. A ponto de denúncias contra o presidente do Senado não surtirem mais efeito, porque são instrumentalizadas. Assim como denúncias contra seu denunciante também não ter nenhuma conseqüência, porque o que importa é a disputa pontual, não a apuração.

Onde vamos com isso? Esse tipo de jogo já foi utilizado em disputas comerciais, com jornalistas tornando-se cúmplices das partes, em disputas políticas, em operações de chantagem. Alguns dos piores meliantes do país tornaram-se politicamente perigosos porque tinham na mão pessoas que poderiam transformar qualquer bobagem em manchete escandalosa. O suposto autor do “dossiê Cayman”, por exemplo, hoje em dia é um preso comum em Miami. E conseguiu produzir uma crise política no Brasil.

Depois que a denúncia se revela falsa, nada ocorre, os denunciantes ficam protegidos pela falta de memória. Porque o show precisa continuar.

## O caso Chico Lopes

Conheci o ex-presidente do banco Marka, Salvatore Cacciola, alguns meses antes da mudança do câmbio e da quebra do banco. Um assessor de imprensa propôs almoço com ele, informando que o banco vinha crescendo sistematicamente nos últimos anos, em cima de uma boa base técnica.

O almoço foi em um restaurante no início da avenida Juscelino Kubistcheck e a conversa foi enfadonha. Tinha-se um homem de cabelos tingidos, inebriado pelo próprio sucesso e gabando-se de sua capacidade de acertar sistematicamente o nível das taxas de juros praticadas pelo Banco Central. Atribuía o sucesso à excelência técnica de seu Departamento Econômico. Quem conhece mercado sabe que não existe competência técnica que permita acertos sistemáticos de juros.

Anotei a entrevista no meu Palm e esqueci as anotações por lá.

Por aqueles dias, o mercado cambial já estava pegando fogo. Pouco antes das eleições presidenciais, o governo brasileiro fechou acordo com o FMI, conseguindo um aporte para chegar inteiro ao final do ano. Foi inútil. Os dólares continuaram saindo aos borbotões, permitindo a qualquer observador de bom senso concluir que era questão de tempo para explodir a política cambial em vigor – que impedia a desvalorização do real.

Nos últimos meses de 1998 participei de um conjunto de eventos de uma seguradora, ao lado do ex-presidente do BC, Gustavo Loyolla. Em todos eles, Gustavo –sócio da consultoria Tendências—insistia que o câmbio se desvalorizaria no máximo em 4% em 1999. De minha parte, embora meu tema não fosse a macro-economia, tratava de alertar o público de que o câmbio poderia explodir ainda no primeiro semestre de 1999. Digo isso para mostrar que desde muitos meses antes, a tensão já contaminava o mercado cambial, assim como a possibilidade de uma explosão do câmbio.

Janeiro começou com o mercado pegando fogo. A esta altura já corriam informações de que o governo poderia abrir mão da política cambial. O presidente do BC Gustavo Franco pediu demissão e foi substituído por Chico Lopes, o Diretor de Política Monetária. Chico tinha experiência com juros, não com câmbio, com teoria, não com a operação.

Ao mesmo tempo, o alucinado Itamar Franco assumia o governo de Minas Gerais anunciando calote na sua dívida externa. O incêndio começou a lavrar na economia.

Poucos dias depois de assumir, Chico Lopes anunciou uma nova política cambial, a “banda cambial endógena”, uma formulação teórica absolutamente fora do mundo real, no qual a especulação cambial explodia de forma incontrollável. A “banda” durou poucos dias. Sobreveio o dilúvio, com o mercado explodindo e quem é do ramo sabendo que faltava experiência operacional ao Chico para segurar o tiroteio.

Quem acompanhou o tiroteio de dentro sabe que, naqueles dias, ocorreu de fato o chamado “risco sistêmico” – ou seja, a possibilidade de um efeito dominó, com a quebra de alguns bancos se alastrando por outros. De minha fronteira jornalística, lembro-me de ter ligado algumas vezes para Pedro Parente, o recém nomeado Ministro-Chefe da Casa Civil, para alertá-lo da necessidade urgente de colocar um operador (conhecedor de mercado) na mesa do BC, sob risco da crise tornar-se insustentável.

Foi nesse meio tempo que explodiu o caso Marka e Fonte-Cindam, bancos que sofreram problemas diversos de caixa e acabaram amparados pelo BC, para evitar o efeito-dominó.

Ambos tinham em comum o fato de terem acreditado nas análises da Tendências Consultoria.

A quebra dos dois bancos veio em meio à um desastre muito maior: a quebra da confiança da opinião pública no governo Fernando Henrique Cardoso, que havia sido bastante apoiado até a reeleição. Seguiu-se um festival de denúncias vazias poucas vezes visto. Por aquele tempo entrara no mercado uma nova revista, a “Época”, provocando desequilíbrio no mercado das semanais. Essa entrada reacendeu a competição entre as revistas, em torno do jornalismo de escândalo. Poucas vezes se viu episódio igual. O nível de ficção foi recordista, talvez superior ao pior período da campanha do impeachment de Collor.

O clima de linchamento criado permitiu à Polícia Federal o ato bárbaro de invadir a casa de Chico Lopes e apreender o próprio computador pessoal de sua filha adolescente. Insurgi-me contra o episódio. No patrulhamento que se seguiu, posição destemida foi adotada pelo deputado federal Paulo Delgado (PT-MG) que comparou a invasão ao episódio em que seu pai, juiz de direito, foi vítima da ditadura militar e teve sua casa invadida, em 1968.

Paulo compareceu a um debate no Observatório da Imprensa, programa da Rede Educativa, para o qual fui convidado, mas não pude aparecer em virtude de palestra já acertada no interior do Paraná. Foi do hotel que assisti à polêmica dele com uma procuradora radical, chamando a atenção para o fato de que o comportamento do ministério público se comparava à psicologia de massa do fascismo.

Como em toda campanha catártica, permitia-se o linchamento público de pessoas mas, no plano estritamente técnico, era de uma pobreza enorme, com procuradores, parlamentares e mídia passando ao largo da metodologia correta para se apurar vazamento de informações – porque era de aplicação complexa, fugindo ao imediatismo que caracteriza essas campanhas.

O auge da campanha foi a capa de uma revista semanal juntando todos os boatos –não comprovados—veiculados na época, em cima de uma lógica absurda, onde coubessem todas as insinuações.

Em cima de dois fatos apenas –o número da conta do banco Pactual em Nova York, e três celulares em nome de um dos acusados—a reportagem concluía que o banco (que até então não entrara na história) era quem pagava os lobistas amigos de Chico Lopes –e não o Marka. Cacciola conseguiu grampear o telefone para receber as “insider information”. O amigo de Chico Lopes tinha os três telefones para que pudesse trocar informações sem grampo. Ao se dar conta de que não havia recebido a informação da mudança de câmbio através do “grampo”(!), Cacciola teria ameaçado Chico Lopes, resultando daí o apoio dado pelo BC.

Tempos depois recebi uma carta de um dos personagens envolvidos na história –enviada à revista e não publicada-- em que diz que o tal número da conta do Pactual, na verdade, era o número do registro do banco no mercado novaiorquino. E que os três celulares mencionados constavam, com número e tudo, na declaração de renda do amigo de Chico Lopes.

Mas aí o caso já se esgotara.

### 13/01/1999 O terceiro ataque apache

Quando o déficit comercial ampliou, disseram que bastariam dois anos para que o aumento de produtividade permitisse o crescimento das exportações. Quando as exportações não cresceram, disseram que bastaria a recuperação dos preços internacionais para os superávits voltarem. Quando os asiáticos desvalorizaram suas moedas, disseram que levaria muitos anos até que sua economia se reorganizasse e lhes devolvessem o ímpeto exportador. Quando o Brasil quebrou externamente, disseram que bastaria um plano fiscal para reequilibrar as contas externas. Quando a comunidade financeira internacional dizia que a política cambial não deveria ser alterada, disseram que não poderiam tomar uma atitude que fosse contra as expectativas do mercado. Quando as expectativas do mercado apontavam que a combinação de câmbio apreciado e taxas de juros elevadas era um beco sem saída, e passou a recomendar mudança cambial, disseram que não se curvavam às pressões dos especuladores internacionais.

De desculpa em desculpa, chegou-se ao desfecho da última etapa da crise cambial –que tem início com a ida ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Ontem começou oficialmente o terceiro ataque apache. Só que, agora, com reservas em queda livre e taxas de juros que esfrangalham com a economia e produzem apenas pânico entre os investidores.

(...) Ontem o mercado se perguntava que fato novo poderia reverter as expectativas em relação à política econômica. E ninguém sabia a resposta.

## 14/01/1999 O presidente sumiu

O problema número um do Brasil hoje em dia chama-se FHC. Câmbio, votações perdidas no Congresso, taxas de juros suicidas, tudo é pinto perto da percepção cada vez mais forte, interna e externamente, de que o país padece de uma crise de governabilidade.

O resto, tudo se conserta. O problema é consertar FHC 1. Se, dessa crise, não emergir um FHC 2, renovado, estruturalmente modificado, o presidente—que iniciou seu mandato como a maior esperança de modernização do país—, terminará como responsável pelo mais grave desastre econômico da história.

É histórico o isolamento a que são submetidos governantes. Mas a incapacidade de enfrentar a adversidade, encarar os conflitos e tomar decisões está chegando às raias do autismo. Para não conviver com notícias desagradáveis, FHC perdeu contato completo com a realidade. Deixou de ouvir empresários, sindicalistas, analistas isentos, banqueiros, industriais. Seu círculo estreitou-se perigosamente, todos procurando poupar o chefe de dissabores.

Com o país na iminência de um ataque cambial definitivo, anunciava que viria para Brasília para, depois, retomar as férias. Conseguiu ser mais alienado do que o comandante do Titanic.

Estados

À medida em que fatos vão emergindo, percebe-se que o acordo de renegociação das dívidas estaduais foi o grande instrumento de barganha política visando garantir a reeleição. Foi a crise do segundo mandato.

Governadores aumentaram acentuadamente seus gastos, sabendo que poderiam jogar a conta para a União, quando se consumasse o acordo. A grande esperteza da indústria dos precatórios era justamente essa. Emitiam-se os títulos, gastava-se o dinheiro em obras, para garantir a popularidade do governo, depois jogava-se a conta no acordo de renegociação da dívida.

Tudo isso a área econômica aceitou passivamente porque o desenho imposto por FHC a seu Ministério não comporta a figura do Ministro forte, capaz de dizer não ao próprio presidente —figura utilizada por qualquer político mais habilidoso para impor limites às concessões políticas.

O mercado não quer apenas câmbio, quer governo. E o governo sumiu. Se vivo fosse, José Bonifácio, o Patriarca da Independência, certamente tomaria FHC como símbolo máximo da imprevidência que assola culturalmente o brasileiro.

Política cambial

Em sua extensa entrevista à imprensa, o novo presidente do Banco Central, Francisco Lopes, procurou provar que as mudanças na política cambial não foram mudanças. Certamente foram transformismo.

Tirando a evolução endógena, o crescimento oblíquo e tudo o mais, as mudanças resumem-se a três pontos:

O BC acabou com a intrabanda —a banda menor, na qual o dólar podia se movimentar.

Elevou o teto da banda maior (fixada anualmente), permitindo uma desvalorização imediata de 8,9%. Ou seja, antecipou em um ano a desvalorização cambial. Imediatamente o mercado escorregou para o limite posterior.

Criou uma regra “endógena” de redefinição das bandas.

Por essa regra, a cada três dias úteis haverá uma redefinição das bandas, de acordo com o comportamento do período anterior. Se o mercado permanecer três dias no teto, no momento seguinte haverá um ajuste no piso de 0,0855% --o equivalente a 0,6% ao mês ou 7,44% ao ano—e no teto de 0,0428%, ou 3,66% ao ano. E vice-versa.

A estranha lógica por trás dessa fórmula é que, se o mercado estiver calmo (e portanto perto do piso) haverá espaço para aumentar o teto. E vice versa. Pergunta-se: se o mercado estiver próximo do piso, portanto satisfeito com o valor do dólar, a troco de quê vai-se ampliar o teto? O matemático tem razões que a própria razão desconhece.

#### Repercussões

A lógica de redução de juros falha em dois pontos. O primeiro, no nível de ajuste concedido –8,9%, muito abaixo do que o mercado apostava. É a mesma lógica da mola. Quanto mais pressionada a mola, maior a pressão para cima. Com 15%, o nível de pressão existiria, mas seria menor. O segundo aspecto é que, mesmo com a desvalorização de 8,9%, o BC mantém a política de microdesvalorização. Vai se ter desvalorização e expectativa de desvalorização. Ontem mesmo, na bolsa de Chicago, o Real com vencimento em fevereiro embutia desvalorização de 4% em relação ao teto atual.

O que ficou para o mercado é que, mesmo com a crise estando anunciada há vários meses, o BC não tinha uma estratégia de saída definida. Nos próximos dias, dependerá fortemente da ajuda internacional para fazer frente à guerra que vai se instalar. Dentro de duas semanas, se saberá com mais clareza se o ataque dos apaches foi adiado.

Mas explicar para apaches a fórmula “endógena, oblíqua, orgânica” de Chico Lopes, é quase o mesmo que explicar “overlapping” para jogador de várzea.



## 15/01/1999 A fórmula Chico Lopes

O Banco Central tinha duas saídas para flexibilizar o câmbio. A primeira, dar um reajuste grande e deixar o câmbio flutuar. A segunda, dar um reajuste menor e tentar manter o controle sobre as bandas. Em qualquer hipótese, BC e Fazenda deveriam preparar um plano de divulgação não apenas nacional, mas mundial. O plano não existiu.

Defensores da primeira hipótese invocavam o princípio de Maquiavel, segundo o qual o mal se faz de uma vez e o bem aos poucos. Dando um reajuste próximo ao que o mercado esperava –entre 20 a 30%–, as pressões adicionais por novos reajustes seriam aliviadas, e poderia ocorrer até uma apreciação posterior do câmbio. Além disso –sustentam esses analistas—se o movimento é sempre para cima, a troca de quê manter uma banda. Com a banda, seja qual for o teto dado, o mercado vai buscá-lo.

Risco havia em qualquer alternativa. A fórmula imaginada por Francisco Lopes antecipou os reajustes cambiais. Depois faria o câmbio desvalorizar-se mais lentamente, permitindo com isso uma redução nas taxas de juros praticadas pelo Banco Central –já que o componente de desvalorização futura poderia cair de 7% para algo em torno de 3%.

A nova fórmula de bandas cambiais “endógenas” prevê a mudança do teto e do piso a cada três dias úteis, de acordo com fórmulas matemáticas pré-definidas.

(...) Homem da política monetária, Lopes pensou na melhor fórmula para dar previsibilidade aos juros. Mas faltava a previsibilidade no câmbio. Na Bolsa de Chicago, o dólar estava cotado ontem a R\$ 1,42 para fevereiro, porque não se acreditava, em sua consciência, na capacidade do BC de segurar um reajuste modesto.

No Brasil, foi um dia de corrida intensa à procura de hedge. O mercado amanheceu relativamente tranqüilo, mas andando sobre o fio da navalha. Durante o dia, boatos de dificuldades de um pequeno banco carioca e a saída do Diretor de Fiscalização Gustavo Mauch, precipitaram o segundo round do ataque.

(...) O dia terminou com pessimismo generalizado entre os bancos estrangeiros e com as avaliações internacionais indicando que o país perdeu o primeiro round da mudança de expectativas.

(...) O fim de semana vai ser crucial para refazer as expectativas. Será importante se governadores, lideranças políticas e o círculo próximo de amigos do presidente se unam neste momento, visando preparar a estratégia para segunda feira.

## 20/04/1999 CPI, mídia e promotores

A CPI do Sistema Financeiro, mais a atuação de promotores, delegados e jornalistas mostra, de maneira nítida, a diferença entre o procedimento policial e o jurisdicional. No jurisdicional, colhem-se provas e evidências que são submetidas ao juiz, que decide se elas têm relevância ou não. Depois, há uma sistema de recursos que faz com que sua decisão seja apreciada em outras instâncias.

No procedimento meramente policial ou jornalístico, não. O promotor ou o delegado ou o jornalista consegue uma prova qualquer e sempre vai considerar que é a prova definitiva: quem há de desmerecer sua própria cria? É por isso que a imprensa é invadida por essa avalanche de provas “absolutamente irrefutáveis”... na opinião de quem as colheu.

No caso Escola Base, o tal delegado passou uma semana engabelando a imprensa, alegando dispor de “provas irrefutáveis”, que jamais foram apresentadas –e nem existiam. Se delegados e promotores têm provas irrefutáveis sobre o caso Marka, que as apresentem. O que não pode é esse desrespeito às normas de discricção e privacidade, vazando documentos que estão longe de se constituírem em provas definitivas.

A priori, não estou afirmando que não houve dolo na operação. Amanhã pode aparecer uma prova que, de fato, comprove a culpa de Lopes. Até agora, de tudo o que foi levantado, não há uma evidência consistente –repito, uma evidência consistente sequer— que permita comprovar que houve vazamento de informações de fontes de primeira linha, nessa operação Marka e Fonte Cindam, ou que o Lopes agiu de má fé na desastrada operação de ajuda aos bancos.

A irregularidade a ser investigada –no caso desses dois bancos— é a ajuda dada pelo BC, sem a exigência de garantias que resguardassem o dinheiro público. A ajuda foi para os bancos, para seus afiançadores e para o mercado como um todo –que teria que arcar com os prejuízos, caso o BC não entrasse com o dinheiro público.

O vazamento de informações é outro departamento, com as instituições que ganharam mudando sua posição dias antes da alteração do câmbio

### Contra-senso

Vamos pegar três das principais acusações e submeter a um mero teste de dupla escolha.

Na véspera do estouro cambial, havia três instituições vendendo dólares no mercado –isto é, apostando na manutenção da banda cambial: o BC, por dever de ofício, o Marka e o Fonte Cindam.

Primeiro caso: como explicar que os tais irmãos Bragança, apontados como presumíveis intermediários de informações privilegiadas, obtidas de Lopes, tinham como clientes as duas únicas instituições do mercado que não sabiam das mudanças cambiais? É possível, e até provável, que os irmãos tenham vendido um peixe de que não dispunham –de que eram intermediários de Lopes. Mas o que está em jogo é o seguinte: Lopes passava, de fato, informações confidenciais? E se passava, por não os avisou sobre a mais importante das informações: o fim das bandas cambiais?

Suposição da acusação: foram dias muito agitados, que atrapalharam as comunicações entre Lopes e seus “assessores”, que não puderam ser avisados a tempo das mudanças (é

uma suposição, não uma prova). Além disso, um dos irmãos (presumivelmente) desviou informações do IBMEC para o mercado. Logo, jamais Lopes poderia tê-los mantidos como interlocutores.

Suposição da defesa: se o presidente do BC fosse beneficiário de US\$ 500 mil mensais desses dois bancos –como se insinuou--, não encontraria um minuto vago, na era do celular, para ligar para os seus “assessores” e comunicar a mudança cambial? E que raios de informações confidenciais dispõem o IBMEC, que é um instituto que ministra cursos para executivos?

Se existem duas suposições, é justo considerar a primeira como prova definitiva e acabada, e fechar-se completamente os olhos para a segunda?

Segundo caso: o tal bilhete do Cacciola, do Marka, a Lopes, implorando ajuda para pagar seus compromissos com o mercado:

Acusação: o bilhete prova que Cacciola se comunicava com Lopes.

Defesa: se o sujeito está quebrado e quer ajuda do BC, vai se comunicar com quem: com o bispo? Além disso, escreve bilhete quem não consegue falar ao vivo com o interlocutor. E nem que falasse ao vivo com o presidente do BC, em princípio não significa nada.

Terceiro caso: Cacciola ter dito a testemunhas que tinha informações confidenciais de altos escalões do BC.

Acusação: se disse, foi por que tinha.

Defesa: ou comprou peixe por lebre de quem disse que tinha e não tinha, ou então disse que tinha para justificar a loucura de ter apostado vinte vezes seu patrimônio nessa aventura. No caso dos precatórios, o dono da assessoria de comunicação do banco Vetor queria “taxa de sucesso”, alegando dispor de dois jornalistas com “muita influência” sobre o Senado. Tinha dois jornalistas em início de carreira, cuja única função era meramente acompanhar os processos que interessavam aos seus clientes.

Há uma irregularidade grave a ser investigada: a ajuda aos dois bancos sem nenhuma espécie de garantia. Um episódio concreto a ser levantado: saber se a tal remessa de dólares do Marka ao exterior foi feito com os dólares comprados do BC. Uma suspeita relevante a ser apurada: se houve “insider” nos bancos que ganharam com a mudança cambial. E um desafio muito mais importante que isso: impor definitivamente regras de transparência e controle ao BC.

Espera-se que a mera sede do escândalo pelo escândalo não coloque tudo a perder.

### 03/02/1999 Porque Lopes caiu

A indicação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central pode significar a trégua que o governo precisava para se recompor e preparar o segundo tempo do jogo. É importante por dotar o BC de capacidade operacional e por significar o fim da inércia do governo –inércia que, se não fosse rompida logo, levaria a economia ao “default”.

Haverá críticas por ter sido um dos principais operadores do financista George Soros. Qualquer ato menos claro deflagará críticas, em um momento em que o BC terá que operar o mercado sem mostrar as cartas. Por outro, poderá trazer informações importantes para rearmar o banco para enfrentar os grandes ataques especulativos.

É importante, porém, não atribuir a Francisco Lopes a letargia que tomou conta do BC nos últimos dias. Há duas razões para a saída de Chico Lopes. A primeira razão está no próprio fracasso do acordo com o FMI.

Nas reuniões sigilosas ocorridas em Washington, no final do ano passado, o governo brasileiro havia se comprometido a alterar a política cambial. Com a saída dos irmãos Mendonça de Barros e André Lara Rezende, o então presidente do BC, Gustavo Franco, endureceu, em sua posição suicida de manter o câmbio a qualquer preço. O FMI acabou recuando e aceitando a não posição brasileira, porque estava no auge da crise americana, com o sistema bancário ainda muito exposto ao risco Brasil.

Quando a operação Brasil fracassou, com os bancos americanos menos expostos ao risco Brasil, os técnicos do fundo partiram para o contra-ataque. Na reunião mantida com Malan e Chico Lopes em Washington, exigiram que o BC não mais interviesse no mercado de câmbio. Exigiram também que, a cada rodada de fuga de dólares, os juros fossem aumentados.

Malan aceitou passivamente as colocações dos técnicos, mas Lopes não. Defendeu a necessidade de uma administração no câmbio e não concordou que técnicos, sem experiência e conhecimento maior sobre o país, ditassem as regras da política cambial brasileira.

Pelo raciocínio (correto) de Lopes, há duas formas de sair dólar do país. Uma, é o investimento de brasileiros, retirando dinheiro. Outra, é o vencimento de eurobônus. Como nenhum banco pretende renovar as linhas de empréstimo, não há como impedir a saída do dinheiro dos eurobônus. Nessas operações, cabe ao BC fornecer os dólares, para evitar que o câmbio seja pressionado. Os juros só funcionariam em caso de fuga de dólares de brasileiros. No entanto, Malan fechou com os técnicos do Fundo e Lopes voltou desgastado para o Brasil.

Na semana passada, quando a estratégia preconizada pelo FMI fez água, Malan já falava em rediscutir regras de intervenção no mercado, e mantinha contato com Armínio Fraga, para substituir Lopes. A esta altura, Malan e os técnicos do FMI aparentemente tinham caído em si, sobre o desatino da proposta de não intervenção no mercado.

De qualquer modo, Fraga compartilha da visão de Lopes. E sua vinda para o BC dá mais confiança ao FMI para esse tipo de intervenção no mercado.

Parente

No final do dia, o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, informou à coluna que ocorreu não apenas uma mudança de presidente, mas da própria postura do BC. Vai haver reformulação total, coordenada por Fraga, visando dotar o banco de capacidade operacional para fazer frente ao desafio dos próximos meses.

A pacificação da frente cambial, no entanto, é apenas um dos desafios que se terá pela frente. A travessia levará alguns meses, até que os efeitos da má desvalorização se façam sentir sobre o câmbio, a atividade econômica e a arrecadação fiscal. E há desafios sem conta a serem superados, desde a renegociação das dívidas com os estados, com os bancos estrangeiros, visando recompor linhas de financiamento, até as ações buscando combater alta de preços e desequilíbrios no fluxo cambial.

É importante que FHC se dê conta que o gerenciamento é necessário não apenas no Banco Central, mas em todo o governo. Hoje em dia, gerenciamento, operação, capacidade de fazer, é valor maior para aumentar a eficiência do governo e melhorar as expectativas do que academicismo que dominou o governo até agora.

## 08/04/1999 Chico Lopes e o caso BM&F

O primeiro ponto de análise do caso da venda de dólares do Banco Central para amparar dois bancos, na mudança da política cambial, é entender adequadamente a natureza das presumíveis delitos cometidos.

Elas podem ser de ordem criminal ou administrativa. Criminal, no caso de ações visando benefícios pessoais para os acusados; administrativas, no caso de mau uso do dinheiro público, mas sem visar benefícios pessoais. Ambos estão sujeitos a processos e a punições mas diferenciadas—penais, no primeiro caso, cíveis, no segundo.

Não há nenhuma evidência de que o ex-presidente do BC Francisco Lopes tivesse ligações com os bancos beneficiados, ou tenha procedido de maneira a levar vantagens pessoais. Agora, ocorreram irregularidades administrativas de monta.

A primeira irregularidade foi no âmbito da própria BM&F, que incorreu em gestão temerária. Rezam seus estatutos que não se pode permitir a concentração de mais de 10% das operações em aberto (sem cobertura) nas mãos de um único cliente, por questão de segurança.

Em dois casos clamorosos anteriores —a venda de ações da Vale do Rio Doce, no início dos anos 80, e o caso Naji Nahas, no final da década—as Bolsas agiram firmemente, desfazendo a concentração, mesmo tendo de enfrentar os poderosos da época.

Desta vez, havia concentração excessiva de operações em aberto nas mãos dos perdedores e, especialmente, do Banco Central, atuando através do Banco do Brasil —que respondia por 90% das vendas de dólares futuros.

Pelo menos dois ex-dirigentes da Bolsa alertaram o presidente da BM&F, Manuel Félix Cintra, sobre os riscos dessa concentração. Nada foi feito. Tivesse a bolsa tido coragem de enfrentar o BC, em vez de US\$ 10 bilhões colocados no mercado —que permitiram lucros extraordinários para grande parte dos jogadores—o BC não teria podido colocar mais que US\$ 1 bilhão. E a própria BM&F não teria sido colocada em risco.

### Fragilidade

Quando o câmbio explodiu, a BM&F ficou no corner. De fato, havia risco de uma reação em cadeia, devido à falta de dólares para fechar contratos. O BC até poderia ter razão em intervir, mas não da maneira como fez

A maneira correta seria emprestar à BM&F, para garantir a liquidez do mercado, mas contra garantias reais. A conta final teria que ser da Bolsa e de seus associados.

Se o BC não entrasse vendendo dólar a US\$ 1,27, os dois bancos ficariam inadimplentes. A BM&F teria que executar suas cartas de fiança, o que provocaria a quebra dos bancos que financiaram essa aventura. O passo seguinte seria a BM&F dispor de seu caixa, para começar a cobrir os prejuízos. Seria insuficiente. Aí os membros da compensação —cerca de cem instituições que compõem a compensação da Bolsa—teriam que assumir as perdas.

Pelas contas do mercado, cada membro teria que arcar com algo em torno de US\$ 10 milhões, para compor o US\$ 1 bilhão restante do rombo. Quem tivesse dinheiro, daria a

garantia. Quem não tivesse, o BC poderia pegar em garantia as cartas patentes que eles têm na Bolsa de Valores de São Paulo –que é a verdadeira controladora da BM&F.

Nada disso aconteceu. A BM&F não fez o trabalho de prevenção, antes, nem assumiu a responsabilidade, depois. Muitos de seus membros tiveram os maiores lucros da história, com a atuação do BC. Depois, foram liberados de bancar os prejuízos, pela decisão do BC de transferir a conta para os contribuintes.

São esses os fatos que caberá à CPI apurar. E terá cumprido sua função se conseguir definir formas claras de controle sobre o BC.

## 13/04/1999 Marka e o mau “insider”

No mercado, existem o bom e o mau “insider information” (informação privilegiada, no jargão do mercado). Dependendo da ponta em que se está, pode-se enriquecer ou quebrar com ele.

É difícil acreditar que não havia alguma forma de “insider” no episódio dos bancos Marka e Fonte-Cindam. Ninguém faz apostas de vida ou de morte, como as que foram feitas, se não tiver fé cega no “insider”. O problema é que, se tal ocorreu, os derrotados apostaram no “insider” errado. Por isso mesmo, muito dificilmente o “insider” do Marka poderia ter sido o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, como sugere a revista “Veja” desta semana.

A revista fez um trabalho dedutivo a partir de algumas evidências e rumores: 1) O dono da Marka teria afiançado para algumas pessoas que dispunha de um “insider” no BC. 2) O ex-presidente do BC, Francisco Lopes, foi demitido poucos dias depois da explosão do câmbio, tendo se indisposto com o Ministro da Fazenda Pedro Malan, sem que tivessem sido esclarecidas as razões do conflito. A revista insinua que a razão poderia ter sido essa presumível relação incestuosa com o Marka. 3) Lopes permitiu que o BC vendesse dólar barato para as duas instituições, o Marka e o Fonte-Cindam.

Vamos utilizar as mesmas peças e remontar o quebra-cabeça.

Em relação à mudança de câmbio, o mercado dividiu-se claramente entre duas correntes: a que apostava na manutenção da política cambial e a que apostava na sua alteração.

Poderia haver “insiders” nas duas pontas mas se eventualmente foi “insider” de alguém, Lopes jamais poderia ter sido da turma que apostava na manutenção do câmbio, sendo ele, desde outubro, o encarregado de pensar a nova política cambial.

### Corrente decisória

A corrente de decisões do câmbio tinha quatro instâncias hierárquicas. A mais alta, do presidente da República com o Ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, mais alguns conselheiros especiais. A segunda, do presidente do BC com sua diretoria. A terceira, da Diretoria da Área Internacional do BC com sua mesa de câmbio – comunicando aos operadores a decisão de comprar ou vender dólares, sustentar ou liberar o câmbio. A quarta, da mesa de câmbio do BC com a mesa de câmbio do Banco do Brasil – que cumpria suas ordens de compra e venda.

Teoricamente, um operador da mesa de câmbio do BC ou BB poderia ser um “insider” – bastando apenas ligar de imediato para seus “clientes”, assim que houvesse mudanças nas ordens de compra ou venda de dólares (não se está acusando ninguém, mas apenas mostrando como ocorrem esses processos).

Quando sobreveio a crise cambial e o estouro da “diagonal exógena”, as comunicações ficaram embaçadas na segunda instância, e truncadas da terceira instância em diante. A mesa de câmbio do BC recebeu a ordem de não sustentar mais a banda cambial e a repassou para a mesa de câmbio do BB. A partir daí, cessou qualquer possibilidade dos dois bancos quebrados poderem se socorrer dos dólares do BC em condições de mercado.



Cessou o eventual poder de “insider” dos operadores, porque a ordem recebida foi: a partir de agora, vocês não entram mais no mercado.

Se o “insider” do Marka e do Fonte-Cindam fosse alguém da segunda instância, simplesmente teriam começado a mudar de posição no dia anterior ao da primeira mudança cambial. Se fosse alguém de primeira instância –como Chico Lopes—teriam começado a reverter sua posição em outubro, porque não se sai da noite para o dia de posição daquele tamanho. Então, ou foi de terceira ou quarta instância, ou de segunda instância, mas que não estava no centro do poder decisório.

### **Outras evidências**

Esclarecido esse ponto, as demais evidências perdem força. Em relação à animosidade com Malan, ambos divergiam profundamente na maneira de se relacionar com o FMI. Lopes tinha idéias próprias, de atuação autônoma do BC, muito mais próximas de José Serra, Luiz Carlos Mendonça de Barros e Paulo Renato, do que de Malan.

Em relação à intervenção no mercado, no burburinho daqueles dias, com o BC desmontado e nas mãos de uma pessoa, como Lopes, pouco afeita a decisões de mercado, a falta de familiaridade com a função pode explicar sua posição de socorrer o mercado – embora não a justifique.

Por isso, se “insider” houve na primeira ou segunda instância –e não há provas disso até agora— ele teria beneficiado os vitoriosos, não os perdedores.

## 28/04/1999 O país da inquisição

No dia do depoimento de Francisco Lopes na CPI do Sistema Financeiro, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) reclamava a um jornal que “os procuradores ficaram com o filé das denúncias e deixaram o osso para nós”. No sábado, um jornalista produziria uma peça clássica como futuro material didático sobre a sede de justicamento dos anos 90: um artigo que falava do desânimo dos senadores da CPI com a possibilidade de Lopes ter explicações plausíveis para cada uma das denúncias formuladas. Durante duas semanas, à falta de notícias, os setoristas da CPI colhiam adjetivos dos senadores incumbidos de analisar os fatos –“estupefato”, “chocado”, “aturdido”, “abismado”, cada adjetivo carregado de uma forte dose de condenação prévia.

Era esse o clima que esperava Lopes quando foi depor na CPI.

Não se tenha dúvida da necessidade de se por cobro a essa enorme promiscuidade que marca as relações de sucessivos governos e dirigentes do Banco Central com o mercado financeiro. Chocam a consciência nacional as fortunas inacreditáveis, amealhadas ao longo dos últimos anos, utilizando como único insumo a informação privilegiada. Em países civilizados, é possível a um investidor ganhar uma ou duas apostas contra o Banco Central, antecipando seus movimentos. Se antecipar três vezes, há um inquérito para apurar suspeitas de vazamento de informações.

No Brasil, muitas instituições ganharam sistematicamente durante anos, sem que nenhuma autoridade tomasse uma medida sequer para investigar ou, sequer, para enquadrar legalmente as práticas de vazamento de informações. E muitas políticas econômicas, inclusive a que vigorou até a mudança do câmbio, foram engessadas justamente para não afrontar os interesses desse grupo de rentistas –da mesma maneira que os interesses financeiros dos escravocratas rentistas se constituíram no principal empecilho à formação de um mercado de crédito moderno no Brasil, no século passado.

Justamente pela importância do tema, deveria haver um mínimo de seriedade e amadurecimento do lado das pessoas incumbidas de apurar esses fatos. E, principalmente, respeito aos direitos individuais –única maneira de levantar com isenção todas as informações, a fim de se fazer justiça.

A tradição do direito individual não existe em nosso país. A cultura brasileira está profundamente impregnada pelo espírito da inquisição. Instituições falhas, morosidade da Justiça, falta de equilíbrio entre os poderes, tudo isso contribuiu para que o instrumento máximo de justiça passassem a ser os “justiceiros” --os cabos Brunos, incensados na periferia por executar criminosos, mas cujo estilo se reproduz por todas as instâncias sociais brasileiras.

Mesmo para pessoas bem informadas, é quase impossível passar a noção de que o fato de uma pessoa ser suspeita de determinado crime não elimina seu direito de ser ouvida, de se defender e de não ser acusada de outros crimes, sem que o acusador disponha de fatos comprovados ou evidências fortes.

Mas não tem jeito. Nesses momentos, o chamado clamor das turbas fala mais alto. Mesmo pessoas que se sentem incomodadas com esses processos de linchamento calam-se, com receio de que a defesa dos direitos dos acusados seja confundido com interesses menores.

Ainda há muito a caminhar, até que o país aspire o status de nação moderna.

### **Ecoss do medo**

De um juiz federal de primeira instância, que me escreve regularmente, defensor da democratização do Judiciário, inicialmente defensor da CPI do Judiciário e da decisão da juíza do Rio, que autorizou a invasão da casa de Francisco Lopes:

“Assisti o (não) depoimento de Francisco Lopes na CPI dos Bancos no Senado. Afirmou Chico Lopes que se sentia na condição de acusado e por isso não iria assinar o termo de compromisso de testemunha, por orientação de seus advogados. Após manter sua negativa, mesmo contra o apelo de ACM, alguns senadores deram voz prisão ao depoente, no melhor estilo “teje preso”, enquanto os advogados de Chico Lopes, aos berros, eram arrastados para fora da sala, pelos seguranças do Senado.

“É fato notório que Chico Lopes estava lá na condição, no mínimo, de suspeito de muitas irregularidades, por isso não estava obrigado a se auto-incriminar. Nosso Código de Processo Penal desobriga do compromisso de dizer a verdade qualquer pessoa chamada a depor como testemunha em processo onde figure, na condição de acusado, um parente próximo ou um amigo íntimo. Imagine em relação ao próprio suspeito....

“Querer obrigar alguém a dizer a verdade sobre fatos que possam prejudicá-lo significa retroceder alguns séculos na história do direito, para voltarmos aos tempos da Santa Inquisição, onde a verdade era buscada sem limites, valendo até a tortura do acusado para obtê-la.

“Prender alguém por “desacato” à autoridade, como fizeram os senadores hoje, pelo fato de Chico Lopes, de forma respeitosa, ter dito que, por orientação de seus advogados, não assinaria o termo de compromisso, seria ridículo e motivo de gargalhadas, se não estivesse em jogo a liberdade e a dignidade de uma pessoa. A cena dos seguranças do Senado retirando os advogados de Chico Lopes da sala da CPI fez os saudosistas do AI-5 vibrarem de emoção.

“Por favor, ponham a boca no trombone. Se eles fazem isso com o ex-presidente do Banco Central, imaginem o que esses senadores não fariam com um zé-ninguém do povão. O processo contra aqueles PMs de Diadema seria mandado para o juizado de pequenas causas”.

## 21/04/1999 Os passos da CPI

Em princípio, a existência de uma conta do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, administrada por um sócio, não tipifica crime algum. O ponto central é Lopes explicar a origem do dinheiro. Havendo explicação plausível, a denúncia se esvazia por si. Não havendo, o quadro complica, e não apenas para seu lado, mas coloca sob suspeição todas as relações entre BC e mercado.

Se a CPI quiser fazer um trabalho conseqüente, é importante que entenda as peculiaridades do mercado para não agir de maneira destrambelhada, pegando inocentes ou peixes menores, e deixando escapar os graúdos –a exemplo do que ocorreu com a CPI dos Precatórios.

Há duas questões a serem investigadas: a ajuda aos bancos em dificuldades e o presumível vazamento de informações sobre decisões de política monetária e cambial.

A ajuda aos bancos foi uma decisão colegiada do BC, errada, irregular, mas colegiada. Não estava em jogo apenas o Marka e o Fonte Cindam, mas o mercado. A questão é que jamais o BC poderia ter bancado o prejuízo, sem nada exigir de garantia dos participantes do jogo.

Nas operações de mercado futuro, o investidor entra no jogo através de um agente de compensação –a instituição financeira que tem assento no pregão da BM&F. O investidor é obrigado a depositar margem –uma quantia que sirva de garantia para oscilações dos contratos— e carta de fiança.

Antes da mudança cambial, havia limites de alta e baixa para a banda cambial. Em virtude disso, a BM&F passou a exigir valores menores para a cobertura de margem, só o suficiente para cobrir as oscilações previstas na minibanda cambial.

Quando o câmbio explodiu, os investidores foram chamados a cobrir a diferença. Devido às peculiaridades da política cambial anterior, a margem exigida era de apenas 4% (o valor médio de R\$ 1,27 do dólar vendido ao Marka correspondia ao valor dos seus contratos, mais os 4% de margem que tinham depositado, portanto, conta de chegada).

Se os investidores não dispõem desses recursos, o banco que vendeu (e recebeu pela) carta de fiança é chamado. Se não tem fundos para tal, quebra, e o agente de compensação que intermediou as operações, é chamado. Se não tem recursos, todos seus bens ficam em indisponibilidade, e a bolsa –que possui recursos em caixa para bancar os prejuízos— banca o restante. Ainda assim não sendo suficiente, os agentes de compensação são chamados para bancar a diferença.

Como se vê, havia uma longa cadeia de transmissão nos problemas ocorridos com o câmbio, e uma longa relação de instituições com interesse em uma solução intermediada pelo BC. E um complicador adicional: como o BC (que vendia dólares) se retirou do mercado, não havia dólares suficientes para que as instituições comprassem dólares, zerando sua posição.

Em entrevista no último domingo, Luiz Antônio Gonçalves, presidente do Fonte Cindam, garante que o banco tinha recursos em caixa para reverter a posição a R\$ 1,32 (cotação da banda naquele dia), mas não havia dólares no mercado. A alternativa seria comprar dólares diretamente do BC, impactando as reservas. Por isso aceitou a proposta do BC de

comprar os dólares futuros em uma operação de balcão (fora do pregão). Tem que se analisar com cuidado essas declarações, porque, sendo corretas, pode significar que o Fonte Cindam não teve papel comprometedor quanto o Marka.

### **“Insider information”**

Um segundo tema –que, em princípio, nada tem a ver com o primeiro—é a suspeita de vazamento de informações em relação à política cambial (nessa fase final) e em relação à política de juros (nos últimos anos).

Em relação ao futuro de câmbio, a maneira correta de investigar o caso é solicitar a relação das operações de todos os comitentes (os investidores, donos do dinheiro) para uma análise estatística. O comitente é o primeiro da fila, o investidor que aplica no Marka, por exemplo (pode ser o próprio dono do Marka), que depois utiliza o agente de compensação, que faz a operação desejada. Pode ser investidor pessoa física, pode ser um fundo. A investigação tem que passar por ele, que é o dono da decisão.

Desde outubro do ano passado, havia muita gente que apostava na mudança cambial, recorrendo a análises ou a analistas competentes. Esse pessoal está fora de suspeita. Mesmo assim, muitas empresas endividadas em dólares, que sabiam que o câmbio podia mudar, trataram de adiar a compra de “hedge” (operação de seguro), porque custa caro. Uma coisa é fazer “hedge” nas vésperas de uma mudança cambial; outra, quatro meses antes. Esse pessoal foi dando um tempo, aguardando sinais mais consistentes de mudança cambial (sinais existentes no próprio mercado) para fazer o “hedge”.

Por isso, o período a ser investigado é de 15 a 30 dias antes das mudanças cambiais. Se um determinado investidor estava sistematicamente vendendo dólares (isto é, apostando na manutenção da política cambial) e, de repente, inverte completamente sua posição, está caracterizado um indício de “insider”. Mesmo assim, as análises devem ser cuidadosas, porque muitos investidores podem ter sido levados a trocar de posição simplesmente porque viam, diante de si, o estouro da boiada.

Em relação à política monetária, as informações relevantes são as referentes à compra de títulos nos leilões do BC. Mensalmente havia reunião do Copom, que definia a taxa de juros do BC. Antes da definição, havia uma aposta no mercado, sobre o nível a ser decidido. Se uma instituição acertou sistematicamente o nível, fica na situação do ex-anão João Alves, e suas trinta loterias esportivas.

Por trás de tudo isso está uma questão muito mais séria, de ordem institucional, que foi o poder absoluto outorgado ao Executivo e ao BC para, durante quatro anos, manter essa política de juros e de câmbio, que empenhou todo o patrimônio nacional.

## 27/04/1999 A Justiça na lata do lixo

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) é daquelas figuras singulares, que coloca os compromissos com sua consciência acima de conveniências políticas, ou de jogadas oportunistas. Partiu dele a denúncia contundente, na coluna da Dora Kramer, no “Jornal do Brasil”: o que estão fazendo com Francisco Lopes é um completo desrespeito a normas mínimas de direito. Delgado sabe o que diz, porque seu pai –juiz de direito—teve a casa invadida durante a ditadura.

Escrevo esta coluna sem saber do teor do depoimento de Lopes na CPI e, à luz dos dados apresentados até agora, sem ter idéia se ele é inocente ou culpado do que o acusam: vazamento de informações.

Se ele for, de fato, culpado, nem assim se livrará a cara do Direito e da Justiça, achincalhados neste país sob o beneplácito de quem deveria, de fato, zelar por sua observância: o presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF) e o procurador geral da República. Sob o argumento de ter obedecido a formalidades legais –os promotores invadiram a casa de Lopes amparados em uma ordem judicial--, ambos defenderam a invasão, furtando-se a comentar o seu mérito. A tal carta de Salvatore Cacciola a Francisco Lopes, que serviu de álibi para a invasão, não contém nenhum indício de crime, que permitisse justificar aquela violência—independentemente, repito, de Lopes ser culpado ou não. E se ele for inocente? Atira-se, antes, para perguntar depois?

Depois disso, a sucessão de documentos sob sigilo de justiça distribuídos para a mídia, as conclusões irresponsáveis de senadores e promotores sobre fatos sobre os quais não dispõem até agora de informações completas, o papel de parte da mídia veiculando como verdade meros rumores de mercado, a condenação, a ofensa, a malhação do acusado, a ironia sobre a suposta tendência de Lopes ao suicídio, são suficientes para jogar a justiça no lixo, e constatar-se como esses processos de linchamento liberam o que de pior existe na natureza humana.

### **Bode expiatório**

Esboça-se mais uma vez o mesmo processo que cercou operações do gênero, como a CPI dos Precatórios. Escândalos são fundamentais como instrumento de mudanças institucionais, que definam responsabilidades dos poderes maiores frente ao descalabro ocorrido, e permitam a correção de rumos –estabelecendo limites e punições futuras à atuação desses poderes.

Aqui, se quer sempre UM culpado, na reedição do ritual do bode expiatório. Durante algumas semanas, ou meses, os protagonistas do show conseguem visibilidade, vender o peixe de que estão a favor do bem comum, justificar-se como poder, perante os contribuintes, crucificar o bode no altar da mídia e desviar a atenção dos responsáveis maiores.

Depois, o show vai terminando lentamente, pelo próprio esvaziamento da platéia. E o que resta são poucos avanços institucionais e quase nenhum elemento que sirva para a condenação do acusado, se for culpado, ou para sua absolvição perante a opinião pública, se for inocente. É só conferir a meia pizza em que se transformou a CPI dos Precatórios, com todo aquele show de arbitrariedade e desparado.

O que se vive, hoje, são distorções decorrentes de um modelo institucional capenga, que acabou conferindo ao Executivo o poder absurdo de definir a seu talante o destino do país, sob os olhares acomodados de todos os demais poderes.

O que fez o Congresso quando o Executivo resolveu bancar uma aposta cambial com um custo fiscal na casa da centena de bilhão de dólares? O que fez o Senado —que tem por obrigação constitucional zelar pelos limites de endividamento do estado— quando uma política monetária irresponsavelmente continuada quebrou a União, estados e municípios? O que fizeram os partidos aliados do governo, a não ser disputar cargos? O que fez o STF ante a enxurrada de medidas provisórias que liquidaram com qualquer arremedo de equilíbrio entre os poderes? O que fez o procurador geral ante o poder absurdo de que se revestia o BC, para impor perdas e ganhos ao mercado? O que fizemos nós—da mídia como um todo--, a não ser incensar essa maluquice, chegando ao cúmulo de transformar o Ministro da Fazenda Pedro Malan em herói nacional —justo no dia em que foi negociar a rendição com o FMI e impor a continuidade de uma política cambial que, em pouco mais de dois meses, infligiu perdas bilionárias adicionais ao país.

Felizmente, tem-se Francisco Lopes para permitir a esse belo espécimen de democracia tropical, purgar todos seus pecados. Todos os poderes, que falharam na fiscalização dos interesses nacionais, têm interesse direto na sua condenação. O Congresso—que nada fiscalizou--, os partidos aliados —mais interessados em cargos--, o judiciário —sob a mira da CPI--, o procurador geral —visto como complacente com o poder--, e o Executivo que vê as culpas de decisões políticas desastrosas serem convertidas em uma falha de uma só pessoa. O que menos importa é se saber se é inocente ou, no caso de ser culpado, qual o limite da sua culpa.

O ponto positivo dessa história é que, na mídia, rompeu-se a unanimidade da primeira versão. Hoje em dia, em diversos veículos, há jornais e jornalistas preocupados em desvendar tecnicamente o ocorrido, em analisar as implicações institucionais, definir as responsabilidades difusas e discutir limites que impeçam a reedição do ocorrido.

E há Paulo Delgado.

## 30/04/1999 O papel de Chico Lopes

No dia em que decidiu ajudar os bancos, Francisco Lopes sabia ou não que o câmbio seria liberado? Se não sabia, a operação foi legítima e não trouxe nenhum prejuízo adicional ao Tesouro –além daquele decorrente da aposta temerária na manutenção do real— já que os dólares foram vendidos pelo valor máximo da banda cambial. Se sabia, foi irresponsável e deve ser processado, assim como os demais que participaram da decisão.

Essa pergunta –fundamental para se apurar as responsabilidades de Lopes e do Banco Central no auxílio aos bancos Marka e Fonte-Cindam— ainda não foi respondida. Há apenas três pessoas capazes de respondê-la: Lopes, o Presidente da República e o Ministro da Fazenda, Pedro Malan. A revelação de FHC ao programa “Roda Viva” –de que apenas ele e Malan participaram da decisão de liberar o câmbio, a fim de preservar as reservas cambiais— pode inocentar Lopes. E explica o por quê da relutância do governo, em permitir o depoimento de Malan à CPI.

Se a CPI dos Bancos quiser, de fato, substituir os músculos pelo cérebro, e começar a trabalhar tecnicamente, é importante entender o contexto geral, que resultou na intervenção do Banco Central nos mercados de câmbio e futuros, e separar a atuação do governo em três grupos (a maior parte das observações abaixo resulta da colaboração preciosa do leitor Paulo Márcio Furtado, de Belo Horizonte).

### Deliberações de governo

A aposta na manutenção da banda cambial. Em princípio, não há dolo nela –ou seja, não visou favorecer A ou B, mas sustentar o câmbio. Mas há uma questão de responsabilidade latente, devido aos enormes prejuízos que esse aposta trouxe ao país. Nesse caso, a avaliação e o julgamento são de ordem política. Saber se o presidente da República, o Ministro da Fazenda e o presidente do BC podiam ou não assumir tal risco em nome do país.

Essa discussão é a mais relevante do momento (embora talvez nem apareça na CPI, porque não tem apelo popular): como estabelecer limites a esse poder absoluto do Executivo de aumentar a dívida pública de maneira ilimitada, para financiar suas apostas políticas. Se definido esse ponto, a CPI não conseguirá tanto holofote, mas terá cumprido papel institucional dos mais relevantes.

### Operação do BC

Tomada a decisão anterior, de sustentar o dólar, o BC tinha duas alternativas: ou vendia dólar no mercado à vista ou no mercado futuro. No mercado à vista, as operações são em dólar. No mercado futuro, as cotações são fixadas em dólar, mas as operações são pagas em reais, permitindo economizar dólares das reservas cambiais. Portanto, foi operação tecnicamente competente para sustentar uma aposta tecnicamente temerária.

Ponto relevante a ser investigado é porque o Bacen apostou tão pesadamente na manutenção da banda cambial até a véspera da mudança do câmbio: 1) Os operadores do Bacen sabiam que haveria mudança na política cambial com a introdução do câmbio flutuante; 2) os operadores do Bacen não sabiam. A primeira hipótese reforça a possibilidade de vazamento de informações privilegiadas. Mais que isso, o desprezo com



que é queimado o dinheiro público na manutenção de políticas econômicas irrealistas. A segunda hipótese esvazia qualquer possibilidade de vazamento de informações privilegiadas e referenda a competência e disciplina do Bacen.

### **A operação de salvamento**

Também aí, impõe-se resposta à seguinte pergunta: a diretoria do Bacen sabia ou não que haveria mudança na política cambial no dia que foi feita a compra dos contratos dos dois bancos? Se Lopes e a diretoria do BC tomaram a decisão de ajudar os dois bancos, sem saber que a banda cambial seria extinta, o auxílio foi legítimo: venderam dólares no limite superior da banda cambial vigente. Não houve nenhum prejuízo adicional ao Tesouro, além daquele imposto pela decisão do governo de bancar a banda.

Se sabiam, o quadro muda de figura. Liberado o câmbio, qualquer operador de bolsa de futuro, por mais incompetente que fosse, sabia que haveria uma estilingada no valor do dólar, que elevaria drasticamente o prejuízo de quem se dispusesse a vender dólares naquele momento, pelo teto da banda cambial.

Se isso ocorreu –lembra Furtado— a diretoria do Bacen deve ser processada através de ação pública, a não ser que existam evidências objetivas de que esta instrução de compra veio de órgão hierarquicamente superior. Neste caso este órgão deverá ser identificado e devidamente responsabilizado perante a lei.

Diz o leitor: “Estas perguntas óbvias não foram feitas por nenhum senador a Cláudio Mauch, não querem fazê-las ou não entendem os mecanismos para formula-las”.

Há três semanas, procuradores, CPI e imprensa vêm veiculando toda sorte de rumores, condenações antecipadas, declarações de fontes em “off”, sem que até agora ninguém tenha se debruçado para apurar a informação-chave para avaliar o papel de Lopes.

## 12/05/1999 O homem errado

Daqui a algum tempo, quando a poeira baixar, o caso Chico Lopes ainda vai se inscrever na história como o mais kafkiano processo no qual se envolveu uma figura pública brasileira. Foi o típico caso da pessoa errada, no lugar errado e na hora errada.

Lopes é um intelectual no sentido clássico. Ao contrário de seus colegas de plano Cruzado, sempre foi pouco prático com seus interesses pessoais, desorganizado em sua vida profissional e pessoal, e extremamente cioso de seu espaço intelectual. Era (e é) de trato afável com seus interlocutores, até certo ponto ingênuo nas relações pessoais, mas fechado e teimoso. E, ainda por cima, carrega o fardo de ser filho de Lucas Lopes, um dos construtores do Brasil moderno – fato que sempre lhe pesou.

A maneira como conduziu a política monetária nos últimos anos é um monumento à ortodoxia e à alienação acadêmica. Praticamente não deu ouvidos a ninguém. Sua bússola eram apenas os indicadores de PIB perseguidos pelo modelito matemático que tinha na cabeça. Não se exigia de Lopes posturas populistas, mas não se obtinha dele sequer questionamentos racionais, tipo: não seria possível se alcançar os objetivos propostos com menos sacrifícios para o país como um todo? Não seria possível reduzir os juros em um ritmo mais rápido? Não seria possível buscar linhas de ação menos traumáticas para o tecido social?

### Intelectual clássico

Nesse sentido, Lopes é o intelectual clássico, da mesma estirpe daqueles que desenvolveram a bomba atômica. Seria capaz de fulminar civilizações e até morrer em nome da ciência... mas jamais surrupiar um parafuso sequer do laboratório.

Com esse perfil, entrou no jogo político mais importante das duas últimas décadas – aquele que se deu em torno de pacotes econômicos – sem entender dessas manobras, apenas porque se tornara especialista em inflação inercial.

Assumi a Diretoria de Política Monetária do Banco Central indisposto com Gustavo Franco, Diretor da Área Internacional e, depois, presidente do BC, e com Pedro Malan, Ministro da Fazenda. Transformou sua diretoria em uma espécie de departamento de universidade: ali mandava ele. Não dava ouvidos a ninguém, muito menos a seus superiores.

Quando teve início o questionamento da política cambial, aliou-se aos que defendiam a mudança do câmbio, e passou a ser preparado por FHC como alternativa a Gustavo Franco, na presidência do BC. Quando seu grupo se desfez, no episódio da escuta do BNDES, Lopes foi mordido pela mosca azul. Foi aconselhado por seus aliados a pedir demissão, porque, sozinho na frente de batalha, faltavam-lhe malícia política, senso prático e experiência operacional para conduzir o barco. Ouviu o mesmo de amigos do mercado.

Mesmo assim, seguiu em frente, com o individualismo e a teimosia típicos dos intelectuais. Passou a agir sozinho, atropelando por diversas vezes Malan que vingou-se com requintes de crueldade, dignos de um cardeal renascentista – permitindo que uma frase dúbia sua servisse de combustível para a fogueira onde incineraram não apenas a

competência, como a honorabilidade de Lopes. Malan só se apressou a retificar a frase quando as labaredas se voltaram contra ele.

### **Novo quadro**

Quando estourou o câmbio, o mundo de Lopes desabou. Sem experiência na parte operacional e na administrativa do banco, permitiu que a burocracia do BC fosse engrupida por um espertalhão de mercado. Possivelmente foi enrolado por amigos, que se valiam das ligações com ele para vender um peixe que não tinham. E, nem de longe, deu-se conta do novo quadro político que se avizinhava.

Com o fim desastroso da política cambial, a base política do governo se esfarelou. Acabou a fantasia dos planos econômicos, liberando a fúria nacional contra essa visão financeira da economia. Com o quadro político se esboroando, vários personagens passaram a atuar oportunisticamente visando ocupar o espaço vazio. Juizes de primeira instância querendo ocupar espaço na magistratura, procuradores querendo estabelecer canal direto com a opinião pública, partidos da base governista querendo ampliar espaço no governo, oposicionistas querendo derrubar o governo, e governo querendo se livrar do ônus de uma política fracassada. O bode expiatório Lopes servia a tudo isso.

Esta é a tragédia do professor Lopes. Ele iria de bom grado à fogueira, desde que na condição de um Giordano Bruno, um mártir ainda que de uma ciência equivocada e cruel. Em vez disso, teve sua vida pessoal devassada e durante quatro semanas sua imagem associada a de um chefe de quadrilha. Amigos e conhecidos emudeceram, com receio de serem atingidos por alguma bala perdida. Restou a solidariedade generosa de Fernão Bracher e Luiz Carlos Bresser Pereira.

De concreto contra ele, há a carta que sugere que tem dinheiro no exterior —e que os amigos dizem ser o que levou quando saiu da Macrométrica, deixando fora para livrar-se de um processo complicado de separação conjugal— e a absoluta incompetência para tratar de questões operacionais no BC.

De resto, os amigos têm uma convicção e uma certeza. A convicção, é de que jamais saiu dele nenhuma informação sobre a mudança da política cambial. A certeza, é a de que Lopes saiu do BC tão sem dinheiro quanto entrou. Tanto que estão se cotizando para pagar seus advogados.

## 06/05/1999 O BC e o banco Marka

À medida em que os depoimentos de técnicos do Banco Central vão se sucedendo na CPI dos Bancos, é possível reconstituir as razões que determinaram sua conduta no auxílio aos bancos apanhados no contrapé pela mudança de política cambial.

Como se recorda, a “banda cambial endógena” de Francisco Lopes foi implantada no dia 13 de janeiro, com o teto saltando de R\$ 1,22 para R\$ 1,32. Esse novo teto vigorou até o dia 14. No dia 15, o câmbio foi liberado.

Na BM&F, nos contratos futuros para fevereiro, o mês começara com o dólar cotado a R\$ 1,223. No dia 12, véspera da primeira mudança cambial, o dólar saltou para R\$ 1,225. No dia 13 foi para R\$ 1,237. No dia 14, para R\$ 1,250, e, no dia 20, para R\$ 1,574. O banco Marka deixou de cobrir margem no dia 14, quando o dólar bateu em R\$ 1,250.

Naquele dia, seria possível ao Marka e ao Fonte Cindam zerarem sua posição, se houvesse liquidez no mercado. Para um banco “vendido” em dólar (que apostou na manutenção do câmbio) zerar sua posição, ele necessita “comprar” contratos. Só que, depois da grande corrida do dia 12, o mercado murchou. De 4 a 11 de janeiro, a média diária de contratos negociados era de 43.903. No dia 12 saltou para 57.456. No dia 13, caiu para 4.323 e no dia 14 para 2.751.

### O socorro

No dia 14 o BC acertou a operação de socorro ao Marka e ao Fonte Cindam, com venda direta de contrato de dólares. Como demonstrado na coluna de ontem, a própria BM&F poderia ter resolvido seus problemas internamente, mas com dois movimentos (na opinião do BC) capazes de assustar um mercado: interrupção do pregão (para um leilão exclusivo para os bancos que ficaram com posições em aberto) e quebra e liquidação do banco Marka –que ficaria inadimplente não apenas na BM&F, mas também na Bolsa de Mercadorias de Chicago.

O BC só acertou operação às 21 horas do dia 14. A BM&F tem teto até às 20 horas, pois precisa rodar nos computadores as transações do dia. O BC comunicou por escrito a operação, número de lotes e valores. A Bolsa só rodou no dia seguinte, quando houve a liquidação financeira.

Na própria noite do dia 14, em outro ambiente (o Palácio do Planalto) foi decidida a liberação cambial, em um processo que durou até altas horas. É provável que até as 21 horas ainda não se tivesse decidido pela liberação do câmbio, pois interlocutores de FHC revelaram à coluna que, pelo menos até às 23 horas, o presidente ainda estava em processo de consulta.

Na operação, o BC usou duas medidas. Para o Fonte Cindam, vendeu dólares a R\$ 1,32 –teto máximo da banda cambial que vigorava até 14 de janeiro. Não houve subsídio nesse caso.

Para o Marka, decidiu-se pela cotação de R\$ 1,275. Porque esse valor? Na BM&F, o Marka tinha algo em torno de 9.000 contratos. Havia mais 2.300 de contratos que o Marka tinha no banco Stock, através do anexo 6 (nem o BC nem o Stock podiam saber que era dele). O total era 11.300 contratos. Mas o BC ordenou que fossem vendidos bem mais.

O que se alega é que, além das operações com dólares aqui, o Marka tinha operações na Cetip e na Bolsa de Chicago, para liquidação futura. A diferença seria para pagar esses prejuízos. Como as cotações não estavam claras ainda, após a liberação do real, os contratos vendidos a mais foram um “chute”, que acabaram permitindo um “troco” de alguns milhões ao banqueiro.

No dia 20, com o mercado recuperando relativamente a liquidez, o BC fez mais uma venda direta a Cacciola, pelas cotações do dia, R\$ 1,56, para liquidar a posição de seus fundos.

### **Motivações**

Até agora há duas faltas graves evidentes. Uma de natureza administrativa, do BC planejando uma operação de salvamento desastrada. Embora se possa entender suas motivações –impedir que o pânico se alastrasse—nada justifica a definição arbitrária do valor do dólar, e o fato de não ter se cercado de garantias mínimas em relação aos bens de Salvatore Cacciola. Nessa operação, o subsídio implícito (diferença entre o teto da banda e o dólar vendido a Cacciola) foi de cerca de R\$ 60 milhões. Na segunda operação, não houve subsídio.

Dado o caráter colegiado da decisão, fica evidente que ocorreu um tremendo erro de ordem administrativa –não criminosa, à luz dos fatos até agora levantados.

A segunda falta grave –esta de natureza política—foi o fato do governo ter apostado na manutenção de uma banda cambial impossível, a um custo de vários bilhões ao país. Os prejuízos de US\$ 1,6 bilhão apenas com essa operação –de acordo com alguns cálculos—deve ser debitado à aposta do governo na manutenção da banda, não à operação do BC em si.

## 22/05/2001 Anatomia de um escândalo

Nesses períodos em que as denúncias –qualquer que seja sua consistência— se sustentam em torno da ditadura da primeira versão, a maneira que uma publicação tem de se diferenciar das demais é seguir o velhíssimo método de Descartes, formulado há quatrocentos anos.

Primeiro, separar a denúncia em tópicos, e proceder a um check-up de cada tópico individualmente, de acordo com os seguintes critérios: a) provas objetivas reveladas pela denúncia; b) fontes consultadas. Se não puder dizer quem são as fontes, a reportagem tem, no mínimo, que fornecer indicações sobre a sua qualidade e os elementos que permitiram ao repórter formar convicção em relação às denúncias apresentadas.

O segundo passo é analisar a lógica e a verossimilhança da denúncia. Finalmente, juntar todas essas análises em um todo, como se fosse uma tabela de “benchmark” de credibilidade. Assim, separa-se o joio do trigo, retira-se a espuma e o esquentamento e confere-se à denúncia o seu peso específico –e não o peso que os próprios autores costumam se auto-conferir.

Ponto de partida para analisar a capa de “Veja” –sobre o suposto esquema de venda de informações do Banco Central por Chico Lopes—é a revelação –por parte do ex-banqueiro Salvatore Cacciola ao “Estadão”— de que a fonte da revista é o ex-banqueiro Luiz César Fernandes, fundador do banco Pactual e, posteriormente, afastado do banco por ex-sócios.

A revista diz que dez entre dez operadores do mercado sabem que Fernandes se afastou do Pactual para não compactuar com a suposta fraude. Não é correto. Dez entre dez operadores de mercado sabem que o Pactual fez fortuna desde os anos 80, quando foi criado por Fernandes, justamente por sua excepcional facilidade em “adivinhar” as taxas de juros do Banco Central –ele, o Garantia e o Icatu, tratados como trio IGP pelo mercado. Sabem também que Fernandes foi afastado do banco por ter feito aposta pesada para transformá-lo em banco de varejo, e saiu injuriado com seus sócios.

Não é novidade uma fonte utilizar informações para atingir adversários. Mas obriga a que se tenha cuidados redobrados com o que ela diz.

Na primeira versão da revista, em 1999 –com informações atribuídas a um genérico “banqueiro”, provavelmente o mesmo Fernandes—dizia-se que, com mais dois outros bancos, o Marka pagava R\$ 500 mil mensais para obter informações privilegiadas de Lopes, através dos irmãos Bragança. A denúncia morreu por si, pois era inverossímil que quem pagasse tanto fosse o último a saber que o câmbio iria mudar.

Na nova versão, muito mais complexa, Cacciola teria tido acesso a informações que valeriam milhões através de um “grampo”. Mais: teria ficado indignado porque o “grampeado” não lhe teria passado as informações sobre a mudança de câmbio –que ele recebia através do “grampo express”—e decidido chantagear o Banco Central.

Objetivamente, o que a reportagem apresenta de prova? 1) O número da conta do Pactual no exterior, supostamente utilizada para pagar os “insiders”; 2) números de telefone dos irmãos Bragança (os supostos intermediários de Chico Lopes), através do qual supostamente lhes eram passadas as informações sigilosas e 3) um trecho do “grampo”.

Sem investigações adicionais, os dois primeiros itens provam apenas que o Pactual tem uma conta no exterior com o número mencionado e que Bragança tem os números de celulares referidos. Quanto ao terceiro item, é princípio jornalístico básico que, não podendo transcrever todas as fitas, sejam selecionados os trechos da maior impacto. O trecho selecionado pela revista, entre aspas, é uma presumível frase de Lopes em que ele dizia que “a reunião foi desmarcada”, sem maiores detalhes.

## **Investigação**

O que de concreto existe nessa história toda? O bilhete de Lopes a Bragança, de 1996, mencionando uma quantia em sociedade no exterior; o fato de Bragança usar o nome de Lopes para suas “consultorias” e indícios de que o Pactual ganhou muito dinheiro em mudanças de câmbio e juros e de que o Marka faturou muito no mercado de juros, antes de quebrar.

Se quiser começar a trabalhar profissionalmente, o Ministério Público deveria levantar todas as operações do Marka e do Pactual no mercado futuro de DI e de câmbio, especialmente no período que precedeu a criação do Copom (Comitê de Política Monetária), quando a taxa era fixada pessoalmente por Lopes.

Depois, contratar um estatístico para definir o padrão de acerto das duas instituições. Se fugir destacadamente do, digamos, sextil superior do mercado, aí se terá indícios estatísticos do vazamento, ponto de partida para investigações verdadeiramente profissionais.

Até ela, fica-se nesse jogo de versões que tanto podem ser verdadeiras como podem não ser.

## **O calouro da Medicina**



O trote em que um aluno da Faculdade de Medicina morreu afogado na piscina foi dos exemplos mais flagrantes da irrelevância que tomou conta da mídia naquele período particularmente sensacionalista que foi 1999. Um aluno de origem humilde, o Ceará, foi filmado bêbado em uma churrascaria, simulando uma entrevista em que “confessava” ter sido o autor da morte do colega. Deu a declaração bêbado, claramente simulando a entrevista.

Mesmo assim, tornou-se o alvo preferencial da vítima no período. Jornalistas de primeiro time gastaram páginas de editorial para malhar o tal Ceará que, da noite para o dia, tornou-se inimigo público número um.

Todas as indicações eram a de que o aluno morreu afogado sufocado por dezenas de colegas que se atiraram bêbados na piscina. Não havia nenhuma indicação de um crime ou um criminoso. Mesmo assim, a cobertura da época transformou a Faculdade de Medicina em uma organização quase criminosa, com pactos fantasiosos de sigilo.

## 02/07/1999 O calouro da Medicina

Um dos casos mais exemplares da sede de justificação que toma conta da sociedade, e da forma torta e primária a que conduz esse jornalismo de marketing, foi o episódio da morte do calouro no trote da Escola Paulista de Medicina.

Praticamente desde os anos 50, os trotes violentos se incorporaram à rotina das faculdades, gerando desde pequenos atos de estupidez até casos de selvageria explícita. Fora uma outra manifestação de repúdio, nunca se viu um movimento visando erradicar essa extravagância, que serve apenas para satisfazer egos recalcados.

Essa história de que “todos somos culpados” é a maneira mais fácil de não tornar ninguém responsável. Mas quem poderia coibir essas práticas? Não a polícia, visto não haver ilegalidade explícita na prática. Nem mesmo a mídia, que apenas poderia vocalizar protestos. A responsabilidade direta é do corpo diretivo das faculdades, a instância que define regras de convivência entre alunos, funcionários e professores. Como a leniência a essas práticas era nacional, no entanto, há uma responsabilidade difusa da própria sociedade, que as tolerou –como tolera malhação de Judas e como tolerava a violência das torcidas organizadas, até a morte do torcedor. A partir do momento em que se aceitou a prática, o acidente que vitimou o calouro poderia ter ocorrido em qualquer um das centenas de trotes que se espalham anualmente por todo o país. O que se viu, pela milésima vez, foi a tentativa de encontrar “o” criminoso, “o” sujeito frio e cruel que executou o aluno com requintes de crueldade. Não se podia aceitar um conjunto de alunos bêbados praticando brincadeiras estúpidas, aceitas passivamente por esse país de botocudos, e que resultaram em um acidente trágico. Tem que haver um Chico Picadinho, um Bandido da Luz Vermelha, um João Bafo-de-Onça no meio, para dar tempero à cobertura.

Houve a estigmatização de toda uma comunidade de alunos e professores, através de teorias conspiratórias das mais esdrúxulas. Estimulou-se durante dias que colegas dedurassem colegas. Quando não se conseguiu –porque provavelmente não houve o ato de alguém afogando o calouro, mas um bando de alunos bêbados caindo uns por cima dos outros na piscina, provocando o afogamento do que ficou por baixo--, partiu-se para a versão fantasiosa de que foi montado um pacto de silêncio envolvendo mais de uma centena de alunos (!) que haviam pulado ou cercavam a piscina.

Se tivesse ocorrido o assassinato, a morte intencional na frente de mais de uma centena de alunos, como seria possível que esse “segredo” fosse preservado? Como pretender imputar a uma comunidade de alunos pactos de silêncio típicos de organizações criminosas ou clandestinas? E considerações desse tipo foram aceitas passivamente, sem nenhuma espécie de questionamento porque o grande show necessita de bodes expiatórios, assim como necessita de chupa-cabras.

Essa sede invencível de escândalos acaba estimulando o dedurismo em sua forma mais baixa e rasteira. Como essa história de se pegar uma fita de vídeo na qual um aluno bêbado dava declarações estúpidas e transformá-la em prova de crime. E se o sujeito é estúpido a ponto de fazer tal brincadeira, bem feito que seja acusado de assassinato! Tudo para justificar as execuções.

Não há nenhuma diferença entre o clima de dedurismo que foi estimulado no país no período da ditadura, e esse moralismo inquisitorial que tomou conta da classe média, a partir das conveniências mercadológicas da mídia.

## 08/10/2000 A mídia e a relevância

Um dos aspectos mais negativos do atual momento da mídia, é o uso abusivo de elementos populistas na definição do enfoque das matérias.

Nas últimas duas décadas, a mídia brasileira conquistou a maioria. Passou a se orientar pela busca abrangente de público, induzido principalmente pela criação de uma indústria de consumo poderosa e pelas agências de publicidade –que passam a se pautar por indicadores técnicos de audiência na hora de definição de suas verbas.

Esse processo acabou levando a mídia em geral a perder o viés ideológico, a aceitar a multiplicidade de opiniões e a se orientar cada vez mais pelo que julga que seu público está exigindo.

Se isso tornou a mídia mais sensível e receptiva aos chamados clamores da opinião pública, por outro lado, trouxe um conjunto relevante de vícios que afetou bastante a seriedade do trabalho jornalístico. Principalmente porque, além da competição entre veículos, passou a ocorrer igualmente a competição individual entre jornalistas, cada qual tentando ocupar seu espaço diferenciado perante o leitor.

Primeiro, tornou a imprensa extremamente conservadora (no sentido de se recusar a ir contra temas consagrados) e medrosa. Assim como na indústria de entretenimento, passou a fugir de qualquer tema que, de alguma modo, pudesse soar “impopular” ao seu público. Por outro lado, passou a supervalorizar temas menores. O conceito de “relevância” quase desaparece, mesmo na imprensa dita mais séria.

Obviamente não se vai pretender que um jornal ou revista só trate de temas “sérios”. Há que se equilibrar os temas mais densos com seções mais leves e se recorrer, criativamente, a matérias de leitura fácil, notas leves, curiosidades. Em geral, essa distribuição se dá a partir das próprias editoriais –Esporte e Cultural, mais leves, Cidades, com temas do cotidiano, e Política, Economia e Internacional com temas mais pesados.

Só que, nessa busca incessante da diferenciação, a irrelevância acabou contaminando inclusive a parte mais densa dos jornais. Não se pode perder de vista que jornais e jornalistas exercemos função pública, somos parte relevante do sistema de decisões do país. O papel que a mídia tem a desempenhar na crítica ou defesa das decisões de governo, na identificação de abusos ou de iniciativas meritórias, é insubstituível e dos mais decisivos para o próprio desenvolvimento nacional.

Ultimamente o efeito show tem sido preponderante na definição dos enfoques das matérias e colunas. O exercício da indignação ficou banalizado, posto que exercido em questões menores. A campanha contra o cearense da Faculdade de Medicina –o aluno que, bêbado, declarou em tom de brincadeira ter sido o assassino do calouro morto do trote— tornou-se um clássico da irrelevância da mídia.

Esse estilo foi radicalizado pelo aumento da competição não apenas entre órgãos da mídia, mas entre jornalistas. Em todos os níveis –rádio, TV e imprensa escrita—houve uma valorização do jornalismo opinativo, catártico, fundado em mesmices e obviedades, em detrimento de um jornalismo mais técnico e impessoal, especialmente após a TV ter consagrado a figura do “âncora”, a pessoa incumbida de expressar os sentimentos e, especialmente, a indignação o seu público.

Um ou outro âncora passa, alguns, até, exercendo com competência esse papel –como Boris Casoy e Jô Soares. Ocorre que o exercício da indignação acabou se tornando o objetivo principal da mídia. Ganhou mais importância soltar uma catilinária boba qualquer contra uma frase boba qualquer do presidente da República, do que analisar tecnicamente suas decisões, as implicações para a sociedade, para o país.

Obviamente deve-se encarar esse processo como uma fase intermediária –do contrário, o melhor a fazer seria desacreditar para sempre na capacidade da imprensa de conquistar a qualidade. À medida em que o país vai amadurecendo, vai-se percebendo que esse estilo de jornalismo-show vai ser superado, ou pelo menos confinado nas seções próprias para tal.

Dentro de algum tempo, o jornalismo começará a ser analisado, também, de acordo com o conceito de relevância, e não apenas pela catarse que pretende provocar nos seus leitores.

## **O caso Galdino – Parte 2**

O julgamento dos assassinos do índio Galdino me pegou em pleno processo de hospitalização. Tive um peripaqueproblema de saúde, tecnicamente chamado de “invasão de memória”, que me obrigou a dois dias hospitalizado para exames, e a uma semana de cama, porque não me explicaram que, após o exame do líquido da espinha, há a necessidade de repouso absoluto por dois dias pelo menos. Saí do hospital, fui dar uma palestra e voltei para casa com duas dores-de-cabeça: a dor propriamente dita e um diagnóstico de isquemia cerebral.

Levou quatro dias para o diagnóstico ser substituído por um moderado “choque elétrico”. De qualquer modo, encarei a briga do caso Pataxó escrevendo minha coluna de cabeça para baixo no hospital e em casa, para reduzir as terríveis dores-de-cabeça. E foi de cabeça para baixo que recebi uma saraivada de e-mails de leitores iracundos e outra quantidade, menor, de e-mails de apoio, quando me dispus a criticar o clima de linchamento que cercava o julgamento dos rapazes que mataram Galdino.

Como da primeira vez, adotei a estratégia de ir gradativamente tratando do tema, para permitir a reflexão. Depois, mostrar o lado humano dos acusados e seus familiares, da mesma maneira que se mostrava o lado humano das vítimas e seus familiares.

No final da série, usei um recurso que se revelou efficientíssimo: uma coluna com os e-mails mais agressivos. Foi para alertar na companhia de quem estavam aqueles que advogavam o linchamento.

Naqueles dias também, minha mulher me indicou o livro “Rebelião das Massas”, de Ortega y Gasset, um conjunto de artigos escritos em cima da ascensão do fascismo. A leitura mudou minha maneira de encarar esses processos de catarse. Até então, imaginava o homem contemporâneo uma pessoa fragilizada pela vida moderna, pelo fim das ideologias, pela solidão e pelo medo das mudanças, o que acentuava sua vulnerabilidade.

A leitura de Ortega y Gasset mudou minha percepção. O que havia eram pessoas que conquistaram o direito de opinião, como se tivesse vindo por fosse um direito divino. dádiva dos céus. Não acompanharam nem tinham conhecimento sobre as conquistas democráticas, a longa luta pelos direitos individuais.

Passaram a entender o direito de opinião como um valor absoluto. Julgam que a A sua opinião é a única válida. Não aceitam nenhuma forma de questionamento, menos ainda o questionamento técnico, contra o qual não tem argumentos, já que sua opinião é, em geral, basta tosca e primária.

Um desses estereótipos bateu na minha caixa postal quando ainda estava hospitalizado. Era um leitor virulento, em e-mail destinado ao Ombudsman, com cópia para mim, onde informava que já cancelara sua assinatura do Estadão e cancelaria a da “Folha”, se me mantivesse como colunista.

Utilizei a carta do leitor, que se sentiu vitorioso e . me enviou outro e-mail, jactando-se do fato de eu ter reparado em sua carta. Informei-lhe que a havia utilizado apenas para alertar os demais defensores do linchamento em quão má companhia se encontravam, e que a publicação me garantiu vários e-mails de solidariedade de leitores. Agora que agora ele já tinha cumprido seu papel didático e poderia voltar para seu o anonimato.

No meio do caminho, a procuradora incumbida de acusar os rapazes foi afastada do cargo. Houve enorme alarido, com a mídia atribuindo o afastamento a pressões das famílias dos acusados. Na verdade, ela foi afastada por que se constatou que passara informações sigilosas do inquérito a jornalistas. Mas decidiu-se – Ministério Público e Judiciário – poupar a procuradora, tida como séria, porém radical. A mídia utilizou o episódio para enfatizar o presumível poder das famílias dos acusados, mesmo sabendo que a razão da demissão da procuradora era outra.

O procurador que a substituiu se comportou com exemplar profissionalismo no episódio.



## 01/11/07 A volta do linchamento

A cobertura do julgamento dos rapazes que assassinaram o índio Pataxó é vergonhosa e mostra descaso da imprensa com direitos individuais mínimos.

Tem-se um caso complexo pela frente. Os rapazes são culpados confessos. Discute-se o nível da culpa: se planejaram o assassinato ou se foram autores de uma brincadeira estúpida que resultou na morte do índio.

Ambas as hipóteses exigem punição, mas em graus diferentes. Há um conjunto de elementos a ser analisado para se chegar ao veredicto final. Em todo julgamento – seja jurídico seja de qualquer caso da vida real - há atenuantes e agravantes a serem pesados. Não existe o crime único passível da punição única. A severidade da punição deve ser proporcional não apenas ao crime, mas à intenção de quem o cometeu. Se houve premeditação, a gravidade é uma. Se não houve, é outra. Se se pretendia cometer o crime ou se foi uma brincadeira estúpida, há diferenças.

O caso é complexo por várias razões. A primeira é a própria estupidez do ato em si. Há muitos casos de adolescentes que recorrem a essas agressões, que têm que ser severamente punidas, mas que não podem ser equiparadas a assassinatos premeditados.

A segunda razão é que os rapazes têm bons antecedentes. Nas matérias publicadas na época, levantou-se a vida deles, mostrando que não tinham histórico de violência. É diferente da “gang do jiu-jitsu”, os jovens violentos que espancaram um rapaz até a morte, quebrando-o completamente. Praticaram a primeira agressão, avaliaram as conseqüências, e prosseguiram no espancamento.

A melhor maneira de avaliar o grau de culpa dos rapazes é permitir ao júri analisar serenamente os argumentos da defesa e da acusação, e ao juiz julgar sem pressões de lado a lado.

A mídia não tem permitido isso, apelando a um pré-julgamento indecoroso. Quase todas as matérias esmeram-se em mostrar os rapazes como “filhinhos de papai”. Traça-se o perfil do primeiro, cuja mãe é casada com um juiz do Tribunal Superior Eleitoral. Fala-se do segundo, cujo pai é juiz de direito de primeira instância, como fosse um alto cargo de judiciário. Sonega-se a informação de que o juiz em questão foi o primeiro a proferir uma sentença de reconhecimento de terras indígenas e se comportou com a maior dignidade durante todo esse período em que seu filho permaneceu preso. Do terceiro e do quarto rapazes não se fala nada, porque informar que os pais não fazem parte da “elite” brasileira seria comprometer a tese e a campanha de linchamento.

As matérias esmeram-se em falar do drama real vivido pelos familiares do índio Galdino. Nenhuma linha sobre o drama vivido pelos familiares dos rapazes, cuja vida foi arrebatada por um ato estúpido que eles próprios cometeram. Esmeram-se em exagerar a importância dos pais dos meninos. Nenhuma linha sobre o papel de um dos pais em favor das causas indígenas. Porque isso? Porque não permitir que o leitor receba todas as informações e faça, ele próprio, seu julgamento? Qual o direito que tem o jornalista de julgar, ele próprio, o que deve chegar ao seu leitor?

Fala-se de presumíveis pressões sofridas pela procuradora incumbida do caso, como se fossem pressões políticas, desferidas por poderosos. É possível que a procuradora se

sentisse pressionada por pressões de ordem social, de seu meio, por sua obsessão em aplicar a pena máxima aos rapazes. Não há nenhuma informação objetiva de que as pressões fossem de ordem funcional. No entanto, a cobertura que vem de Brasília insinua pressões de outra ordem, lembrando que a juíza Sandra de Santis é mulher do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), induzindo o leitor a acreditar que o caso Galdino estaria enfrentando a elite do Judiciário.

A maior pressão, o poder maior é o da mídia sufocando qualquer possibilidade de defesa. É o espírito de linchamento prevalecendo mais uma vez.

## 97/11/08 Justiça e selvageria

O justicamento é próprio de sociedades selvagens. Consiste em fazer justiça com as próprias mãos, em não diferenciar gradação de crimes, em condenar antecipadamente, inibindo qualquer forma de defesa.

A história está repleta de casos de justicamento e linchamento. Ainda que o linchado seja réu confesso e impiedoso, o linchador não fica atrás. Ambos se equivalem. Muitas vezes o linchador é pior ainda, posto que sua força é uma brutalidade sem riscos, decorrente do amparo da maioria, protegido por um discurso pretensamente legalista. O pior linchador é o anônimo, o que estimula a vingança selvagem sem se expor, o que explora o sentimento de vingança para se impor perante os seus.

Tome-se o caso de Galdino, o índio pataxó. É possível que tenha sido assassinado com premeditação e requintes de crueldade. É possível que tenha sido vítima de uma brincadeira brutal, que resultou na sua morte. Ambos os casos são crimes, ambos merecem punição, mas de gradação diferente.

Só se vai avaliar corretamente a motivação dando o direito de defesa aos culpados, ouvindo os argumentos da defesa e da acusação, pesando a lógica de cada uma, os antecedentes dos envolvidos, os detalhes do crime.

Quando se mistura justiça com o fantástico show da mídia, essa defesa deixa de existir. Troca-se a análise isenta das provas pelo sensacionalismo e se criam unanimidades que atropelam qualquer norma de direito individual. Enfatizam-se todas as provas contra os réus, escondem-se ou minimizam-se todos os atenuantes. Expõe-se a dor e a revolta dos familiares da vítima, esconde-se a dor dos familiares dos culpados. Mães e pais desses rapazes são tão vítimas desse episódio quanto os pais do infeliz Galdino. Evita-se qualquer informação que possa “humanizar” os culpados e se criam estereótipos que possam facilitar a unanimidade em torno do fato.

Em toda a cobertura desse episódio, lembro-me de apenas uma reportagem da revista “Veja” falando dos bons antecedentes dos rapazes. Porque se sonega essa informação? Porque esse medo covarde de colocar todos os fatos na mesa? Medo que a isenção possa ser confundida com a defesa do crime? Medo desse sentimento bestial, que torna o linchador tão parecido e às vezes pior que o criminoso que pretende linchar?

O fim da ditadura marcou o fim das unanimidades. Agora, o brasileiro só é solidário na Copa do Mundo e no linchamento. Qualquer tentativa de se contrapor a essa maioria selvagem é repelida, sob o argumento de que quem não advoga a pena capital advoga a impunidade.

### Dos leitores

Recebo do leitor Petrônio Filho, de Brasília, o seguinte e-mail:

“A extravagante tese da acusação é de que eles tinham a intenção de matar, e cometeram um homicídio triplamente qualificado. Só pessoas muito sectárias podem acreditar que quatro jovens de vida pacata, com bons antecedentes, poderiam se tornar, de um minuto para outro, quatro psicopatas sádicos.

“O linchamento da imprensa começou pela Rede Globo. O curioso é que um crime semelhante aconteceu em “O Bem-Amado”, a primeira novela colorida da TV Globo. O filho do prefeito Odorico Paraguaçu jogou álcool e tocou fogo em um mendigo que dormia na rua. A vítima teve queimaduras e foi tratada pelo médico, representado pelo ator Daniel Filho. Mas o mendigo não foi hospitalizado nem correu risco de vida.

“A mesma brincadeira de mau gosto imaginada pelo Dias Gomes, autor da novela, foi posta em prática pelos quatro jovens, só que com conseqüências dez vezes mais graves. Se o Dias Gomes, um escritor culto e bem-sucedido se enganou sobre os efeitos do álcool no corpo humano, como não aceitar que quatro jovens ignorantes cometessem o mesmo erro?”

“Longe de mim sugerir que os jovens sejam absolvidos. Eles têm que pagar pelo que fizeram, como aliás estão pagando. Os três que eram maiores de idade estão há quatro anos e meio encarcerados. O que eu não aceito é que se aplique uma pena injusta para satisfazer a sede de sangue da imprensa local”.

“Quanto à tal promotora, que posa de perseguida, ela está agindo a favor da maré da opinião pública. Isto não requer tanta coragem assim. Não sei quais são seus motivos, mas o fato é que ela conseguiu seus 15 minutos de fama”.

“O único personagem que agiu com coragem e independência foi a juíza que tentou desclassificar a tese de homicídio intencional”.

## 01/11/09 O linchamento e a unanimidade perdida

Os tempos modernos, a comunicação de massa, a impessoalidade das grandes metrópoles ajudaram a criar o que o filósofo espanhol Ortega Y Gasset denominava de o “homem massa”, o sujeito anônimo, incaracterístico, que perdeu a identidade de grupo e a recupera apenas em alguns momentos específicos – numa guerra contra o inimigo externo, em uma competição esportiva.

É um anonimato pesado que o sujeito carrega tendo de enfrentar a burocracia da vida moderna, os desaforos, o desrespeito público e privado. E é um anonimato complexo, porque, dada a multiplicidade de situações do mundo moderno, é difícil o sujeito se identificar com a sua “tribo”. Ele é um só. Até a família, o grande elo de união, acaba sendo dissolvida no burburinho moderno.

Fica-se assim, permanentemente – veículos de massa e o público - em busca da unanimidade perdida, da simplificação, do tema que permita a todos passar por cima de diferenças e celebrar de novo o sentimento de grupo. Tem a parte linda, do futebol e do carnaval. E tem o linchamento.

Para que o mecanismo funcione, há a necessidade de que o alvo do linchamento não guarde nenhuma afinidade com o grupo, para não dificultar o consenso. Trata-se, então, de desumanizá-lo, de sonegar qualquer informação que não seja totalmente depreciativa, porque senão parte do grupo poderá supor que o inimigo não é tão cruel assim. Algumas pessoas poderiam se assustar se descobrissem que alguns dos assassinos eram pessoas normais até a agressão brutal contra Galdino, que são filhos de famílias normais e, até, que possuem pais dignos.

É por isso que qualquer tentativa de se conseguir justiça (isto é, um julgamento isento, no qual os jurados possam decidir em cima dos fatos, sem a pressão da turba, e punir de acordo com sua consciência) é demolida por esse sentimento que faz o linchador, muitas vezes, ser pior do que o criminoso linchado.

### Testemunho

Correndo o risco de ser um estraga-prazer dessa celebração ritualística do linchamento, publico o seguinte e-mail que recebi do leitor Johann Homonnai Júnior (que não conheço, assim como não conheço nenhum dos personagens dessa tragédia):

“Caro Luís Nassif, chorei ao ler o seu artigo de 7 de novembro. Chorei porque pude reviver, em poucas mas eloqüentes palavras, o calvário por que tem passado o pai de um dos acusados: Dr. Novély Vilanova. Trabalho com ele há nove anos. Nunca vi juiz com tamanha dignidade. Não conheço, sem desmerecer ninguém, pessoa mais dedicada ao trabalho e preocupada em minimizar as angústias das pessoas que procuram a Justiça.

“Fala sempre: por trás de cada processo há um drama humano. (...) Desenvolve práticas e procedimentos para deixar mais céleres os bolorentos e atrasados ritos processuais (...).

“Acompanhei-o, várias vezes, em visita ao filho na prisão. Cheguei a testemunhar o choro que lhe aflorava ao ver o filho dar-lhe as costas e voltar para a prisão. (...) Nunca deixou de levar um prato de comida para o filho, acompanhado de um suco ou de um refrigerante. (...)

“ Vi-o enfrentar com resignação todos os tipos de ódios externados na mídia. Sou testemunha da admiração que ele conserva pela coragem de alguns poucos, como o senhor, que se expõe para trazer um pouco de humanidade aos que sofrem injustiças e opressões.

“Conheço também os rapazes: todos os quatro. (...) Posso afirmar que são jovens decentes, cheios de vida e resignados com a pena que têm que cumprir. Restaram-lhe poucos amigos. Perderam as namoradas. Lutam contra essa opressão de que são vítimas e pelo desesperado desejo de não ver a juventude esvair-se nos porões das prisões. Submeteram-se a toda a sorte de humilhações e dificuldades que nenhum jovem na idade deles está pronto para enfrentar.

“Envergonham-se sinceramente do que fizeram. Lembro-me da expressão de Antônio Novély quando fui visitá-lo pela primeira vez depois do ocorrido. Trazia na face um misto de vergonha, susto e desespero. A vergonha era maior. Pedia desculpas a todos que conhecia. Não para se redimir do que fez, que sabia impossível.

“Falam que ocupam prisão de luxo. Pelo amor de Deus! Estão alojados no que foi uma biblioteca. Dormem em duas beliches e sobre o mesmo tipo de colchões dos demais presidiários. Improvisaram uma barra de ferro entre duas lajes para fazer seus exercícios físicos. Sentam-se em cadeiras como as que têm nos botequins ou em velhos tamboretas de madeira. (...)

“Trabalham de 9 às 22 horas, de segunda a sexta-feira. De 9 às 17 horas administram o almoxarifado que abastece as cantinas do presídio. A partir daí, trabalham de ajudantes de pedreiro nas obras do Núcleo de Custódia”.

## 01/11/10 O que pensam os “justiceiros”

Tenho recebido muitos e-mails a respeito das colunas dos últimos dias, defendendo um julgamento isento para os assassinos do índio Galdino. Qualquer leitura imparcial constatará que não estou advogando sua absolvição, mas o direito dos jurados apreciarem as provas serenamente, avaliarem agravantes e atenuantes, sem se fiarem nas versões parciais da mídia. E, depois disso, proferirem a sentença, qualquer que seja ela.

O primeiro impulso do jornalista, nesses casos polêmicos, é publicar os e-mails de apoio – que têm sido vários, reconfortantes e equilibrados. Mas a parte mais interessante para entender esses processos de catarse são os e-mails contra, dos “indignados”.

O que pensa uma pessoa que não aceita que um criminoso possa ter um julgamento isento? Contra quem ela deseja, de fato, investir, para ser tomada de uma indignação quase irracional quando se depara, em meio à unanimidade de julgamentos, com uma só voz dissonante? É bom tema para cientistas e psicólogos sociais.

O leitor J.K. recorre a uma das versões mais correntes, de que os rapazes são filhos de “figurões de Brasília”. Esse elemento está em praticamente todas as manifestações. “Será que se os jovens do caso Galdino não fossem filhos de figurões de Brasília, o senhor estaria tão empenhado em que a mídia os tratasse com ‘neutralidade?’” Fui o primeiro a defender as vítimas dos episódios Escola Base e bar Bodega, mas não vem ao caso.

Em muitos e-mails –como é o caso do leitor P.A.L.— o sacrifício ritual dos rapazes permite malhar figurativamente o “governo”. “Governo”, na maioria dos casos, é visto como uma entidade abstrata, que sintetiza todas as mazelas do mundo, toda injustiça, toda opressão. Afinal, nenhum dos rapazes nem seus pais pertencem ao “governo” nem à chamada “elite de Brasília”. Ao governo pertence o presidente FHC que –para vergonha do intelectual FHC— sancionou o linchamento.

Os defensores do direito absoluto das majorias são, por definição, propensos ao autoritarismo. Alguns disfarçam, outros são bastante explícitos, como é o caso do leitor em questão: “É revoltante que um jornal como a Folha abra seu espaço, por três dias seguidos para um senhor chamado Luís Nassif fazer a apologia de quatro assassinos ! (...) De minha parte espero uma posição da Folha a respeito deste episódio, uma vez que penso seriamente em suspender minha assinatura”.

Esse tipo de público não se prende muito a análises críticas de fatos. Busca a catarse e alguns perdem o prumo quando acontece algo que atrapalhe essa celebração ritual. Em alguns casos, mais raros, os leitores não extravasam frustrações, nem buscam outros inimigos na “malhação dos Judas”, mas advogam simplesmente a “lei de Talião” –o famoso “olho por olho”, ultrapassado pelos processos judiciais modernos. É o caso do leitor G: “Li seu artigo hoje e gostaria de lhe dizer que, segundo a Bíblia, aqui colhemos o que semeamos. Podemos (e devemos) perdoar nossos inimigos, como nos diz Jesus Cristo, mas Deus não vai deixar de puni-los”.

Esse sentimento – de que o processo judicial, o contraditório (ou seja, contrapor os fatos) é uma maneira de evitar a punição - está presente em boa parte dos e-mails, demonstrando o descrédito na Justiça. Diz o leitor C.: “O ‘coitadismo’ não pode prevalecer sobre a idéia de Justiça. E será que o que você chama de linchamento não é simplesmente uma reação legítima diante da verdade incontrovertida dos fatos apurados”. Mesmo sem ter consultado

os autos, o leitor considera a verdade “incontroversa”, inclusive acerca da motivação e dos antecedentes dos jovens, mostrando o excepcional poder de convencimento da mídia.

É evidente –e não poderia ser diferente—que no meio dos e-mails aparecessem os membros das torcidas-organizadas de futebol. Como leitor A.C.S. que mandou o e-mail todo em maiúsculas: “LUIS NASSIF, CADA VEZ MAIS V. TORNA-SE UM JORNALISTA, CHAPA BRANCA. DEFENDEU A CPMF, ESTÁ DEFENDENDO ASSASSINOS FILHINHOS DE JUÍZES. AFINAL, QUEM LHE PAGA? A FOLHA DE SP, PARA UM JORNALISMO ISENTO, COERENTE, JUSTO, OU ALGUM PISTOLÃO DO GOVERNO FEDERAL ?”

Fazer parte dessas maiorias autoritárias expõem seus membros a companhias desse naipe. No fundo, é apenas uma diferença de verniz.



## **A CPI da Corrupção**

O caso Watergate marcou a mídia mundial para o bem e para o mal. Para o bem ao abrir novos horizontes para o papel investigativo da imprensa. Para o mal, ao reforçar a denúncia como arma no jogo político, sobrepondo-se, por vezes, ao próprio processo constitucional.

No rastro de Watergate, especialmente em países de tradição democrática mais tênue, as denúncias foram convertidas em armas políticas, especialmente em países onde os governantes perderam o controle do Congresso.

O jogo consistia em levantar um episódio qualquer, concreto ou fictício, esquentar as manchetes, provocar a catarse e, no seu rastro, justificar a abertura de CPIs que permitissem à maioria do Congresso derrubar o presidente, atropelando princípios legais.

Em nome de uma falsa moralidade, esse jogo foi praticado abundantemente no país desde o governo Sarney.

Em 2001, com o governo FHC fazendo água, o senador Antonio Carlos Magalhães rompe com o governo atirando. Concede uma série de entrevistas, com adjetivação abundante e praticamente sem nenhuma prova concreta, tentando provocar uma CPI que desestabilizasse o governo.

ACM sempre teve considerável poder na mídia, e uma capacidade única de gerar manchetes.

O jogo era perigosíssimo. Tinha-se uma economia em crise, agravada pelos erros da política energética. O jogo era desestabilizador tanto no plano político como nos inevitáveis desdobramentos econômicos.

Mas a mídia em conjunto caminhava para a chamada marcha da insensatez. Produziam-se escândalos em cima de episódios até prováveis, denunciados pelo senador, mas sem base em uma única prova sequer.

A parte mais atraente da cobertura se fixou na disputa entre ACM e Jader Barbalho, pela presidência do Senado e os desdobramentos do episódio na tentativa de constituição da chamada CPI da Corrupção.

Tratava-se de uma jogada política das mais bisonhas. CPIs precisam ser abertas em cima de fatos definidos. No caso em questão, juntaram-se dezenas de casos em uma CPI buscando apenas provocar barulho político, e não uma apuração séria.

No meio do caminho, Jader preparou uma jogada de mestre, que praticamente liquidou com as pretensões de ACM. Escrevi uma coluna analisando essa jogada. ACM retrucou com um fax que me foi enviado, me desafiando para um duelo público verbal. Dizia para eu indicar o lugar.

Respondi que teria todo o prazer em aprender um pouco da história recente do país com ele, mas conferia-lhe a primazia da escolha do local. Se não tivesse nenhum, eu poderia lhe sugerir um bom restaurante. A discussão ficou por aí.

A vitória de Jader durou pouco. Logo depois apareceram fitas de grampos revelando parte do suspeitíssimo esquema político que ele montara na Sudene desde os anos 80.

Jader era o típico representante do populismo político da pior espécie que emergiu com a Nova República. Além disso, não tinha ligações nenhuma com a mídia, como ACM. Por

isso, foi alvo de uma campanha extremamente forçada, de esquentamento de matérias e manipulação de grampos – mesmo levando em conta seu passado suspeito.

## 9/3/2001 O país da pizza requentada

Em 1996, em plena CPI dos Precatórios, convenço o principal suspeito –o banqueiro Fábio Nahoum— a contar o que sabia sobre o caso para o relator da CPI, senador Roberto Requião. Na ocasião estava em andamento uma operação abafa, visando restringir o caso a meia dúzia de laranjas.

Na conversa com Requião –testemunhada por mim, pela jornalista Mônica Bérghamo e pelo senador José Serra—lá pelas tantas perguntei a Nahoum se Wagner Ramos (o técnico da prefeitura que implantou a “metodologia” dos precatórios) tratava do assunto com Celso Pitta, então Secretário das Finanças. A resposta de Nahoum foi: ”Não, ele tratava com alguém acima”. “Maluf?”, perguntei. E ele concordou.

No dia seguinte, Quinta-Feira Santa, me telefonam de uma revista semanal. O editor tinha uma versão da conversa, segundo a qual Nahoum teria dito que “o Maluf montou tudo isso e a grana ia direto para os empreiteiros”. Respondi que não tinha sido assim. Reproduzi o diálogo correto, enviei por e-mail a coluna que sairia no dia seguinte, com a versão correta, fiz-lhe ver que, mesmo sem o tal “esquentamento” a afirmação era suficientemente grave.

Era Semana Santa, eu estava de viagem para o litoral. No meio da viagem Mônica me ligou preocupadíssima com a versão da revista, que a havia procurado também. Ela negou a versão, assim como Serra. Três das quatro testemunhas do encontro haviam negado a versão.

No sábado a revista sai com uma manchete tonitruante, tipo “Nahoum explode com o esquema Maluf” ou coisa parecida. Na edição, a tal versão ”esquentada”.

Não deu outra. No mesmo sábado Nahoum soltou uma nota desmentindo a versão da revista. Ligou-me dizendo que minha coluna havia sido fidedigna ao ocorrido, mas desmentindo a revista. Maluf pegou o mote, de Paris deu entrevistas a todos os canais de televisão e jornais dizendo que Nahoum havia me desmentido e que iria me processar. Obviamente não processou, mas o “esquentamento” da notícia levou à sua desmoralização.

O mesmo ocorre agora nesse episódio das fitas de ACM. De acordo com a degravação do perito, ACM informou que tinha a relação dos que votaram contra a cassação de Luiz Estevão. Não só tinha como a estava utilizando contra a senadora Heloisa Helena. Independentemente da maneira como obteve a relação, a afirmação era tão grave que seu próprio assessor, Francisco César Mesquita, alertou para as conseqüências.

Como estava subentendido que ACM tinha a relação, que tal incluir na edição que ele tinha a lista completa? Conseqüência desse “esquentamento”: ontem a mídia como um todo --de simpatizantes do “carlismo”, por razões óbvias, a críticos, para demonstrar isenção, devido ao patrulhamento que sofrem da tropa “carlista”-- desqualificam uma prova relevante.

É importante que se entenda –a partir da maneira como as provas foram desqualificadas nesse episódio e pela maneira como rumores são transformados em crises, em outros—que o que ocorre com os escândalos, hoje em dia, é uma ampla manipulação de ênfases com propósitos dos mais variados.

Como essa mistura atroz de marketing e jornalismo fez com que se deixasse de lado a apuração correta dos fatos, os procedimentos judiciosos, a processualística rigorosa, conferiu-se um tal subjetivismo às denúncias que elas se transformaram em instrumento de luta política descarada, que passou a ser utilizado por quem tem mais habilidade e influência junto a setores da mídia. Basta saber fazer o barulho no momento certo, ter os deflagradores de fatos em lugares-chave, e contar com o efeito manada. Porque o grande fator de equilíbrio e de disciplinamento das notícias —o respeito às boas técnicas jornalísticas, o sentido de relevância e a análise objetiva dos fatos— não mais estão em vigor.

Em plena era da informação, o Plano Brady continua sendo a norma.

## 9/4/2001 A mãe das batalhas políticas

O extraordinário carisma de ACM junto à mídia impediu uma avaliação mais isenta sobre o episódio que irá marcar definitivamente o jogo político daqui para frente: sua decisão de jogar a toalha e retirar sua assinatura do pedido de CPI, na semana passada, sinalizou oficialmente o fim da era ACM na política nacional.

Ao mesmo tempo, chama a atenção para o papel desempenhado e para o perfil do presidente do Senado, Jader Barbalho. Jader está longe de encarnar qualquer virtude pública, mas há que se reconhecer nele características que até os inimigos mais acendrados admitem: uma intuição atilada, uma inteligência política viva, uma coragem pessoal e uma ousadia que roça a temeridade –ao lado de características absolutamente negativas.

A maneira como enfrentou ACM é um capítulo à parte na história do Parlamento brasileiro, nada dignificante –dadas as armas escolhidas pelas partes— mas um jogo de pôquer, uma guerra individual como raramente se viu em qualquer outro período da vida nacional.

Segundo fontes que conviveram com ele na época de sua eleição para o Senado, Jader assumiu planejando ganhar seu espaço político em cima da bandeira anti-ACM. Era o único dos senadores com fígado e valentia para enfrentar a fúria do baiano. Quando ACM lançou a CPI do Judiciário, retrucou com a CPI dos Bancos. Quando ACM defendeu o aumento do salário mínimo, apontou a inconsistência com as projeções do Ministério da Previdência.

Provocou a fera e foi a reação de ACM que o coroou como o anti-ACM. Nessa condição foi guindado à presidência do Senado. Eleito, dispondo de vastíssimo telhado de vidro, tendo contra si, com justa causa, a unanimidade da imprensa –da carlista à anti-carlista–, enfrentou o maior tiroteio que um político suportou na história recente do país, não recuou, e deu o xeque mate que derrubou ACM: sua decisão de assinar a CPI, com a condição que fossem incluídos, nela, episódios relacionados ao seu arquiinimigo.

Em certo momento da refrega, parecia a histórica batalha entre Muhamad Ali e Joe Frazier, na qual os dois contendores chegaram ao último assalto arrebatados, sem que o público soubesse quem iria jogar primeiro a toalha. Frazier jogou, mas se não jogasse provavelmente Ali jogaria. Na luta-livre do Parlamento ACM jogou a toalha, depois que ficou claro que seu contendor bancaria seu lance até o fim.

Esse foi o segundo erro fatal de ACM. O primeiro foi supor que FHC não resistiria à pressão que montou através da mídia, e recuaria como recuou em outros momentos recentes da política nacional. Avaliou mal. O FHC que recuava era o que dependia de 2/3 dos votos do Congresso. E cada recuo era devidamente contabilizado e guardado na geladeira para a desforra. ACM trucou no momento em que não era mais fundamental e encontrou pela frente um animal político da sua envergadura, Jader Barbalho.

Na semana passada, já começaram os primeiros sinais de que começou o processo de sucessão nas bases carlistas. Há declarações unânimes de lealdade ao chefe –mesmo porque, antes de consumada a transição é ACM quem mantém o grupo coeso. Mas já começam as primeiras apostas em torno de duas lideranças emergentes e com luz própria, o senador Paulo Souto e o prefeito de Salvador Antônio Imbassahy.



## 16/4/2001 CPIs e interesses pessoais

A direção nacional do PT censurou publicamente o senador Eduardo Suplicy por ter apoiado a CPI do Lixo, da Câmara Municipal de São Paulo. Jornalistas carlistas justificaram a desistência de ACM em assinar a CPI da Corrupção pelo fato de terem sido incluídas nela temas da vida do senador, e o controle das investigações ficar com adversários políticos. O governo joga o que pode contra a aprovação de qualquer CPI sobre seus atos. E sempre que alguém fica contra a CPI, todos repetem a mesma cantilena que é utilizada por seus adversários quando é sua vez de ser vítima de uma CPI: quem é contra a CPI e contra a transparência.

É uma hipocrisia fantástica e generalizada. Porque todos fogem de uma CPI? Porque todos, quando podem, utilizam politicamente a CPI e sabem que CPIs são instrumentos de manipulação política.

Hoje em dia existem inúmeras maneiras de se apurar delitos públicos e privados. Existe Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário, vigilância da oposição e da imprensa. Embora haja muita farofa e muita fita, nesses fóruns é possível o contraditório – a parte acusada apresentar sua defesa e ela ser apreciada por um juiz presumivelmente isento. Se houver condenação, é de ordem jurídica.

Já as CPIs, com raras exceções, não são ferramentas técnicas a serviço de apuração de fatos. Sua composição decorre de barganhas políticas e os parlamentares que a integram vão com objetivos muito específicos –quase nenhum deles meritório ou ligado à busca da verdade.

Parte deles quer projeção e, especialmente nas audiências públicas, interpretam papéis dantescos, que nada ficam a dever a Ratinhos e quetais. Essa projeção depende de sua capacidade de investigar, tirar conclusões e conseguir o espaço aberto por uma publicação amiga. Na falta de competência e critério, não se tendo notícias, inventam-se, não sendo relevantes, esquentam-nas. A competição entre parlamentares e mídia, para manchetes a qualquer preço, troca a análise pelo grito e o critério técnico pelo sensacionalista.

Pouco importa se o acusado é inocente e venha a ser inocentado pela Justiça. Pouco importa se é culpado e as investigações exijam sigilo para levantar provas. O período de maior alarido será aquele em que a CPI estiver transcorrendo. Depois, Inês é morta!

Dois tipos de pessoas são as vítimas preferenciais desse processo: homens públicos (que dependem da imagem) e pessoas honestas (que prezam a imagem). Um personagem é beneficiário direto do alarido inútil das CPIs: culpados, que são misturados a inocentes e podem se beneficiar dos inúmeros erros que são cometidos nas apurações por parlamentares sôfregos por popularidade.

Outro uso da CPI é para chantagem política. A imprensa faz enorme carnaval em torno da CPI, ajuda a criar vida, para que quem a propôs possa, depois, negociar com o governo. Ou se esquecem da maneira como o mais suspeito homem público da atualidade –senador Jader Barbalho— tornou-se uma das pessoas mais influentes do país? Um terceiro uso é recorrer às CPIS especificamente para atingir adversários políticos.

O que estou escrevendo não tem nenhuma novidade, é sabido por qualquer político ou jornalista, seja tucano, petista ou pefelista. Mas fica-se nesse jogo de cena



extraordinariamente manipulador, de tratar as CPIs como se fossem ferramentas sérias de busca da verdade e de atendimento das demandas da opinião pública, quando são apenas mecanismos que permitem a políticos e à parte mais escandalosa da mídia usar a indignação pública como álibi para atendimento de seus próprios interesses.

## 23/4/2001 CPIs, catarse e técnica

Há uma série de considerações a fazer acerca da coluna “O Instrumento Ameaçador” – publicado na “Folha” de domingo como contestação à minha coluna “CPI e Interesses Pessoais”.

Um –menos importante—é de ordem pessoal. Ao contrário do que sugere o artigo, há muito tempo questiono os critérios pouco técnicos e o sensacionalismo das CPIs. Comecei a questionar na CPI do Impeachment, apesar de ter sido o jornalista que mais atacou Collor antes da CPI (de acordo com livro de Cláudio Humberto). Fui também o principal crítico da grande pizzaria em que se transformou a CPI dos Precatórios e a dos bancos. E isso porque acho que CPI só serve para fazer barulho e atrapalhar a produção de provas.

Grosso modo, a defesa que o artigo faz da CPI centra-se em dois pontos. Um, nas vantagens legais sobre outras formas de investigação (como inquérito policial e investigações do Ministério Público). Outro, na sua presumível eficácia sobre as demais formas.

No plano legal ela teria mais facilidades em conseguir quebrar sigilos bancários e telefônicos do que o MP e a PF. É falso. Quando o pedido é bem fundamentado nem MP nem PF têm encontrado dificuldades em obter autorização judicial para a quebra do sigilo. Ou se esquece que as denúncias sobre a Sudam foram levantadas em cima de mais de 300 horas de “grampo” autorizado pelo Judiciário? Esse mesmo limite vale para as CPIs, uma das quais –a do futebol—recentemente teve negada pelo Judiciário autorização para a quebra de sigilo de suspeitos –conforme me lembra o atento leitor Marx Golgher.

Outra “virtude” da CPI –segundo o artigo—seria o “o confronto de tendências opostas entre os numerosos investigadores”. Ora, mas essa característica é justamente o que impede a eficácia das CPIs. Confronto de “tendências opostas” é bom para questões políticas, e até para julgamentos finais, jamais para investigações, operação que exige critério, método, estratégia e sigilo. Nas CPIs têm-se levantamentos feitos de forma amadora, sem preocupação de colher provas e submetidos ao critério subjetivo das “tendências opostas”. E esses critérios são exclusivamente o da manipulação de ênfases, sem nenhuma preocupação técnica.

Outra pretensa “virtude” das CPIs seria seu caráter público. Ótimo! Na CPI do Narcotráfico o público mais atento ao caráter público e democrático das sessões foram os narcotraficantes. Era só ligar a TV Senado ou TV Câmara, conferir o nome da testemunha de acusação, e eliminá-la em seguida.

Outra grande “virtude” das CPIs seria o fato de abrir oportunidade “ao acaso, ao inesperado, a fatos e comportamentos catárticos”. Na CPI dos Precatórios, a “catártica” senadora Maria Emília saía distribuindo documentos sigilosos à mídia, garantindo seu espaço nas manchetes e permitindo aos acusados montar suas estratégias para desqualificar as provas. É possível acreditar que se chegaria aos falsários da Sudam através desses métodos “catárticos”?

Aliás, apresentar o caso Collor como prova da eficácia da CPI (que o cassou) e da ineficácia das demais formas de investigação (que não o alcançaram) é atropelar os fatos. Pela Constituição, o resultado de uma CPI tem que ser remetido ao Ministério Público. A perna penal não avançou porque quando o processo chegou na PF, não havia uma prova

substantiva recolhida, apesar das inúmeras evidências sobre os métodos de atuação de PC. Além disso, o espírito “catártico” da CPI permitiu que muitos dos tais “anões” do Orçamento –outra CPI apresentada como modelo de sucesso, apesar de não ter levado à punição penal de nenhum dos acusados—se transformassem em heróis da mídia.

Finalmente, quanto à presumível falta de resultados das investigações, e eficácia das CPIs, é só comparar. Quantos suspeitos a CPI do Orçamento e a de Collor colocaram na cadeia? Como se pode dizer que outras formas de investigação não chegaram a resultados se estão presos os principais suspeitos do caso TRT? É a diferença entre a “catarse” e a técnica – mesmo que muitas vezes os instrumentos técnicos das investigações criminais sejam utilizados de forma amadora.

## 1/5/2001 ACM e a manipulação das ênfases

O episódio da violação do painel de votação do Senado está produzindo um fenômeno curioso na parte mais catártica da mídia, aquela mais próxima ao senador Antônio Carlos Magalhães.

Em geral defensores incondicionais desse método de investigação “catártico” –no qual acusadores disseminam sua versão e a imprensa se incumbem de criar o clima propício ao linchamento--, mudaram velozmente de posição quando voltou-se contra seus ídolos.

De repente, tornou-se falta de ética não se dar oportunidade de defesa a ACM. Claro que é, mas e quanto aos outros? Uma semana atrás defendia-se a CPI demonstrando que os poderes de uma Comissão de Ética eram insuficientes e que uma CPI, com o apoio da mídia, produziria a catarse capaz de abrir os portões do castelo. Agora que a catarse está aí, produzida pela Comissão de Ética—com o apoio da mídia—mas massacrando seu aliado, os mesmos defensores das CPIs passam a considerar exorbitante esse estilo de investigação. Se é exorbitante, tem que ser para todos, não é óbvio?

No fundo, essa posição reflete um sentimento político ancestral brasileiro: o autoritarismo intrínseco da nossa cultura, o compadrio em que julgamentos são conduzidos por preferências pessoais: absolvo meus amigos de todas as suspeitas e condeno meus inimigos por qualquer rumor, independentemente de qualquer análise de mérito.

A invasão da casa de um acadêmico que presidiu o BC e o confisco de objetos pessoais até de suas filhas, mesmo sem culpa formada, foram louvados, o linchamento estimulado. E, agora, compadecem-se com a edição seletiva de uma sessão do Senado na TV, que deixou em má situação um dos homens mais poderosos do país.

É importante que se saliente que esse tipo de pré-julgamento e de linchamento por pressão da opinião pública é ruim em si, independentemente do fato da vítima do dia ser ACM, o japonês da Escola Base ou Eduardo Jorge. Mas leve-se em conta que, vítima hoje, algumas semanas atrás ACM recorria a esse mesmo expediente, de manipular a catarse na mídia visando, nada mais nada menos, do que desestabilizar a presidência da República—e com o apoio dos mesmos órgãos de imprensa e analistas que, agora, se espantam com a voracidade do “monstro” que despertaram.

Muitas publicações aceitaram acriticamente série enorme de acusações de ACM, algumas possíveis, outras até prováveis, nenhuma apoiada em provas. Agora, tem-se o episódio da violação do painel, testemunhas idôneas, como a ex-diretora do Prodasen, e uma versão do senador que não se sustenta. E qual a reação? Tentar minimizar de todas as maneiras sua participação no episódio, com a mesma postura acrítica com que acatavam suas denúncias. A falta grave não seria a violação do painel –dizem alguns deles—mas o fato de Arruda ter mentido no Senado. Aí se descobre que ACM também mentiu. Não há prova de que Arruda tivesse falado em nome de ACM. Aí vem dona Regina e menciona o telefonema de apoio, que o próprio ACM confirma. Recorre-se então à avaliação de que ACM se saiu bem no interrogatório e Arruda se saiu mal, o que prova apenas que ACM é um grande tribuno, porque sua versão não se sustentou.

É fácil entender porque se apreciam tanto as coberturas “catárticas”. Em uma investigação técnica, o poder do jornalista e do político está limitado à análise objetiva dos fatos. Na investigação catártica vale a impressão, cada qual fazendo o uso que bem desejar do fato,

através dessa manipulação de ênfases. Não se está a serviço da apuração dos fatos, mas do uso dos fatos em favor das próprias teses. E como nas coberturas desse tipo sobressai o “efeito manada” (a cobertura acompanhando a primeira versão, sem nenhuma preocupação técnica) torna-se relativamente fácil conduzir as investigações na direção desejada.

Apenas quando a manada se volta contra os aliados é que se percebe que o “monstro” tem vida própria, tem sua lógica própria, pouco seletiva e sedenta de sangue. Aí é tarde.

## 14/5/2001 O país das quarteladas

Se não se definir com clareza uma reforma política ampla, o papel da mídia no quadro político, e o papel das CPIs, como ferramenta política, dificilmente o país se livrará de crises políticas enormes nos próximos anos, seja quem for o próximo presidente da República.

O país tem características que perduram, ainda hoje, em que pese a influência da globalização. Somos individualistas, refratários a qualquer forma de autoridade, disciplina ou controle impessoal, cultivadores do negativismo e facilmente impressionáveis com formulações teóricas vagas. Somos um povo que gosta de intimidades, sendo íntimos tanto de aliados como de adversários, e abominamos as regras impessoais. Essa aversão à impessoalidade é o maior obstáculo para a consolidação de leis e instituições e da subordinação a regras de condutas, seja nas leis ou nos negócios. Sempre existe o “jeitinho” para driblar a restrição impessoal.

No plano institucional, não existem partidos políticos autênticos e a alternância de poder é prejudicada pela inflexibilidade do presidencialismo à brasileira, com presidentes revestidos de poderes de monarcas.

Finalmente, há um federalismo ainda tosco, com relações ambíguas históricas entre líderes regionais e o poder central. Esses líderes consolidam seu poder sobre suas regiões atuando como prepostos do poder central. Mas a relação não é de subordinação. Em troca oferecem seu apoio político no Congresso e nas eleições majoritárias, mas apoio condicionado e sem nenhuma forma de lealdade partidária ou pessoal. Basta o poder central vacilar, ou ele sofrer um desgaste maior em sua própria base, para pular fora do barco e se colocar no mercado de oportunidades políticas, aderindo ao próximo candidato a grupo hegemônico.

O modelo político não facilita a alternância de poder nem o surgimento de novas lideranças, seja no plano federal, local ou dos partidos. É a classe média urbana, com sua indignação, e sem formas institucionais de se expressar, a legitimadora das grandes agitações políticas das décadas de 20 e 30, e depois nas de 50 e 60, que permitem a “alternância heterodoxa” do poder. O historiador Sérgio Buarque de Holanda, no clássico “Raízes do Brasil” anotava que os golpes de Estado no Brasil se assemelhavam às mudanças de poder entre democratas e republicanos nos Estados Unidos, com pouca descontinuidade nas ações políticas. A crise é intrínseca ao modelo político brasileiro.

Hoje em dia tem-se a mesma estratificação política do início da República, a mesma relação ambígua entre poder central e local, o mesmo esgotamento dos planos econômicos como fatores de legitimação política, mas uma dinâmica de opinião pública mil vezes mais elétrica, conduzida pela velocidade da Internet e pela competição mercadológica entre os grandes veículos.

Essa força pode ser o grande fator de transformações do país, na medida em que induza a aprimoramentos institucionais e formas de controle democráticas. Mas também pode ser grande fator de instabilidade. É muito mais fácil do que nos tempos das “Cartas Brandi” se ter o escândalo real ou esquentado, criar a comoção, que fornece o alibi para uma CPI, que promove a destituição do governante.

Nesse quadro, não há governante no país hoje em dia, seja de que partido for, que não se torne refém desse processo, se não conseguir criar uma ampla base de apoio político. E aí, esse movimento, em lugar de moralizar, torna o Poder Executivo –seja federal, estadual ou municipal—refém das demandas fisiológicas do Legislativo.

É este o nó górdio que terá de ser desatado se se pretender que a democracia se consolide e o país consiga alternar o poder sem grandes traumas políticos-institucionais. A solução passa por reformas políticas, pela modernização das estruturas partidárias, pelo disciplinamento das contribuições eleitorais, pelo fim das liberações orçamentárias negociadas. E, principalmente, pela consciência da mídia de que só depende dela transformar a indignação popular em ferramenta de aprimoramento da democracia, ou em fonte permanente de instabilidade.

## 16/5/2001 O país dos Pinocchios

Em períodos de catarse, o que mais abunda no noticiário é o chute –tanto de quem acusa como de quem é acusado— e o sujeito que usa o fígado para pensar. Cria-se uma competição sem limites pela notícia de maior impacto, que se sobrepõe a qualquer cuidado maior com a avaliação técnica das informações recebidas. Com essa falta de filtros, a “fonte” se torna dona da notícia e da versão.

A seguir, alguns exemplos dessa barafunda informativa das últimas semanas

### Caso Sudene

Explode o escândalo Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Divulgam-se números assustadores de fraude, na casa de bilhões de reais. Aí começa a competição com o escândalo Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Com a ajuda de funcionários do órgão, o deputado José Pimentel (PT-CE), da CPI do Finor, solta a denúncia mais bombástica ainda: os rombos da Sudene chegariam a R\$ 2,2 bi. Ganha o concurso “quem roubou mais”, garante as manchetes e leva o governo a fechar a Sudene.

Aí o deputado é convocado a se explicar aos funcionários da Sudene que lhe passaram as informações.. Ele comparece ao seminário “A questão regional e a extinção da Sudene: um debate urgente”, organizado pelos funcionários, seus aliados. E o que se viu foi relatado na cobertura de Erilene Araújo, da “Agência Folha” em Recife, publicada em página interna da edição de segunda:

“O deputado federal José Pimentel (PT-CE) disse que “pode ter errado” nas avaliações que fez na CPI do Finor, da qual foi o relator. A declaração, acompanhada por um pedido de desculpas -ele disse que até a Igreja pediu perdão por erros passados- foi feita ontem. (...) As declarações não foram suficientes para acalmar a platéia, que o vaiou. (...) Para Pimentel, “feliz é o povo que vive numa democracia, que pode criticar e vaiar sem ser amordaçado”.

“O procurador geral da extinta Sudene, Clemente Rosas, disse (...) que os processos anunciados como irregulares pela CPI foram implantados há mais de dez anos e que os parlamentares sabiam disse quando repassavam as informações para a imprensa. “Nós demos subsídios para os parlamentares fazerem a CPI do Finor. Posso assegurar que o rombo de R\$ 2,2 bilhões não é apenas inverídico, mas inverossímil.”.

O encontro não mereceu destaque em nenhum órgão de imprensa.

### CPI e verbas

A imprensa diz que houve liberação extraordinária de verbas para convencer deputados a retirar a assinatura da CPI. FHC garante que não ocorreu. Informou que: 1) liberações ocorrem periodicamente; 2) o preparativo é longo para liberar e que não podem ser feitas sem autorização orçamentária, 3) portanto, não haveria como tirar coelho da cartola e improvisar liberação da noite para o dia.

Não mentiu e não disse a verdade. O Orçamento é aprovado com emendas de parlamentares. Depois, cabe ao Ministério do Planejamento avaliar as emendas, investigar se as obras são pertinentes, cumprir procedimentos de controle. Pronto o processo, a



liberação dos recursos depende de autorização do Executivo E o governo autorizou a liberação de verbas orçamentárias de pelo menos dez parlamentares que retiraram a assinatura da CPI.